



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Tecnologia e Ciência

Escola Superior de Desenho Industrial

Bibiana Oliveira Serpa

**Por uma politização do design:
caminhos entre o feminismo e a educação popular**

Rio de Janeiro

2022

Bibiana Oliveira Serpa

**Por uma politização do design:
caminhos entre o feminismo e a educação popular**



Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutora, ao Programa de Pós-graduação em Design, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Artur Pereira Carvalho

Rio de Janeiro

2022

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CTC/G

S486 Serpa, Bibiana Oliveira

Por uma politização do design: caminhos entre o feminismo e a educação popular / Bibiana Oliveira Serpa. – 2022.

223 f.: il.

Orientador: Ricardo Artur Pereira Carvalho.

Tese (Doutorado em Design) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Escola Superior em Desenho Industrial.

1. Desenho industrial - Teses. 2. Feminismo - Teses. 3. Ciência política - Teses. 4. Educação popular - Teses. I. Carvalho, Ricardo Artur Pereira. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Escola Superior em Desenho Industrial. III. Título.

CDU 7.05::396

Albert Vaz CRB-7 / 6033 - Bibliotecário responsável pela elaboração da ficha catalográfica.

Autorizo para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

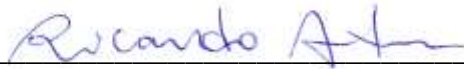
Bibiana Oliveira Serpa

**Por uma politização do design:
caminhos entre o feminismo e a educação popular**


Tese apresentada como requisito parcial
para obtenção do título de Doutora, ao
Programa de Pós-graduação em Design, da
Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 29 de agosto 2022.

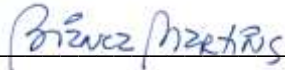
Banca Examinadora:



Prof. Dr. Ricardo Artur Pereira Carvalho (Orientador)
Escola Superior de Desenho Industrial — UERJ



Prof.^a Dra. Bárbara Peccei Szaniecki
Escola Superior de Desenho Industrial — UERJ



Prof.^a Dra. Bianca Maria Rego Martins
Escola Superior de Desenho Industrial — UERJ



Prof. Dr. Frederick Marinus Constant Van Amstel
Universidade Tecnológica Federal do Paraná — UTFPR



Prof.^a Dra. Luiza Prado de Oliveira Martins
Center of Other Worlds — Universidade Lusófona

Rio de Janeiro

2022

DEDICATÓRIA

A todas as mulheres que lutam: seus sacrifícios abrem caminhos.

AGRADECIMENTOS

(...)

E aprendi que se depende sempre
De tanta, muita, diferente gente
Toda pessoa sempre é as marcas
Das lições diárias de outras tantas pessoas
E é tão bonito quando a gente entende
Que a gente é tanta gente onde quer que a gente vá
É tão bonito quando a gente sente
Que nunca está sozinho por mais que pense estar
É tão bonito quando a gente pisa firme
Nessas linhas que estão nas palmas de nossas mãos
É tão bonito quando a gente vai à vida
Nos caminhos onde bate bem mais forte o coração.

Gonzaguinha - Caminhos do Coração

Este percurso é muito maior e mais bonito do que as palavras deste documento conseguem expressar e carrega lições e transformações que não cabem aqui. Eu agradeço a toda essa gente por terem deixado um pedaço de si comigo e fazerem transbordar os sentidos deste ofício intelectual e relacional. Vocês me deram coragem para pisar e seguir firme onde bate mais forte o coração.

A Eliane e Geraldo Serpa, meus pais, pelo apoio nessa jornada acadêmica e militante, que às vezes foi vista com preocupação mas nunca com desconfiança.

Ao meu companheiro, Bruno Borja, pelas lutas e sonhos vividos e compartilhados e por encher meus dias de doçura e poesia.

Ao meu orientador Ricardo Artur, por acolher a mim e à minha pesquisa com coragem e ternura, provando que bell hooks estava certa e o feminismo é pra todo mundo que se compromete com seus princípios.

À Sâmia Batista, minha amiga-irmã, pelas conversas, críticas e por todos os planos e projetos que realizamos e ainda vamos sonhar e fazer juntas.

Às professoras Bárbara Szaniecki, Bianca Martins e Luiza Prado e aos professores Frederick Van Amstel, Marco Mazzarotto e Guilherme Altmayer, por aceitarem de forma generosa o convite para avaliar este trabalho e por estarem abertos à construção dialógica.

Aos camarades da Rede Design e Opressão, pelo espaço de diálogo, cuidado e solidariedade acadêmica para criar outras formas de sermos designers no mundo. Agradeço especialmente a Sâmia Batista, Fred Van Amstel, Marco Mazzarotto, Rodrigo Gonzatto, Ricardo Artur, Eduardo Sousa, Yasmin Menezes, Luciana Perpétuo, Polyana Andrade, Imaíra Portela, Mateus J.J. Paulo Filho, Rafaela Angelou, Desirée Maestri e Carmem Saito.

Aos amigos do LaDA que foram suporte e companhia para trilhar um caminho bonito de descoberta. Agradeço especialmente a Mariana Costard, Sâmia Batista, Pedro Biz, Clara Meliande, Paula Camargo, Cássia Motta, Liana Ventura, Flávia Secioso, Talita Tibola, Cris Ibarra, Imaíra Portela, Marina Siritto e Nilmar Figueiredo.

Aos companheiros de representação discente pela amizade e pela luta por uma educação pública democrática nos espaços representativos da ESDI. Agradeço especialmente a Beatriz Ferreira, Flávia Soares, Sâmia Batista, Márcio “Baraco”, João Sarmento e Lucas Nonno.

Aos colegas da Revista Internacional de Engenharia, Justiça Social e Paz, pelo espaço de amizade e solidariedade latino-americana onde podemos refletir, aprender e divulgar a ciência olhando atentamente uns para os outros com afeto. Agradeço a Claudia Grisales, Angie Serna, Leonardo León, Nicolás Gaitán-Albarracín, María Elisa Palácios e Juan David Reina-Rozo.

Às feministas que me alentam na luta, que me fazem acreditar no feminismo como força transformadora e com quem tenho orgulho de construir a Universidade Livre Feminista. Agradeço especialmente a Cristina Lima, Sophia Branco, Carmen Silva, Masra Abreu, Priscilla Brito e Déborah Guaraná.

Aos companheiros do International Development Design Summit (IDDS), com quem compartilho a esperança de transformação social por meio de um design comprometido com as lutas populares. Agradeço a Pedro Reynolds-Cuéllar, Juan David Reina-Rozo, Oscar Quan, Jessica Huang, Omar Crespo, Maria José Saenz, Heewon Lee e Carolina Menezes.

Aos amigos que compartilham a jornada de pesquisa no design e com quem refleti e aprendi em diferentes momentos, agradeço a Eduardo “Barves”, Clara Juliano, Bruna Montuori, Érica Ribeiro, Caio Miolo e Pamela Marques.

Aos estudantes do Curso de Comunicação Visual Design da Universidade Federal do Rio de Janeiro, com quem aprendi sobre o Design e sobre ser

educadora. Obrigada pela confiança, pelos diálogos e pela inestimável contribuição à reflexão que apresento neste trabalho.

Às amigas do chico pelas histórias, playlists e apoio diário em todos os desafios colocados pela vida e pelo doutorado. Agradeço a Graciela Tocchetto, Naieni Ferraz, Creici Brixner, Kellyn Backendorf e Carla Gianni.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão de bolsa, e sigamos em luta para que mais pesquisadores possam acessar melhores recursos para alargar a produção científica no país.

Na história se faz o que é historicamente possível e não o que se gostaria de fazer. Daí a necessidade da compreensão cada vez mais lúcida da sua tarefa, que é política, e das limitações que se tem.

Paulo Freire

Há todo um velho mundo ainda por destruir e todo um novo mundo a construir. Mas nós conseguiremos, jovens amigos, não é verdade?

Rosa Luxemburgo

RESUMO

SERPA, Bibiana Oliveira. *Por uma politização do design: caminhos entre o feminismo e a educação popular*. 2022. 223 f. Tese (Doutorado em Design) – Escola Superior de Desenho Industrial, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

A tese apresenta reflexões sobre o campo do Design e possíveis engajamentos políticos a partir de uma investigação exploratória e qualitativa. O objetivo deste trabalho é refletir sobre a politização do design a partir de pressupostos teórico-práticos da educação popular e do feminismo. O percurso investigativo se deu a partir do arcabouço político-metodológico da Pesquisa Militante, que congrega ações educativas, políticas e de pesquisa em uma prática coletiva e colaborativa de produção de conhecimentos junto a movimentos sociais ou coletividades em luta. Os espaços da pesquisa compreenderam ações da pesquisadora junto ao International Development Design Summit, à Universidade Livre Feminista, à Rede Design e Opressão, ao Movimento Estudantil da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e no trabalho docente na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Os fundamentos teóricos sobre politização que orientam a tese são oriundos dos debates da Educação Popular e do Feminismo latino-americano. No âmbito do design, as questões são levantadas a partir de elaborações teórico-práticas que estão inseridas no Design Participativo e nos Estudos em Design, especialmente as vinculadas ao campo crítico latino-americano e às discussões de Gênero e Feminismo. Como resultado, defendo que os processos de politização do Design podem acontecer a partir de quatro eixos de transformação: epistemologia, ontologia, conceituação e prática. Em cada eixo são apresentadas reflexões que se fundamentam na práxis da Pesquisa Militante e indicam caminhos para uma possível politização do campo.

Palavras-chave: Design. Política. Feminismo. Educação Popular.

ABSTRACT

SERPA, Bibiana Oliveira. *Towards design politicization: paths between feminism and popular education*. 2022. 223 f. Tese (Doutorado em Design) – Escola Superior de Desenho Industrial, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

The thesis presents reflections about the Design field and the possible political engagements from an exploratory and qualitative inquiry. The objective of this work is to reflect about the politicization of Design through the theoretical and practical assumptions of popular education and feminism. The investigative path was based on the political and methodological framework of Militant Research, which brings together educational, political and research actions in a collective and collaborative practice of knowledge production with social movements or collectivities in struggle. The research spaces were diverse and included actions of the researcher along with the International Development Design Summit, the Free Feminist University, the Design and Oppression Network, the Student Movement of the University of the State of Rio de Janeiro and the teaching work at the Federal University of Rio de Janeiro. The theoretical foundations on politicization that guide the thesis are drawn from debates in Latin American Popular Education and Feminism. In the scope of design, the questions are raised from theoretical-practical elaborations that are inserted in Participatory Design and Design Studies, especially those linked to the Latin American critical field and to discussions of Gender and Feminism. As a result, I argue that the processes of politicization of Design can happen from four axes of transformation: epistemology, ontology, conceptualization and practice. In each axis I present reflections that are based on the praxis of Militant Research and indicate paths for a possible politicization of the field.

Keywords: Design. Politics. Feminism. Popular education.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Diagrama do Tripé de Pesquisa Militante	52
Figura 2 –	Perspectiva analítica do trabalho	57
Figura 3 –	Processo de conscientização em Freire	81
Figura 4 –	Eixos de politização	85
Figura 5 –	Processo de expansão conceitual na politização	88
Figura 6 –	Mulheres mexicanas fazem a performance feminista nascida no Chile “El violador eres tú”	98
Figura 7 –	Imagens do Festival pela Vida das Mulheres	100
Figura 8 –	Marcha das Margaridas de 2019	101
Figura 9 –	Articulação entre eixos de politização e princípios feministas	105
Figura 10 –	Cartaz de Enrique Cedillo para Partido Comunista Mexicano	138
Figura 11 –	Partes do painel no Miro com as fotos dos participantes	154
Figura 12 –	Amostras de desenhos desenvolvidos na oficina de Design Participativo	155
Figura 13 –	Marca desenvolvida para o Sertão Carioca: Conectando Cidade e Floresta	158
Figura 14 –	Atividade de construção da Linha do Tempo do feminismo	167

Figura 15 – Duas mulheres usando “LifeStraw” para beber água	171
Figura 16 – Moradoras de Santa Catarina Palopó no Workshop do IDDS	183
Figura 17 – Imersão na comunidade	185

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Apresentação dos Tópicos em relação aos Eixos de Politização	116
Tabela 2 –	Comparação entre a Epistemologia da Prática e a Epistemologia da Práxis	145
Tabela 3 –	Aprendizados em relação ao Eixo Ontologia	202
Tabela 4 –	Aprendizados em relação ao Eixo Epistemologia	203
Tabela 5 –	Aprendizados em relação ao Eixo Conceituação	203
Tabela 6 –	Aprendizados em relação ao Eixo Práticas	204

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMB	Articulação de Mulheres Brasileiras
APG	Associação de Pós-Graduação
ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
D-Lab	Design Lab
D&O	Rede Design e Opressão
ESDI	Escola Superior de Desenho Industrial
IDDS	International Development Design Summit
MIT	Massachusetts Institute of Technology
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
ULF	Universidade Livre Feminista
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO E A PRÁTICA POLÍTICA	29
1.1 Violência e Resistência Epistêmica e Ontológica.....	31
1.2 Movimento social como espaço de produção de conhecimento.....	35
1.3 Armadilhas da produção de conhecimento na academia.....	39
1.4 A produção de conhecimento entre a academia e os movimentos sociais.....	45
1.4.1 Pesquisa Militante como abordagem metodológica.....	49
1.5 A perspectiva de análise histórico-dialética e feminista.....	56
1.6 Espaços da Pesquisa Militante.....	61
1.6.1 <i>International Development Design Summit</i>	62
1.6.2 <i>Universidade Livre Feminista</i>	64
1.6.3 <i>Movimento Estudantil na Universidade do Estado do Rio de Janeiro</i>	67
1.6.4 <i>Rede Design e Opressão</i>	69
1.6.5 <i>Trabalho docente na Universidade Federal do Rio de Janeiro</i>	71
2. SOBRE OS PROCESSOS DE POLITIZAÇÃO	74
2.1 Educação Popular como espaço da conscientização.....	76
2.1.1 <i>O sentido da Conscientização</i>	79
2.1.2 <i>Conscientização como politização: quatro eixos de engajamento</i>	82
2.2 Transformar o mundo pelo feminismo.....	90
2.2.1 <i>O feminismo popular na América Latina</i>	93
2.2.2 <i>Princípios políticos feministas para transformação social</i>	103
3. SOBRE A POSSIBILIDADE DE POLITIZAR O DESIGN	114
3.1 Ontologia ou as formas de ser no mundo.....	118
3.2.1 <i>As condições sócio-históricas que conformam o campo</i>	119
3.2.1 <i>O presente, o passado e o futuro na criação de outros designs</i>	124
3.2 Epistemologia ou o que se sabe do mundo.....	139
3.1.1 <i>Epistemologia da prática versus Epistemologia da práxis</i>	140
3.1.2 <i>O espaço do projeto como espaço de aprendizado</i>	148
3.3 Conceituação ou como interpretar o mundo.....	161
3.4.1 <i>Os artefatos de design como articuladores políticos</i>	162
3.4.2 <i>O Design na mediação da relação das pessoas com o mundo</i>	168
3.3 Práticas ou o modo de agir sobre o mundo.....	176
3.3.1 <i>O sentido da participação no Design</i>	177
3.3.2 <i>Perspectiva do cuidado na construção de espaços coletivos</i>	189

CONCLUSÃO.....	197
REFERÊNCIAS.....	207

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa se localiza em um movimento crescente no Design que passou a interrogar o campo em seu sentido político e existencial. Esses processos são mobilizados por perspectivas críticas que passam pela Descolonização do Design (Schultz et al, 2018a, Schultz et al, 2018b; Ansari & Kiem, 2021; Van Amstel, no prelo), pelo Design Autônomo (Escobar, 2017; Noel, 2020; Leitão, 2020) e pelo enfrentamento às opressões operadas no / pelo / a partir do Design (Serpa et al., 2021; Van Amstel et al., 2021; Gonzatto & Van Amstel, 2022; Mazzarotto & Serpa, 2022).

Essas apostas contemporâneas tentam desnortear o Design, questionando de forma contundente os pilares de sustentação do campo. O legado de iniciativas anteriores, que também foram transgressoras em seus tempos, vem sendo analisado e debatido evidenciando especialmente os estreitos horizontes de transformação política e social que foram capazes de promover. O design humanitário (Papanek, 1980 [1970]), o design para inovação social (Manzini, 2008), o design thinking (Brown, 2009), o design participativo (Ehn, 1988; 2017) são algumas das elaborações que vêm passando por questionamentos durante a última década. Este processo de revisão tem proposto uma significativa reavaliação histórica e uma reinterpretação de valores epistemológicos e ontológicos para o campo (Ansari, 2021), o que pode indicar uma preocupação com o delineamento de perspectivas políticas mais radicais na elaboração das novas abordagens e teorias.

Ao mesmo tempo que novas formulações teóricas e críticas são debatidas e propõem mudanças substanciais nos fundamentos conceituais do Design, o campo enfrenta um problema de despolitização frente a estas propostas. O processo de despolitização é um fenômeno amplo que opera em diferentes áreas implicando o distanciamento das pessoas daquilo que é “político” e criando barreiras à consciência política ao esvaziar as ações e os discursos de sentido político (Fernandes, 2019). Há diferentes denúncias sobre a despolitização no Design. Beck (2002), por exemplo, indica que o sentido de participação no Design Participativo passou a servir as orientações de mercado, perdendo de vista seu horizonte democrático de origem. Mais recentemente, termos-chave das novas teorias do design, como “Decolonização”, “Autonomia” e “Opressão” passaram a ser relacionados a iniciativas de design voltadas para “inclusão” e “diversidade”,

esvaziando o sentido radical de transformação promovido pelas abordagens (Van Amstel et al., 2021; Ansari, 2021; Van Amstel, no prelo).

Outra característica da despolitização contemporânea é o surgimento de novas “políticas” que supervalorizam a ação individual e se caracterizam por uma “política sem política” (Dean, 2009). Essa prerrogativa promulgada pelos processos neoliberais assume que “tudo é político” no sentido mais esdrúxulo da expressão e entende que a prática política pode ser individualizada e independente de práticas organizativas coletivas e amplas. São exemplos aqui as práticas de design que se dizem “ativistas”, mas restringem sua ação política ao desenvolvimento e divulgação autoral de artes gráficas, impressas ou digitais, com temáticas sociais e/ou políticas.

Acompanho com interesse essas questões porque a articulação entre design e política sempre me instigou e reflete meu próprio processo de formação política, que se deu no diálogo entre pesquisa e prática em Design e a militância em diferentes espaços de organização política. Apesar das novas teorias indicarem percursos epistemológicos interessantes, eu tive dificuldade de encontrar referências sobre como atuar neste lugar de interseção com uma orientação politizada, não individualista e comprometida com transformações sociais radicais.

Sou uma acadêmica latino-americana que pesquisa no campo do Design, e também sou militante e educadora popular no movimento feminista, ambos espaços dados à construção do conhecimento e à ação política, articulando práticas compartilhadas para atingir objetivos específicos. Transitando entre estes ambientes, experimentei a contradição opressor-oprimido (Freire, 2014) viva em mim e me senti em um paradoxo. Não estava à vontade em nenhum dos lugares. Havia diversas questões em jogo, de modo que senti a necessidade de refletir criticamente sobre minha prática política e intelectual como designer-acadêmica-militante.

Como minha prática acadêmica estava afetando minha prática militante? Como o movimento social me transformava e quais os efeitos disso na pesquisa? Como minha prática militante estava afetando minha prática acadêmica? De que forma meu conhecimento técnico em Design pode colaborar com o movimento? Será que meus pressupostos acadêmicos se impõem de forma opressora dentro dos espaços do movimento? Será que estou conseguindo colaborar com a construção do movimento? Como minha prática acadêmica pode estar mais alinhada à minha prática militante?

Minha experiência atuando junto ao movimento social e outras coletividades em luta me mobilizou a querer entender como esse espaço de *relações* poderia trazer transformações políticas para o campo do Design e para a prática intelectual de pesquisa. Do mesmo modo, eu me questionava de que forma o Design poderia colaborar na organização das lutas do movimento e na construção de um projeto de sociedade orientado ao poder popular.

Isso evidenciou a necessidade de *desenvolver perspectivas teórico-metodológicas para o Design que permitissem uma ação politizada e crítica em aliança com grupos populares. Assim, ao fortalecer os movimentos sociais, suas prefigurações sociotécnicas e suas ações localizadas, o Design poderia se transformar a ponto de se reconhecer em projetos ativos de mudança social* (Ansari & Kiem, 2020), *retroalimentando as suas próprias perspectivas teórico-metodológica de forma política.*

O Design que havia me formado me deu poucas ferramentas para lidar com essas questões. Assim, tracei um caminho exploratório de pesquisa a partir dos espaços onde eu estava atuando politicamente, orientada por minhas próprias percepções e algumas angústias que compartilhava com outros camaradas nestes espaços. Estabeleci, portanto, a pergunta de pesquisa: *De que forma poderíamos politizar as perspectivas teórico-metodológicas do Design para podermos atuar junto às coletividades em luta, especialmente movimento sociais?*

O entendimento político alicerçado na Educação Popular (Freire, 2014 [1968]) e nas práticas articulatórias do movimento feminista (Silva, 2017) aponta que *politizar* é promover discussões e ações políticas voltadas para que as pessoas se tornem sujeitos cientes do que acontece à sua volta, que conheçam as ferramentas que têm disponíveis como agentes políticos e que possam interpretar a realidade de forma crítica para poder agir sobre ela (Fernandes, 2021). De acordo com essa elaboração, uma politização do Design exigiria, em primeiro lugar, um compromisso com a conscientização daqueles que se ocupam do Design. Essa politização deveria impulsionar o reconhecimento da realidade, e a análise das potencialidades e das limitações das abordagens e ferramentas do campo para se inserir nesta realidade de forma crítica.

De forma complementar e indissociável, a Educação Popular e o Feminismo propõem processos de politização em um movimento que vincula o reconhecimento

de si como sujeito político e o pertencimento coletivo na sociedade. Desta forma, a politização é uma ação dialética entre sujeito e coletivo, que revela as estruturas de dominação que existem na sociedade e como elas organizam o sistema (Fernandes, 2020; Freire, 2014 [1968]). Diante disso, podemos inferir que, em segundo lugar, a politização do Design passa necessariamente por uma reavaliação histórica do campo que permita um engajamento crítico com os processos de design e um questionamento sobre o que é produzido e sob quais condições se faz design em diferentes contextos hoje.

Perspectivas políticas e teóricas

Nesta pesquisa estou assumindo uma postura marcadamente política, situada em um posicionamento *feminista e popular*. *Feminista* não porque se centra nas mulheres como objeto, mas porque se preocupa com instituições, estruturas e relações de poder cotidianas que implicam posições sociais hierarquizadas que conformam opressões diversas na sociedade, em geral, e especificamente para as mulheres. Nesse bojo de debate, defendo que a perspectiva feminista não tem foco limitado às mulheres, a um ideal feminino ou mesmo a uma agenda feminista exclusiva, mas trata substancialmente de política, de emancipação e de justiça. Neste trabalho, penso o feminismo como teoria, como movimento político organizado e como postura ética que orienta escolhas individuais e coletivas sobre como as pessoas constroem a si mesmas e a sua relação com o mundo (Silva & Camurça, 2013; Silva & Branco, 2018). A postura feminista que proponho, portanto, não se embasa apenas em um destes pilares, mas entende que as três dimensões são entrelaçadas e se influenciam, mesmo que tenham certa autonomia quando observadas como elementos constitutivos do feminismo. Situado nessa relação ambígua e complexa entre teoria e prática política, entre ação coletiva e individual, o debate feminista tem se confrontado com diferentes temáticas, respingando em muitas áreas, o Design sendo apenas uma delas. Neste trabalho, sublinho alguns destes contatos e exploro novas possíveis conexões especialmente tendo o feminismo e suas práticas políticas como lente de análise.

A proposta que apresento aqui também carrega um posicionamento *popular*. Isso não tem a ver com minha origem social, que é de classe média com acesso a uma série de privilégios vinculados à branquitude, mas com a identidade política que

construí a partir do meu trabalho militante. Nos processos de participação e de organização coletiva em diferentes coletividades em luta, pude estabelecer um entendimento de mim mesma e uma leitura do mundo que se alia às perspectivas populares (Freie, 2014 [1968], Silva, 2017), tendo como horizonte de construção um projeto de sociedade radicalmente transformado por valores da educação popular como força motriz de politização. O Campo do Design vem construindo uma relação de aproximação com as temáticas sociais e políticas, ainda que falte um posicionamento radicalizado para que possa se considerar popular. Espero contribuir para esse debate.

Neste trabalho, o Design é abordado a partir de dois campos fundamentais. Em primeiro lugar, a partir do campo dos Estudos em Design, buscando entender as disputas de poder em torno do Design. Desde perspectivas críticas “do Sul Global” e Feministas, interrogo o Design como um processo, como uma prática e como produtor de produtos e sistemas que mediam relações, influenciam modos de vida e potencialmente sustentam sistemas econômicos, políticos e sociais. Proponho também refletir sobre as práticas participativas, exploradas neste trabalho a partir do Design Participativo, que é um campo de pesquisa e de prática no Design que se preocupa com processos colaborativos e com os efeitos da participação das pessoas que serão afetadas pelos artefatos no projeto e desenvolvimento dos produtos.

O processo de teorização

Nesta pesquisa, parto de uma compreensão ampliada do processo de teorização, que tensiona as barreiras entre esta atividade e a minha própria vida. Enxergar a produção teórica não está restrita ao trabalho intelectual acadêmico. As experiências organizativas, as leituras, os debates e as práticas políticas que vivenciei me ensinaram e me desafiaram a teorizar sobre elas, de forma individual e coletiva, de modo que compreender esses processos como formas de teorização se tornou inevitável. Ao examinar minha vivência como prática intelectual e de teorização, encontrei na perspectiva da pesquisa militante¹ uma possibilidade de articulação metodológica para estas questões.

¹ A pesquisa militante será apresentada em profundidade no Capítulo 1 deste trabalho, onde a abordagem político-metodológica será detalhada.

Na apresentação dessas reflexões, me proponho mais à criação teórica – teorização – do que à teoria (Collin, 1994). Isso significa que, ao mesmo tempo que convido a teoria para participar do banquete reflexivo, o que sirvo à mesa não necessariamente é palatável nos termos propostos por ela. Assim, longe de fornecer um modelo explicativo das questões discutidas, o que incorreria na esperança vã de resolvê-las, me lanço ao pensamento sem borda, sem acabamento, ofereço teorias abertas e vulneráveis, e não instrumentos fixos de explicação dos fenômenos.

Percebo como a minha capacidade de teorização em relação às situações vividas nos espaços de pesquisa militante que escolhi pesquisar está de alguma forma vinculada a tudo que vivi até aqui — incluindo as experiências fora Universidade e do Design, que também me ensinaram sobre teorização, especialmente a prática política do movimento feminista. A atividade intelectual não se restringe ao espaço universitário, ela inunda o cotidiano da vida e se manifesta na forma como me comporto no mundo. A vida também a invade e tensiona o que foi pensado e sistematizado.

A dialética da teorização precisa estar aberta ao cotidiano para poder florescer. Ao desenvolver uma pesquisa militante com orientação popular e feminista, essa semente está ligada a uma escolha política em relação à produção de conhecimento que se relaciona com a formação teórica destes dois campos e que reconhece nestes espaços, a fertilidade intelectual a partir de outros insumos.

Na Educação Popular, um procedimento fundamental é o mapeamento de temas e questões a partir da realidade do educando. A partir dos elementos identificados, o processo educativo se desdobra para revelar o significado das palavras e das relações sociais que moldam a realidade. Desde a experiência concreta do educando, são forjadas as estratégias de aprendizado e de reflexão que possibilitam uma leitura crítica do mundo (Freire, 2014 [1698]; 1979).

No Feminismo, historicamente, a produção de conhecimento se desenvolveu em espaços coletivos de autorreflexão, partindo principalmente das experiências das mulheres. Os grupos de autorreflexão ou conscientização tiveram um importante papel na consolidação de uma forma de produção do conhecimento que articula as dimensões objetiva e subjetiva da análise da realidade. Ao passar da interpretação das questões individuais para as vivências coletivas, elaboram-se reflexões sobre as

estruturas de poder que organizam a vida social (Ávila & Ferreira, 2014; hooks, 2004, 2020).

Entendo, então, a formulação teórica a partir da experiência vivida como um processo de conscientização, não um processo de explicação (hooks, 2017). A experiência vivida da teorização é parte de processos de autorrecuperação e de libertação individual e coletiva, desta forma não há espaço para a separação entre teoria e prática, há apenas práxis. O desafio é fazer da teorização um reflexo da prática e fazer a prática reformular constantemente a teorização. Somente desta forma teremos teorias e práticas compreensíveis e libertadoras.

A estrutura do trabalho

Esta tese é dividida em três capítulos. O Capítulo 1, **A produção de conhecimentos e a prática política**, apresenta o quadro teórico-político que orienta a tese. Neste capítulo contextualizo a produção de conhecimento na América Latina e reforço o papel político-pedagógico dos movimentos sociais como espaços de produção de conhecimento contra-hegemônico. Em seguida, aponto algumas armadilhas da produção de conhecimento na ponte entre academia e movimentos sociais, atentando para a nossa responsabilidade, enquanto intelectuais e acadêmicos, frente à mediação de saberes junto a coletividades em luta. Neste mesmo capítulo apresento a Pesquisa Militante como abordagem metodológica que orienta a pesquisa. A seguir, apresento a perspectiva histórico-dialética e feminista que embasa a lente de análise empregada no trabalho. Por fim, apresento os espaços onde vivi a pesquisa militante: International Development Design Summit (IDDS), Universidade Livre Feminista (ULF), Movimento Estudantil da ESDI/UERJ e Rede Design e Opressão, e explico a minha relação com cada espaço e o trabalho que desenvolvi com essas coletividades em luta.

O Capítulo 2, **O processo de politização**, investiga o fenômeno da politização a partir de dois campos: a educação popular e o feminismo. Primeiramente apresento um breve histórico da Educação Popular, evidenciando seu caráter político a partir da sua enunciação desde o popular. Na tentativa de entender como o processo de politização se dá, apresento o conceito de *conscientização* a partir da obra de Paulo Freire e, em seguida identifico e qualifico 4 eixos que alicerçam a politização no interior dos movimentos sociais a partir da

pedagogia popular: (i) Epistemologia, (ii) Ontologia, (iii) Conceituação e (iv) Prática. Passo, então, a tratar do feminismo, explicitando a perspectiva do feminismo popular antissistêmico que defendo neste trabalho. Depois de um breve e limitado recorrido histórico do feminismo popular na América latina, apresento e qualifico princípios políticos feministas que orientam a politização no interior do movimento feminista: (1) a ação política como prática cotidiana; (2) a crítica ao universalismo e defesa da pluralidade; (3) a solidariedade para construção de alianças; (4) a auto-reflexão e autocrítica; (5) a organização política coletiva; (6) o cuidado como estratégia política.

O capítulo 3, **A possibilidade de politizar o design**, investiga o design como campo a ser politizado e, diferentemente dos outros capítulos, apresenta articulação teórico-prática, propondo diálogo entre a teoria do Design e as experiências vividas em Pesquisa Militante. Este capítulo é dividido a partir dos 4 eixos de politização identificados no capítulo 2.

Em “*Epistemologia ou o que se sabe do mundo*”, proponho uma análise comparativa da Epistemologia da Prática, de Donald Schön, com a Epistemologia da Práxis, de Paulo Freire, e postulo o espaço do projeto como espaço de aprendizado desde a perspectiva de aprendizado mútuo defendida pelo Design Participativo. Em “*Ontologia ou as formas de ser no mundo*” trato das condições sócio-históricas que conformam o campo do Design a partir da perspectiva de Gênero nos Estudos em Design e, em seguida, debato uma revisão do campo do Design a partir de autores latino-americanos que têm discutido questões ontológicas desde este lócus de enunciação. Em “*Conceituação ou como interpretar o mundo*”, faço uma análise sobre a política dos artefatos de design a partir do *Adversarial Design* de Carl Di Salvo e, depois, apresento um debate sobre as mediações que métodos e produtos de Design fazem das pessoas com o mundo, especialmente em espaços de vulnerabilidade. Em “*Práticas ou o modo de agir sobre o mundo*”, analiso o sentido da participação no Design Participativo, evidenciando limites e possibilidades e proponho a ética do cuidado como uma prática necessária nos espaços de projeto de design.

A jornada de politização

Conscientizar-se sobre seu papel e sua tarefa no mundo não é um processo de libertação apenas, é um caminho de escolhas e renúncias cujas conexões nem

sempre estão aparentes. Ao refletir sobre o meu próprio processo de politização, que não foi linear, identifico uma inquietude em relação à realidade e uma disposição para a ação coletiva, que somados ao acúmulo de experiências e à sabedoria conquistada com o tempo, delineiam uma postura crítica e consciente tanto das *limitações* quanto das *possibilidades* de ação diante da realidade.

No período de graduação em Desenho Industrial, habilitação em programação Visual, na Universidade Federal de Santa Maria², no interior do Rio Grande do Sul, estive envolvida no movimento estudantil e assumi a liderança do CADI (Centro Acadêmico de Desenho Industrial) por duas gestões. No cumprimento desta tarefa, tive oportunidade de acompanhar espaços de debate e de deliberação na universidade e participar da reestruturação do currículo do curso. Neste período, também fui uma das coordenadoras do R Design Sul 2009, evento de estudantes que aconteceu em Santa Maria e reuniu mais de mil estudantes de design de vários lugares do Brasil para um debate sobre a interdisciplinaridade do Design. O evento reuniu convidados e oficinas que tratavam de temas das engenharias, arquitetura, ciências sociais e aplicadas, além de designers com diferentes especialidades. O desejo de realizar um evento no interior do Rio Grande do Sul, apesar de todos os problemas logísticos colocados pelo acesso à cidade, foi mobilizado pelo reconhecimento de que, como estudantes, precisávamos propor diálogos mais amplos que pudessem expandir nossos horizontes formativos, os quais entendíamos como restritos a práticas profissionais ultrapassadas e apartadas do cenário de design nacional.

A organização do R Design foi um divisor de águas na minha trajetória enquanto designer em formação porque entrei em contato com pessoas que tinham vivências de design muito distintas das minhas em uma cidade interiorana. Naquela época, em Santa Maria, as oportunidades de trabalho com design gráfico eram restritas às agências de publicidade. Eu nunca me interessei por esse tipo de atividade e busquei na universidade outras oportunidades formativas, por isso sempre fui ativa em projetos de extensão e na organização política do movimento

² Santa Maria é uma cidade de porte médio, com 280 mil habitantes, que fica no centro do Rio Grande do Sul, a 300km de Porto Alegre, capital do estado. Por um lado, ela é reconhecida por ser uma cidade universitária. Além da maior Universidade Federal fora das capitais, a cidade conta com 5 centros universitários privados. Por outro lado, é uma cidade extremamente militarizada e abriga 22 quartéis, sendo a segunda cidade brasileira com maior número de quartéis, atrás apenas do Rio de Janeiro.

estudantil. Esse contexto sempre alimentou meu desejo de ir para um grande centro do país em busca de oportunidades onde eu pudesse trabalhar com atividades mais alinhadas com minhas preocupações sociais e políticas.

Em um curto período após a conclusão da graduação, morei em Porto Alegre, onde fiz algumas disciplinas no mestrado em Design Estratégico da Unisinos. Nestas aulas, aprofundei meus conhecimentos ao redor de metodologias de design que buscavam ações orientadas ao “social”, especialmente o Design para Inovação Social, vinculadas ao trabalho de Ezio Manzini, e o Design Thinking, de Tim Brown e da IDEO. Animada com a descoberta deste “novo” campo (pelo menos pra mim), em meados de 2012 tive oportunidade de participar do *International Development Design Summit*³ em São Paulo, onde experimentei pela primeira vez este tipo de trabalho na prática.

Aproveitei o período que estava em São Paulo e conheci diferentes empresas que atuavam com inovação e, em especial, conheci a ONG Rede Design Possível, que trabalha numa perspectiva social junto a empreendimentos da Economia Solidária. No final do ano de 2012 fui chamada para coordenar uma pesquisa na Rede Design Possível e me mudei para São Paulo. Depois de finalizada a pesquisa, atuei no acompanhamento direto a grupos produtivos de Economia Solidária na execução da tecnologia social Possíveis Empreendedores, que orienta os trabalhos da ONG e é elaborada a partir das bases teórico-metodológicas do Design, da Sustentabilidade e da Economia Solidária (Nishikiori et al, 2021).

O espaço da Rede Design Possível foi extremamente importante para iniciar meu processo de questionamento do papel do Design e as articulações políticas deste ofício. Nessa experiência, passei a criticar muitas elaborações das metodologias com as quais eu havia entrado em contato anteriormente. “Na prática a teoria é outra”, eu pensava. Os desafios de trabalhar com grupos produtivos na economia solidária pautou uma preocupação sobre o engajamento político de nós, designers, com os grupos. Na época não pude elaborar concretamente estas questões devido a uma imaturidade política para lidar com a complexidade das relações, interesses e desejos que se colocavam nos projetos. Pensando de forma

³ *International Development Design Summit* é um programa pedagógico e prático de caráter imersivo que atua no desenvolvimento de tecnologias de baixo custo em comunidades a partir de metodologias de design co-criativas. O processo do IDDS será melhor explicado no capítulo 1 deste trabalho.

retrospectiva, hoje vejo que, para trabalhar em espaços declaradamente políticos, como é o caso do movimento da Economia Solidária em São Paulo, os agentes (sejam designers ou outros profissionais) deveriam passar por uma formação para a prática política necessária ao trabalho.

A proposta de auto-gestão do Design Possível também me ensinou sobre processos compartilhados de organização, debate e tomada de decisões. Não havia padrões e empregados, o que significava que havia mais autonomia nas relações de trabalho e o tipo de trabalho que se fazia. No entanto, também era um espaço desafiador porque além do trabalho de design, precisávamos fazer trabalho de captação de recursos, gestão de projetos, gestão de recursos e tudo o que envolve a manutenção de uma organização sem fins lucrativos.

Frente a uma situação de instabilidade de trabalho e renda, fui trabalhar no Instituto Tellus, uma ONG que atua com consultoria e inovação em Serviços Públicos e se orienta metodologicamente pelo *Design Thinking*. O Instituto Tellus faz parte do “boom” do *Design Thinking* e dos HUBs de inovação no Brasil, que influenciou, ao final da década de 2010, o surgimento de diversas empresas atuando sob essa perspectiva de design e inovação. Na época em que eu comecei a trabalhar no Instituto Tellus, em 2014, esse mercado já estava consolidado em São Paulo, com diversas consultorias estrangeiras e algumas nacionais que ofereciam serviços para os mais variados tipos de negócios, sendo que algumas, como o Tellus, atuavam em nichos específicos.

A atuação junto ao poder público colocou desafios que eram diferentes dos enfrentados no trabalho com os empreendimentos de economia solidária de base popular. O que mais me chamou atenção nesse trabalho, em termos comparativos com o Design Possível, foi uma despolitização em relação à metodologia de trabalho e às práticas de engajamento com os demais agentes dos projetos. Só depois, com certo distanciamento, eu percebi que a atuação com a perspectiva do *Design Thinking* favorece essa alienação, mas no interior da experiência, eu embarquei num processo alienante também.

Eu fiquei seduzida pelo trabalho nesta área porque achei que trabalhar com inovação em serviços públicos poderia ser um caminho para conectar o ofício de design com a minha preocupação social de uma forma mais estável em termos de carreira. Para aprofundar minha formação neste sentido, busquei um mestrado em

Engenharia de Produção na Universidade Federal do Rio de Janeiro, sob orientação da professora Dra. Carla Cipolla, uma das maiores especialistas em Design de Serviços do país à época.

Ao longo do mestrado, fui bolsista de projetos de pesquisa que investigavam processos de Inovação Social em diferentes iniciativas e entrei em contato com teorias mais politizadas sobre processos participativos. Nesta experiência minhas perspectivas profissionais enfrentaram profundos tensionamentos e passei a me interessar pela carreira acadêmica. O interesse temático também sofreu inflexão e eu passei a querer compreender como a Universidade poderia ser agente de transformação da realidade em diálogo com a sociedade e qual poderia ser o papel do Design nessa articulação. Estavam colocados desafios da ordem da construção de conhecimento, hierarquias epistêmicas e possibilidades de ação do Design em conjunto com ações populares.

Além das vivências de pesquisa, outros fatores provocaram mudanças substantivas nas minhas preocupações em relação ao campo do Design e seu papel político e social. Em 2015, eu voltei a me organizar politicamente. Desde o movimento estudantil, na época de graduação, eu estava afastada da organização política em função das mudanças de cidade e das exigências pessoais e profissionais que o período impôs. Voltar para o espaço de organização política teve um papel fundamental nos caminhos que se delinearam.

Quando cheguei no Rio de Janeiro, em 2015, ainda existia a pulsão política de Junho de 2013, que fez com que inúmeros coletivos, especialmente de juventude, se organizassem ao redor das mais variadas pautas. Também se sentiam os efeitos das eleições presidenciais de 2014 e existia na cidade uma mobilização contra a realização das Olimpíadas em 2016 e os processos de infraestrutura urbana que estavam aprofundando a gentrificação, além de terem provocado um rombo financeiro nos cofres do Estado.

O cenário político entre 2015 e 2016 era de instabilidade e, ao mesmo tempo, de mobilização popular. Em 2015 aconteceu o levante feminista que ficou conhecido como “Primavera das Mulheres” (Brito, 2017) e foi mobilizado para enfrentar a proposta de lei 5069/2013, de autoria do então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha. Essa lei dificultaria o atendimento às vítimas de violência sexual nos serviços públicos de saúde. Neste processo, o movimento

feminista recuperou visibilidade na cidade e diferentes eventos estavam sendo construídos. Eu passei a frequentar esses espaços e me engajar em atividades, o que culminou na fundação de um coletivo feminista, o Agora Juntas.

Desde essa época também já se desenhava a ameaça de golpe parlamentar contra a presidenta Dilma Rousseff, que a destituiu do cargo em 2016. Em articulação política com várias organizações e coletivos, participei da organização de atos contra o impeachment da presidenta, atuando na parte de comunicação e desenvolvimento de peças gráficas para diferentes ações. Eu estava feliz em participar das ações políticas, mas me questionava sobre o papel do design nestas mobilizações e se existiria possibilidade de outro tipo de engajamento que não a partir de tarefas vinculadas ao design gráfico.

Além do golpe parlamentar, o ano de 2016 foi marcado pelas eleições municipais. Depois de participar de atividades organizadas pelo PSOL (Partido Socialismo e Liberdade), me filiei ao partido e atuei de forma voluntária nas campanhas de Marcelo Freixo, para prefeito, e de Marielle Franco, para vereadora. O contato com militantes organizados no partido foi importante naquele momento para avançar no meu processo de politização, influenciando minha leitura da conjuntura política e minhas ações diante dela.

Neste mesmo ano, com o coletivo Agora Juntas, organizamos uma ocupação cultural no Instituto Rose Marie Muraro, um espaço feminista da cidade, e realizamos mais de 40 atividades ao longo de 6 semanas. Neste processo, facilitei algumas oficinas participativas para a construção da ocupação e também atuei na coletiva de coordenação das atividades. Essa foi uma mobilização importante para o fortalecimento do feminismo jovem na cidade e, pessoalmente, foi uma experiência que delineou um novo interesse de pesquisa, voltado para a articulação dos processos de design e as práticas de organização política dentro de coletivos.

Antes mesmo de defender a dissertação de mestrado me inscrevi e fui aprovada no processo seletivo da ESDI/UERJ para cursar o doutorado sob orientação da professora Dra. Zoy Anastassakis, que ao lado da professora Dra. Bárbara Szaniecki, coordena o Laboratório de Design e Antropologia (LaDA). Eu conheci o LaDA a partir do contato com pesquisadoras do laboratório no P&D Design de 2016 e me aproximei dos debates naquele mesmo ano quando participei do Entremeios, evento organizado anualmente pelo laboratório.

A princípio minha pesquisa estava interessada em alinhar meu ativismo político no feminismo com os estudos em metodologias participativas no Design. Hoje reconheço que a proposta era bastante ingênua: eu queria propor intervenções na organização do movimento feminista a partir das práticas e ferramentas do Design. As vivências no LaDA me fizeram refletir sobre processos de design e questionar o que eu entendia como espaço de projeto. A partir de determinado momento, meus questionamentos fizeram com que a pesquisa ficasse um pouco turva e eu passei a entrar em negação com o Design como um espaço a partir de onde eu poderia edificar as transformações que eu gostaria de ver na sociedade. Esta desconfiança atravessou todo o período do doutorado, mas tentei permanecer em movimento, buscando alicerces que pudessem me ajudar a construir um caminho de pesquisa e de ação.

Neste sentido, busquei fortalecer meu trabalho em diferentes espaços. Em 2016 e 2017, eu voltei a participar do *International Development Design Summit*, assumindo papel na comissão organizadora em um evento sediado em Bogotá, Colômbia, e outro em Sololá, na Guatemala. Nestas experiências confrontei algumas questões metodológicas e pedagógicas, buscando uma reorientação do engajamento político dos designers com as comunidades onde trabalhávamos. Essas reflexões estão expostas nesta tese no capítulo 3.

Neste mesmo ano, comecei a atuar junto à Universidade Livre Feminista⁴ como educadora popular em ações pedagógicas no Rio de Janeiro. O trabalho com a Universidade Livre Feminista também foi um espaço de experimentação de design e me trouxe de volta para a pesquisa. Em parceria com a designer Clara Juliano, elaborei diferentes artefatos pedagógicos para os cursos e passei a enxergar as intervenções de design como ações políticas nos espaços de educação popular. Me afastei um pouco da preocupação metodológica no Design e encontrei outro significado no espaço de projeto. Alinhado ao meu trabalho contínuo na Universidade Livre Feminista, em 2018 eu passei a integrar a Articulação de Mulheres Brasileiras, um movimento feminista de base popular que é meu espaço de militância mais pujante até hoje. Os espaços de debate e deliberação na AMB

⁴ A Universidade Livre Feminista é um espaço de formação política para mulheres cujas práticas são orientadas pela pedagogia popular feminista. O trabalho da organização será apresentado com maiores detalhes no Capítulo 1 desta tese.

são espaços pedagógicos não-formais que determinam meu reconhecimento como sujeito político.

Na ESDI, entre os anos de 2017 e 2018 eu assumi também a representação discente de doutorado na Comissão de Pós-Graduação do Programa de Pós-Graduação da ESDI. Esse espaço foi importante para exercitar a construção política dentro da universidade e tensionar os processos organizativos e formativos da escola. No coletivo da representação discente buscamos articular a pós-graduação e a graduação em um movimento estudantil unificado. Esse contato com a graduação me ajudou a compreender de forma mais nítida a necessidade de politização do espaço da ESDI e me fez refletir sobre o meu próprio processo de politização nos diferentes espaços onde eu atuava (feminismo, universidade pública, projetos de design em comunidades e educação popular).

Na tentativa de articular as problemáticas de politização, movimentos sociais e design, em 2019, ajudei a criar o projeto de extensão “Praxicracia”, em parceria com colegas da representação discente e sob orientação do professor Dr. Ricardo Artur Pereira Carvalho. Esse projeto tinha como objetivo promover experimentos de Design com foco em participação democrática junto a movimentos sociais. O trabalho consistia em mapear e categorizar ferramentas e métodos utilizados por diferentes vertentes do design e da educação, especialmente aqueles que tinham horizonte político declarado, além de investigar as práticas políticas de organização de movimentos sociais e promover diálogos e experimentos projetuais entre designers, educadores e representantes dos movimentos.

Este projeto teve relação com outro espaço que ajudei a organizar na ESDI, o Laboratório Experimental de Design e Política. Este espaço informal foi fundado em 2019 por estudantes da graduação e da pós-graduação no contexto das mobilizações estudantis contra os ataques à educação pública, perpetrados pelo então Ministro da Educação, Abraham Weintraub. O grupo atuou como mobilizador de ações políticas na ESDI, incluindo preparação às manifestações, organização de aulas públicas, almoços coletivos, palestras e grupo de estudos. Essas ações visavam debater a Universidade Pública e também o papel social e político do Design diante das questões emergentes. Neste mesmo ano, integrei a direção da Associação de Pós-graduação da UERJ, estabelecendo outro espaço de diálogo e de luta dentro da Universidade.

Em 2020 me vi diante de um novo desafio quando assumi como professora substituta do curso de Comunicação Visual Design na Universidade Federal do Rio de Janeiro⁵. Essa experiência foi marcada pelo ensino remoto (devido à pandemia de Covid-19) e pela constante autocrítica que fazia do meu trabalho como uma educadora que desconfiava do design e que, ao mesmo tempo, se propunha a debater-lo com sinceridade com os estudantes. Identifiquei entre os estudantes uma vontade de refletir sobre o design a partir de uma perspectiva crítica, ao mesmo tempo que senti uma angústia em relação às (im)possibilidades de atuação profissional politicamente engajada e socialmente consciente. Estar “em sala de aula” me ajudou a elaborar questões que orientam essa tese, especialmente quando falamos de uma reorientação do campo, que deve passar tanto pelo horizonte formativo quanto de atuação profissional. Estes tópicos serão discutidos em maior profundidade no capítulo 3.

Outro fator fundamental e derradeiro para o assentamento da temática deste trabalho foi a fundação da Rede Design e Opressão⁶ também em 2020. A Rede se organizou a partir de um grupo de estudos da obra de Paulo Freire, que foi mobilizado pelo professor Dr. Marco Mazzarotto, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. O espaço de diálogo do grupo de estudos aconteceu online motivado pela virtualização das atividades acadêmicas durante a pandemia do Covid-19 e contou com a participação de cerca de 40 pesquisadores, entre professores e estudantes de design, de diferentes localidades do Brasil. A Rede Design e Opressão foi fundada em junho daquele ano e organizou encontros semanais no segundo semestre de 2020. Ao longo dos encontros, o público que frequentava os debates ampliou consideravelmente. Juntos discutimos as relações possíveis entre Design e Paulo Freire, Frantz Fanon, bell hooks, Augusto Boal, entre outros autores e autoras. Essa vivência na Rede Design e Opressão marcou meu reencontro com o Design e com a pesquisa do doutorado, cujos desdobramentos apresento a seguir.

Apesar de ter contato anterior com as temáticas que sustentam essa pesquisa, sinto que, a partir de 2020, as questões se delinearam mais nitidamente, especialmente pelo encontro com outras pessoas que compartilhavam destas

⁵ A experiência docente será melhor apresentada no capítulo 1 deste trabalho.

⁶ A formação e trabalho da Rede Design e Opressão será melhor apresentada no Capítulo 1 deste trabalho.

mesmas preocupações. Passei a direcionar minhas ações de forma mais certa e, em articulações sempre coletivas, conseguindo assim produzir intelectualmente muito mais do que nos anos anteriores. Diversos dos trabalhos produzidos nesta época fazem parte dos referenciais teóricos que utilizo aqui. Não recorro a isso como uma prática de auto-referenciação egóica, mas para fortalecer o argumento de que, nesta tese, estou trabalhando sobre uma teoria ainda em construção, cuja tessitura é coletiva.

Em 2021, diante de uma mudança radical na base teórico-metodológica que orientava a pesquisa, solicitei uma mudança de orientação e o professor Dr. Ricardo Artur Pereira Carvalho, membro fundador da Rede Design e Opressão, passou a ser meu orientador nesta empreitada. Todo acúmulo anterior, a construção e debate no LaDA, nas disciplinas cursadas no PPDESDI e a articulação nos espaços políticos fez com que fosse possível lidar com as questões que discuto aqui. Considero que esse trabalho é uma sistematização inconclusa do que foi possível ser pensado e dialogado em diferentes espaços, dentro e fora da academia. O caminho ainda está sendo construído e vai se conformando à medida que, juntos, vamos interrogando o Design e amadurecendo como comunidade de intelectuais e praticantes, construindo alianças na construção de um projeto de sociedade onde caibam nossos sonhos. Que bom contar com sua companhia, boa leitura!⁷

⁷ Ao longo deste processo, fiz uma playlist de músicas que me acompanharam na pesquisa e na escrita. Acredito que as músicas são parte daquilo que me inspirou e acolheu, por isso lhe convido a ouvi-las em algum momento oportuno, como forma de se aproximar deste trabalho a partir de outros sentidos. <<https://open.spotify.com/playlist/73MaL06jIMRisEg2WajSbg?si=ca14a3b18b4644e4>>

1. A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO E A PRÁTICA POLÍTICA

O percurso de elaboração desta tese originou diversas angústias e preocupações sobre meu papel enquanto acadêmica e militante e as interseções colocadas por essa dupla vivência no trabalho intelectual e de produção de conhecimento. A seguir compartilho algumas dessas questões e apresento o horizonte político-metodológico que orientou o desenvolvimento desta tese, que é entendida como produto de um trabalho intelectual individual no sentido da escrita, mas profundamente coletivo no sentido dos espaços onde a reflexão aconteceu e onde as ideias se edificaram. Assim, neste capítulo do trabalho, examino os processos de produção do conhecimento como prática política, tanto no âmbito acadêmico quanto no interior dos movimentos sociais, e apresento a pesquisa militante como uma forma de articular estes dois espaços em uma prática de produção de conhecimento que pode ser potencialmente emancipadora para ambos.

Para começarmos a dialogar sobre o tema, precisamos compreender que existe uma nítida relação entre a produção histórica e social do conhecimento e as desigualdades sociais e políticas impostas pela organização capitalista mundial. O capitalismo como forma produtiva que organiza a vida de forma hegemônica, influencia o que sabemos, a partir de onde sabemos o que sabemos e quem sabe as coisas (Varella, 2017). A consolidação e a difusão das concepções de mundo capitalistas faz com que as pessoas percebam com naturalidade as relações de desigualdades sobre as quais o capitalismo se estrutura, ou seja, os sistemas de exploração e de dominação tornam-se naturais e não históricos e circunscritos nas diferenças de classe, raça, gênero e etnicidade que marcam a organização social, política e econômica (Silva, 2010).

Essas dimensões assimétricas do poder no capitalismo resultam em violência epistêmica e ontológica (Kidd, Medina & Pohlhaus Jr., 2017; Fricker, 2007) e envolvem questões relativas às práticas de produção de conhecimento, a quem produz conhecimento tido como válido e o que é possível de ser conhecido a partir destes processos. De um lado, a assimetria de poder promove a subordinação e a subalternização de saberes existentes em regiões de países do Sul Global, por exemplo, como o conhecimento produzido pelas populações indígenas, quilombolas e povos tradicionais. Isso também se estende à desvalorização e à deslegitimação de conhecimentos produzidos a partir da experiência do trabalho, o saber prático

ancorado no conhecimento popular e coletivo que surge nos fazeres cotidianos das comunidades e coletividades. Esses saberes são apagados da realidade social e considerados, na fictícia linha do tempo ocidental, como atrasados e primitivos (Jaumont & Varella, 2016). No entendimento moderno/colonial e capitalista, a sabedoria ancestral, a prática cotidiana e popular não carrega qualquer utilidade para a solução das problemáticas sociais atuais e as pessoas envolvidas nesses saberes-fazeres são também desprovidas de valor social como produtoras de qualquer conhecimento válido .

Por outro lado, sob este paradigma, também são invisibilizadas a produção intelectual de centros de pesquisa e de Universidades destes países do Sul Global e sua capacidade de recuperação histórica. Em uma espécie de divisão internacional do trabalho acadêmico (Bringel e Varella, 2016), a capacidade teórica e analítica dos pesquisadores e intelectuais do Sul Global não é reconhecida ou valorizada. Fernanda Beigel (2013) chama de dependência acadêmica essa estrutura desigual de produção e circulação de conhecimento, que inclui processos institucionais, materiais e simbólicos. Nesse contexto, é esperado que pesquisadoras e pesquisadores dos países do Sul Global embasem seus trabalhos em teorias e propostas analíticas consolidadas pelos centros de pesquisa da Europa e dos Estados Unidos para que sejam validados em diferentes áreas acadêmicas. Sob mesma subjugação, os estudos realizados no Sul Global a partir de situações e questões pertinentes à região são sempre tidos como uma análise específica ou localizada, com pouca relevância para o entendimento amplo e global de questões. Tal assunção não ocorre em estudos cujas problemáticas são localizadas e pertinentes às regiões do Norte Global, que são tidas como capazes de explicar amplamente fenômenos gerais de diferentes áreas acadêmicas.

No entanto, essa errática sujeição dos coletivos, indivíduos e dos países do Sul Global à ideologia capitalista e a um entendimento de realidade aos moldes modernos e ocidentais se dá dentro de um campo em disputa dinâmica, onde interagem várias formas críticas de pensar e diferentes paradigmas de leitura do mundo. Desse modo, Bringel e Varella (2016) e Varella (2017) nos lembram que é necessário reconhecer que, tanto na esfera dos movimentos sociais quanto no âmbito acadêmico, houve e há respeitáveis resistências e recepções críticas e criativas das abordagens europeias e estadunidenses que acabam por criar novos

marcos analíticos críticos para a compreensão da realidade no Sul Global, em geral, e na América Latina especificamente.

Diante destes pressupostos, na próxima seção proponho um debate sobre os conceitos de violência e resistência epistêmica e ontológica relacionando-os com o fazer Ciência em contraponto ao produzir ciência como forma de produção de existência (Vieira Pinto, 2005). Logo depois, compartilho uma reflexão sobre os movimentos sociais como espaços privilegiados de produção de conhecimento por meio de suas práticas organizativas e estratégias de luta. Na terceira seção, apresento algumas armadilhas que o trabalho intelectual e a estrutura da academia colocam para pesquisadores que desejam trabalhar em processos contra-hegemônicos de produção de conhecimento. Na quarta seção exponho a pesquisa militante como abordagem política-metodológica para produção de conhecimentos entre a academia e os movimentos sociais e apresento os espaços onde a pesquisa desta tese se tornou possível, bem como a chave de análise que uso no desenvolvimento do trabalho.

1.1 Violência e Resistência Epistêmica e Ontológica

Há uma história de apagamento, perseguição e morte na América Latina. Os pressupostos eurocêntricos impuseram um padrão civilizacional para a organização social na região e consolidaram o modo de vida capitalista ocidental, que por sua vez se sustenta a partir de relações de exploração e opressão num cenário global. A Ciência moderna europeia, como parte deste sofisticado aparato de controle social, chega à América Latina junto com a invasão do continente e se impõe violentamente de forma a suplantam a ciência⁸ já existente entre os povos que aqui viviam. Essa Ciência se propaga através de espaços educativos formais e informais com o objetivo de justificar a dominação de um grupo social (colonizador) sobre outro

⁸ Em contraponto à dureza racional cientificista herdada da Europa, o filósofo brasileiro Álvaro Vieira Pinto (2005), entende ciência como a capacidade coletiva de produção de existência, ou seja, a capacidade de reconhecer saberes e práticas e manipular do mundo de modo a assegurar modos de vida específicos. Para o autor, a técnica e a existência, a construção de saberes, por fim, estão diretamente relacionadas ao trabalho e manipulação do mundo, não limitadas às tecnologias nas indústrias e fábricas, mas como atos da vida cotidiana, de todas as pessoas. Dessa forma, ele reconhece que o conhecimento científico é algo presente em qualquer cultura como resultante de uma construção social que responde às formas de organização política e social, apontando especificidades que explicam determinados fenômenos historicamente localizados.

(colonizado), posicionando ideologicamente um modo de vida e de produção de conhecimento sobre outras formas de *produção de existência*⁹ (Vieira Pinto, 2005) já estabelecidas nos territórios através dos conhecimentos populares tradicionais e saberes ancestrais (Jaumont & Varella, 2016).

Ao longo do tempo, nesse movimento de embate e disputa, os processos de elaboração de conhecimento foram se estruturando na região e o trabalho intelectual latino-americano se consolidou no espaço privilegiado da universidade¹⁰, sendo influenciado, inicialmente, pelas perspectivas coloniais e, depois, pelos ideais liberais-capitalistas. Concebido sob essas influências, este pensamento latino-americano explica a realidade a partir de teorias que, apesar de serem situadas em uma experiência latino-americana (a das elites), naturalizam as desigualdades presentes no continente e servem à domesticação dos grupos sociais oprimidos (Bringel e Varella, 2016). Deste modo, podemos esboçar uma crítica ao reconhecer que o entendimento da região a partir de suas especificidades não significa, *a priori*, uma aproximação questionadora à realidade, pelo contrário, pode garantir uma dominação interna pelas elites locais e favorecer processos colonialistas e imperialistas (Varella, 2017; Bringel e Varella, 2016).

Nesse fluxo histórico, o continente testemunha um complexo processo de violência e injustiça epistêmica e ontológica (Kidd, Medina & Pohlhaus, Jr., 2017; Fricker, 2007) que é forjado com forças internas e externas ao território latino-americano, atacando, invisibilizando ou domesticando a interpretação do mundo e os modos de existência de grupos sociais que não estão nos espaços privilegiados de produção e validação do conhecimento, a saber a academia e centros de pesquisa. A violência e a injustiça epistêmica, entendidas aqui como um aparato de tratamento opressivo e injusto às práticas de produção de sentido e conhecimento,

⁹ Gonzatto (2018) produz uma leitura sobre o conceito de produção de existência a partir de Álvaro Vieira Pinto e Paulo Freire, esboçando inclusive relações com design e a produção material. Segundo o autor, “a produção da existência indica que as pessoas devem poder desenvolver a si mesmas, nos processos de interação com suas realidades, pela mediação com os artefatos e com a sociedade. Assim, é fundamental compreender como sujeitos diversos (tais como utentes e projetistas profissionais) usam e projetam técnicas em um processo de construção social dos saberes e fazeres (...). Entretanto deve-se atentar para o caso destes se encontrarem oprimidos e alienados de certas formas de produção da própria existência. A transformação desta condição é possível, e faz parte da produção social da existência” (Gonzatto, 2018, p. 54).

¹⁰ As primeiras universidades latino-americanas e caribenhas foram fundadas ainda na primeira metade do século XVI na República Dominicana (1538), no Peru (1551) e no México (1553). No total, 32 universidades foram estabelecidas na América Latina no período colonial, que se estende até meados do século XIX (Aguilar, s/d).

ou seja, as práticas de produção de existência, podem se materializar de várias formas: distorcendo ou ignorando sistematicamente as contribuições epistemológicas de determinado grupo social, subjugando a produção de conhecimento destes sujeitos, não aceitando modos de vida específicos, tratando grupos sociais de forma ingênua e manipuladora, cooptando e instrumentalizando conhecimentos e práticas, etc. (Kidd, Medina & Pohlhaus Jr., 2017).

Não obstante, esses processos, fundados na tentativa de construção de uma hegemonia cultural, política e social a partir de valores e padrões europeus e/ou das elites latino-americanas, foram enfrentados com fervorosas resistências pelos movimentos populares e das lutas sociais, que também influenciaram a construção de uma outra abordagem para o pensamento crítico latino-americano. Esse embate conflituoso, muitas vezes violento, entre formas de saber e modos de vida corporificados em diferenças substantivas de classe, raça e gênero, desafia continuamente a configuração elitista e positivista do pensamento social latino-americano elaborado a partir das universidades. Varella (2017) faz um ótimo panorama político-histórico¹¹ destes embates e evidencia a característica intrinsecamente dialética da práxis científica latino-americana de perspectiva crítica, que é impulsionada pelas lutas que marcaram a região.

A resistência dos movimentos sociais é uma luta política, no sentido em que defende formas de conhecer e interpretar o mundo, ao mesmo tempo que se dá no âmbito do direito às existências dos sujeitos em si mesmos. Através de ações sociais coletivas, que possuem um caráter sócio-político e cultural, os movimentos impõem sua interpretação do mundo e práticas transformadoras. Dessa forma, as ações dos movimentos sociais enfrentam o Estado, seus governos e outros poderes constituídos, na busca por direitos e garantia de vida digna e, ao mesmo tempo, fazem frente à ordem social, questionando os valores e o entendimento de mundo na sociedade, “pois estes movimentos não apenas têm demandas para políticas públicas, também pretendem mudar o modo de pensar e a maneira como o mundo está organizado” (Silva e Camurça, 2013, p. 9). Com suas formas organizativas,

¹¹ A história de resistência no trabalho de Varella (2017) é narrada a partir de diferentes fatos históricos emblemáticos. Ela ressalta a importância das documentações que sobreviveram ao tempo, ainda que sob forte repressão, e os registros não oficiais que mantêm vivas as histórias de resistência. Sobre a sistematização dos conhecimentos dos povos originários e registros históricos dessa resistência, incluindo poemas e relatos do período colonial, Jaumont & Varella (2016) indicam a Biblioteca Ayacucho, que possui um acervo de obras da literatura Guarani, Maya, Quéchua, entre outros.

suas demandas e estratégias de enfrentamento e de diálogo, os movimentos sociais confrontam de forma expressiva, ainda que não reconhecida explicitamente, o processo de produção de conhecimento, questionam quem é o sujeito capaz de produzir conhecimento e exploram outras “coisas” a serem conhecidas.

Essa articulação pode ser compreendida sob o conceito de resistência epistêmica (Medina, 2013) que acontece nos movimentos sociais e suas lutas e respinga para a sociedade quando esses sujeitos se colocam em enfrentamento à dominação social e política da sua produção de existência. Esse processo é um esforço dos oprimidos para recuperar sua própria história, cultura e linguagem, o que seria, segundo Fanon (1968), um passo indispensável para a luta pessoal e coletiva para se livrar da inferiorização impostas a esses grupos pelos processos de violência colonial, que passam pela negação epistêmica e ontológica. Em suma, a resistência epistêmica e ontológica é uma questão de re-humanização dos sujeitos (Freire, 2014) a partir de uma prefiguração que contempla sua representação do mundo e, em última instância, sua própria existência.

O movimento feminista, por exemplo, ao trazer à tona questões relativas às desigualdades enfrentadas pelas mulheres para a esfera pública do debate, carregou consigo um desafio para novas leituras da realidade, as quais deveriam incorporar a presença das mulheres como sujeitos das relações sociais. Esse questionamento do feminismo, enquanto movimento político e pensamento crítico, em relação à ordem social significou uma resistência epistêmica e ontológica na medida em o movimento se institui como sujeito que reivindica a elaboração de conceitos, metodologias e análises que contemplem diferentes realidades (Harding, 2019; Ávila & Ferreira, 2014).

A partir desta ação de resistência, foi possível desvelar a situação de exploração e de opressão vivenciada pelas mulheres de forma que a sociedade em geral e os intelectuais, em específico, fossem chamados a explicar essa subordinação. Em um primeiro momento, a proposta de reflexão feminista se deu a partir do entendimento das mulheres como objeto de pesquisa, ou seja, o passo inicial foi fazer um resgate daquelas que foram esquecidas, de legitimar a experiência a partir da realidade da mulher, de entender essa realidade a partir de contornos próprios e definir a especificidade dessa experiência (Ávila & Ferreira, 2014). Hoje a produção de conhecimentos avança pautada na resistência ontológica e epistêmica colocada pela pluralidade dos sujeitos políticos que compõem o

movimento: feminismo negro, feminismo indígena, feminismo lésbico, feminismo popular e com outras raízes latino-americanas.

A produção do conhecimento é uma dimensão basal da práxis feminista e se realiza em relação dialética com a militância política como uma prática coletiva de resistência e subversão. Ela é própria da constituição do feminismo como um movimento de emancipação das mulheres. A produção de conhecimento é, portanto, um pilar da produção de existência do feminismo enquanto sujeito político. Ainda que a produção de conhecimento tenha sua própria dinâmica, as novas questões que emergem do feminismo ou as novas abordagens para questões antigas não estão dissociadas da prática política dos movimentos sociais. Uma vez que o feminismo rompe com as evidências que justificam a ordem social vigente e revela as desigualdades sociais presentes na realidade, busca desnaturalizar os instrumentos de dominação ideológica como parte de uma normalidade que se estrutura por meio de relações de exploração e opressão (Silva e Camurça, 2013; Ávila & Ferreira, 2014). Na próxima seção vamos explorar mais a fundo essa premissa entendendo os movimentos sociais produzem espaços epistêmicos e ontológicos, ainda que não possam ser reduzidos a eles.

1.2 Movimento social como espaço de produção de conhecimento

Os movimentos sociais são projetos existenciais coletivos e elaboram espaços político-pedagógicos que engendram sujeitos em ações coletivas (Vieira Pinto, 1960). Eles possuem um caráter sócio-político e cultural e se articulam a partir de lutas sociais. O termo “movimento social” pode ter diferentes usos tanto na literatura sobre movimentos sociais quanto no uso da expressão em conversas cotidianas. Movimento social pode identificar um ciclo de lutas em determinado período histórico por uma causa específica, como por exemplo o movimento sufragista que lutou pelo direito ao voto universal; pode também significar um sujeito político coletivo difuso (Silva, 2016), de caráter permanente, por exemplo o movimento feminista que luta pelas causas das mulheres em toda sua diversidade de ações, estratégias e demandas; e também pode ser usado para designar um sujeito político específico dentro de um sujeito político difuso, por exemplo a

Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) ou o Movimento da Mulher Campesina (MMC) que compõem o movimento feminista autônomo no Brasil (Silva, 2020).

Muitas vezes, tanto na análise proposta pela literatura quanto nos diálogos cotidianos, os movimentos sociais podem ser compreendidos somente a partir do ciclo de protestos que acontecem em determinado período histórico (Silva, 2020). Isso pode ser problemático porque as ações públicas, lidas como ciclo de protestos, são apenas uma parte do trabalho que é realizado pelos movimentos, ainda que seja o que mais ganha visibilidade. Silva & Camurça (2013) nos explicam que os movimentos sociais são um processo contínuo de ações que, em determinados momentos, podem estar mais visíveis à sociedade, enquanto em outros as atividades e tarefas não são perceptíveis publicamente ou só vão reverberar de forma pública algum tempo depois. Neste trabalho estou interessada em entender os movimentos sociais a partir da sua organização na ponta, ou seja, a partir de sujeitos políticos específicos que podem ser parceiros dos processos de produção de conhecimento de forma presente e encarnada. Esse delineamento torna possível compreendermos os movimentos sociais como um coletivo de pessoas que está continuamente e permanentemente construindo um projeto político de sociedade enquanto produz a si mesmo a partir das suas intenções e ações políticas.

O sentido de existência dos movimentos sociais é provocar mudanças na estrutura social que é tida como problemática. A partir das ações coletivas e continuadas, os movimentos sociais buscam expandir o entendimento sobre essa estrutura social a partir das situações de exploração (quando um grupo social explora o trabalho de outro para benefício próprio) e opressão (quando um grupo é subjugado a outro em diferentes áreas da vida social) e expõem-as como questões problemáticas na sociedade. Os sujeitos pertencentes aos movimentos sociais se organizam para denunciar a injustiça destas situações de exploração e opressão e para demonstrar que elas são provocadas por relações sociais desiguais. Com isso, buscam promover conscientização sobre estes problemas e, com a crescente indignação coletiva sobre questões de injustiça na sociedade, os movimentos juntam forças para construir uma luta política que possa enfrentar a situação de exploração e opressão para superá-la (Silva & Camurça, 2013).

Esse processo de conscientização promovido pelos movimentos sociais não acontece de forma unilateral, do movimento para a sociedade em geral, mas também se dá no interior do movimento, em suas práticas articulatórias (Silva,

2017). As coletividades engendradas pelos movimentos sociais promovem processos de transformação de si e do outro na luta pela libertação, alcançando nesse processo consciência de si e de sua tarefa política (Vieira Pinto, 1960). Essa característica intrinsecamente pedagógica do movimento se embasa no compromisso do próprio movimento, que precisa estar em constante revisão de si mesmo para conseguir enfrentar os desafios conjunturais e mobilizar seus agentes, de forma a promover, ao mesmo tempo, processos de conscientização sobre as situações de opressão e exploração em diálogo com a sociedade e internamente, entre os seus.

O trabalho político educa. “Tudo se conquista com luta e a luta educa as pessoas” relembra Caldart (2012) ao retomar um aprendizado herdado do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). A reflexão crítica e coletiva sobre as questões de exploração e opressão e os modos como os movimentos sociais se organizam para fazer suas lutas são conhecimentos gerados no fazer político do movimento. Os movimentos sociais são, assim, sujeitos pedagógicos porque “como coletividade em movimento, é educativa e atua intencionalmente no processo de formação das pessoas que a constituem” (Idem, p. 319). Isso quer dizer que a relação de aprendizagem, ou seja, a formação política, se dá na própria dinâmica nas quais as pessoas estão inseridas nas ações do movimento.

Neste fazer político, os movimentos se caracterizam por uma forte construção de pertencimento onde o sujeito constrói a si mesmo e produz conhecimento a partir da luta. Esse processo culmina na formação de uma identidade política (Silva, 2020) tanto do movimento enquanto sujeito político coletivo quanto dos sujeitos (pessoas) que nele atuam. Essa identidade política não está dada *a priori*. A participação na luta forma “uma convicção que poderia estar [presente] apenas como sentimento, intuição ou possibilidade, no momento em que a pessoa decidiu lutar ou mesmo quando decidiu participar de uma ação que ainda nem percebia como sendo uma luta” (Caldart, 2012, p. 338). Essa convicção é o resultado do processo de conscientização¹², que acontece em um movimento dialético entre o sujeito individual, sua ação social a partir do lugar político do movimento e a articulação do movimento social como sujeito político coletivo.

¹² O processo de conscientização será melhor explicado no capítulo 2 deste trabalho.

Nesta relação dialética, a construção do movimento e a construção de si dialogam com a consciência das relações sociais de exploração e opressão e como o movimento enfrenta essas injustiças, mas, para além disso, engloba “pensar sobre si mesma nestas relações o que elas impõem que você seja e o que você quer ser, construindo-se a si mesma” (Silva, 2020, p. 20). O movimento feminista carrega de forma persistente a crítica a qualquer forma de naturalização das desigualdades sociais que afetam as mulheres e outros grupos sociais oprimidos. Com um profundo enraizamento na relação entre experiência pessoal e análise de contexto sócio-histórico em elaboração coletiva, o feminismo é um movimento que se propõe à construção de consciência crítica e o fortalecimento da organização através da consolidação dos pertencimentos individuais ao coletivo.

Segundo Ávila e Ferreira (2014) um dos desafios do feminismo no contexto atual é o de expandir a capacidade de uma produção do conhecimento criativa que ofereça uma possibilidade de sustentação para o projeto político emancipatório que o feminismo propõe para mulheres e para a transformação social. Da mesma forma, continuam as autoras, é preciso que essa produção de conhecimento contribua para o fortalecimento de perspectivas teóricas e metodológicas críticas que foram amplamente combatidas e deslegitimadas pela hegemonia do pensamento capitalista neoliberal que assombra o fazer científico contemporâneo.

Nas últimas décadas, o trabalho teórico das feministas vem questionando a produção de conhecimentos, evidenciando desigualdades e hierarquias em relação a quem produz conhecimento, como esse conhecimento é produzido, com qual objetivo e a partir de onde. À medida que se discutiam as desigualdades entre as próprias mulheres e aspectos incontornáveis da desigualdade entre pesquisadoras e pesquisadas, algumas estratégias foram sendo traçadas, mas esse ainda é um terreno difícil de navegar, especialmente quando nos deparamos com o desafio de seleção, análise e síntese de reflexões, que em última instância é uma tarefa inescapavelmente arbitrária.

Essas questões têm impellido as pesquisadoras feministas a engendrar num profundo processo de reflexividade nos seus percursos de pesquisa, se posicionando em termos de raça, classe, etnia, sexualidade e localização geopolítica e refletindo sobre seu próprio lugar na pesquisa. Na minha perspectiva, o compromisso com a aliança entre preocupações teóricas, políticas e éticas, característico da pesquisa feminista, é um ponto definidor do campo. É um tipo de

pesquisa motivada pelo desejo de desafiar múltiplas hierarquias e desigualdades sociais, por isso, traz a necessidade permanente de desafiar formas convencionais de coletar, analisar e apresentar dados.

Na articulação do fazer científico contemporâneo, o trabalho intelectual da academia encontra os movimentos sociais na busca por essa criatividade e irreverência que possa sustentar ao mesmo tempo o movimento e permitir novas abordagens teóricas e metodológicas para a leitura do mundo. No entanto, a academia carrega um ranço histórico e coloca algumas armadilhas para essa interlocução. Trataremos deste tema no tópico a seguir.

1.3 Armadilhas da produção de conhecimento na academia

Como trabalhadores da produção intelectual, ocupamos um lugar de privilégio na articulação de saberes e leitura sobre o mundo. A produção de conhecimento nos coloca desafios que precisam ser reconhecidos e enfrentados com uma postura política e ética que corresponda ao projeto de sociedade que queremos construir. Por um lado, produzimos conhecimento a partir de uma lógica hierárquica da academia, reproduzindo, muitas vezes, essa dinâmica de poder nos nossos trabalhos e nas ações de pesquisa. Por outro lado, ao tomar consciência das relações de poder, podemos empreender esforços para desvendar essas amarras e tornar possível produzir conhecimento em torno de outras lógicas que podem ser materializadas na construção de novas realidades, pautadas em um outro projeto de Universidade e de sociedade.

O *Colonialismo Epistêmico*, tal como definido por Fanon (1968), corresponde a um processo extrativista, no qual os colonizadores se apropriavam dos saberes dos colonizados e, ao mesmo tempo, desqualificavam estes conhecimentos como irracionais em nome de uma suposta racionalidade superior. Ansari, ao destrinchar o projeto anticolonial¹³ em curso, reconhece que nós, os sujeitos do trabalho intelectual no Campo do Design no Sul Global, “informantes nativos, interlocutores e

¹³ Reivindico a noção de anticolonial por entender que ela tem um caráter de luta mais explícito e está associada aos autores com os quais dialogo neste trabalho (por exemplo, Paulo Freire, Frantz Fanon, Sílvia Cusicanqui, Carmen Silva), enquanto o termo decolonial se vincula a outra corrente de pensamento, a saber o Grupo Modernidade/Colonialidade. Ahmed Ansari se inscreve nos autores decoloniais do Design, sendo um dos fundadores do *Decolonizing Design Group*. No entanto, também percebo que o próprio autor tem modificado sua percepção e uso do termo “decolonial” nos últimos textos (Ansari, 2020; 2021), impondo uma reflexão crítica que pode indicar uma interpretação mais combativa, como a implicada no “anticolonial”.

participantes de nossos próprios contextos, tão confiados pela academia ocidental, nos tornamos um tipo muito específico de tradutor e mediador” (Ansari, 2020, p. 11). A tarefa é questionar, a partir das circunstâncias que enfrentamos nos nossos territórios e contextos, as teorias, metodologias e ferramentas de investigação da realidade já comodificadas e exportadas pelos grandes centros de produção do saber, transformando-as em instrumentos capazes de enfrentar os desafios colocados pela nossa realidade.

No âmbito acadêmico, as *Epistemologias do Sul* (Sousa Santos e Meneses, 2020) são apresentadas como uma proposta alternativa às construções colonialistas e imperialistas do conhecimento e propõem o diálogo entre diferentes experiências de resistência epistêmica do Sul Global. Segundo os autores, este encontro entre diversas vivências a partir do Sul pode levar a uma desalienação de sujeitos colonizados para libertá-los da armadilha colonial (Fanon, 1968) que impõe uma interpretação dicotômica do mundo.

A essencialização da experiência em binários como branco/preto, homem/mulher, norte/sul, é improdutiva e estigmatizante. Neste sentido, seria contraproducente virar as categorias dominantes de cabeça para baixo ou inverter os mapas, colocando o Sul no lugar do Norte, por exemplo. Essa postura, além de dar contornos homogêneos às experiências distintas que qualificam essas categorias (nem todo sul é igual), provoca, ao mesmo tempo, uma inversão das dicotomias, sobrepondo um ao outro e mantendo o caráter opressor da relação antagônica (Makaran e Gaussens, 2020). Daí a armadilha colonial que Fanon (1968) nos advertiu e que ressoa na contradição oprimido-opressor de Freire (2014 [1968]), onde a afirmação ou negação do sujeito só acontece em relação a seu oposto, que é o opressor e, ao mesmo tempo, o que/quem o oprimido deseja tornar-se para exercer o poder sobre outrem.

Na academia brasileira vivemos processos de transformação recentes, como as políticas de cotas, a ampliação de campos de pesquisa e o fortalecimento de perspectivas contra-hegemônicas de atuação. Ainda que seja possível vislumbrar avanços nas possibilidades de elaboração crítica de conhecimento desde os espaços universitários, esse nem sempre é o caso (Lima e Freitas, 2021). Tem sido comum que pessoas que se reconhecem nos grupos subalternizados, ao entrar no espaço da academia, insistam em práticas de produção de conhecimento acríticas e ahistóricas, por vezes a partir da reprodução da lógica dominante, e outras vezes

pela idealização da experiência individualizada que não passa por uma abstração crítica.

Normalmente a sobrevalorização da experiência de um grupo em relação a outro é evidenciada de forma mais nítida quando temos uma relação oprimido-opressor bem delineada, por exemplo quando os modos de produção de conhecimento do Norte (grupo que detém o poder na ordem hegemônica) são referenciados como de maior valor do que os do Sul. Entretanto, Makaran e Gaussens (2020), ao falar da América Latina, também advertem sobre a prática do *Populismo Intelectual*, que, num passo tortuoso, transforma a indispensável revalorização do conhecimento subalterno em uma idealização dos pensadores latino-americanos, recorrendo a um chauvinismo despolitizante. Esta exaltação acrítica parece desconhecer que, na América Latina, a produção de conhecimentos hegemônicos vem das elites e naturaliza as desigualdades presentes no continente. Por outro ângulo, mas ainda na mesma problemática, o identitarismo exacerbado pode levar a uma superestima da produção de conhecimento a partir de experiências não-hegemônicas (das mulheres, das pessoas negras, indígenas, "do sul global", etc) que não questionam a realidade de forma crítica e individualizam as vivências, esvaziando as questões coletivas de luta. Para enfrentar esses fenômenos, é preciso entender, a partir de uma crítica politizada, se existe e qual é a vantagem cognitiva proporcionada pela experiência subjetiva de estar numa posição de subordinação social (indígena, negra, feminina, "do sul global", etc.) e como esta experiência permite interpretações refinadas da realidade num sentido mais amplo do que a localização da própria experiência. Caso contrário, caímos em uma espécie de demagogia epistemológica que manipula e idealiza tanto os produtores de conhecimento quanto o que é conhecido a partir deste exercício intelectual.

Outro problema do *Populismo Intelectual* promovido por alguns grupos ligados a correntes essencialistas pós-modernas, é a desqualificação de toda e qualquer escola de pensamento oriunda do Norte Global ou elaborada por sujeitos pertencentes a grupos privilegiados. A realidade é que muitas destas interpretações do mundo foram e continuam sendo historicamente aliadas na construção do pensamento crítico latino-americano (Varella, 2017) e que muitos pensadores e intelectuais são capazes de se posicionar desde um ponto de vista que supera a sua própria experiência de privilégio através de uma análise crítica da realidade. Neste sentido, cabe reforçar que a identidade política, ou seja, o compromisso político-

social do conhecimento elaborado e dos intelectuais envolvidos em sua tessitura, são muito mais significativos do que uma identidade essencializada (ser mulher, negro, indígena, pessoa com deficiência, “do Sul Global”, etc), ainda que a experiência subalternizada possa permitir, como mencionei acima, uma apreensão específica da realidade se encarada criticamente.

A relação que a academia tem com a produção e validação de conhecimento é delicada e controversa. Construir uma interpretação da realidade comprometida com a emancipação dos sujeitos exige um exercício contínuo de autocrítica e humildade (Freire, 2014 [1968]). Neste momento, o Sul Global, em geral, e a América Latina, em particular, estão recebendo atenção internacional da academia, e cabe a nós, intelectuais latino-americanos interessados no campo de ação com grupos populares, entender como este interesse se materializa para podermos agir de forma implicada na produção de conhecimentos desde nosso lócus de enunciação.

O Colonialismo Epistêmico (Fanon, 1968) ressoa em processos contemporâneos que são herdeiros de sua barbárie e que adentram os muros das universidades latino-americanas. No campo do Design, o *colonialismo epistêmico* contemporâneo se reproduz ao marginalizar as comunidades de prática intelectual existentes nas periferias, dificultando a capacidade de crescimento das massas de conhecimento nestes locais e freando qualquer possibilidade de mudança no campo para acomodar novos saberes-fazeres (Ansari, 2019a). As vozes bradando por formas alternativas de prática são silenciadas à medida que métodos e metodologias padronizadas se tornam a forma “correta” de se fazer Design. Segundo Ansari (2019a) isso gera também uma espécie de aceitação acrítica das teorias e ferramentas de Design nos espaços periféricos, sem que os praticantes e intelectuais alcancem um entendimento contextual sobre as circunstâncias da elaboração destas teorias e ferramentas, que invariavelmente estão implicadas em determinadas escolhas políticas e ideológicas.

A prática do Colonialismo Epistêmico também reverbera em um fenômeno que é reconhecido como *Extratativismo Epistêmico* (Simpson *apud* Grosfogel, 2020). Este é um processo violento que acontece nos territórios periféricos quando as idéias de grupos oprimidos ou subjugados nestes territórios são tratadas como matéria-prima em um mercado global de bens mercantilizados. Essas ideias, uma vez extraídas das experiências nas periferias do mundo capitalista, são processadas

e refinadas nos grandes centros de produção intelectual (Cusicanqui, 2010) e voltam regurgitadas sob a forma de produtos com melhor acabamento, ou seja, teorias e metodologias que enredam seu espaço de origem em uma simulação idealizada.

Esse processo às vezes passa ao largo do nosso reconhecimento, mas está presente em algumas elaborações teóricas e metodológicas que transitam com certa facilidade no campo acadêmico latino-americano. No campo do design, por exemplo, Gutiérrez-Borrero identifica que alguns pesquisadores,

ainda que se digam decolonial ou pluriversal (...), carregam a marca daquela educação que cria elites nativas, os instrui nas hierarquias do conhecimento colonial, (...) os seleciona para as grandes universidades estrangeiras, e os imerge em contextos onde adquirem os gostos, benefícios e privilégios de viver e pertencer à cultura metropolitana, para funcionar no código acadêmico, para aprender a língua da elite e para tornar-se funcional aos interesses culturais e econômicos do grupo colonizador que os educou em vez de identificar-se com os interesses de seu próprio povo (Gutiérrez-Borrero, 2021, p. 133)

A ativista e pensadora Silvia Rivera Cusicanqui (2010) também corrobora que este tipo de ação permeia as práticas no competitivo campo de produção de conhecimento na academia entre intelectuais latino-americanos. Ela acusa o grupo Modernidade/Colonialidade, especialmente Walter D. Mignolo, de cometer *Extratativismo Epistêmico* ao recuperar estrategicamente as contribuições feitas por intelectuais orgânicos¹⁴ (Gramsci, 1991) dos movimentos populares latino-americanos e, a partir daí, elaborar interpretações despolitizadas das ações de luta e da realidade local nas Universidades Estadunidenses. Como resultado, depois da intensa turnê internacional, o "Giro Decolonial" volta para os latino-americanos como uma explicação prescritiva da realidade e os "acadêmicos extrativistas" ganham pessoalmente capital financeiro, cultural e simbólico graças ao reconhecimento e certificação dos centros acadêmicos estadunidenses e o fazem a partir de elaborações críticas forjadas na luta popular por intelectuais menos relevantes internacionalmente.

¹⁴ Cusicanqui não usa o termo "intelectual orgânico", sendo esta uma inserção autoral para designar o trabalho de sujeitos que cumprem a função social do trabalho intelectual na interpretação política, social e econômica que fundamenta a organização dos movimentos populares na luta de classes (Gramsci, 1991)

O tipo de estrutura que orienta a produção do conhecimento nas universidades geralmente se presta muito bem ao exercício desta forma de *Clientelismo* como um modo de dominação colonial na produção do conhecimento (Cusicanqui, 2010). Ao reconhecer os espaços dos movimentos sociais como espaços autônomos de formulação do conhecimento, e ao ocupar um espaço de privilégio intelectual na universidade, os acadêmicos, incluindo eu mesma, devemos ter o cuidado de não incorrer nestes processos de injustiça e violência epistêmica, assegurando que, ao contrário, o conhecimento sistematizado em contato com grupos populares sirva, principalmente, para sustentar as lutas dos próprios movimentos e promover a reestruturação social almejada.

No campo do feminismo a produção do conhecimento é reconhecidamente uma ação política, porque desafia constantemente as estruturas hegemônicas de produção de saberes (Ávila & Ferreira, 2014). Abordar uma temática a partir de uma perspectiva feminista incita questionamentos sobre a própria natureza do conhecimento científico e os métodos que utilizamos para elaborá-lo. Isto porque trata-se de um campo de pesquisas que — embora seja perpassado por inúmeros debates inconclusos sobre a existência de uma especificidade de métodos, metodologias ou epistemologia que possam caracterizar a pesquisa feminista (Harding, 1986) — carrega um acúmulo de reflexões críticas sobre a ciência moderna, seus vieses masculinizados, seu caráter excludente e as relações de poder e autoridade que estão implicadas na sua produção.

De forma semelhante, desde a perspectiva latino-americana crítica, enfrentamos o desafio de identificar quais conhecimentos e experiências "do Sul" (Sousa Santos e Meneses, 2020) importam globalmente para o enfrentamento ao capitalismo, ao colonialismo, ao racismo e ao patriarcado e, localmente, como esses conhecimentos contribuem para a emancipação e o fortalecimento dos movimentos populares que lutam na região. Concretamente, é necessário responsabilizar intelectuais e pesquisadores pelos processos de produção de conhecimento e pelas mediações acadêmicas que nós realizamos para que as lutas populares e a compreensão do mundo que delas emerge não sejam docilizadas e despolitizadas quando estas experiências são apresentadas em pesquisas, publicações, seminários e palestras, dando visibilidade e reconhecimento a nós, acadêmicos, e negligenciando todo esforço político e intelectual das pessoas que compõem e lideram os movimentos populares. Em relação às desigualdades geradas pelo/no

próprio espaço acadêmico, ainda que tentemos traçar estratégias de diálogo horizontal, as decisões finais sobre o que e como será analisado cabem a nós pesquisadores. Somos nós que respondemos pela autoria destes trabalhos. Dito isto, precisamos reafirmar a horizontalidade como uma busca, uma tarefa permanente de ampliação da pluralidade dos sujeitos de enunciação das nossas narrativas de pesquisa.

Portanto, o desafio para os acadêmicos latino-americanos comprometidos com uma pesquisa emancipatória e feminista é duplo. Por um lado, é necessário enfrentar a desigualdade de produção de conhecimento colocada pela divisão internacional do trabalho intelectual, que fetichiza a nossa experiência geo-política como algo “outro” e vê com desconfiança a interpretação teórico-política produzida a partir do “Sul Global”; por outro lado, não podemos sucumbir à mediação político-intelectual pobre, que domestica a radicalidade dos movimentos e achata as diferenças e desigualdades, a fim de tornar os resultados de pesquisa mais formatados e apresentáveis para a academia tradicional.

Neste sentido, ressalto a importância de compreender as instituições de produção de conhecimento através de seus complexos aparelhos opressores, que têm implicações na forma como nos relacionamos com o ofício intelectual. Assim, será possível localizar as questões em disputa e as possibilidades de ação. O enfrentamento a essas questões não acontece, simplesmente, por meio da criação de novos conceitos e desafios teórico-metodológicos pautados em perspectivas críticas ou feministas, mas através da práxis, do aprofundamento do entendimento da realidade e da articulação com forças sociais capazes de construir um conhecimento coletivo e transformador. Isso envolve o debate sobre os limites, formatos e papéis das Universidades e desafia a nós mesmos como pesquisadores, a refletirmos sobre o que é o trabalho intelectual do Design e para que ele serve.

1.4 A produção de conhecimento entre a academia e os movimentos sociais

Nas trilhas da história, a partir dos anos 1960, a produção de conhecimentos em formato alternativo na América Latina viveu um momento de vitalidade, encorajada pelas perspectivas revolucionárias da Revolução Cubana (1959), pelo fortalecimento dos movimentos populares (Varella, 2017), pela renovação do perfil

dos professores e estudantes universitários, que deixaram de ser aristocráticos para buscar ideais socialistas e desenvolvimentistas (Aguilar, sem data). Neste período, diferentes experiências educativas passam a acontecer no interior dos setores operários, camponeses e comunitários na América Latina revelando a relação íntima da Educação Popular com os Movimentos Sociais, uma vez muitos grupos já não viam a atividade educativa separada da atividade político-organizativa, mas como uma parte fundamental do processo de mobilização política.

O que é mais marcante na produção intelectual contra-hegemônica latino-americana na academia neste momento é o reconhecimento dos espaços dos movimentos populares, operários e partidários, ou seja, os ambientes onde se organizavam as lutas sociais, como dotados de processos autônomos de produção de conhecimento. Em outras palavras, a academia começou a perceber que, com base nas práticas políticas nos territórios e dentro dos movimentos sociais, é possível compreender novas interpretações da realidade latino-americana e criar processos relacionais de construção do conhecimento que aproximam a academia do saber político e popular (Bringel & Varella, 2016).

As décadas de 1950 e 1960 também marcaram a institucionalização do design nas Universidades¹⁵ do continente, por exemplo, na Argentina em 1956 (Ponti & Gaudio, 2008), no Brasil em 1964 (Leon & Montore, 2008), na Colômbia em 1966 (Rodríguez & Ospina, 2008), em Cuba em 1963 (Uriarte, 2008), no Chile em 1965 (Sagredo, 2008), no México em 1969 (Fuentes & Mirkin, 2008), no Uruguai em 1952 (Taranco, 2008) e na Venezuela em 1964 (Urbaneja, 2008).

A maior parte destes cursos tinham seus currículos inspirados na Escola de Design de Ulm, escola alemã de base funcionalista e que tinha grande relevância mundial à época, especialmente por seu vínculo industrialista. A influência Ulmiana se deu, entre outras razões, porque a formalização do ensino de design nas universidades latino-americanas responde a um crescente processo de industrialização do continente, que vislumbrava um horizonte de progresso inspirado

¹⁵ É importante enfatizar que anteriormente à década de 1950 há registro de experiências de educação em design vinculada às escolas de Artes e Ofícios ou aos espaços culturais e artísticos, como museus. Da mesma forma, diferentes iniciativas de produção de conhecimento, como publicação de revistas e exposições, existiram nos países latino-americanos antes da institucionalização do ensino de design nas universidades, sendo presentes desde o começo do século XX no continente (Leon & Montore, 2008; Ponti & Gaudio, 2008). Neste trabalho resgato apenas as datas da fundação dos cursos universitários porque discuto e questiono as práticas a partir do espaço acadêmico.

na recuperação da indústria alemã do pós-guerra. O processo de industrialização latino-americano, porém, foi edificado a partir de investimentos de capital estrangeiro, e não incentivou o desenvolvimento tecnológico local, de forma que se instaurou um modelo de industrialização dependente (Ponti & Gaudio, 2008).

Então, enquanto as ciências sociais se firmavam como um campo de construção de conhecimento politizado nas Universidades e se reinventava em relação próxima aos movimentos populares, o campo do design se formalizou a partir de um afastamento das Escolas de Artes e Ofícios (mais dadas aos fazeres cotidianos e populares) e uma aproximação aos interesses industriais estrangeiros. Ao mesmo tempo, de forma majoritária, as Escolas de Design adotavam uma perspectiva de ensino (e produção e reprodução do conhecimento) que se embasava em cânones europeus advindos de um contexto político-social distinto.

Não houve tempo para que o jovem campo do design se influenciasse pelas práticas politizantes do campo das ciências sociais nas universidades, porque a efervescência cultural e política emergente sofreu uma dura reação conservadora por meio dos golpes militares financiados pelos Estados Unidos que assolaram a região entre as décadas de 1960 a 1980. Observa-se, assim, um processo de refluxo do pensamento crítico e criativo latino-americano nas ciências sociais e uma crescente despolitização da atividade acadêmica em todos os campos (Varella, 2017), inclusive no design, que teve as ações de aliança popular descontinuadas pelos regimes ditatoriais, como o caso da experiência de estatização de iniciativas de Desenho Industrial¹⁶ no Chile de Salvador Allende, e o caso da Escola de Desenho Industrial e Artesanato¹⁷, idealizada por Lina Bo Bardi na reestruturação do Museu de Arte Popular no Solar do Unhão.

¹⁶ A iniciativa de estatização do Desenho industrial no Chile tem uma longa história, que remonta aos anos 1938. Não faz parte do escopo deste trabalho retomar essa trajetória, mas interessa pontuar que a partir do ano de 1968, um grupo de designers liderado por Gui Bonsiepe se articulou com o movimento de reforma universitária e com órgãos estatais (Serviço de Cooperação Técnica Industrial, SERCOTEC, e Comitê de Investigação Tecnológica do Chile, INTEC) para conduzir pesquisas junto aos movimentos populares para reposicionar a indústria chilena para produção de bens de consumo de boa qualidade e financeiramente acessíveis que pudessem atender as demandas mais urgentes das populações em vulnerabilidade, assoladas pela desigualdade econômica do país (Sagredo, 2008). Apesar de Gui Bonsiepe seguir a tradição Ulmiana, sua trajetória no Chile foi capaz, a partir da interlocução com os agentes locais, de reconfigurar ações de modo a assegurar viabilidade política e técnica para execução de projetos aliados às necessidades e restrições locais.

¹⁷ A Escola de Desenho Industrial e Artesanato idealizada por Lina Bo Bardi nunca saiu do papel e há poucos registros sobre seu projeto. Pereira & Sobral Anelli (2005) recuperaram essa história e nos contam que a Escola transitava entre as ideias de desenvolvimento, industrialização e cultura popular. Nesta proposta, Lina tentava aproximar o projetista do executor, juntando estudantes e

Esse processo de refluxo do pensamento crítico e criativo e de despolitização da atividade acadêmica foi alavancado primeiro pelas ditaduras militares e, a partir da década de 1990, pela emergência de políticas neoliberais. A partir de então, os processos de mercantilização e privatização do ensino universitário foram acelerados e as práticas produtivistas da atividade intelectual se aprofundaram com a “universalização” da bibliometria como ferramenta de avaliação da ciência, com a supremacia do inglês como idioma principal para escrita de trabalhos, e com a concentração do capital acadêmico em determinados pólos (Beigel, 2013). Bringel e Varella (2016) afirmam que essa situação é também replicada pelos próprios centros de pesquisa e Universidades da periferia, guardando consequências diretas para as políticas científicas nacionais e para a educação superior em geral, que fica cada vez mais apartada dos movimentos e das lutas populares.

Há, assim, uma diminuição considerável no debate e na reflexão mais politizada e articulada com movimentos sociais nos espaços universitários, observando-se uma crescente especialização e tecnificação do saber. Neste período também se percebe uma perseguição aos estudos politicamente posicionados, que foram objetos de acusações, fundadas ou infundadas, “de manipulação política, de parcialidade, de desrespeito às exigências acadêmicas, de idealizações em relação aos atores coletivos e de reprodução acrítica das vozes dos movimentos sociais” (Bringel & Varella, 2016, p. 480). Consolidou-se, portanto, um certo distanciamento entre o saber acadêmico e o compromisso militante na América Latina, reduzindo também a reflexão acerca das possibilidades e dos limites da produção de conhecimento socialmente comprometido e politicamente posicionado, bem como sobre a construção de metodologias para viabilizar referidas pesquisas.

Após uma década de ascensão de governos de centro-esquerda, com o fortalecimento dos movimentos sociais e uma leve crise do consenso liberal, houve uma relegitimação do discurso crítico e latino-americano que retomou sinergias entre o campo acadêmico de produção de conhecimento e o compromisso político e militante. Bringel e Varella (2016) identificam que nessa época aconteceu uma proliferação de iniciativas que de alguma forma buscavam articulação entre

mestres de ofício para elaboração de artefatos. A iniciativa tenta borrar a hierarquia entre ambos de forma a aproximar também os conhecimentos ligados à tradição do nordeste na execução de objetos e a capacidade de reprodução de tais objetos no viés industrial moderno. Desta maneira a proposta buscava a consolidação de um design brasileiro a partir da aproximação com a cultura popular e com os modos de produção artesanais nordestinos.

pensamento, ação e enunciação, orientados para a transformação social. Nos últimos anos, por um lado vivemos uma rebordosa do pensamento tecnicista, incentivado por discursos neoliberais que valorizam o pragmatismo e a pureza técnica incentivados pelo processo de pós-política, e, por outro lado, do pensamento conservador, mobilizados pela ascensão da extrema-direita, cujos contornos moralistas e apologéticos implicam em um questionamento da ciência em si, estes mobilizados, por sua vez, em processos de ultrapolítica (Fernandes, 2019).

A produção de conhecimento é uma produção social e, portanto, não depende com exclusividade da intencionalidade de acadêmicos ou de sujeitos políticos envolvidos nesse fazer epistemológico (Varella, 2017). Os condicionamentos estruturais sócio-políticos, das instituições e da organização do trabalho intelectual e acadêmico colocam desafios permanentes para os pesquisadores que desejam enfrentar os modos tradicionais do fazer científico e, mais que tudo, buscam transformar as relações sociais com seu trabalho teórico e prático na produção de conhecimentos.

No caminho de reflexão político-histórica sobre a produção de conhecimento a partir do pensamento crítico latino-americano e na busca sobre como pautar práticas comprometidas e emancipadoras no fazer científico, me deparei com a concepção de pesquisa militante, que vem me inspirando no trabalho político-científico que desenvolvo nesta pesquisa de doutorado e em outros espaços entre a militância e a academia. Acredito que essa perspectiva possa ser um caminho para lidar com as contradições presentes em ser uma pesquisadora acadêmica cujas práticas de construção de conhecimento se pretendem aliadas aos movimentos populares. É sobre essa abordagem que discorro a seguir.

1.4.1 Pesquisa Militante como abordagem metodológica

O conceito de pesquisa militante¹⁸ emerge no caminho de reflexão político-histórica sobre a produção do conhecimento latino-americano e na busca sobre

¹⁸ O termo pesquisa militante é usado em 1972 no livro "*Causa Popular, Ciência Popular*" de Víctor D. Bonilla, Orlando Fals Borda, Gonzalo Castillo e Augusto Libreros e é mais desenvolvido em "*Teoría e Investigación Militante*", de Raúl Rojas Soriano, publicado em 1989 (Varella, 2017). Além das discussões teórico-metodológicas, pesquisadores de diferentes áreas ao redor do mundo fazem uso do termo para qualificar suas práticas dentro dos movimentos sociais (Russell, 2015; Counter Cartographies Collective, Dalton & Mason-Deese, 2012; Botero, 2012). Um exemplo vigoroso é o

como orientar práticas comprometidas e emancipatórias no trabalho intelectual dentro da academia. Esta abordagem se apresenta como uma proposta teórica e metodológica de práticas subversivas de produção de conhecimento ancoradas na ação política comprometida com a transformação social (Varella, 2017; Bringel e Varella, 2016).

Existem diferentes formas, tradições e perspectivas de pesquisa militante na América Latina. Estas diferenciações dependem dos contextos de ação nos quais a pesquisa e os movimentos sociais estão inseridos, das matrizes político-ideológicas que informam a prática da pesquisa, assim como dos contextos específicos de produção de conhecimento que refletem diferentes momentos históricos da academia. Bringel e Varella (2016) destacam algumas experiências históricas emblemáticas como, por exemplo, a educação popular no Brasil de Paulo Freire; a pesquisa de ação participativa na Colômbia de Orlando Fals Borda, os espaços de confluência criados pelo Zapatismo entre intelectuais e movimentos sociais organizados, a partir de 1994, no México; as atividades desenvolvidas por universidades populares, interculturais e de movimentos sociais, como a Universidade Intercultural de Nacionalidades e Cidades Indígenas "AmawtayWasi" no Equador, que é administrada por diferentes movimentos sociais indígenas; e a abordagem de sistematização de experiências, desenvolvida por Oscar Jara nos anos 1990, que promove uma metodologia de análise para recuperar lições aprendidas em numerosos países da América Latina.

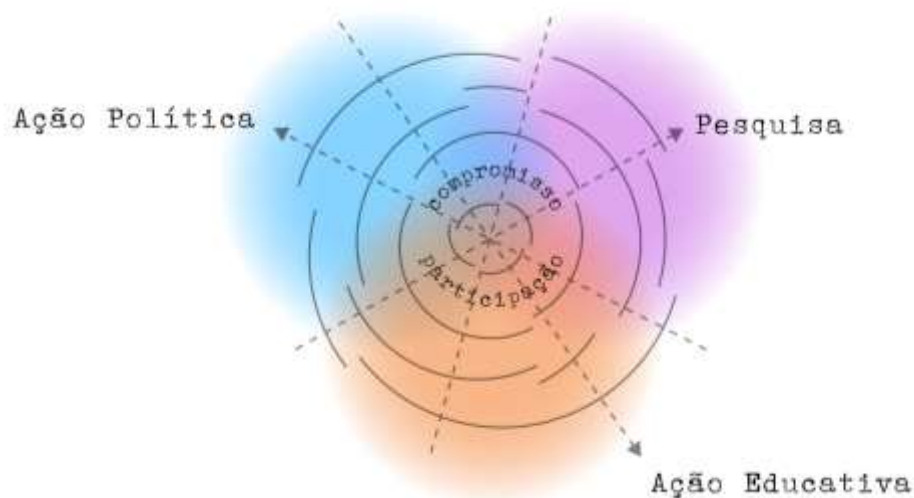
Nos últimos anos, alguns estudiosos do design têm prestado atenção nestas perspectivas em relação ao campo, especialmente no que tange à pesquisa participativa-ação, à educação popular e à sistematização de experiências (Shultz et al., 2020; Ibarra, 2020; Calderon Salazar & Huybrechts, 2020; Serpa, et al., 2020, Mazzarotto, 2020). O engajamento destes trabalhos com as propostas teórico-metodológicas latino-americanas críticas é uma inspiração para a pesquisa que desenvolvo aqui. Embora ainda seja necessário refletir em detalhes sobre como estas abordagens se comportam em experiências de Pesquisa Militante realizadas em profunda cooperação entre designers e movimentos sociais, esses estudos abrem caminho para explorar essa noção e sua força política. Portanto, ao me comprometer com a abordagem de Pesquisa Militante, entendo que ela é capaz de

reunir todas as perspectivas apresentadas anteriormente, mantendo-as unidas e atuando como seu horizonte político.

A proposta da Pesquisa Militante propicia, em primeiro lugar, um processo de **pesquisa** marcado pela **recuperação crítica das lutas populares** e pela **reflexão teórica sobre a ação do movimento**, que é feita em profundo diálogo entre o "pensamento pensante" (vivo, que ocorre nas ações cotidianas e permanentes dos movimentos) e o "pensamento pensado" (já sistematizado pela academia e outros espaços do saber) (Collin, 1994). Este engajamento desencadeia um **processo educativo** para todos os envolvidos, podendo ser mais ou menos formal. O espaço educativo pode se formalizar como **um curso específico com conteúdos programáticos e processos delineados**, ou pode ter **contornos menos rígidos, acontecendo em ações de diálogo únicas ou recorrentes** sem necessariamente implicar em um processo fechado em si mesmo. Alguns métodos destes processos menos formais incluem a prática dialógica da devolução sistemática do conhecimento (Fals Borda, 2012) e a investigação coletiva de diferentes temas geradores (Freire, 2014 [1968]), por exemplo. Todo este movimento acontece também, e ao mesmo tempo, promovendo **ações políticas concretas** na prática diária do movimento. Essas ações políticas, como já vimos, podem ser **ações organizativas do próprio movimento ou ações diretas visíveis na sociedade**. Assim, o processo de Pesquisa Militante tem potencial de determinar processos organizativos e produtivos dentro do movimento social, avançando em diversas ações de enfrentamento, dependendo do foco do grupo.

Assim, podemos vislumbrar que a Pesquisa Militante é um fazer polivalente que se articula a partir de um tripé de (1) pesquisa, (2) ação educativa e (3) ação política, que congrega intelectuais, pesquisadores, movimentos sociais, comunidades em resistência e organizações políticas (Figura 1). Os campos de ação da pesquisa militante (ação política, a pesquisa e a ação educativa) são ao mesmo tempo intenções e resultados das práticas de Pesquisa Militante e não têm contornos muito bem marcados porque são processos fluidos e estão imbricados a partir da necessidade de participação efetiva e do compromisso de transformação social compartilhado entre os sujeitos engajados.

Figura 1. Diagrama do Tripé de Pesquisa Militante.



Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

A Pesquisa Militante é multiforme e não tem um delineamento rígido, uma vez que é conformada a partir de especificidades dos movimentos, da conjuntura e do período histórico quando acontece. No entanto, ela pode ser identificada por uma série de características importantes que dão sentido à sua prática.

Na Pesquisa Militante, a **práxis**, ou seja, a combinação indissociável entre a reflexão crítica e a prática de lutas populares, permite a elaboração de diferentes diagnósticos sobre problemas sociais e sobre os desafios que a comunidade enfrenta. Estes diagnósticos se preocupam com experiências subjetivas que são colocadas em diálogo com uma interpretação mais ampla da sociedade, melhorando o reconhecimento das condições sócio-materiais e fortalecendo a compreensão da comunidade sobre seu lugar no mundo de hoje e o lugar que querem ocupar no futuro (Jara, 2009). Essa perspectiva evidencia e traz de volta o debate sobre a importância de reconhecer a política da produção do conhecimento. As pessoas lutam, aprendem, educam e teorizam onde quer que se encontrem. As formas que isso toma podem mudar, mas é notável a importância dos espaços e lugares para a ação coletiva, aprendizagem, reflexão e compartilhamento para construir, sustentar e ampliar a resistência popular. Neste sentido, um olhar crítico para a história é crucial, juntamente com uma abertura para valorizar os processos de aprendizagem informais e não-formais e o conhecimento criado a partir dos processos organizativos e de base no movimento, produzido a partir das lutas e experiências cotidianas. A questão essencial é entender que o diagnóstico sócio-histórico

originado da práxis não se restringe a uma crítica sobre a situação vivida, mas coloca um horizonte de construção para ação coletiva, ação e reflexão juntas e indissociáveis.

Neste desenrolar, o **conhecimento emerge como uma produção social compartilhada** não apenas a partir da observação ou experimentação dos espaços pesquisados, como é o caso das abordagens de observação participante, mas a partir da **atuação política** nesses espaços. Por isso pode ser necessário ir além das técnicas de pesquisa participativa, pois elas não necessariamente conectam a teoria à ação ou têm um horizonte político de emancipação. Fals Borda entende que a construção de uma verdadeira participação está vinculada a uma conexão política e solidária entre os sujeitos no curso da Pesquisa Militante. Para ele, participação autêntica significa o rompimento da relação de dependência, submissão e constrangimento que tem sido histórica e tradicionalmente implantada entre os sujeitos e os objetos na condução de pesquisas nas ciências sociais (Fals Borda, 1987). Dessa forma, a pesquisa militante atua permanentemente pela **superação da dicotomia do sujeito e objeto da pesquisa**.

A premissa na Pesquisa Militante é que, através da prática, todos se aproximam de um fazer militante e assumem um compromisso político coletivo, que se molda em uma identidade política compartilhada. Este compromisso é, ao mesmo tempo, com a causa e com as pessoas que sustentam essa luta. Isso não significa apenas que o pesquisador deve ser ou tornar-se um militante do movimento neste processo, mas que a própria prática da **Pesquisa Militante visa formar pessoas politicamente** para aquela ação-reflexão e possibilitar o cuidado mútuo na luta pela construção de uma sociedade justa e igualitária. Trata-se necessariamente de uma prática de *conscientização* coletiva (Freire, 1979), pela qual todos desenvolvem não apenas a capacidade de refletir e questionar profundamente as próprias condições históricas e sociais, mas também de construir uma estratégia de ação sobre essa realidade.

O aprendizado político é social (Caldart, 2012). Não só as práticas cotidianas das pessoas nas lutas podem contribuir para a construção de formas alternativas de conhecimento, mas dar conta deste aprendizado e produção de conhecimento também pode nos ajudar, enquanto designers ou pesquisadores vinculados a outros campos, a entender os movimentos sociais e suas formas de organização. Sem esse engajamento com o movimento e com suas próprias práticas de luta e de

aprendizado, podemos correr o risco de cair de novo em entendimentos restritos sobre ações políticas e diminuir esse entendimento aos ciclos de protestos. A prática da Pesquisa Militante se respalda em uma ação em “contexto da descoberta” em vez de restringir a ação investigativa ao “contexto de justificação” (Choudry, 2015). Isso quer dizer que no curso desta prática buscamos **descobrir questões, nos educar sobre elas coletivamente e alimentar a luta do movimento**, ao invés de buscar provas para teorias ou defender paradigmas particulares que foram esboçados antes do encontro com o campo de pesquisa.

Na Pesquisa Militante, **o delineamento do que é explorado como objeto de investigação e o curso deste processo é dado pelo movimento**. A declaração de uma situação como problemática que merece atenção coletiva e esforço estratégico é dada pelo coletivo (o movimento) e não pelo pesquisador ou designer. Ou seja, o enquadramento do problema não é uma responsabilidade do designer, mas é uma elaboração coletiva. Tal enunciação é seguida pelo debate sobre as possibilidades que permitem aos participantes gerar acordos sobre objetivos e decidir entre alternativas de ação (Jaumont & Varella, 2016). Neste cenário, o projeto de pesquisa é liderado pelos próprios interesses da comunidade ou do movimento, por suas próprias ferramentas e técnicas de debate, deliberação e ação. É evidente que qualquer militante do movimento possui suas próprias formas de fazer as coisas, e às vezes essas práticas estão mais sistematizadas e em outras vezes são apenas formas costumeiras de lidar com as situações. As pessoas designers que estão envolvidas nesse processo também têm a possibilidade de apresentar suas ferramentas e perspectivas para que o grupo possa trabalhar com algum tipo de dinâmica apoiada pelo design. O que saliento aqui é que o saber-fazer do movimento é mais importante e apresenta um leque mais amplo de práticas do que as ferramentas de design que normalmente tentamos experimentar com grupos em propostas participativas de pesquisa em Design.

Historicamente as experiências latino-americanas de Pesquisa Militante, em termos de utilização e seleção de técnicas e ferramentas, trazem uma multiplicidade de situações e aplicações, dependendo do contexto de ação, das coletividades, dos objetivos e de quando aconteceram. Desta forma, os métodos são inseparáveis da situação específica vivida pelos pesquisadores e pelos grupos populares, podendo variar e mudar no decorrer dessa situação (Varella, 2017). Entretanto, é possível destacar **o uso de técnicas participativas que estimulam a reflexão e expressão**

de todos os participantes na articulação dos processos de pesquisa, de ação educativa e de ação política. São alguns exemplos de técnicas e ferramentas: técnicas com atuação (sociodrama, teatro do oprimido, etc.) para fazer diagnósticos ou revelar problemas e situações importantes; entrevistas informais individuais e/ou coletivas; uso de dinâmicas experienciais em trabalhos promovidos por movimentos e comunidades; análise e debate coletivo de textos e documentos; cartazes, desenhos coletivos, fotografias autorais, recortes e outros meios para manifestar a criatividade do grupo e provocar maior reflexão; envolvimento lúdico com canções, histórias, poesias e contos que reflitam as situações a serem enfrentadas; técnicas expositivas a fim de fornecer informações adicionais (Jara, 2009).

O processo da Pesquisa Militante é sempre coletivo e envolve sujeitos que têm diferentes experiências e perspectivas, ainda que compartilhem a mesma ideia de projeto político de sociedade e estejam dispostos a construí-lo juntos. Embora todos os envolvidos devam participar ativamente dos processos de pesquisa, ação política e ação educativa, o papel desempenhado pelos sujeitos não é o mesmo. Por exemplo, os líderes comunitários têm a habilidade da oratória, que é uma ferramenta potente para a troca oral de conhecimento, mas podem não ser tão acostumados em tomar notas e sistematizar o conhecimento por escrito. Da mesma forma, alguns militantes são excepcionais na mobilização política, o que ensina sobre processos políticos, disciplina e a causa do movimento, porém não são treinados na elaboração de ferramentas pedagógicas para processos formativos. As responsabilidades de cada militante na promoção das atividades que compõem o tripé da Pesquisa Militante devem ser mutuamente acordadas entre os envolvidos, com base nos objetivos definidos coletivamente e a partir das habilidades de cada um.

Para fechar essa seção, retomo a reflexão sobre nossa construção ontológica a partir do engajamento político com movimentos sociais. Quando nos engajamos em ações políticas nestes espaços, nos empenhamos em aprender um repertório particular de práticas e enquadramentos da realidade, e isto nos obriga a um compromisso cada vez mais ativo e uma transformação ampla que extrapola a apreensão de conteúdos específicos. Como vimos anteriormente, as práticas dentro do movimento não só produzem esse movimento, mas também produzem os sujeitos que dele participam. Nossa chegada em um movimento já existente, ou nosso empenho em começar a movimentação junto a outros sujeitos, promove uma

transformação em nós mesmos e também no movimento que nos acolhe ou que estamos ajudando a construir. Este processo de participação é um processo autônomo que vai ao encontro de *ser mais* (Freire, 2014 [1968]). Dessa forma, os movimentos sociais não são apenas locais significativos de ação social e política, mas também importantes terrenos de aprendizagem e produção de conhecimento, e de politização, por fim.

Tratar o debate desta proposta teórico-política com a comunidade de pesquisadores em Design visa estimular a experimentação metodológica na condução de processos de pesquisa e no desenvolvimento de projetos de Design que possam ser orientados para a emancipação dos oprimidos e para fortalecimento das lutas sociais em contato com movimentos sociais.

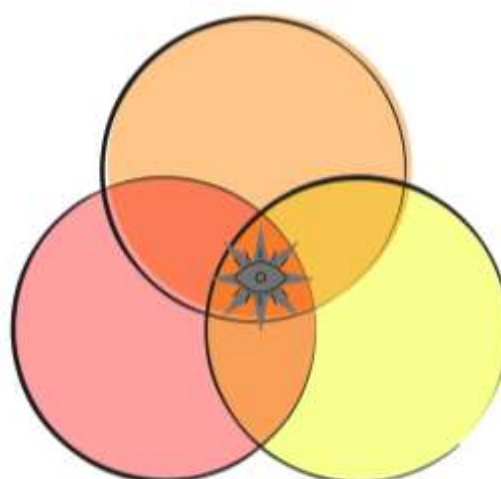
1.5 A perspectiva de análise histórico-dialética e feminista

Neste trabalho reconheço a produção de conhecimento como uma prática social e coletiva, através da elaboração de ações políticas, ações educativas e pesquisa no arcabouço teórico-político da Pesquisa Militante. Transitei em diferentes espaços (ver seção 1.6) onde pude elaborar questões sobre politização que tentei sistematizar ao longo deste trabalho. Para dar conta dessa elaboração, busquei apoio metodológico-analítico na leitura de intelectuais que têm como horizonte a transformação social a partir da pedagogia popular e do feminismo. Dessa forma, cheguei a três premissas que dão sustentação à análise e dão forma à interpretação das questões de pesquisa: (1) o reconhecimento das **condições históricas** que determinam as situações presentes; (2) a **relação dialética** que conforma as relações de forma co-constitutiva entre o particular e o universal, entendendo o particular a partir do universal e o universal a partir do particular; e (3) o **ponto de vista feminista**, que propõe uma interpretação analítica crítica das relações sociais a partir do entendimento da imbricação dos sistemas de exploração e opressão, a saber o capitalismo, o hétero-cis-patriarcado e o racismo.

Procurei observar os fenômenos e as reflexões acerca da politização e suas relações com o design a partir destas três lentes (histórica, dialética e feminista), conforme a Figura 2. As lentes de análise ajudam a desenhar os caminhos para as críticas alicerçadas tanto na observação dos fenômenos quanto em uma

autopercepção e auto-crítica do meu próprio processo de politização e atuação. Portanto, o objeto de pesquisa, representado pela estrela na imagem, não se restringe à politização como processo, ao design como campo de estudos ou à minha reflexão enquanto pesquisadora-militante, mas é um emaranhado de todas essas preocupações. A seguir explico cada uma das lentes.

Figura 2. Perspectiva analítica do trabalho.



histórico + dialético + feminista

Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

Em primeiro lugar, é preciso reconhecer nosso dever histórico e a historicidade das condições materiais que determinam as relações sociais que vivemos no tempo presente. Torna-se indispensável, nesta perspectiva, entender que o passado, o presente e o futuro estão aqui e agora, ao mesmo tempo, impedindo e impulsionando nossas relações, aprendizados e possibilidades de mudança. Pode soar místico, mas é científico: as relações estão em constante movimento e mudança à medida que elas formam nosso mundo social. As pessoas, ao enfrentar os problemas e injustiças em sua vida cotidiana no presente, podem, através da práxis, aprender, pensar e agir para provocar a mudança social, econômica, política e ecológica mais ampla, rejeitando suposições e explicações de "senso comum", herdadas do passado; e, ao mesmo tempo, podem construir uma compreensão mais profunda das estruturas e, em atos de rebeldia epistêmica-ontológica, prefigurar hoje outras relações visando um futuro radicalmente transformado (Freire, 2014 [1968]; Allman, 2001).

Em segundo lugar, entendo que as relações locais (particulares) e universais (que formam a totalidade) estão dialeticamente relacionadas e são co-produzidas. A partir de Marx, dialética refere-se a uma forma de entender as relações sociais como processos, não como coisas, onde o movimento e a relacionalidade são centrais para compreender e teorizar sobre e a partir do cotidiano (Allman, 2001; Konder, 1985). Traçar uma análise a partir da dialética significa entender que existe uma unidade de dois opostos que não poderiam ter se desenvolvido da forma como se desenvolveram ou mesmo existir como existem fora desta relação uma e contraditória, como, por exemplo, na contradição do oprimido-opressor. Nem o opressor nem o oprimido existem um sem o outro. É nesse sentido que se defende a superação da contradição através de sínteses que levam a uma nova organização da relação social, que não é nem totalmente a do opressor e nem totalmente a do oprimido, mas a possibilidade de ir além deste movimento contraditório, criando uma nova relação.

A análise dialética atende às relações internas dos processos relacionais da contradição (Allman, 2001) e está atenta às relações de escala, do singular ao universal e vice-versa (Carpenter & Mojab, 2017). Nessa perspectiva, atenção é dada tanto à aparência (como a relação aparenta ser) quanto à essência (o que está por trás desta aparência) dos fenômenos a serem desvelados (Freire, 1979), buscando diálogo e compreensão a partir da historicidade destas relações (Allman, 2001; Freire, 1979). Da mesma forma, esta abordagem teoriza a relação entre o particular e a totalidade não como uma comparação, mas como uma co-constituição. A totalidade inclui também os determinantes que partes os particulares no sentido de abalar os universais. As manifestações particulares das relações sociais se conformam a partir das relações históricas que as condicionaram, ao mesmo tempo em que formam a totalidade das relações à medida que são reproduzidas através destas práticas sociais localizadas.

Por exemplo, uma relação de casal cisgênero entre um homem e uma mulher é conformada pela historicidade das relações sob o patriarcado. Mesmo que esse casal esteja ciente das contradições de opressão que pautam sua relação, a relação particular é condicionada pela totalidade da estrutura. Do mesmo modo, uma relação de casal entre duas mulheres cisgêneras também é condicionada pelo patriarcado como estrutura social, mesmo que a formação do casal lésbico confronte a ordem social posta por essa estrutura.

O processo de reconhecimento da realidade só pode ser encarado como uma totalidade aberta e em movimento (Konder, 1985), quer dizer, só pode ser entendido através de esquemas que não pretendem “reduzir” a infinita riqueza da realidade ao conhecimento dela. Quando falamos em uma teoria da totalidade é a isso que me refiro e não ao descabido anúncio de pretensa captação do todo absoluto.

Por fim, em terceiro lugar, defendo o ponto de vista feminista (*Feminist Standpoint*) como lente de análise deste trabalho (Harding, 1993, 2004; Mojab & Carpenter, 2017). Seguindo a tradição marxista histórico-dialética, que afirma que os fatores sociais e históricos são relevantes para questões epistêmicas, o Ponto de Vista Feminista (PVF) reconhece a localização social e histórica como algo fundamental na formação dos sujeitos e defende que essa localização tem uma contribuição potencialmente valiosa para a produção de conhecimentos (Mojab & Carpenter, 2017). Neste sentido, a situação social do sujeito desempenha um papel na formação do que sabemos e também na limitação do que somos capazes de conhecer. A influência desta localização social molda não apenas a maneira como entendemos o mundo, mas também a maneira como ele nos é apresentado por meio da experiência (Harding, 2004). No entanto, o PVF não está vinculado unicamente a uma experiência ou localização social privilegiada do sujeito, mas se deve a um engajamento analítico crítico que parte do concreto para uma abstração teórica que possa explicar a experiência social. É importante que se faça essa distinção.

A vivência da opressão e da exploração por vezes tem sido reivindicada no âmbito do debate teórico-epistemológico feminista como uma espécie de exclusividade epistêmica no qual a mulher, ou outro sujeito que está em um grupo social oprimido e explorado, alcançaria algum tipo de compreensão natural sobre a situação de opressão e de exploração por estar vivendo tal situação. É evidente que as relações sociais nas quais uma mulher vive são diferentes das vividas por um homem e faz diferença se essa mulher é negra ou branca, pobre ou rica, se vive na periferia ou em regiões centrais, etc. Essas são as condições materiais de existência que qualificam o tipo de relação social que esse sujeito vai construir. No entanto, as condições que permitem que essas relações de exploração e de opressão se consolidem na vida desta mulher não são particulares e individualizadas, são resultado de práticas sociais muito maiores e mais estruturantes do que a experiência desta mulher em particular (Mojab & Carpenter, 2017).

Voltando ao exemplo dos casais cis-hétero e cis-homoafetivo que descrevi anteriormente. Por certo o casal cis-homoafetivo terá vivências diferentes no confronto ao cis-hetero-patriarcado em relação ao casal cis-hétero. O casal homem-mulher têm uma relação mais em conformidade com a estrutura cis-hetero-patriarcal, mas isso não significa que esse casal não possa compreender o patriarcado como estrutura de opressão. Da mesma forma, não se pode esperar que o casal cis-homoafetivo seja capaz de compreender criticamente o patriarcado somente por viver a experiência de amor intra-gênero, que confronta a estrutura.

Existem, evidentemente, diferenças entre a forma como a consciência pode emergir a partir da experiência, ou seja, o despertar para a consciência pode ser vinculado ao pertencimento do sujeito a um grupo oprimido dentro de uma estrutura que conforma opressões. No entanto, isso não significa que a consciência crítica sobre o fato da opressão e da exploração emerge “naturalmente” a partir desta experiência. Dessa forma não há uma exclusividade epistêmica, *a priori*. Por outro lado, também é importante reconhecer que a experiência da opressão (como oprimido) não é impreterível para despertar o entendimento da contradição entre oprimido-opressor, que leva ao processo de conscientização. Se assim fosse, qualquer solidariedade entre sujeitos e entre lutas contra as diferentes opressões seria inimaginável.

As estruturas de opressão e exploração, a saber, o capitalismo, o racismo e o hetero-cis-patriarcado, estão imbricados e são aliados na missão de desumanização e exploração dos sujeitos. O enfrentamento a essa complexa ordem social só pode se dar no trabalho coletivo de solidariedade e de desvelamento das opressões (Freire, 2014 [1968]). É por meio da aliança com outros sujeitos e grupos oprimidos que poderemos confrontar as desigualdades e expandir nossa consciência sobre “sexo, raça e classe como estruturas interligadas de dominação e sobre os modos pelos quais reforçamos e perpetuamos essas estruturas” (hooks, 2019, p. 67).

Harding (1993) argumenta que a teoria do ponto de vista impõe um certo rigor na prática investigativa e envolve uma forte demanda por reflexão contínua e autocrítica a partir de um ponto de vista, permitindo a justificação de reivindicações de conhecimento socialmente situadas. O ponto de vista feminista, então, reconhece que o entendimento do hétero-cis-patriarcado, do racismo e do capitalismo como estruturas de exploração e de opressão que se estruturam a partir de relações de poder desiguais não é um privilégio de mulheres, pessoas não-brancas ou pessoas

pobres, mas que é necessário um trabalho político e intelectual individual e coletivo para que uma experiência de opressão possa se transformar em uma fonte de conhecimento e libertação potencial, quaisquer que sejam os sujeitos implicados neste processo de conscientização. Dessa forma, o ponto de vista feminista nega o argumento de que por causa de uma posição subjetiva particular, alguém “naturalmente” possui um entendimento conceitual e de enfrentamento a uma opressão (Carpenter & Mojab, 2017), embora reconheça que a experiência é um recurso inalienável da produção de conhecimento e da luta social promovida a partir de processos de politização.

1.6 Espaços da Pesquisa Militante

A Pesquisa Militante coloca um paradigma de pesquisa diferente para a prática investigativa nas ciências sociais, uma vez que sugere que a definição do escopo teórico e conceitual deve ser realizado após a vivência do trabalho de campo ter se estabelecido firmemente. A mudança proposta implica dar atenção especial à sistematização da experiência (Jara, 2009). Entretanto, é importante salientar que essa sistematização não é a mera descrição de uma série de fatos e ações, nem a organização dos dados, de uma determinada experiência; é uma reflexão crítica com propósitos transformadores que visa capacitar os participantes permitindo-lhes refletir criticamente sobre suas experiências (Idem). Neste trabalho não apresento detalhadamente as experiências como série de procedimentos, busco apresentar os lugares que habitei, dando pistas de onde surgiram minhas reflexões e evidenciando que o trabalho de pesquisa militante é amplo e exige compromisso a longo prazo para ocorrer.

A seguir, apresento os espaços onde realizei a pesquisa militante entre os anos de 2017 e 2021. Estes espaços me envolveram em diferentes atividades que estavam mais ou menos relacionadas ao design. As experiências mobilizaram esforços de pesquisa, de ação política e de ensino, configurando a articulação entre esses três eixos em maior ou menor intensidade, dependendo dos objetivos do próprio espaço. As experiências vividas em pesquisa militante em cada um destes lugares não estão necessariamente detalhadas ao longo do documento e nem todas aparecem de forma explícita na seção de análise. No entanto, habitar cada um

desses espaços e construir os aprendizados em coletividades em luta foi essencial para alcançar a reflexão expressa neste documento, de forma que todas essas vivências apoiam direta ou indiretamente cada pensamento compartilhado nesta tese.

1.6.1 International Development Design Summit

O International Development Design Summit (IDDS) é uma ação educativa de desenvolvimento internacional, que é organizada pelo Design Lab (D-Lab) do Massachusetts Institute of Technology (MIT) e promove experiências práticas de co-design em comunidades. O IDDS reúne pessoas de diferentes locais do mundo, com áreas de atuação diversas, para trabalharem em projetos junto às comunidades, promovendo encontro entre pessoas de contextos culturais, nacionais e profissionais distintos com vistas a reforçar as capacidades criativas e construtivas da comunidade e melhorar as condições de vida local através do desenvolvimento de tecnologias e serviços de baixo custo.

A primeira edição do IDDS aconteceu em 2007, organizado e sediado no MIT D-Lab. Ao longo desses quinze anos, a metodologia dos encontros e propostas foram se modificando. Se no começo a proposta era promover uma conferência que se distanciasse de apresentação de artigos e promovesse um trabalho “mão-na-massa” baseado em protótipos, com o passar do tempo, o IDDS virou um encontro de total imersão comunitária que precisa lidar com uma tensão constante entre o foco pedagógico e de convivência das pessoas e o foco nos produtos ou serviços que precisam ser desenvolvidos (Smith et al., 2021).

Os IDDSs duram entre 2 a 5 semanas e são promovidos institucionalmente pelo MIT D-Lab mas, desde 2012, a articulação é realizada a partir de um parceiro local, normalmente um centro de pesquisa, uma universidade ou um coletivo profissional, que é responsável por toda organização e precisa estar vinculado a uma comunidade de base, onde o trabalho é desenvolvido antes e persiste após o evento (Reina-Rozo et al., 2018). Smith et al. (2021) entendem que o IDDS se tornou um programa verdadeiramente coletivo e articulado a partir de equipes organizadoras locais que assumiram a visão e o planejamento de seus próprios eventos a partir de seus saberes e possibilidades. Até o momento já foram realizadas 24 iterações em 13 países diferentes, com mais de 800 participantes. Os

temas dos encontros estão alinhados com desafios locais, tais como Adaptação à Mudança Climática e Construção de Paz na Colômbia e Casas Sustentáveis na Guatemala; outros se concentraram em setores específicos, como Saúde na Índia, TICs no Paquistão e Educação na Colômbia; e outros ainda se focam em ecossistemas específicos, como o encontro da Região Amazônica no Brasil e o encontro das Comunidades Costeiras na Colômbia.

O IDDS é uma experiência imersiva, de convívio diário e com um programa intenso de aprendizagem, trabalho coletivo, reconhecimento das realidades locais e vivências lúdicas e de integração (Smith et al., 2021). Os encontros congregam profissionais, estudantes e os membros da comunidade que trabalham a partir de uma proposta pedagógica-curricular, o *Design Workbook*, desenvolvido por instrutores do MIT D-Lab com feedback de uma comunidade global de designers relacionados ao IDDS, a IDIN (International Development Innovation Network)¹⁹. O currículo do *Design Book* é voltado para públicos em diferentes níveis de ensino, incluindo participantes analfabetos, e atende a um amplo espectro de intercâmbio cultural (Reynolds-Cuellar & Ramos, 2020).

No começo do programa, os participantes são separados em grupos de projeto que garantem diversidade de repertório de trabalho, disciplinas e culturas. Muitas vezes, há necessidade de lidar com barreiras de comunicação, tanto em relação aos idiomas como em outras linguagens que utilizamos para trabalhar e nos relacionar. Cada grupo se organiza para trabalhar com um “problema” identificado pelos parceiros locais em diálogo com os membros da comunidade e trabalham juntos durante todo o processo de design (delineamento de problema, pesquisa, geração de ideias, desenvolvimento de soluções, testes, feedbacks e interação). A proposta é que todos os membros possam trabalhar de forma horizontal em um processo que combina o conhecimento específico e técnico de participantes de fora da comunidade e o conhecimento contextual, cultural e experiencial dos membros da comunidade para criar soluções para problemas enfrentados no território (Reina-Rozo et al., 2018).

Minha aproximação com o processo se deu no IDDS Brasil em 2012, quando fui parte de um grupo que trabalhou diretamente com processos de educação financeira na periferia de São Paulo. A partir daí me engajei na rede de

¹⁹ No site da IDIN há atualizações periódicas com notícias dos membros, relatórios de projeto, relato de ações, ferramentas e outros recursos desenvolvidos pela rede. Disponível em: <<https://idin.org/>>

colaboradores (IDIN). Em 2016, participei da equipe organizadora do IDDS Educación, que aconteceu em Bogotá, Colômbia. Nessa oportunidade atuei na organização do evento com tarefas de comunicação interna e externa e, durante o evento, trabalhei como facilitadora de design em um grupo de projeto que desenvolveu uma solução para educação na primeira infância. Em 2017, o IDDS Hogares Sostenibles, na Guatemala, foi a minha terceira experiência de atuação na rede, segunda como organizadora e primeira como co-coordenadora de currículo. No caso do IDDS Guatemala, eu estava mais envolvida nas questões pedagógicas e de coordenação da experiência dos participantes diante dos processos formativos e de vivências comunitárias e isso me permitiu uma melhor reflexão sobre todo o processo. Neste evento, trabalhamos com a associação de moradores de Santa Catarina Palopó, cidade localizada à beira do Lago Atitlán, e a proposta temática para o evento "Hogares Sostenibles" englobou desafios nos temas de água, saneamento, produção de alimentos, energia, sistemas de cocção, tratamento de lixo orgânico e reuso de lixo seco. Durante 20 dias, moradores de Santa Catarina Palopó e outras pessoas de vários lugares do mundo, com diversas expertises, permanecemos em regime de imersão para aprender sobre o processo de design e experimentar na prática todas as fases de um projeto participativo no desenvolvimento de tecnologias e serviços.

1.6.2 Universidade Livre Feminista

A Universidade Livre Feminista (ULF) é uma ação coletiva de educação política que atua no Brasil com foco na educação política das mulheres populares ativas no movimento feminista organizado. A ULF nasceu como uma iniciativa de Educação à Distância em 2009, quando este tipo de dinâmica não era usual na realidade brasileira. O desafio de abordar temas caros ao feminismo com mulheres populares alijadas do acesso às Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) através de um programa educativo digital sempre foi uma questão emblemática na ação da ULF e incentivou revisões sistemáticas das formas de atuação político-pedagógica.

Em 2017, quando me aproximei da ULF através de minha militância na Articulação das Mulheres Brasileiras (AMB), movimento ao qual a ULF está ligada, começamos a trabalhar com uma perspectiva de cursos híbridos. Havia um certo

desgaste em relação ao trabalho exclusivamente virtual, que apresentava altos índices de evasão e pouca troca entre as educandas. Entre 2017 e 2019 atuei em dois cursos, o “Feminismo com quem tá chegando” e o “Políticas Feministas para Transformação Social”, nos quais trabalhei como educadora local, articulando classes de 20-25 mulheres pessoalmente, e como educadora online, mobilizando discussões em plataformas online, que incluíam sete grupos locais, totalizando cerca de 150 mulheres em todo o Brasil. Esse processo foi intenso e promoveu diversos aprendizados na elaboração de ferramentas pedagógicas, que serviram como disparadores de reflexões e ajudaram a sistematizar os aprendizados, bem como na construção do conteúdo programático para os cursos, que me aproximou de um entendimento global sobre a pedagogia feminista e a necessidade de trabalhar os conteúdos a partir de perspectivas distintas da educação bancária (Freire, 2014).

Atualmente a ULF está passando por uma reformulação de seu projeto político-pedagógico e está tentando responder às necessidades colocadas pelos movimentos feministas e sua organização política em um cenário de internet completamente novo tanto do ponto de vista tecnológico, com os avanços nas funcionalidades das plataformas, quanto no uso cotidiano da internet e das TICs que foi imposto pela pandemia de Covid-19. Nossa atuação neste período foi impulsionada por uma pesquisa realizada pela Universidade Livre Feminista em 2019 (Branco; Lima, 2020), que indicou pontos relevantes sobre o uso de TICs em regiões periféricas do país, questões emocionais que perpassam a relação das mulheres populares com a internet e os equipamentos digitais e o uso político que elas fazem dessas ferramentas. A partir da experiência da articulação do movimento feminista durante a pandemia, quando muitas atividades da organização política contra o governo autoritário e neofascista de Bolsonaro começaram a ser conduzidas no formato online, percebemos que nosso foco pedagógico deveria repousar nas mulheres populares que precisam de apoio para que elas possam afirmar sua liderança política neste cenário. Assim, nos últimos dois anos estamos mobilizando nossos esforços educativos para questões de acessibilidade e para a discussão política e instrumental sobre a internet e as tecnologias em nossas vidas e seus limites e potencialidades para a organização política do movimento feminista no Brasil.

Em 2020, com a pandemia, voltamos à modalidade online e avaliamos que não era possível continuarmos utilizando as mesmas ferramentas (moodle e emails)

porque elas se mostravam defasadas diante das nossas necessidades organizativas e diante das demandas colocadas pelo momento político e pela experiência das mulheres na internet e no movimento feminista. Diante deste cenário realizamos o Ciclo de Webinários “Umas com as Outras: trocando ideias sobre o mundo digital” para debater a atuação feminista na internet em diálogo com outras organizações e movimentos que também estão enfrentando questões similares às nossas. Nesse período também promovemos uma campanha educativa baseada no conteúdo do curso “Feminismo com quem tá chegando” para experimentar o uso do Instagram para fins de educomunicação, foi uma experiência importante para a produção de conteúdos autorais da ULF.

Em 2021 promovemos um curso voltado à acessibilidade nas redes sociais, o “Audiodescrição para ação feminista na internet” buscou instrumentalizar organizações e ativistas feministas para o uso do recurso de Audiodescrição, que busca incluir pessoas cegas ou com baixa visão no uso de plataformas digitais, inclusive redes sociais. Além disso, lançamos o curso “Navegando Juntas pelos Desafios da Internet”, que trabalhou de forma crítica o uso da internet e das TICs junto a mulheres lideranças feministas que têm dificuldade no uso de recursos diversos nos aparelhos celulares e computadores e que, por conta da virtualização das atividades políticas, foram impedidas de participar das tarefas organizativas da militância por conta destas dificuldades. O curso apresentou uma metodologia nova dentro dos parâmetros da educação popular e feminista promovida pela ULF e avançou na produção de materiais de educomunicação para usos pedagógicos. Os materiais e mais informações sobre todas as ações promovidas pelas ULF estão disponíveis no site feminismo.org.

Ao longo deste tempo, o meu trabalho como designer junto a ULF não esteve envolvido em um único projeto ou interesse de pesquisa, mas liga o conhecimento e os interesses do Design e da conformação sócio-material à prática política do feminismo e da educação popular, refletindo sobre o processo político-pedagógico e as possibilidades de ação.

1.6.3 Movimento Estudantil na Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Quando ingressei no doutorado em 2017 fui chamada pelo colega João Sarmiento, que me conhecia de outros espaços de organização política, para concorrer a um cargo na representação discente da pós-graduação. A representação discente de pós-graduação se dá em dois espaços na ESDI, no Conselho Departamental, que é a instância máxima de deliberação e trata de questões da Escola como um todo, e na Comissão de Pós-Graduação (CPD), que trata das questões específicas da Pós-Graduação. Neste primeiro momento, eu concorri à representação discente no espaço da CPD enquanto o João concorreu no espaço do Conselho, e fomos eleitos para um mandato de dois anos.

Além da representação dentro desses espaços institucionais de debate e deliberação, ao longo desse ano promovemos atividades de integração junto à graduação com vistas a ampliar os debates político-organizativos, mas também promover espaços de troca informais e de amizade entre a graduação e a pós-graduação. Promovemos algumas “sociais” junto da graduação e nesses momentos de descontração, percebemos a importância e potencial de articular estes grupos que não tinham muito espaço de diálogo.

Em função dessa disposição ao diálogo com a graduação, me aproximei dos estudantes que faziam parte do CAPO (Centro Acadêmico Carmen Portinho) e de outros estudantes que se organizavam em coletivos na Escola, especialmente Lucas Nonno, Ana Clara Orochio, Guilherme Cruz, Maria Luiza Ventura, Luiza Braga, David Berliner e Luana Batista. Como desdobramento dessa relação, fui convidada para fazer uma das falas de abertura no R Design, o Encontro Regional de Estudantes de Design, que foi organizado pelos estudantes de graduação na ESDI em 2018²⁰. Neste mesmo ano também fui convidada para uma mesa de debate na Integra Design, um evento organizado por estudantes para integrar os cursos de graduação de Design do Rio de Janeiro, no qual falei sobre minha experiência no movimento estudantil e a importância da organização política no espaço

²⁰ O (Re) Existência reuniu estudantes de vários lugares do Brasil, especialmente da região sudeste na ESDI. Esse momento fez parte de um processo de retomada da escola pelos estudantes depois de um período de crise que se arrasta desde 2014 e de uma greve que marcou a vida universitária na UERJ entre 2015 e 2016. A movimentação de ocupação da Escola já acontecia desde 2017, com a ESDI ABERTA (Anastassakis, 2021), mas a preparação e a organização do R Design a partir da ação exclusiva do movimento estudantil reverberou de forma muito positiva tanto na organização dos espaços e infraestrutura da ESDI quanto na estima dos estudantes diante da Escola.

universitário. Esses eventos foram organizados e promovidos pela graduação e meu envolvimento foi como convidada e observadora, mas é importante registrá-los como forma de retratar a movimentação estudantil que estava acontecendo à época na escola e na cidade e como isso mobilizou a organização estudantil na ESDI.

Em 2019, foi organizada a primeira eleição integrada da representação discente da ESDI e elegemos representação discente da graduação e da pós-graduação a partir de um único processo eleitoral, que foi resultado de uma série de plenárias que mobilizamos para debater questões organizativas do movimento na ESDI. Neste pleito, fui eleita como representante no Conselho da Escola junto com Márcio “Baraco”, e na CPD estávamos representados por Sâmia Batista, Flávia Soares e Beatriz Ferreira. O grupo eleito da graduação e da pós-graduação realizava reuniões periódicas para dialogar sobre os espaços deliberativos da ESDI e como poderíamos nos apoiar mutuamente nas pautas de interesse dos estudantes.

Neste ano, frente ao avanço do governo Bolsonaro, especialmente na figura do Ministro da Educação à época, Abraham Weintraub, passamos a frequentar assembleias no campus Maracanã da UERJ para somar forças com os demais estudantes de Pós-Graduação. Neste contexto, fui convidada a participar da fundação da APG UERJ (Associação de Pós-Graduação), compondo a chapa na condição de Diretora de Comunicação, com o apoio dos demais representantes discentes de pós-graduação da ESDI.

Na escola, organizamos diversas ações de mobilização respondendo aos chamados das entidades estudantis, mas conformando também um movimento contínuo de debate na ESDI. No primeiro dia de levante contra os cortes da educação, que ficou conhecido como #15M, organizamos o ESDI na Rua, que foi uma manhã de aulas públicas que aconteceram na Cinelândia, praça pública que fica nos arredores da ESDI. Naquela tarde aconteceu a Oficina de Cartazes Antifascistas, que reuniu na ESDI estudantes dos demais campus da UERJ em uma ação ativista rumo à manifestação. No #30M organizamos um almoço coletivo, um debate sobre ensino público e uma oficina de instrumentos de sucata, para levarmos à manifestação. Nesse contexto, em meados de 2019, fundamos o Laboratório de Design e Política, um grupo informal composto por estudantes de pós-graduação e graduação que se mobilizavam pelas iniciativas políticas na escola e que desejavam estudar juntos formas de melhorar essas ações. Até outubro daquele ano, com a

ajuda de alguns professores, especialmente Ricardo Artur, Bianca Martins e Bárbara Necyk, organizamos outros almoços, palestras, oficinas e assembleias de mobilização interna para promover diálogo sobre diferentes assuntos que articulavam design, política e a universidade pública. Neste mesmo período, estive envolvida com a articulação da pós-graduação na UERJ, a partir dos esforços da APG, que promoveu eventos e lutas na Universidade, garantindo participação da pós-graduação em espaços deliberativos da UERJ.

Dentro da escola foi perceptível que todas essas iniciativas promoveram a integração entre graduação e pós-graduação, quebrando uma “barreira” que existia entre esses dois espaços. Além da organização política já apresentada, que repercute na forma como os estudantes se posicionam e se articulam na escola, tivemos algumas conquistas acadêmicas, como a fundação do projeto de extensão Praxicracia, que visava promover experimentos de design com pesquisadores, educadores e estudantes de design, participantes de movimentos sociais e interessados em processos de participação democrática; e a aprovação na CPD da possibilidade de participação de Doutorandos nas bancas de TCCs na graduação, estreitando os laços acadêmicos entre os estudantes e promovendo maior articulação institucional entre os espaços universitários.

1.6.4 Rede Design e Opressão

No começo de 2020, em meio à situação de grave crise política e de descrédito com a educação pública, no começo da pandemia de Covid-19, que fez com que as atividades universitárias passassem a acontecer em formato remoto, fui convidada por Frederick van Amstel a participar de um grupo de estudos de Paulo Freire e Design organizado por Marco Mazzarotto, que iniciaria em meados de abril e estava alocado nas atividades dos professores na UTFPR (Universidade Tecnológica Federal do Paraná), onde ambos lecionam. Na ESDI/ UERJ (Escola Superior de Desenho Industrial da Universidade do Estado do Rio de Janeiro) havíamos realizado um grupo de estudos sobre Pedagogia do Oprimido no ano anterior e me interessei prontamente em participar dessa discussão ampliada com outros professores e estudantes. Esses encontros foram muito potentes e, em meados de junho, um coletivo de estudantes e professores assíduos neste grupo de estudos resolvemos ampliar as possibilidades de debate acerca das contradições do

Design e suas relações com proposições críticas, especialmente as latino-americanas.

Após a finalização do ciclo de leituras sobre Paulo Freire, surge a rede Design & Opressão como uma comunidade de aprendizagem crítica aberta a qualquer pessoa que deseja debater e aprender sobre as vinculações históricas entre design e opressão (Serpa et al., 2022, Serpa et al., 2021; Van Amstel et al., 2021). O objetivo da rede é estabelecer laços de solidariedade entre todas as lutas contra a opressão, abordando o design como uma atividade política, uma ferramenta, um espaço ou uma questão relevante para os movimentos sociais.

A D&O é formada por um grupo em expansão de participantes, complicadores e complicadoras que atuam de forma voluntária e estão espalhados por todo o Brasil. O uso do termo “complicador” caracteriza uma oposição ao termo “facilitador” já incorporado ao vocabulário e às práticas do design, especialmente àquelas focadas em processos colaborativos e participativos (Serpa et al., 2022; Saito et al., 2022, Van Amstel et al., 2021).

Entre 2020 e 2021, a Rede Design & Opressão conduziu um grupo de leitura semanal online. Neste período a rede manteve um servidor no Discord, uma plataforma originalmente criada para o público *gamer* e que serve para bater papo via áudio e texto. Em um esforço coletivo, adaptamos esse espaço aos interesses pedagógicos e de organização da rede, de forma a concentrar nossos debates e possibilitar nossos encontros. Também em 2020 e 2021, promovemos *streamings* no nosso canal do YouTube²¹ para sistematizar aprendizados de ciclos de leituras focados em alguns autores cujos trabalhos nos inspiraram, como Paulo Freire, Frantz Fanon, bell hooks e Augusto Boal. Em 2021, em parceria com a ANDIFES e a UTFPR, foi realizado um curso online em língua inglesa, o *Designs of the Oppressed*, que tinha como objetivo expandir o debate sobre autores brasileiros (Paulo Freire, Álvaro Vieira Pinto e Augusto Boal) junto a designers praticantes, pesquisadores e estudantes estrangeiros, deste processo desenvolvemos um baralho de cartas pedagógicas (Mazzarotto e Serpa, 2021), uma série de lectures e uma playlist de apoio didático, que estão disponíveis no site da D&O²². Ao longo de

²¹ No YouTube da rede estão disponíveis os streamings de síntese de aprendizados de diversos autores que lemos ao longo do Grupo de Estudos, além de palestras e participação em eventos online. Disponível em: <www.youtube.com/c/designeopressao>

²² Além de apresentar a rede, o site também é um repositório para nossas produções. Lá estão disponíveis os trabalhos acadêmicos desenvolvidos, as aulas gravadas para o *Design of the*

2021 e 2022, organizamos a participação orquestrada em plataformas de publicação online, eventos e conferências de Design através da produção de textos, rodas de conversa, peças de teatro do oprimido e palestras, a maioria delas disponível no Site e no canal do YouTube da D&O. Essas ações possibilitam o compartilhamento de aprendizagens com pessoas que não puderam participar dos encontros semanais, além de sistematizar e divulgar amplamente o conhecimento produzido coletivamente pela rede. A gravação e divulgação destes debates e oficinas faz com que os materiais sejam acessados e utilizados como apoio ao ensino e à pesquisa por professores, estudantes e profissionais de Design em diferentes territórios. A partir destes esforços, somados às ações educativas em diferentes universidades e outras ações de extensão e articulação com grupos populares fora da universidade, notamos a formação de um coletivo cada vez maior e mais comprometido com outras formas de pensar e fazer Design que sejam engajadas, críticas, politizadas e emancipadoras.

1.6.5 Trabalho docente na Universidade Federal do Rio de Janeiro

Em 2020, iniciei um trabalho como professora substituta do Curso de Comunicação Visual Design da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Foi um período bastante peculiar para ingressar na carreira docente. Devido à pandemia de Covid-19, as atividades estavam acontecendo exclusivamente em formato remoto. Eu permaneci no cargo por três semestres letivos e, ao longo deste tempo, a sala de aula foi a tela do computador, de modo que eu concluí meu período de trabalho sem nunca ter pisado em uma sala de aula do Fundão²³.

Minha área de atuação se circunscrevia no âmbito do Design Social, Design Participativo e Design Estratégico. Eu era responsável por três ateliês de projeto e uma disciplina teórica para os calouros, Teoria do Design I. A coordenação do curso me deu muita liberdade para estruturar as disciplinas de ateliês de projeto a partir das minhas práticas e conhecimentos, então eu montei duas ementas novas (Design e Política e Design e Antropologia) e também assumi um ateliê de projeto que já existia no curso, Design Social.

Oppressed em áudio e texto, os ensaios publicados em plataformas livres e o material pedagógico desenvolvido. Disponível em: <www.designeopressão.org>

²³ Ilha do Fundão é onde fica localizado o maior campus da Universidade Federal do Rio de Janeiro. O Curso de Comunicação Visual Design é localizado lá.

A disciplina de Design e Política foi fortemente influenciada pelos debates da Rede Design e Opressão. A proposta deste curso era discutir Design a partir de uma perspectiva crítica, com enfoque nos sistemas de opressão que são operados no/pelo Design. A dinâmica de aula normalmente era dividida em duas partes. Primeiro eu fazia uma apresentação expositiva sobre os tópicos tendo como base as referências bibliográficas ou de vídeo. O restante da aula consistia em um debate aberto em que eram discutidos os resultados de atividades práticas preparatórias realizadas pelos estudantes. Os espaços de debate eram sempre muito movimentados, o que me fez perceber a urgência do debate sobre estruturas de opressão e violência e as possibilidades de enfrentamento a essas estruturas que podemos ajudar a criar enquanto designers. O trabalho final era um projeto de uma Zine com uma temática que evidenciasse questões debatidas em sala de aula.

As outras duas disciplinas de ateliê de projeto tinham uma proposta participativa, articulando atores externos às turmas. O curso de Design Social envolveu o desenvolvimento de artefatos de design junto a organizações do movimento popular. Em um semestre trabalhamos com a temática da soberania alimentar com o Centro de Integração da Serra da Misericórdia e com apoio do meu colega Pedro Biz; em outro trabalhamos o tema da pedagogia popular feminista em parceria com a Universidade Livre Feminista. Essa experiência revelou um processo de desenvolvimento dos estudantes em relação a habilidades interrelacionais e a construção de espaços de solidariedade entre a turma e os grupos parceiros. Por conta da pandemia, o relacionamento se deu exclusivamente no formato remoto, o que foi uma pena porque tanto a ação pedagógica quanto a ação política do curso poderiam ter sido potencializadas por encontros presenciais. Não obstante, os relatos dos estudantes ajudam a identificar que a disciplina cumpriu com seu objetivo de sensibilizá-los para temáticas sociais e engajá-los em projetos de design com horizontes de transformação da realidade.

No ateliê de Design e Antropologia trabalhamos na perspectiva do design relacional a partir de preceitos da Antropologia e do *Design Anthropology*. Neste curso os grupos trabalharam com coletivos que deveriam ser identificados e convidados para um percurso criativo ao longo do semestre. O projeto consistia em desenvolver duas interações com os coletivos e, ao final, entregar um produto de design que pudesse ajudar o coletivo a desenvolver suas atividades. Esse produto estava alinhado com o conceito de *Design Things* (Binder et al., 2011). Nesta

experiência os estudantes se demonstraram nervosos diante da imprevisibilidade do projeto e da necessidade de promover interações significativas no contexto da virtualidade colocada pela pandemia. Ainda assim, vejo que o processo possibilitou a construção de habilidades interpessoais e também fez com que eles questionassem os limites e possibilidades do Design como prática.

Reconheço essa experiência como um espaço da pesquisa Militante porque estivemos coletivamente, eu, os estudantes e os coletivos com os quais trabalhamos, refletindo sobre nossa prática de design a partir de processos dialógicos e implicados politicamente. Particularmente me chamou atenção como as emoções foram mobilizadas diante dos desafios de projeto e como o “aprender fazendo”, próprio de uma aula de ateliê, extrapolou o domínio técnico e aprofundou reflexões e transformações no modo de ser e na conduta que os estudantes adotavam em suas práticas. Em cada uma das disciplinas, mobilizamos temáticas e ações de projeto que ressoam nas reflexões que apresento neste trabalho. Sem o diálogo honesto permitido pelos estudantes nos espaços pedagógicos, muitas questões estariam ausentes.

2. SOBRE OS PROCESSOS DE POLITIZAÇÃO

Quando comecei a pesquisar sobre politização, tive bastante dificuldade para chegar em uma conceituação que desse conta do processo de “tornar-se politizada”. Há um senso comum que identifica o sujeito politizado como aquele que se informa ou está envolvido no debate político. Esse argumento é superficial. Em termos gerais, politizar significa “conscientizar a arena política e seus eixos de atuação coesa e/ou conflituosamente (por exemplo [as alianças e conflitos] de classe, opressão, exploração, antagonismo, conflito social, etc.)” (Fernandes, 2019, p. 29). Como esta pesquisa está alinhada à esquerda no espectro político e tem compromisso com a transformação social, é preciso, ao mesmo tempo, entender o fenômeno da politização a partir da sua “capacidade de transformar a relação das pessoas com o espaço político”, ou seja, compreender se “a relação entre as pessoas e o espaço político é de dominação ou subversão, se [essa relação] se dá como sujeitos ou como objetos” (Idem) para que possam (ou não) transformar a realidade. Isso significa que não basta estar informado sobre as questões políticas, tão importante quanto ser consciente dessa arena é compreender as razões para promoção da politização e qual a intenção desta ação política para si e para sua prática no mundo.

A premissa que incentiva o debate promovido neste trabalho é o entendimento de que é necessário observar criticamente o campo do Design para politizá-lo. Desta forma, tomando emprestadas as palavras de Fernandes (2019), é preciso conscientizar a arena política na qual o Design está inserido e, ao mesmo tempo, reafirmar os sentidos da politização do Design.

Um espaço privilegiado para compreender a ação de politização no lastro histórico são os movimentos sociais. A literatura sobre a aprendizagem política através da articulação com os movimentos sociais, seja na academia e nos movimentos em si, destaca o significado da conscientização crítica para a transformação destes movimentos ao longo do tempo (Choudry, 2015) e ressalta a luta do movimento como um processo de aprendizagem em si mesmo (Caldart, 2012). Neste sentido, é evidente a importância de manter a luta permanente como uma estratégia pedagógica de politização dos sujeitos, de construção do movimento e de transformação da realidade. Caldart (2012) é enfática ao reconhecer que em todo momento, em cada ação, por menor que seja, há algo a ser ensinado e

aprendido no fazer político do movimento e que em “cada ação cotidiana está a marca da atitude de pressionar as circunstâncias para que elas sejam diferentes do que são” (Idem, p. 335).

Tendo esse horizonte como referência, neste trabalho busco refletir sobre a politização a partir de dois espaços políticos: a educação popular e o feminismo. A educação popular é uma ação política, uma teoria e uma prática que promove, por meio dos seus saberes-fazeres, um processo de politização em espaços pedagógicos nos movimentos sociais e alimenta as lutas populares (Brandão, 2017a [2006]). O feminismo é um movimento social, uma corrente teórica de conhecimento e uma ética que orienta a ação política coletiva de enfrentamento ao Estado e à sociedade na construção de um mundo mais justo desde a perspectiva e organização das mulheres (Camurça & Silva, 2013).

Neste momento do trabalho, estou mais preocupada em detalhar a politização, entendendo suas características e como os processos que a moldam se articulam entre si. Neste esforço, busco delimitar categorias de análise que ajudem a interrogar o Design e indicar possíveis caminhos para a politização do campo, o que é realizado no capítulo 3. Para me aproximar dos processos de politização busquei apoio nas teorias da educação popular latino-americana (Freire, 1979, 2011 [1981], 2014 [1968], 2018; Brandão, 2017a [2006]; 2017b [1981]; Jara, 2003; 2009), nas vivências de politização e pedagogia popular nos movimentos sociais (Caldart, 2012; Choundry, 2015; Curnow, 2017; Silva, 2016; Gago, 2020; Branco, 2021), e nas perspectivas feministas da educação crítica a partir do marxismo (Carpenter & Mojab, 2017; Allman, 2001) e a partir do feminismo negro (hooks, 2018 [1994], 2019 [1989]).

Assim, divido este capítulo em duas partes, uma que trata do processo de politização na educação popular e outra que discute a politização a partir do feminismo. Ao discutir a educação popular, traço um resgate histórico do seu sentido de ação política e pedagógica, debato a conscientização como um conceito em transformação na obra de Paulo Freire e identifico quatro eixos que mobilizam os processos de politização a partir da educação popular no interior dos movimentos sociais, a saber: epistemologia, ontologia, conceituação e prática. Ao debater o feminismo, apresento a perspectiva do feminismo popular que orienta esse trabalho, faço um breve histórico de ações do feminismo popular latino-americano como forma

de expressar sua força diante do feminismo hegemônico e, por fim, específicos princípios feministas que orientam a politização no interior do movimento.

2.1 Educação Popular como espaço da conscientização

Alguns contornos que deram forma às bases da Educação Popular (EP) podem ser traçados a partir do amplo e complexo processo da organização operária. Ao final do século XIX e início do século XX, surge a educação política dos trabalhadores e trabalhadoras fabris na articulação de sindicatos, partidos políticos de esquerda e movimentos socialistas e anarquistas. No entanto, a noção de EP como teoria e prática foi desenvolvida no início dos anos 1960 e se configura como um campo resultante da história latino-americana ligada aos processos socioculturais e políticos do continente. Esta área de pensamento e ação está especialmente relacionada às ideias de Paulo Freire, à Teologia da Libertação, às teorias do desenvolvimento e da dependência, ao referencial marxista e às experiências revolucionárias ocorridas no mundo e também na América Latina em meados do século XX (Jara, 2003; Gajardo, 2003).

O começo dos anos 1960 foi um momento de agitação social, cultural e política. Marcaram esse período, no Norte Global ocidental, as lutas pelos direitos civis, contra a segregação racial, por ampliação dos direitos estudantis e de trabalhadores, o movimento anti-guerra, o movimento *hippie* e pelas liberdades individuais das populações de poder minoritário (a população LGBTQIA+, negra e as mulheres). No Sul Global ocidental, acirraram-se as lutas populares por independência nos países africanos, ainda sob domínio colonial europeu, enquanto que, na América Latina, após a ascensão de governos populares, consolidaram-se duros golpes militares apoiados pelo governo estadunidense.

Em referência a todas as disputas, tensões e manifestações que marcam essa década, o pesquisador Tomás Tadeu da Silva (1999) a reconhece como marco temporal fundador das pedagogias críticas, mesmo que seja enfático em dizer que as correntes anteriores já apontavam reflexões críticas sobre a realidade. Neste período, enquanto os nortistas colocavam em "questão os pressupostos dos arranjos sociais e educacionais" (Da Silva, 1999, p. 10) impulsionados pelas críticas sociais e movimentos por mais direitos humanos e sociais, na América Latina as urgências

contextuais deslocam a reflexão crítica sobre educação para fora da institucionalidade e a remontam ao redor da Educação Popular.

A concepção de Educação Popular Latino-americana é, ao mesmo tempo, um fenômeno sociocultural e uma concepção de educação. Paulo Freire, educador e sociólogo nordestino brasileiro, dá origem a esse entendimento quando desenvolve, durante a década de 1960, uma metodologia de alfabetização de adultos que se tornaria uma das referências pedagógicas mais respeitadas do mundo. Esse processo aconteceu na esteira dos Movimentos de Educação e de Cultura Popular, que mobilizaram diferentes ações educativas que vincularam processos de alfabetização e letramento às questões políticas e a diferentes linguagens artísticas e culturais (Colesel & De Lima, 2010).

Essas ações educativas surgiram como uma alternativa emancipatória e progressista frente aos programas educacionais complementares da época, que eram financiados por fundações “filantrópicas” dos Estados Unidos, como a Rockefeller. Esses programas educacionais complementares eram programas de extensão rural e de desenvolvimento comunitário que aconteciam nos espaços interioranos do Brasil e em outros países latino-americanos desde o final da Segunda Guerra Mundial no contexto da Guerra Fria, com forte viés imperialista. A ideia era que a educação no contexto rural e nas periferias urbanas deveria capacitar os sujeitos para a produção necessária ao país (em um contexto de capitalismo dependente), ou seja, as pessoas estavam subjugadas a uma educação que as condicionava a um determinado tipo de trabalho precário e previa um tipo específico de acesso restrito ao saber. Segundo Garcia e Fonseca (1985), a proposta de EP de Paulo Freire se firmou como um enfrentamento ao “projeto educativo para o capital”²⁴, sendo seu exato oposto.

Esse ponto é importante para compreendermos que a Educação Popular não surge para ocupar um espaço vazio da educação do campo e dos espaços periféricos. Ela é, sobretudo, mobilizada por um fato político, através de uma leitura conjuntural e por esforço e interesses políticos articulados. O enfrentamento às intervenções imperialistas na educação foi influenciado por uma conjuntura favorável

²⁴ As intervenções Estadunidenses nas propostas de desenvolvimento nacional a partir do financiamento de ações formativas como os programas de extensão rural e de desenvolvimento comunitário são reconhecidas por seus críticos sob a nomenclatura de Projeto Educativo para o capital, de forma a explicitar os interesses capitalistas e imperialistas de subjugação do povo camponês e periférico, denunciando o avanço da ideologia capitalista e do investimento de capital estrangeiro no país para treinamento de mão de obra alienada.

às forças populares, que, em diferentes níveis, foi incentivada pelo avanço dos movimentos populares no continente latino-americano que se organizavam com e a partir de partidos, de movimentos operários, das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e dos intelectuais de esquerda que atuavam nas universidades e nos espaços institucionais do governo (Brandão, 2017a [2006]).

Quando a Educação Popular assume o popular como um horizonte político, pretende reconhecer coletiva e conjuntamente o lugar de enunciação do sujeito popular, seu contexto e sua realidade como ponto de partida para o processo formativo e como potencialidade para a transformação das condições histórico-sociais que o cercam. A dimensão política do popular na Educação Popular vai além do espaço da educação e está ancorada no reconhecimento da articulação entre a prática de trabalho cotidiano e o trabalho político que dá condições de transformação das estruturas opressoras da sociedade pelo trabalho libertador do sujeito popular (Brandão, 2017a [2006]). Assim, a Educação Popular é desenhada por meio da ideia de conscientização, a partir do conhecimento prático e dialógico e da ação educativa transformadora (Freire, 2014 [1968]; 1979).

É importante, no entanto, entender que a Educação Popular não é um método conscientizador, mas um “trabalho sobre a cultura que faz da consciência de classe um indicador de direções” (Brandão, 2017b [1981], n.p). Dessa forma, não é um projeto de educação normativa dirigido a “setores menos favorecidos da sociedade”, mas um movimento de trabalho pedagógico que se dirige ao povo, ou seja, aos sujeitos populares, como um instrumento de conscientização da sua própria situação. Ela é um modo de ação e reflexão do próprio sujeito sobre a sua prática política, que é a prática dos movimentos sociais e movimentos populares, que por sua vez são os espaços fecundos da educação popular onde as pessoas “trocamos experiências, recebemos informações, criticamos ações e situações, aprendemos e nos instrumentalizamos” (Idem).

Tendo em mente que a Educação Popular tem no processo de conscientização crítica o seu principal sentido de ação, na próxima seção proponho uma reflexão sobre a evolução do conceito na obra de Paulo Freire, como forma de compreender como esse processo ocorre e como podemos mobilizá-lo. Na seção sub-seguinte, com apoio na literatura, relaciono o conceito de conscientização com o de politização e identifico eixos que, ao serem articulados, promovem a construção de uma consciência crítica.

2.1.1 O sentido da Conscientização

Logo que as primeiras ações de Educação Popular foram efetivadas com a experiência de Angicos (RN), Freire teoriza, a partir dos trabalhos de Álvaro Vieira Pinto e Guerreiro Ramos do ISEB, sobre um dos seus conceitos mais importantes, “conscientização”. A conscientização é identificada como um ato de reconhecimento e uma primeira aproximação crítica da realidade (Freire, 1967). Nesse período de elaboração teórica de Freire, que antecede a escrita de *Pedagogia do Oprimido*, a conscientização era tida como uma ação cultural e problematizadora, mas ainda não estava relacionada à uma ação organizada politicamente (Jara, 2003). Neste sentido, poderia ser traçada uma crítica ao teor abstrato e idealista desta primeira conceituação de conscientização no trabalho Freireano.

A partir da década de 1970, diferentes experiências educativas a partir da Educação Popular passam a acontecer no interior dos setores operários, camponeses e comunitários na América Latina. Neste período se evidenciou a relação íntima da Educação Popular com os Movimentos Sociais, porque muitos grupos já não viam a atividade educativa separada da atividade político-organizativa, mas como uma parte fundamental do processo de mobilização e de organização dos movimentos (Caldart, 2012). Os grupos articulados em luta situavam a prática política e os processos de aprendizagem em uma mesma linha de objetivos (Jara, 2003).

Essas experiências influenciaram um contorno mais crítico do entendimento de conscientização. Com a publicação de *Pedagogia do Oprimido*, em 1969, Freire propõe uma qualificação do termo “práxis”, associada à noção de consciência, situando a dialética da ação-reflexão em relação ao compromisso histórico de transformação do mundo.

Ao defendermos um esforço permanente de reflexão dos oprimidos sobre suas condições concretas, não estamos pretendendo um jogo divertido em nível puramente intelectual. Estamos convencidos, pelo contrário, de que a reflexão, se realmente reflexão, conduz à prática. Por outro lado, se o momento já é o da ação, esta se fará autêntica práxis se o saber dela resultante se faz objeto da reflexão crítica. É neste sentido que a práxis constitui a razão nova da consciência oprimida e que a revolução, que

inaugura o momento histórico desta razão, não pode encontrar viabilidade fora dos níveis da consciência oprimida (Freire, 2014 [1968], p. 72-73)

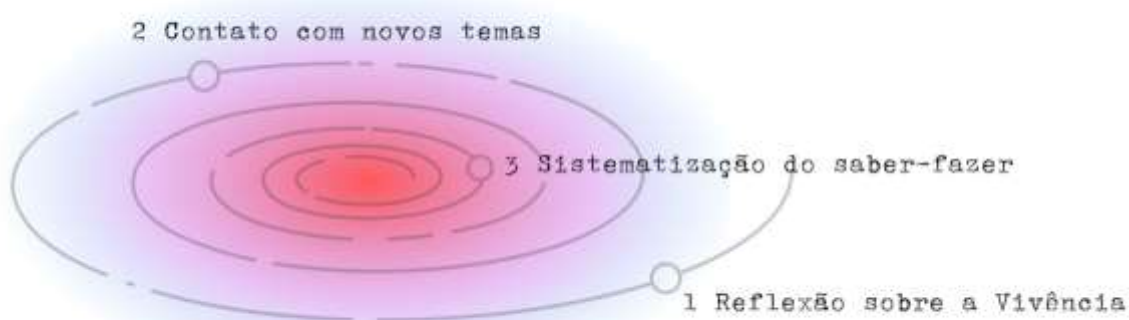
Nesta proposta, Freire supera a conceituação anterior e postula que a consciência ingênua ou espontânea das massas populares não pode se transformar em consciência crítica apenas pela existência de um processo educativo que problematiza sua realidade. De forma efetiva, o fator educativo fundamental que se apresenta não é o processo pedagógico em si, mas as ações de luta, às vezes mais espontâneas, às vezes mais organizadas, com as quais os sujeitos são capazes de intervir na realidade (Jara, 2003). Isso implica que o campo da Educação Popular, como espaço dado à conscientização, não é impulsionado pela existência de uma corrente pedagógica (por exemplo, a pedagogia crítica). Ainda que carregue em si a criticidade necessária para compor o grupo das pedagogias críticas, são as ações dos movimentos sociais que estimulam a redefinição política da EP como concepção educativa e como fato político que leva à conscientização.

Na ampliação das suas experiências no Chile, Paulo Freire passa a entender o processo de conscientização em relação à organização política e da consciência gerada no fazer do trabalho produtivo, explicitando a localização do caráter de classe no processo politizador da Educação Popular (Freire, 2011). A partir de então, o conceito de conscientização vincula-se, na obra Freireana, à luta de classes de forma explícita e o educador passa a entender o espaço do processo educativo como uma possibilidade de construção da consciência de classe. Em uma entrevista ao Instituto de Ação Cultural de Genebra, em 1973, ele afirma:

A consciência de classe demanda uma prática de classe, que por sua vez, gera um conhecimento a serviço da classe. Enquanto a classe dominante constitui e fortalece a “consciência de si”, no exercício do próprio poder, com o qual se sobrepõe à classe dominada e lhe impõe suas posições, esta só pode alcançar a consciência de si através da práxis revolucionária. Por meio desta, a classe dominada se torna classe para si e, atuando de acordo com seu ser, não apenas começa a conhecer de forma diferente o que conhecia, mas também a conhecer o que não conhecia. Neste sentido, implica sempre em um conhecimento de classe. Conhecimento, porém, que não se transfere, se cria através da ação sobre a realidade (Freire, 2011 [1981], p. 231)

Nesse percurso sobre o conceito de conscientização na obra de Paulo Freire, podemos observar como o autor define o seu entendimento sobre a produção de conhecimento individual e coletiva e a politização como fenômeno que implica uma compreensão epistemológica plural, ligada às especificidades de classe. Essa citação nos permite reconhecer três questões centrais no entendimento do conceito de conscientização, em evolução no pensamento Freireano (Figura 3): (1) a classe oprimida tem direito de conhecer melhor o que já conhece, ou seja, tem capacidade de elaborar criticamente questões do seu cotidiano (reflexão sobre a vivência); (2) pode conhecer o que não conhece, ou aquilo que lhe foi negado a partir da relação de dominação de classe (contato com novos temas e práticas); e (3) é capaz de construir um novo conhecimento de classe que seja pertinente aos seus valores, práticas e modos de vida, a partir da práxis da organização política e do trabalho (sistematização do saber-fazer). Os processos indicados em (1), (2) e (3) acontecem repetidas vezes e podem ser compreendidos como espirais contínuas que provocam acúmulo em todas as fases do processo, culminando na consciência crítica. Essas possibilidades de acesso a novas formulações de conhecimento e, portanto, de novas elaborações e leituras de mundo, operam transformações na consciência de classe que acontecem, de forma simultânea, no indivíduo e na coletividade onde esse indivíduo atua, através do processo de organização política para ação.

Figura 3 - Processo de conscientização em Freire.



Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

Neste ponto, Oscar Jara (2003, 2009) nos ajuda a refletir sobre o que é consciência de classe e como ela se formula como produção de conhecimento no

interior das práticas de Educação Popular. Podemos facilmente compreender que consciência de classe não está diretamente relacionada ao nível de conhecimento adquirido na educação formal. Menos óbvio é entender que tampouco se relaciona à capacidade de apreender conceitos políticos capazes de assentar um posicionamento individual a ser desenvolvido, uma vez que tal processo seria centrado apenas na figura individualizada do educador e do educando e descontextualizada de outras variáveis, como as relações que são construídas entre os dois e a mediação destes saberes com o mundo. A consciência de classe implica em uma consciência social e coletiva que é expressa em determinado grau de organização de classe. É no trabalho político que se desenvolve a consciência de classe.

A partir dessas formulações, que avançam com o tempo, seguindo o curso histórico dos movimentos e das lutas sociais, tem-se que a conscientização é um processo inacabado e permanente que se mantém em aberto, transitando no fluxo da organização política dos movimentos e da práxis engajada dos sujeitos. A conscientização é, então, um processo transformador relacionado à formação e ao desenvolvimento da consciência de classe, que supõe uma relação dialética de fatores objetivos (da realidade concreta) e subjetivos (dos sujeitos). Por um lado, a conscientização vislumbra potencializar ações com fins às mudanças estruturais que promovam acesso a direitos, justiça social e liberdade; por outro lado, é um processo transformador na ordem do indivíduo, sensibilizando-o para uma compreensão crítica da realidade, de forma que possa diferenciar entre os valores, costumes e códigos sociais aqueles que contribuem para a autonomia e emancipação e aqueles que oprimem e aprisionam. Retornando à proposição de que a EP é parte da construção dos movimentos sociais e que é impulsionada por eles, temos que o processo de conscientização não é senão o motor da ação de transformação da realidade que dá sentido à existência dos movimentos sociais.

2.1.2 Conscientização como politização: quatro eixos de engajamento

A conscientização é uma mudança na forma de pensar e como agimos diante das demais pessoas e como interpretamos o mundo à nossa volta. A

conscientização é um processo nunca terminado de trabalho coletivo, através da prática política refletida, da produção pessoal de uma compreensão de mundo crítica, criativa e comprometida. Em leituras sobre processos educativos aparte à Educação Popular, a reflexão sobre conscientização e o desenvolvimento sociopolítico são largamente negligenciados como processos de aprendizagem por si mesmos (Choudry, 2015; Curnow, 2017). Também quando falamos sobre os movimentos sociais, pouco se discute sobre os processos que levam a uma possível politização de seus sujeitos e do movimento como um todo, já que normalmente os processos formativos ficam restritos ao entendimento dos conteúdos e das metodologias, sem que isso aprofunde uma reflexão sobre o processo de politização (Caldart, 2012).

Em grande parte dos trabalhos que são realizados na temática, ficam aparentes suposições cognitivistas sobre a aprendizagem e a relação entre pensamento e ação é tratada como um processo linear, em vez de um todo co-constituente (Allman, 2001; Curnow, 2017). As autoras sugerem que os teóricos das ciências do aprendizado e da pedagogia crítica especificamente não conseguem dar conta dos microprocessos do aprendizado político, diminuindo significativamente a capacidade de analisar e teorizar a politização que está relacionada ao processo de aprendizagem nos movimentos sociais (Idem).

Por isso, muitos trabalhos derivados da pedagogia Freireana no campo da ciência da educação entendem a politização como um processo individual de desenvolvimento intelectual de uma análise política (Allman, 2001; Choudry, 2015). Contraditoriamente, as pesquisas quase sempre situam o indivíduo em um processo de aprendizagem coletiva> Embora a aprendizagem seja entendida como um processo de envolvimento comunitário, ainda assim, o esforço de aprendizado é tacitamente entendido como acontecendo na mente dos indivíduos, em vez de distribuído entre as pessoas, comunidades, ferramentas, e ambientes (Curnow, 2017).

Neste trabalho, defendo a conscientização como ação política coletiva em um processo de **construção de conhecimento** que passa pelo reconhecimento de si como sujeito político, em relação dialética com os sistemas de exploração e opressão que organizam a sociedade, e pelo engajamento com movimentos de libertação, sejam movimentos sociais ou outros tipos de coletividade em luta. A partir

daqui passo a tratar a conscientização como processo de politização no sentido de evidenciar o caráter profundamente político da conscientização.

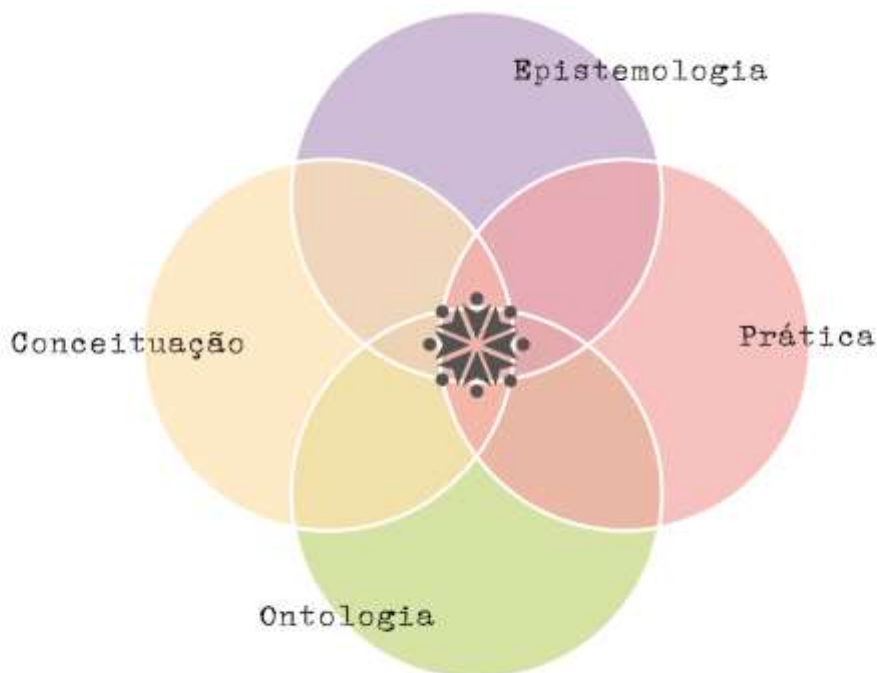
O processo de **politização como processo de aprendizado** não está associado à apreensão de um conteúdo político específico que pode ser depositado na cabeça de alguém – aos moldes da educação bancária (Freire, 2014 [1968]) – mas é um **processo relacional e experiencial**. Entendo, então, a politização como um processo de aprendizado coletivo que envolve 4 eixos. O primeiro são (i) **processos intelectuais e conceituais** individuais no desenvolvimento de uma análise política das relações sociais de poder, que também exige mudanças nas (ii) **práticas individuais e do grupo**, especialmente no desenvolvimento da capacidade dialógica através de diferentes ferramentas (Freire, 1979, 2014 [1968]; hooks, 2019 [1989]; Jara, 2003). Ademais, compreendo que existem elementos distintivos quando se fala em politização no que tange os modos como nos aproximamos da realidade, ou seja, a (iii) **dimensão epistemológica** que define como passamos a conhecer os fenômenos sociais, o que valorizamos como conhecimento e a partir de onde buscamos esse conhecimento (Carpenter & Mojab, 2017; Allman, 2001; Freire, 2014 [1968]). Por fim, o processo de politização é também uma jornada de reflexão e de descoberta que leva os grupos e os indivíduos a desenvolverem uma perspectiva sobre quem são e que lugar ocupam no mundo, de forma que a politização conforma identidades políticas numa (iv) **dimensão ontológica** (Silva, 2017; Caldart, 2012).

Assim, entendemos que a politização não é um processo linear, mas acontece em um movimento que se alimenta mutuamente de transformações práticas, conceituais, epistemológicas e ontológicas. Esse quadro é inspirado pelo trabalho desenvolvido pelos pesquisadores canadenses Joe Curnow, Amil Davis e Lila Asher (2018), que acompanharam e estudaram um movimento universitário que lutava a favor de medidas de combate à crise climática. Nesta pesquisa eles argumentam que a politização é um processo de aprendizagem sociocultural e um desenvolvimento simultâneo de práticas, conceituação, epistemologias e identidades. No trabalho que apresento aqui, alterei algumas categorias para que pudessem contemplar reflexões que apoio na literatura e na minha própria experiência de pesquisa militante.

Assim, proponho organizar a discussão sobre politização nos/a partir dos movimentos sociais nestes quatro eixos (Figura 4) que balizam as transformações

que ocorrem neste processo (no centro): Conceituação (Interpretação do mundo), Práticas (Ações políticas), Epistemologias (Formas de Saber) e Ontologia (Formas de Ser).

Figura 4 - Eixos de politização



Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

A representação destes eixos em um formato circular busca tirar a rigidez da estruturação que dá forma ao processo de politização. Os 4 eixos estão sobrepostos, de modo que cada um deles se relaciona de forma dialética com os outros. Esses aspectos da politização trabalham juntos e não podem ser dissociados, a não ser para fins analíticos específicos, sobre o risco de cairmos na armadilha de despolitizar o processo e isolar ocorrências ou cenários que não poderiam acontecer fora destas relações.

Ontologia ou as formas de ser no mundo

Neste trabalho trato a ontologia como uma transformação do ser como resultado de um processo individual e coletivo de tornar-se algo, afinando, nesse processo, um senso de si em relação aos outros, no fazer político do movimento social. Envolve auto-consciência e a construção de pertencimento ao grupo, ao

território e às práticas. No processo de politização a transformação acontece em relação a quem o sujeito acha que é, o que está disposto a fazer, a leitura que faz do mundo, etc. Esse processo se dá de forma coletiva, mesmo que seja, também, um processo individual. No campo da aprendizagem da educação popular, os processos de transformação e reconhecimento de si como sujeito político são consideradas questões importantes que mobilizam outras formas de aprendizado político, conforme vemos em Freire (2014, [1968]) e hooks (2018 [1994]). No campo dos estudos dos movimentos sociais no Brasil, Caldart (2012) e Silva (2016) tratam com bastante profundidade o processo de formação do sujeito político indivíduo e a formação do sujeito político do movimento social em uma relação dialética e ontológica quando discutem o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e a Articulação de Mulheres Brasileiras, respectivamente.

Epistemologia ou o que se sabe do mundo

A categoria da epistemologia ou o que é sabido do mundo indica quais são os fundamentos epistemológicos do que é conhecido no/ pelo grupo. Isso inclui como as pessoas passam a saber coisas, o que é considerado conhecimento válido e quem é um conhecedor válido. Reconhecer as condições materiais e históricas que permitem ou restringem a construção epistemológica é um passo essencial para compreender como (re)conhecemos o mundo e apreendemos a realidade. Neste sentido, torna-se imperativo pensar sobre o pensar e se engajar ativamente com as ideias, suas origens, suas contradições e suas raízes (hooks, 2020 [2009]). Apesar de Curnow et al. (2018) reconhecerem que há muito pouco envolvimento dos estudos em movimentos sociais em geral com as formas de saber que se forjam nos movimentos sociais, no feminismo a preocupação epistemológica caminha lado a lado com as formas de ação política e autorreflexão do movimento. As maneiras de conhecer e reconhecer o mundo e a aplicação destes conhecimentos na transformação de si e do próprio movimento e sua luta fica evidente na leitura de hooks (2019 [1989]; 2020 [2009]), Branco (2020) e Silva (2016, 2010, 2020), por exemplo.

Conceituação ou como interpretar o mundo

A conceituação é, entre os eixos, o mais comumente considerado nas discussões sobre politização (Curnow, 2017). Esse é o fator mais imediato porque

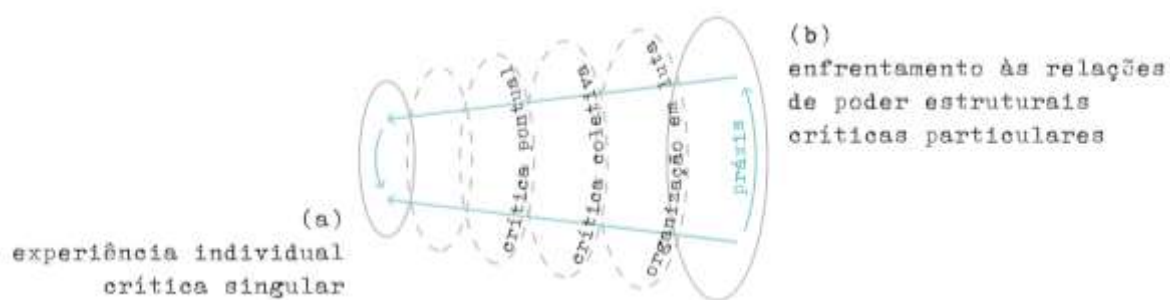
remete ao aprendizado de temas e conteúdos por meio de interação com informações e debates sobre temáticas consideradas “políticas”. Aqui desejamos tratar a conceituação de forma mais profunda a partir do entendimento de que construir capacidade de tratamento ativo dos conceitos e de fazer análises políticas dos conteúdos é diferente de estar bem informado sobre determinado tema, seja ele declaradamente político ou não.

Freire (2018) entende que o exercício do “pensar certo”²⁵ exige certa mediação do conhecimento de determinados conteúdos programáticos. Neste sentido, o autor ressalta a importância da escolha dos conteúdos e a justificativa sob a qual eles são apresentados em processos de educação popular. A pergunta em xeque é: como nos aproximamos da questão a ser conhecida? Segundo Curnow et al. (2018) o processo de construção de conceitos políticos envolvido na politização garante um aprendizado expansivo à medida que pessoas passam de um ponto (a) posicionado nas experiências individuais para outro ponto (b) de enfrentamento às relações de poder estruturais, deslocando-se, também, de críticas singulares para particulares (Figura 5), entendendo que particular é o universal manifesto no singular. Esse processo só é possível de forma relacional e dialógica, a partir da práxis (Freire, 2014 [1968]).

Nesse caminho, Jara (2003) reconhece que a consciência (em um processo contínuo de conscientização) não é medida por uma “clareza política” individual a ser desenvolvida pela apreensão de conteúdos, mas é um processo que implica em uma crítica social e coletiva que é expressa em determinado grau de organização do sujeito em luta pela classe: “A consciência de classe não existe, pois, senão como prática organizada, consciente, de classe” (Jara, 2013, p. 109). Dessa forma, Jara entende que o aprendizado cognitivo real se dá na ação relacional e dialógica, sendo indissociável da práxis como unidade dialética da ação e reflexão.

²⁵ Para Freire, a capacidade de pensar certo é o ato e o resultado do exercício da “desocultação do real, do concreto e da vida real”, trazendo à tona os pedaços ocultados do mundo pela ideologia dominante (Freire, 2018, p. 99).

Figura 5 - Processo de expansão conceitual da consciência



Fonte: elaborado pela autora a partir de Curnow et al. (2018), Jara (2003) e Freire (2018 [1968]), 2022.

Freire (2018) corrobora esse entendimento quando afirma que a interpretação do mundo é sempre uma apreensão social do real e nunca individual e que, portanto, está sempre imbuída de ideologia. Cabe ao sujeito dar tratamento ativo aos temas cognoscíveis no desenvolvimento da capacidade de permanecer neste fluxo entre (a) e (b) para refletir, individual e coletivamente, sobre sua experiência em diálogo com a ação política de forma a distinguir, identificar e pautar sua crítica a partir destes elementos. O desenvolvimento da capacidade de conhecer e se apropriar de temas de forma politizada, então, é dado pelo tratamento ativo do conteúdo cognitivo aprendido e as posturas adotadas diante disso, e denota como os sujeitos concebem o mundo, as relações de poder e suas perspectivas de mudança da realidade.

Práticas ou modos de agir sobre o mundo

As práticas que levam à politização são identificadas a partir dos processos que um grupo de pessoas realiza em diferentes escalas para alcançar determinado fim de organização e para cumprir objetivos deste grupo. Dentro dessa categoria, podem existir, por exemplo, práticas discursivas e inter-relacionais que definem horizontes estratégicos do movimento. As práticas do discurso incluem o quê, quando e como as coisas são ditas. Esses vocabulários representam escolhas políticas que estão vinculadas ao aprendizado da participação em contextos específicos, uma vez que a escolha vocabular, o modo como pensamos sobre a linguagem necessariamente altera o modo como sabemos o que sabemos e como nos relacionamos uns com os outros (hooks, 2018 [1994]). As práticas inter-

relacionais, por sua vez, também são percebidas na participação coletiva e revelam posturas diferentes, seja na hora de falar, no uso do espaço, na tomada de decisões ou na forma como se lida (ou não) com conflitos (Curnow, 2017).

O método Freireano (Freire, 2014 [1968]; Brandão, 2017b [1981]) tem um aporte importante para esse tópico na elaboração da teoria da ação dialógica, que propõe diversas questões para pensarmos tanto as práticas discursivas (através do mapeamento de temas geradores e a codificação e decodificação, por exemplo) ou práticas inter-relacionais (por meio do diálogo e dos círculos de cultura). Curnow et al. (2018) reconhecem que esse tema tem ampla discussão nos estudos de movimento sociais, especialmente no que tange o entendimento de repertórios táticos e como eles restringem ou facilitam o envolvimento de determinados sujeitos nos movimentos sociais. Neste sentido cabe questionar quem participa e como participa dos processos de tomada de decisão e de ação política, já que a permanência das pessoas nos movimentos de luta está intimamente ligada ao conjunto de práticas do movimento na sua organização interna e também como o movimento mobiliza as ações para fora dele mesmo (Silva, 2020).

* * *

A partir da discussão proposta até aqui sobre educação popular e processos de conscientização nos movimentos sociais, podemos compreender que o processo de politização não se restringe a uma tarefa intelectual. O aprendizado teórico sobre as questões políticas e a construção da capacidade de desenvolver uma análise social crítica não dão conta deste processo complexo. Para processos de politização serem construídos, existe uma articulação necessária entre perspectivas cognitivas, práticas, epistemológicas e ontológicas. Percebemos na literatura (Caldart, 2012; Silva, 2017; Curnow et al., 2018; Gago, 2020) que para o processo de politização acontecer é preciso também haver espaços físicos e temporais para experimentações relacionais que permitam a prática de relações sociais não dominantes, prefigurando maneiras diferentes de interagir, a fim de subverter as práticas dominantes de exploração e opressão que estruturam muitas das nossas atividades cotidianas. Nesses espaços também é necessário apoiar a participação de muitas pessoas diferentes e fazer com que essa participação seja proposta de forma equitativa. A oportunidade vislumbrada neste trabalho, então, é refletir sobre o Design, entendendo o espaço de pesquisa e de projeto como espaços possíveis de

serem explorados a partir destas experimentações. Dessa forma, podemos pensar em maneiras de promover a politização como uma prática incorporada ao processo de design em todas as dimensões apresentadas até aqui.

2.2 Transformar o mundo pelo feminismo

Existe um entendimento comum de que o feminismo representa a busca das mulheres por igualdade perante os homens. Neste espectro, é feita a defesa de pautas como a igualdade salarial para a mesma função, a igualdade de direitos de propriedade, a divisão do trabalho doméstico, etc. São reivindicações absolutamente legítimas, mas disputadas sobre um ideal de igualdade dentro de um sistema que para se organizar, explora e oprime. Quando bell hooks (2018 [1994]) chama atenção para o fato de que ser igual ao grupo dominante em um sistema de exploração é uma reforma insuficiente e só traria “igualdade” a uma parcela pequena das mulheres brancas e ricas. A autora confronta essa noção de busca de igualdade em um sistema desigual, sem vistas à transformação deste mesmo sistema.

Essa noção limitada de libertação da mulher, que representa mulheres querendo o que homens (brancos) têm, promoveu o feminismo como um “estilo de vida” pautado por escolhas e vitórias individuais, e removeu o entendimento político do feminismo. Isso representa um perigo para o feminismo, que alijado do seu compromisso coletivo, fica mais suscetível à cooptação em diferentes níveis (hooks, 2018 [1994]). Entre as mulheres, é cada vez mais comum vermos o feminismo ser colocado como uma identidade mediada pelo consumo e por uma autoafirmação de “empoderamento” individual. Essa perspectiva foi também assimilada pelos grupos dominantes e os espaços hegemônicos de poder (na mídia e no mercado, por exemplo). O entusiasmo vigente pela “diversidade” presentes em campanhas de comunicação ou no quadro de contratação de grandes empresas representa não a confrontação da hierarquia social que subordina um grupo a outro, mas visa diversificar o grupo dominante, tornando-o mais feminino, negro e “colorido”, “empoderando” algumas mulheres, pessoas negras e LBGTQIA+ que mereçam estar neste seletivo grupo, enquanto a maior parte da população continua explorada e oprimida. Essa perspectiva de feminismo confunde o feminismo com a ascensão individual de mulheres, pessoas negras e LBGTQIA+, sem levar em conta a

necessidade de confrontar a estrutura que impõe a dominação de alguns sobre grupos sociais inteiros (Arruzza, Bhattacharya & Fraser, 2019).

Recentemente, em um evento de diálogo entre feministas que se organizam a partir de diferentes movimentos, uma companheira compartilhou uma preocupação similar. Ela ressaltou que no novo momento do feminismo as mulheres se autodeclararam feministas, mas não permitem que o feminismo questione suas vidas e suas posições na sociedade, ou seja, não deixam que o feminismo transforme quem elas são como pessoas e o tipo de relações que constroem no mundo. Isso significa que o feminismo virou uma identidade de fácil assimilação sem que isso necessariamente implique essas mulheres na mudança social radical que o feminismo defende. Em outras palavras, elas não permitem que o feminismo seja um caminho de politização. bell hooks compartilha dessa preocupação:

No patriarcado capitalista de supremacia branca, já assistimos a mercantilização do pensamento feminista (...) de um jeito tal que dá a impressão de quem alguém pode participar do “bem” que esse movimento produz sem ter de comprometer com uma política e uma prática transformadoras. Nesta cultura capitalista, o feminismo e a teoria feminista rapidamente se transformam numa mercadoria que só os privilegiados podem comprar (hooks, 2018 [1994], p. 98, aspas no texto original).

Fazendo contraponto a esse entendimento, a práxis feminista de politização defendida neste trabalho se distancia do feminismo como identidade ou autodeclaração e está alicerçada no entendimento do feminismo como espaço de formação política individual e coletiva. Defendo, assim, que o feminismo se localiza na articulação da (1) construção de si como sujeito político, a partir de uma ética feminista que se relaciona com o (2) pensamento teórico-crítico sobre as situações de exploração e opressão que perpetuam a dominação de uns grupos sobre outros e se pauta a partir da (3) organização coletiva das mulheres para enfrentar essa realidade (Silva & Camurça, 2013).

É possível se reconhecer como feminista em uma e não em outras destas dimensões. No entanto, se pensarmos a partir de uma destas questões e não no todo emaranhado, o feminismo perde o caráter de transformação radical que almeja em todas as frentes. Essas três dimensões (ética pessoal, campo de pensamento teórico-crítico e movimento organizado) não são independentes quando analisamos historicamente o feminismo como fenômeno social. As intersecções dos movimentos

de luta na sociedade somadas às elaborações teórico-epistemológicas e à ética feminista, fortalecem ou enfrentam os costumes e modos de vida em determinados períodos. Esse processo interconectado nos ajuda a compreender a perspectiva histórica do feminismo e nos dá pistas de porquê algumas ações e percepções políticas ganham protagonismo neste fazer histórico e outras não.

A militância organizada é o espaço onde as atitudes cotidianas individuais se colocam à prova nas construções políticas coletivas e onde nossas subjetividades se fortalecem na relação com as outras. Ao mesmo tempo, a militância feminista é a atividade eminente onde o "pensamento pensado", já sistematizado, encontra o "pensamento pensante", que se faz na ação política do movimento (Collin, 1994). No movimento feminista podemos ser criativas e desenhar sem contornos rígidos novas formulações que contribuam com o entendimento epistemológico e político das relações sociais e impulsionem a luta pela libertação das mulheres. Por isso me parece importante trazer para este trabalho o processo de politização a partir do entendimento das práticas políticas do movimento feminista, entendendo que essas questões estão refletidas e são reflexos das dimensões de ética individual e da construção de um pensamento teórico que as expliquem.

Há diferentes perspectivas dentro do movimento feminista, mas de onde me posiciono, o feminismo é um movimento político antissistêmico e popular que se coloca como agente da transformação social a partir da luta pela superação dos sistemas de exploração e opressão que organizam a sociedade: o capitalismo, o racismo e o hétero-cis-patriarcado.

Na seção a seguir apresento uma reflexão sobre o feminismo popular na América Latina e resgato alguns acontecimentos recentes na esperança de postular esse feminismo como espaço de politização. No recorrido histórico e no processo de leitura e reflexão, foi possível identificar algumas características do feminismo popular que impulsionam a politização para a transformação social a partir deste fazer político. Apresento esses princípios inspirada em reflexões já sistematizadas (Gago, 2020; Branco, 2020; Silva e Branco, 2018; Silva et al. 2020) e também por meio da minha própria vivência na articulação política do movimento e da ação educativa popular e feminista. Esses princípios podem ser relacionados com as categorias que vimos anteriormente como eixos que mobilizam a politização nos movimentos sociais (conceituação, práticas, epistemologia e ontologia), mas

aprofundam e qualificam esses eixos a partir de uma politização pautada na prática feminista.

2.2.1 O feminismo popular na América Latina

O contexto histórico do feminismo só pode ser compreendido a partir de processos que estão diretamente vinculados às lutas, condições econômico-políticas e de desenvolvimento de cada lugar. Costuma-se pensar na narrativa histórica do feminismo a partir da analogia de ondas feministas²⁶, que tratam os diferentes momentos históricos com características específicas que determinam os fazeres políticos do período. A pesquisadora Priscilla Brito defende que “os feminismos são caracterizados por processos muito mais contínuos, embora nem sempre estejam visíveis da mesma maneira” (Brito, 2017, p. 19) e nos propõe pensar o percurso histórico do feminismo por meio do conceito de gerações políticas.

Pensar a partir de gerações políticas “possibilita considerar diferentes grupos de feministas ativos simultaneamente, mantendo relações de cooperação e de disputa” (Gomes & Sorj, 2014, p. 437). O entendimento de múltiplas gerações de feministas pode explicitar as diferenças nos processos de construção de identidades que existem em diferentes períodos históricos, que respondem a circunstâncias conjunturais específicas dadas pelo local onde atuam. Essas gerações políticas não se excluem entre si quando dividem o mesmo tempo-espço, e nem são apagadas da vivência vindoura da próxima geração. Dessa forma, “ao invés de pensarmos que determinado feminismo supera outro, como a leitura das ondas supõe, podemos

²⁶ O entendimento de ondas feministas para determinação histórica do movimento é um ponto controverso porque há uma disputa sobre onde começa e onde termina cada uma das ondas (Arruza, 2019) e há um debate que critica questões metodológicas e políticas (Gomes & Sorj, 2014). São três as questões principais. A primeira enfrenta a ideia de esgotamento e substituição que a metáfora das ondas propõe. Em segundo lugar, as autoras identificam que múltiplas expressões do feminismo acabam excluídas desta narrativa por não se enquadrarem nos critérios que definiriam cada onda. Esse processo de omissão acarreta em um entendimento homogeneizado de um movimento plural com vozes dissonantes. O terceiro ponto diz respeito ao processo de nomeação das ondas e a definição dos períodos e características que qualificam cada um destes momentos. Carla Gomes e Bila Sorj (2014, p. 436) explicam: “Toda periodização envolve disputas de poder e lutas por reconhecimento. Nesse sentido, proclamar um momento histórico como uma ‘nova onda’ confere poder aos seus enunciadores e valoriza a sua agenda política”. Isso é especialmente perceptível quando pensamos que a estruturação das ondas se deu a partir da enunciação estadunidense, que leva em consideração as movimentações europeias por motivo dos marcos temporais da modernidade, mas ao mesmo tempo centraliza questões particulares neste processo de periodização.

pensar que diferentes experiências feministas convivem, convergindo ou divergindo na ação cotidiana e na construção das manifestações do feminismo” (Brito, 2017, p. 19).

Neste trabalho resgato pontos importantes do contexto recente do feminismo latino-americano entendendo esse movimento como gerações feministas que se constroem historicamente ao mesmo tempo que o feminismo hegemônico estadunidense e europeu, com os quais se relaciona, mas perante os quais garante autonomia em seus processos organizativos e de luta. Procuro contribuir para um entendimento do feminismo popular como um fato histórico e político, tentando desvencilhar o feminismo latino-americano do ranço europeu e da branquitude que ainda impera nas pesquisas e análises sobre este movimento.

Carmen Silva (2016; 2019)²⁷ empreendeu um esforço de pesquisa que demonstra a característica popular nos feminismos no contexto das décadas de 1970 e 1980, no Brasil e em grande parte da América Latina, quando as feministas (assim nomeadas) eram, em sua maioria, mulheres brancas, da classe trabalhadora (bem remuneradas e com bons empregos) e declaradamente de esquerda. Essas mulheres, muitas vezes posicionadas politicamente a partir do marxismo, tinham o debate de classe como central e, a partir deste lugar, muitas delas também passaram a centralizar a questão das mulheres no seu posicionamento político e de trabalho. Daí que muitos grupos feministas que se organizavam a partir da imprensa feminista²⁸, dos espaços acadêmicos e das Organizações Não-Governamentais (na época conhecidas apenas como entidades) passaram a atuar junto às mulheres populares através de ações de educação popular para impulsionar as lutas locais, ou com pesquisa social e ações educativas vinculadas à saúde e sexualidade, ou

²⁷ Em seu livro “Feminismo Popular e as lutas antissistêmicas”, Carmen Silva (2017) faz uma distinção sobre os movimentos feministas (composto por mulheres que se articulam a partir de um sujeito político feminista) e os movimentos de mulheres (mulheres que se organizam para reivindicar pautas não necessariamente reivindicando o sujeito feminista). Neste mesmo livro, ela faz um resgate histórico que articula a história do movimento feminista com os movimentos de mulheres e os situa na linha histórica de construção de luta popular no Brasil, enfatizando que feminismo popular não é um fenômeno novo e que suas raízes podem ser localizadas junto aos movimentos de mulheres e sua integração ao feminismo no país, ainda que a narrativa hegemônica postule um feminismo branco que não teria abertura ao diálogo sobre classe e raça.

²⁸ O Movimento Feminino pela Anistia, que não se reconhecia feminista, mas atuava em uma perspectiva de comunicação para os movimentos de mulheres, fundou o jornal “Brasil Mulher” (1975-1980). Outra revista feminista relevante de bastante circulação foi o Mulherio (1981-1988), organizado por um grupo de pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas que propôs, através da publicação, um diálogo entre pesquisadoras e ativistas feministas em todo território nacional.

ainda realizando acolhimento a vítimas de violência e orientando em casos de aborto. Nesse sentido, Carmen Silva afirma que as mulheres populares estiveram historicamente envolvidas com o feminismo mas

muitas vezes foram invisibilizadas, e em outras subordinadas, pelo tipo de práticas políticas de organizações e núcleos feministas de mulheres com status superior, por renda ou por acesso a conhecimento universitário, ou mesmo pela ausência de debate público sobre feminismos que o relacionasse às questões de classe e raça (Silva, 2019, p. 62).

Não obstante, as mulheres populares neste período se organizaram em diferentes movimentos de mulheres e feministas e também participaram de construções mais amplas, atuando em movimentos mistos.

A década de 1980 marcou a redemocratização no Brasil e, junto disso, um reposicionamento das feministas no cenário nacional. Diferentes gerações, com perspectivas e estratégias de luta distintas, se colocaram em diálogo e disputa para enfrentar esse momento pujante no campo político e social. As décadas de 1980 e 1990, por exemplo, são marcadas pelas articulações sindicais, camponesas e do movimento negro. A partir de 1983 testemunhamos a fundação de grupos de mulheres rurais em diferentes regiões do Brasil a partir do encontro das ideias feministas com as Comunidades Eclesiais de Base através de publicações que circulavam nas zonas rurais e dos cursos de educação popular organizados junto às mulheres rurais (Aguilar, 2017). Os coletivos autonomistas criados nesta época compõem a organização de mulheres da Via Campesina e construíram mais recentemente o termo feminismo camponês, que identifica a luta das mulheres do campo a partir de uma perspectiva feminista. Neste período, também emergiram coletivos feministas negros e de mulheres negras apresentando questões raciais específicas para os feminismos. Muitas destas mulheres colocaram em diálogo a teoria e suas práticas militantes em forma de denúncia, protesto e produção intelectual. São destaques os trabalhos de Luiza Bairros (1995), Beatriz Nascimento (2019 [1976]), Lélia Gonzalez (1983), que contribuíram para as agendas dos movimentos de mulheres negras e para os movimentos feministas brasileiros e internacionais. Nesta torrente movimentação das mulheres negras, em 1988 ocorreu

o I Encontro Nacional de Mulheres Negras²⁹, que contou com mais de 400 mulheres de 19 estados brasileiros.

No contexto das conferências mundiais da ONU³⁰ da década de 90, que trataram de novos temas na agenda Internacional, os movimentos de mulheres e feministas brasileiros se articularam para debater e se preparar para as conferências, reunindo mulheres de 14 estados, especialmente no Norte, Nordeste e Sudeste. Esse movimento foi muito importante para pressionar o governo brasileiro frente às políticas para mulheres e resultou na fundação, em 1995, da Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), movimento feminista popular antirracista e anticapitalista que segue organizando mulheres trabalhadoras em uma perspectiva antissistêmica (AMB, s/a).

Na virada do milênio aconteceu a I Marcha das Margaridas³¹, que reuniu mais de 20 mil mulheres em Brasília. Essa foi uma manifestação de proporções inéditas, refletindo o acúmulo histórico dessas trabalhadoras nos movimentos sindicais e do campo. A Marcha das Margaridas é um marco da história do feminismo popular no Brasil e no mundo, sendo uma expressão da força do feminismo camponês, ainda que na sua declaração não se reconheça feminista.

A Marcha das Vadias³², com origem no Canadá, se espalhou no mundo a partir de 2011 com o uso das TICs e a forte disseminação de informações nas redes sociais, e se converteu em uma vertente do movimento contra o machismo, pelo fim da violência sexual e pelo fim da culpabilização das vítimas. Os protestos são marcados por performances irreverentes e estratégias criativas que se comunicam especialmente com a população mais jovem. Há um longo debate que questiona a

²⁹ Um vídeo de um momento de reunião durante o encontro, de duração de cerca de 6 minutos, foi recuperado pela CULTNE. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=orqNa-NTC58&list=RDCMUCjKjD0bztwIrsK16xODswlQ&start_radio=1&t=16s>

³⁰ A Conferência Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, que ocorreu no Rio de Janeiro em 1992 (Eco-92), e a IV Conferência Mundial sobre as Mulheres, que aconteceu em Pequim em 1995, mobilizaram diferentes forças feministas no Brasil, que participaram e promoveram uma série de encontros preparatórios. A articulação feminista para a ECO-92 resultou na Agenda 21 de Ação das Mulheres, documento que contribuiu para a inclusão de 173 recomendações específicas sobre gênero na plataforma de desenvolvimento sustentável que foi pactuada na Conferência.

³¹ A Marcha das Margaridas é promovida pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), pelo Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR) e movimentos feministas e de mulheres parceiros.

³² Esse movimento surge no Canadá, em 2011, após um policial que palestrava em uma universidade afirmar que as mulheres deveriam parar de se vestir como vadias se quisessem evitar estupro.

capacidade inclusiva da Marcha das Vadias em relação à classe e à raça (Gomes & Sorj, 2016). As críticas pontuam que seria um movimento majoritariamente branco e de mulheres escolarizadas de classe média, ao mesmo tempo, admite-se que a Marcha das Vadias no Brasil foi capaz de levantar o debate sobre os padrões culturais que perpetuam o ódio e agressões impunes contra pessoas consideradas “fora dos padrões”, gerando grande aderência de transexuais, transgêneros e pessoas queer (termo entendido aqui como pessoas que não se identificam com as categorias de identidade e orientação sexual) (CFEMEA, s/a).

Em 2015, na Argentina, aconteceu a ascensão do *Ni Una a Menos* (Nem uma a menos), um movimento de denúncia ao feminicídio naquele país e na América Latina (Gago, 2020). Na Argentina, as *hermanas* vêm construindo um movimento sólido com enraizamento popular e de diálogo com outros setores de luta nas últimas décadas, cuja estratégia em destaque é o Encontro Nacional de Mulheres da Argentina, realizado anualmente desde 1986. A organização de mulheres na Argentina foi fundamental para o movimento mundial da I Greve Internacional das Mulheres, que aconteceu no dia 8 de março de 2017. Esse movimento colocou o papel das mulheres na reprodução social e a relação entre produção de mercadorias e reprodução social no centro do debate mundial no Dia Internacional das Mulheres (Arruza, 2019). O uso de tecnologias digitais e mídias sociais contribuíram para o caráter transnacional imediato deste movimento, incentivando não só a articulação das lutas, mas também a circulação de conhecimento produzido através de documentos, materiais de comunicação e análise política, encorajando uma expansão dinâmica do internacionalismo, desde a mobilização do local ao global.

As mais recentes experiências de protagonismo das mulheres em movimentos autônomos e também dentro de movimentos mistos, fez florescer a esperança nas lutas do campo popular por meio de novas estratégias de articulação, de comunicação e apostas estéticas. O movimento #EleNão foi uma série de protestos organizados contra a candidatura de Jair Bolsonaro à presidência do Brasil em 2018. Essas manifestações populares lideradas por mulheres ocorreram em todos os 26 estados do Brasil e no Distrito Federal, além de tomarem as ruas em diversos lugares do mundo, reunindo milhares de manifestantes que denunciavam o candidato por suas declarações misóginas e também por suas ameaças à democracia. Foi a maior ação já protagonizada por mulheres no Brasil e, apesar do candidato ter sido eleito nas eleições, o levante pode ser considerado um marco que

inflamou a luta das mulheres contra o retrocesso promovido pelo governo Bolsonaro nos anos seguintes.

No Chile, eclodiu em 2018 o tsunami feminista³³ a partir de greves e ocupações promovidas pelas universitárias, secundaristas e lideranças populares. Esse levante tensionou questões sobre a violência de gênero e ampliou o debate sobre a militarização e desigualdade provocada pelo neoliberalismo no país. Em 2019, a mobilização feminista no 8M politizou e adensou o levante popular chileno protagonizado pelas organizações das estudantes, dos povos indígenas e das mulheres. O levante chileno inspirou muitos movimentos populares com a ocupação das ruas e com as ações de arte política do movimento, como, por exemplo, a performance “Él violador eres tú”³⁴, do coletivo Tesis, que foi reproduzida em centenas de lugares do mundo.

Figura 6 - Mulheres mexicanas fazem a performance feminista nascida no Chile “El violador eres tú”



Fonte: EFE/Sáshenka Gutiérrez, 2019.

A mobilização popular no Chile alcançou, por meio de plebiscito, a formulação de uma nova Constituição, que hoje está passando por ataques liderados pelas forças conservadoras. Se aprovada, essa será a primeira constituição no mundo a ser redigida de forma paritária entre gêneros. A assembleia constituinte conta com a

³³ Sobre o movimento feminista chileno dos últimos anos, consultar: <https://catarinas.info/o-papel-do-movimento-feminista-chileno-para-enterrar-o-legado-do-ditador-pinochet/>.

³⁴ *Un violador en tu camino*, de *Las Tesis*: <https://www.youtube.com/watch?v=2l6SQqdn2Y8>.

participação de 17 lideranças indígenas³⁵, que representam 10 povos originários do Chile e será presidida pela intelectual mapuche Elisa Loncón³⁶, em uma eleição inédita para a esquerda progressista latino-americana.

No Brasil, em 2018, aconteceram dois grandes eventos. O primeiro foi o festival “Pela Vida das Mulheres”³⁷, que reuniu milhares de mulheres militantes em Brasília para um evento de incidência política, ação artística e promoção de alianças ao redor da pauta da legalização do aborto. O festival, que contou com atividades independentes em diversas cidades no Brasil, foi mobilizado para ampliar o debate sobre o tema a partir da ADPF 442 (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental), que solicitava ao Superior Tribunal Federal a descriminalização do aborto até três meses de gestação. A ação de rua e popular, concretizada no festival, aliada à ação jurídica no STF, possibilitou abertura de diálogo sobre o tema e levou a pauta do aborto para as conversas cotidianas. Esta forma de integrar ações distintas é um modo feminista de fazer política que traz concretude e faz enfrentamento às opressões sofridas pelas mulheres através do poder do Estado e de outras instituições patriarcais, como a família.

³⁵ Sobre a representação Indígena na Constituinte do Chile, consultar: <<https://www.opendemocracy.net/pt/chile-17-de-155-assentos-assembly-constituinte-reservados-indigenas/>>

³⁶ Sobre a eleição de Elisa Loncón para a presidência da constituinte: <<https://www.cartacapital.com.br/mundo/indigena-mapuche-e-eleita-presidente-da-assembly-constituinte-do-chile/>>

³⁷ Site do Festival: nempresanemorta.bonde.org

Figura 7 - Imagens do Festival pela Vida das Mulheres.



Fonte: Mídia Ninja, 2018.

Em 2019, aconteceu a I Marcha das Mulheres Indígenas, que mobilizou mais de 2.500 mulheres indígenas de 130 etnias, sob o lema “Território: Nosso Corpo, Nosso Espírito”³⁸. Foi um momento histórico de articulação política para as mulheres indígenas que reverberou em todos os movimentos populares feministas e de mulheres. No dia seguinte à Marcha³⁹, que ocupou as ruas de Brasília depois de cinco dias de acampamento, as mulheres indígenas se juntaram à 6ª Marcha das Margaridas, que acontecia na mesma semana na cidade. A Marcha intitulada “Margaridas na luta por um Brasil com soberania popular, democracia, justiça, igualdade e livre de violência”⁴⁰ reuniu mais de 100 mil mulheres camponesas e de outros movimentos feministas organizados. Na Figura 8 vemos Mazé Moraes,

³⁸ Documento Final de reivindicações da I Marcha das Mulheres Indígenas, disponível em: <<https://cimi.org.br/2019/08/marcha-mulheres-indigenas-documento-final-lutar-pelos-nossos-territorios-lutar-pelo-nosso-direito-vida/>>

³⁹ A nomenclatura “Ato” ou “Marcha” pode passar a impressão de se tratar de uma ação pontual, porém esses movimentos são muito mais do que os nomes sugerem. Essas iniciativas são um processo de construção que promove o encontro e possibilita a articulação de diferentes setores dos movimentos feministas e de mulheres ao redor de uma ação política unificada. São vários meses de atividades preparatórias que envolvem seminários, debates, oficinas e ações artístico-políticas e culminam no ato público de ocupação das ruas com diferentes demandas.

⁴⁰ Revista da Marcha das Margaridas 2019, disponível em: <http://www.contag.org.br/imagens/ctg_file_1446518319_28112019110736.pdf>

coordenadora nacional da Marcha das Margaridas de mãos dadas em sinal de luta com Sônia Guajajara, liderança da Associação dos Povos Indígenas do Brasil em encontro histórico no primeiro dia da Marcha das Margaridas 2019, que marcou o encerramento da I Marcha das Mulheres Indígenas.

Figura 8 - Marcha das Margaridas de 2019.



Fonte: Matheus Alves, Associação dos Povos Indígenas do Brasil, 2019.

No momento atual, estamos vivendo um retrocesso histórico nas pautas dos direitos sexuais e reprodutivos no mundo, com a revogação da decisão de Roe x Wade⁴¹ nos Estados Unidos e os casos de embaraço ao acesso ao aborto legal no Brasil⁴². O conservadorismo cristão trabalha para que o aborto seja proibido na maior parte dos países⁴³ na América Latina, levando mulheres a medidas desesperadas que mutilam seus corpos e levam muitas à morte. As que sobrevivem são perseguidas e criminalizadas pela justiça e julgadas pela sociedade. Reagindo a esse conservadorismo, em 2020, o movimento dos *pañuelos verdes* na Argentina obteve a conquista histórica da legalização do aborto naquele país. Mais

⁴¹ Para compreender a decisão Roe x Wade e as implicações de sua revogação, consulte: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-61929519>>

⁴² Em 2021, a Cladem Brasil, o Coletivo Sexualidade e Saúde, o Coletivo Margarida Alves e o Portal Catarinas publicaram um estudo sobre acesso à informação e acesso ao aborto legal no Brasil. Esse tema segue negligenciado e muitas mulheres e meninas têm seus direitos negados ao buscar suporte estatal para abortos permitidos por lei. Mais informações: <<https://catarinas.info/o-direito-de-saber-acesso-a-informacao-e-aborto-legal-no-brasil/>>

⁴³ Regulamentação do aborto na América Latina: <<https://www.generonumero.media/aborto-na-america-latina-como-paises-regulam-interrupcao-voluntaria-da-gravidez-na-regiao/>>

recentemente, em 2021, o movimento feminista argentino conquistou o direito de aposentadoria para trabalhadoras do cuidado, ou seja, mulheres que se afastaram de postos remunerados de emprego no mercado para se dedicarem aos cuidados da família e ao trabalho de reprodução social⁴⁴. Com o mote “o que você chama de amor, eu chamo de trabalho não pago”, as argentinas nos inspiram na luta por direitos e pelo reconhecimento do trabalho das mulheres na manutenção da vida e do tecido social.

Essa breve e limitada reflexão histórica demonstra que o fazer político das mulheres é amplo e que há uma relação nítida entre os processos coletivos de ação transformadora, as questões teórico-políticas colocadas por essas ações e as expressões de mudanças que vemos nos espaços institucionais e nos aspectos culturais e sociais de cada território. Claudia Korol (2016) defende que a América Latina é berço de uma ampla gama de movimentos de base popular que estão reposicionando a luta feminista a partir do feminismo indígena, negro e dos movimentos feministas populares enraizados nos territórios latino-americanos, dos quais emergem demandas crescentes que questionam as hierarquias das organizações de esquerda e a partir de onde desenvolve-se uma pedagogia feminista que faz avançar as lutas sociais a partir da reconfiguração dos movimentos.

As ações políticas feministas relacionam o fortalecimento das nossas subjetividades e a luta pela transformação social. Nós, mulheres, vivemos a ação política como uma luta de resistência em todos esses espaços (Silva & Mori, 2018). Para enfrentar o medo, a melancolia e assegurar o lugar do feminismo popular como sujeito político de luta, devemos recuperar as práticas deste movimento e reconstituir nosso horizonte utópico a partir daí. Essa utopia feminista e popular deve ser encarada como rompimento permanente com o que há, em um estado de abertura para transformar e sem pautar-se por um modelo pré-concebido e idealizado. O momento da ação política feminista transformadora também é o momento de fazer utopia a partir da tessitura de novas relações, da potência coletiva e da reinvenção de nós mesmas.

⁴⁴Sobre a nova lei do cuidado materno na Argentina: <<https://www.sinprodf.org.br/lei-argentina-que-reconhece-cuidado-materno-como-trabalho-para-aposentadoria-e-vitoria-das-mulheres-diz-o-sinpro/>>

2.2.2 Princípios políticos feministas para transformação social

A proposta feminista “parte das questões de gênero, mas vai além delas, reorientando todos os nossos valores e critérios de análise” (Miguel & Biroli, 2013, p. 7). Sendo assim, é um campo que interroga a divisão entre público e privado, a relação entre igualdade e diferença, o conceito de identidade, a forma como nos relacionamos com companheiras de militância, o cuidado que temos com as pessoas que estão ao nosso redor e o cuidado que temos com nós mesmas. Por isso, tensiona e interpela as nossas experiências de construção política.

O movimento feminista é um espaço de construção de conhecimento (como vimos no capítulo 1) que se atualiza a partir do compromisso com a formação das mulheres e com a revisão do próprio movimento de modo a construir horizontes de luta que sejam mais justos e dignos. As militantes feministas e intelectuais têm estado na vanguarda da crítica criativa e adaptação dos processos da Educação Popular na prática articulatória do movimento (Silva, 2016). Quando as feministas encontraram as ideias de Freire, muitas se identificaram com sua compreensão da opressão e do papel da conscientização em enfrentá-la. Entretanto, elas desafiaram seu foco na classe como fonte primordial da opressão e encontraram uma omissão gritante na medida em que suas análises ignoravam as desigualdades na esfera privada. Assim, as feministas tornaram visíveis os múltiplos e imbricados marcadores da exclusão social e da opressão - gênero, classe, orientação sexual, idade, nacionalidade, etnia, e a miríade de outras identidades em torno das quais as hierarquias sociais são construídas (Silva, 2010). Essa relação ampliou a análise para reconhecer os muitos lugares e espaços nos quais o hétero-cis-patriarcado, o racismo e o capitalismo operam.

Um princípio importante dos feminismos é a valorização da nossa capacidade de aprender com as nossas próprias experiências e dos diferentes tipos de conhecimentos que produzimos. O que entendemos por conhecimento feminista, desta forma, abarca não apenas as contribuições de pesquisadoras ou aquilo que está nos livros, mas todo o conhecimento que produzimos coletiva e individualmente sobre a nossa própria realidade e o mundo ao nosso redor. A seguir, apresento alguns princípios políticos feministas que orientam a ação do movimento para a transformação social. Esses princípios têm base nos debates no interior do movimento e na sistematização destes conhecimentos em textos. Algumas destas

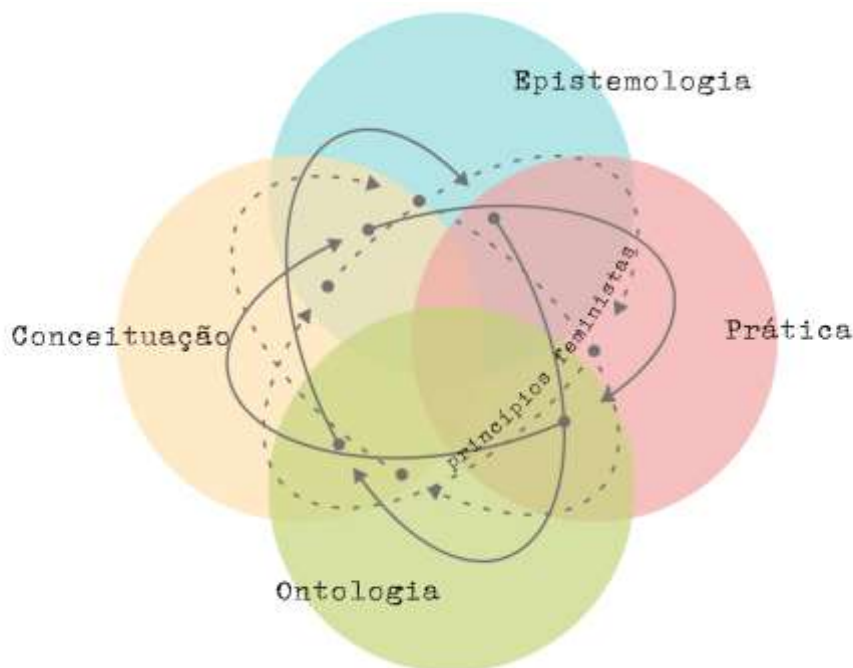
proposições foram organizadas por Silva & Branco (2018) no contexto de elaboração do material pedagógico da formação da Universidade Livre Feminista “Política Feminista para transformação social” e outros têm referência em outros espaços de construção feminista.

Os princípios que orientam a ação política do feminismo são muitos e seria inconcebível tratar todos eles neste trabalho, de forma que alguns foram selecionados por apresentarem questões relevantes para a construção de uma perspectiva de politização com orientação feminista que podem nos ajudar na reflexão sobre a politização no campo do Design. São eles:

- (1) a ação política como prática cotidiana;
- (2) a crítica à homogeneização do sujeito político;
- (3) a solidariedade para construção de alianças;
- (4) a auto-reflexão e autocrítica;
- (5) a organização coletiva;
- (6) o cuidado como estratégia política.

Esses princípios que direcionam a ação política feminista são proposições que apresento como forma de qualificar, a partir do feminismo, os processos que ocorrem no interior da politização dos movimentos sociais (Epistemologia, Ontologia, Práticas e Conceituação) e que já foram apresentadas na seção anterior do trabalho. Assim, esses princípios feministas não necessariamente estão situados em um eixo de politização específico, mas podem mobilizar e influenciar o processo de politização em vários eixos, ainda que alguns princípios possam ter mais aderência e se relacionar de forma mais evidente com determinado eixo. Conforme representado na Figura 9, as bolinhas com setas arredondadas são os princípios políticos feministas em movimento, influenciando os eixos de politização.

Figura 9 - Articulação entre eixos de politização e princípios feministas



Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

1. Ação política como prática cotidiana

O feminismo nos mostra a necessidade de entender a ação política como uma prática cotidiana. Isto significa que no feminismo, a política não é feita apenas na esfera pública, em diálogo com o Estado ou dentro do Estado. Para que possamos construir uma realidade de maior justiça social e igualdade, precisamos mudar as relações sociais em diferentes espaços e amplas esferas da sociedade. Segundo a antropóloga feminista Cecília Maria Bacellar Sardenberg (2018), a adoção do princípio “o pessoal é político” como retórica fundamental do feminismo nas décadas de 1960 e 1970, especialmente no feminismo estadunidense, deve-se ao entendimento de que as opressões estão organizadas a partir das relações sociais. Compreendendo a complexa relação que se forjava entre a vida pública e privada, neste período as feministas passaram a denunciar a opressão das mulheres em espaços públicos e privados, adotando uma postura libertária e tratando das relações entre os sexos sob um prisma novo.

Neste período os temas emergentes na pauta feminista incluíram a questão da sexualidade, o direito ao aborto, a luta contra a naturalização da violência contra a mulher, o trabalho doméstico; enfim, somaram-se à luta por direitos, os debates

sobre as contradições das relações pessoais e políticas entre os sexos na vida privada (hooks, 2019 [1989]). Então, tem-se que a compreensão de que a separação entre a esfera privada (vida familiar e pessoal) e a esfera pública é apenas aparente. Isso leva ao questionamento de uma concepção do político, tradicionalmente limitado à descrição das relações dentro da esfera pública, entendidas, até aquele momento, como diferentes, tanto em conteúdo quanto em teor, das relações e interações na vida familiar e privada.

A principal questão que as feministas trouxeram para o debate a partir o lema “o pessoal é político” foi a necessidade de tratar como política as questões que foram silenciadas por estarem ligadas à esfera privada, como as relações familiares. Os espaços de afeto e as relações familiares são espaços de reprodução das opressões, por isso as feministas entendem que estes espaços também precisam ter suas relações transformadas coletivamente.

2. Crítica à homogeneização do sujeito político

As feministas argumentam que não podemos pensar em categorias sociais estanques porque estas determinações são arbitrárias e sempre deixam de lado as singularidades. Quando se fala, por exemplo, em “cidadão”, “trabalhador”, “brasileiros”, “mulheres”, quais são as características que estão incluídas e quais se excluem? Essa ideia da categoria estanque, ou do universalismo, é baseada nos ideais iluministas e dá conta das particularidades do sujeito universal, o homem cis, branco europeu. Quando se fala em cidadão, por exemplo, quem é este sujeito que está implicado? (Silva e Branco, 2018).

Esse questionamento e a negação do universalismo abstrato é um dos fatos fundadores do feminismo a partir da compreensão do "outro" (mulher) do sujeito universal (homem). Disso também se postula que mesmo na negação do sujeito universal abstrato (o homem), não podemos afirmar uma essencialização do sujeito "mulher". Há uma pluralidade nas experiências de ser mulher e o feminismo congrega diferentes tipos de mulheres: brancas, negras, indígenas; as que moram e trabalham no campo, as que estão em território urbano; as jovens e as mais velhas; as pobres e as de classe média, etc.

No entanto, para a organização do movimento feminista, é igualmente importante que se reconheça o que unifica a experiência das mulheres como corpo político coletivo diante de uma perspectiva de luta. Essa identificação tem a ver com

o entendimento de que há uma situação comum que perpassa a experiência das mulheres, ainda que se perceba que estas experiências são marcadas por particularidades que se evidenciam por meio de desigualdades e diferenças. Nesse sentido, o feminismo busca a conformação de um sujeito político que não é homogêneo mas que contém múltiplas perspectivas e, ainda assim, se alia no enfrentamento às opressões para a transformação da realidade (Silva & Camurça, 2013).

3. *Solidariedade para transformação de si e construção de alianças*

O movimento feminista se organiza a partir de diferentes perspectivas, e muitas vezes é preciso que as mulheres e as organizações se juntem em ações coletivas, frentes e coalizões para debater estratégias e poder disputar questões frente ao Estado e a sociedade. Há também momentos em que é necessário que as feministas se juntem a outros movimentos organizados a partir de outras pautas. Em todos esses cenários, a formação de solidariedade e aliança é um princípio feminista que orienta a ação política das mulheres.

As alianças feministas podem se construir a partir de afinidades e diferenças. Elas devem ser tecidas por meio de processos mais duradouros e generosos de autorreflexão e reconhecimento mútuo do que apenas o compartilhamento de um interesse específico. Dean (1997) propõe um modelo de solidariedade que reconhece a importância de incorporar uma forma mais profunda de reciprocidade nas relações de solidariedade. Ela argumenta que as próprias diferenças que nos dividem são o que torna possível uma "solidariedade reflexiva", uma vez que as diferenças se apresentam apenas em um contexto de engajamento comunicativo, um contexto de conversa, interrogação e interação. Ela se propõe a reconstruir estes "fundamentos comunicativos das práticas de alianças feministas" com o objetivo de "teorizar as perspectivas e orientações que precisamos adotar se quisermos trabalhar juntos" (Dean, 1997, p.4). Dean descreve a comunicação que leva à "solidariedade reflexiva" como uma forma de diálogo "no qual os participantes compartilham um senso de respeito mútuo" e "orientam de forma responsável o [seu] relacionamento" (Idem, p. 8).

A solidariedade reflexiva acontece nos processos do movimento feminista, por exemplo, quando o movimento evita tomar decisões com votações e aposta em práticas de negociações e consensos, que podem ser consensos fortes (quando

todas ou quase todas concordam) ou fracos (quando a decisão fica mais dividida). Como a solidariedade reflexiva é construída dialogicamente através de um processo de negociação e atendimento à diferença, ela evita a eliminação da diferença, ainda que haja correlações de forças e dinâmicas de poder no interior do debate que precisam ser lidas e interrogadas. Se por um lado as diferenças devem ser reconhecidas e respeitadas, as desigualdades precisam ser enfrentadas para a superação das relações de opressão e exploração que organizam a sociedade e que repercutem também no interior do movimento.

A ênfase de Dean (1997) na natureza necessariamente comunicativa da política da "diferença" é importante porque ressalta o fato de que as feministas devem abordar o problema da diferença como mais do que uma questão cognitiva. Não é suficiente assegurar que as mulheres privilegiadas sejam plenamente informadas, através de uma ação comunicativa estruturada, sobre as experiências de grupos sociais menos privilegiados. A responsabilidade é de transformar as atitudes em si mesmas, orientadas por uma ética compromissada com a transformação. Isso implica que devemos cultivar ativamente a consciência e a tolerância para com o estranhamento dentro de nós mesmos antes que a solidariedade reflexiva com "as outras" possa se impor. É o tratamento autorreflexivo da contradição do opressor-oprimido que precisa começar em si mesma, no coletivo a que pertence e nas relações com outros coletivos ou movimentos.

4. Autorreflexão e Autocrítica

O feminismo tem um compromisso evidente com a autorreflexão e a autocrítica. Ao falar sobre o início de sua militância feminista em um de seus livros, bell hooks (2019 [1989]) reconhece que antes de podermos mudar o mundo, precisamos mudar a nós mesmos. No feminismo, é imperativo que a gente construa a capacidade crítica para observar nossas relações e as desigualdades que permeiam essas relações. Um olhar cuidadoso sobre essas desigualdades permite a criação de alianças e articula a possibilidade de superar as relações opressivas (como visto no item anterior).

No movimento feminista, a capacidade autorreflexão e autocrítica extrapola o indivíduo e é uma prática coletiva no qual o movimento, a partir de suas militantes, passa a pensar sobre sua ação política, sua estratégia e os sentidos da sua luta. Essa capacidade de se repensar e, principalmente, se reorientar a partir da reflexão

e crítica, faz deste movimento um dos principais sujeitos políticos frente a uma conjuntura cada vez mais repressiva e violenta. O feminismo é um movimento que se renova, se revisa e propõe criativamente outras formas de organização e luta nesse cenário (Branco, 2020; Gago, 2020).

Esses processos de auto-reflexão podem ser recuperados desde os grupos de autoconsciência ou de conscientização feministas que marcaram a década de 1970, nos Estados Unidos, e que rapidamente se espalharam pelos movimentos vanguardistas feministas em outros lugares do mundo. Esses espaços propõem diálogos entre mulheres e promovem processos educativos e reflexivos sobre si mesmas e sobre as relações sociais que organizam a vida em sociedade. Em princípio, os grupos tinham como objetivo compartilhar experiências de mulheres organizadas em movimentos sociais mistos (estudantil, partidos, direitos civis, etc). Nesses grupos, as mulheres pautavam as construções políticas e as relações interpessoais no interior desses movimentos, evidenciando que esses espaços reproduzem internamente relações de poder sobre as quais as mulheres estavam em desvantagem (Lima, 1988).

Os grupos de autorreflexão viabilizaram a circulação de informação sobre diferentes temáticas como anticolonialismo, antirracismo, direitos sexuais e reprodutivos, lesbianismo, maternidade, trabalho doméstico, direitos trabalhistas, etc. Esses espaços também foram locais de muita produção teórica e disputaram a produção de conhecimento a partir dos seus espaços de luta (Ávila & Ferreira, 2014; Silva, 2016). Um dos principais materiais da época que segue referenciado pela sua radicalidade e assertividade é o Manifesto do Coletivo Combahee River, coletivo de mulheres negras e lésbicas de Boston⁴⁵. O resgate destas elaborações teórico-políticas elaboradas pelos movimentos populares é importante e alimenta a autocrítica do movimento feminista e também da teoria feminista até os dias de hoje.

Tanto nos grupos de autorreflexão ou nas práticas formativas no feminismo é fundamental que se entenda que os processos reflexivos e autocríticos não se resumem à exteriorização oral da experiência de opressão, o que não seria suficiente para gerar um processo de politização nas mulheres. Lima (1988) nos ensina que “a importância de escutarmos os sentimentos de uma mulher está em

⁴⁵ O manifesto do Coletivo Combahee River continua atual e é um documento importante para o Feminismo Anticapitalista, Antirracista e Antipatriarcal. Ele foi traduzido por Stefania Pereira e Leticia Simões Gomes e publicado na revista Plural da USP. PLURAL, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v.26.1, 2019, p.197-207.

analisarmos a situação das mulheres e não em analisarmos a mulher em questão”, o que significa que a politização impreterivelmente combina o processo de nomear a própria experiência com a compreensão crítica da realidade material concreta, a qual dá base à experiência específica.

Não deve-se negar a importância do processo de socialização, de "dar voz às experiências" (hooks, 2019 [1989], p. 224), mas esse processo sozinho não mobiliza ou politiza. Os processos de autorreflexão e autocrítica, então, devem estar vinculados à formação política para conscientização crítica que "ensine sobre as estruturas de dominação e sobre como elas funcionam" (Idem). A partir desta compreensão seremos capazes de

imaginar novas possibilidades e estratégias para a mudança e a transformação. O quanto nós somos capazes de vincular uma autoconscientização radical à luta coletiva para mudar e transformar o eu e a sociedade determinará o destino da revolução feminista (hooks, 2019 [1989], p.224).

5. Organização política coletiva

O feminismo pode ser entendido como algo que orienta o modo de estar no mundo e que as pessoas levam em consideração para tomar suas decisões e construir suas subjetividades e relacionamentos. Embora o feminismo possa ser relacionado a uma ética pessoal, existem transformações estruturais que só podem ser alcançadas quando as mulheres se organizam coletivamente, portanto, o feminismo é, acima de tudo, um movimento social.

O processo de emancipação só pode acontecer de forma coletiva (Freire, 2014 [1968]), então mesmo que uma mulher possa escapar por si mesma de uma situação de opressão vivida, a única maneira de fazer a sociedade perceber a organização violenta e injusta das relações sociais é coletivamente. No movimento feminista, quando combatemos a injustiça, não estamos apenas mudando nossas próprias vidas, mas a possibilidade de uma vida melhor para todas as mulheres. O feminismo, como movimento social, é plural e descentralizado, mas tem ampliado sua capacidade de ação coletiva, seja em mobilizações, ações diretas, ou em redes de articulação política mais amplas em movimentos de mulheres ou mistos (Silva, 2020).

Nessa organização coletiva, as mulheres lutam por um projeto existencial de sociedade em que todas as dimensões de opressão são combatidas. Essas ações coletivas são planejadas e organizadas a partir de processos democráticos de forma que todas as pessoas engajadas no movimento possam atuar sob uma mesma orientação política (Silva e Camurça, 2013). Deste modo, além de construir e direcionar as possibilidades de ação frente a uma questão, são mobilizados os processos coletivos de reconhecimento dos problemas e de tomada de decisões. O sentido do planejamento nos movimentos sociais extrapola o fazer organizado, abre a possibilidade de construir caminhos e fazer coisas democraticamente discutidas, refletidas e acordadas. Silva e Camurça (2013) indicam que a organização coletiva nos movimentos depende da produção de conhecimento sobre a realidade das mulheres, em específico, e sobre a realidade social em geral. Para dar conta desta leitura, é necessário que estejamos ativas, em contato com as pessoas e em articulação no movimento.

Silva (2020) pontua que a construção coletiva do movimento não pode estar desconectada da construção de si, da sua própria consciência sobre as relações sociais e como você pensa a si mesma nestas relações, o que os sistemas impõem que você seja e quem você, de fato, quer ser. Os espaços coletivos do movimento precisam ser construídos, segundo a autora, de forma a elevar essa capacidade de construção de si mesma, com as pessoas e com a construção do projeto político que orienta a ação do movimento.

6. Cuidado como estratégia política

Existe um entendimento amplamente difundido na sociedade que historicamente trata o cuidado e os trabalhos do cuidado como questões das mulheres. Isso é visto nos argumentos que entendem cuidado como amor e tratam o amor como sentimento incondicional que vincula a mulher à família ou aos entes queridos. Nesse ponto de vista, o amor que a mulher sente leva ao cuidado que pratica. Trata-se de uma compreensão essencialista da função social da mulher – e esses cuidados são delegados particularmente às mulheres empobrecidas e negras que também têm seu trabalho assalariado associado ao trabalho do cuidado.

Em outro sentido, a partir da leitura de Branco (2020), afirmamos neste trabalho o cuidado como parte de uma identidade política construída por meio das

práticas articulatórias do próprio movimento feminista. Para debater o cuidado como uma prática política, é necessário, por um lado, desconstruir o entendimento do cuidado como essência de uma feminilidade subserviente e, por outro lado, enfrentar a idealização de relações pacificadas pelo cuidado a partir da eliminação do conflito, que pode ficar subentendida quando falamos de cuidado (Branco, 2020). O cuidado como uma ética feminista deve ser tomado como uma responsabilidade de e para todos os membros da sociedade, como parte necessária para a constituição das relações sociais, e não como uma ação altruísta de um grupo social específico que se dedica sozinho a tecitura e manutenção do tecido social. Compreender o cuidado como co-responsabilização não afasta os conflitos inerentes aos espaços sociais de construção política e agonismo. Pelo contrário, pode ser um caminho para tratá-los de forma a fortalecer as subjetividades e as coletividades em luta.

No movimento feminista, presume-se que o conflito acontece como forma de lidar com nossas desigualdades (Gago, 2020). Se entendermos que a ética do cuidado feminista exige que olhemos para as experiências de nossas camaradas nas práticas articulatórias do movimento, estas desigualdades precisam ser interpeladas no espaço de construção do movimento (Branco, 2020). O cuidado, então, não é uma forma de amenizar esses conflitos, mas uma maneira de abrir-nos individual e coletivamente para pensar sobre e enfrentar as desigualdades envolvidas nos conflitos.

As desigualdades que permeiam as relações sociais fora dos espaços articulatórios do movimento, na sociedade em geral, são reproduzidas nos espaços internos dos movimentos, de modo que as feministas entendem que precisam superar a compreensão dominante da organização política masculinizada nestes espaços, que nega a responsabilidade de cada um perante os outros (Branco, 2020; Gago, 2020). A ética do cuidado, portanto, “amplia o espaço para o debate sobre diferenças e desigualdades internas”, pois

abre uma forma particular de se pensar a horizontalidade e a autocrítica dentro dos movimentos, uma vez que se entende a necessidade de revisão das posições por parte das mulheres mais privilegiadas, para não silenciar a diversidade das experiências das companheiras (Branco, 2020, p. 265).

O cuidado como prática política visa combater as desigualdades, compreender as diferenças e negociar as divergências de forma a construir

articulações para o avanço do movimento, entendendo que esses são desafios permanentes para o feminismo e para a ação radical de transformação do mundo que o movimento almeja.

3. SOBRE A POSSIBILIDADE DE POLITIZAR O DESIGN

Há um movimento crescente no campo do Design que luta pela recuperação de conhecimentos subalternizados e pela reparação material e política dos grupos oprimidos através de propostas que visam uma mudança estrutural no campo. Essa comunidade intelectual e de prática está comprometida com a transformação do Design através de processos que passam pela Descolonização do Design (Schultz et al, 2018a, Schultz et al, 2018b; Paim & Gisel, 2021; Ansari & Kiem, 2021; Van Amstel, no prelo), pelo Design Autônomo ou para o Pluriverso (Escobar, 2017; Noel, 2020; Leitão, 2020) e pelo enfrentamento às opressões operadas pelo / no / a partir do Design (Serpa et al., 2021; Van Amstel et al., 2021; Gonzatto & Van Amstel, 2022; Serpa et al, 2022, Mazzarotto & Serpa, 2022).

Tais preocupações emergentes também estão presentes em espaços de diálogo e produção de conhecimento em Design, como as diferentes conferências que abordaram processos participativos "*otherwise*" (Del Gaudio et al., 2020), que reivindicaram um mundo projetado a partir de vários centros (Leitão, Noel & Murphy, 2020), que propuseram Desmontagem / Remontagem de Design (Leitão et al., 2021). Esses temas e debates também se mostram relevantes e estão presentes em um vasto número de dossiês em revistas que discutem práticas críticas no campo do Design e disciplinas relacionadas (Schultz et al., 2018b; Botero, Del Gaudio & Borrero, 2018; Akama & Yee, 2019; Gaitán-Albarracín et al., 2021; McHattie & Dixon, 2022, van Amstel, Noel & Gonzatto, 2022).

Este trabalho mais ou menos articulado vem, gradualmente, construindo uma reinterpretção do Design como um campo de conhecimento que permite visões alternativas sobre como a produção sócio-material está implicada na memória histórica e nas lutas dos oprimidos nos diversos *sures* (Gutiérrez-Borrero, 2022). Ao mesmo tempo, como comunidade de pensamento e prática, estamos procurando maneiras de fazer com que nosso trabalho intelectual esteja a serviço da transformação social necessária para a emancipação desses grupos e de nós mesmos. Adensando esse debate, proponho a reflexão sobre os elementos constitutivos do design e apresento algumas orientações que podem ajudar a requalificar o design a partir da sua implicação política.

A seguir, apresento reflexões sobre o Campo do Design a partir de um debate teórico que foi estimulado pela vivência da Pesquisa Militante em diferentes

espaços, apresentados no Capítulo 1 deste trabalho. Neste exercício intelectual destrinchado a seguir, às vezes as experiências vividas são apresentadas em maior profundidade para qualificar o debate, outras vezes são citadas mais livremente como forma de ilustrar o argumento, sem maior aprofundamento.

Este capítulo é dividido entre os quatro eixos de politização sobre os quais nos debruçamos no Capítulo 2. Como vimos anteriormente, os eixos de epistemologia, ontologia, conceituação e prática estão necessariamente relacionados entre si e são impossíveis de separar completamente. Para fins analíticos e de apresentação do debate, proponho uma divisão que trata cada eixo individualmente, mas deve ficar nítido que existe um fluxo dinâmico entre eles, fazendo com que eles co-produzam dialeticamente uns aos outros e, potencialmente, promovam o processo de politização mais inteiro.

Optei por apresentar os eixos do mais abstrato ao mais concreto: Ontologia, Epistemologia, Conceituação e Prática. Avaliei que essa ordem poderia ajudar o leitor ou a leitora no seu processo de diálogo com a leitura, uma vez que os primeiros eixos oferecem um debate sobre questões mais amplas, quem somos capazes de ser diante dos conhecimentos que temos do mundo (Ontologia) e o que sabemos efetivamente sobre o mundo (Epistemologia), enquanto os dois últimos nos possibilitam refletir especificamente sobre como interpretamos os conhecimentos (Conceituação) e como essa interpretação pode nos ajudar a agir de forma politicamente engajada sobre a realidade (Práticas). A seguir apresento os tópicos que serão debatidos em cada eixo (Tabela 1).

Em **Ontologia ou as formas de ser no mundo** trato das condições sócio-históricas que conformam o campo do Design a partir da perspectiva de Gênero nos Estudos em Design. Alimentada por essa discussão, em seguida, proponho pensar sobre as possibilidades de refundação e transformação do campo e da prática de Design a partir de autores latino-americanos que têm discutido questões ontológicas desde este lócus de enunciação.

Em **Epistemologia ou o que se sabe do mundo**, primeiramente proponho uma análise da Epistemologia da Prática de Donald Schön e esboço uma comparação com a Epistemologia da Práxis, de Paulo Freire, defendendo essa última como inspiração para uma Epistemologia do Design politicamente referenciada. Nesta mesma sub-seção, discuto sobre conhecimento de design a

partir do entendimento do espaço do projeto como espaço de aprendizado desde a perspectiva de aprendizado mútuo defendida pelo Design Participativo.

Em **Conceituação ou como interpretar o mundo**, proponho, primeiramente, uma análise sobre as dimensões políticas engendradas nos artefatos de design a partir da confrontação ao *Adversarial Design* de Carl Di Salvo e, depois, discuto como os métodos e produtos de Design voltados às problemáticas sociais podem mediar as relações das pessoas com o mundo e qual o papel político do design diante desta responsabilidade.

Em **Práticas ou o modo de agir sobre o mundo**, faço um debate sobre a noção de participação no Design Participativo, evidenciando desdobramentos históricos e apontando perspectivas políticas para promoção de projetos participativos. A seguir analiso a ética do cuidado como uma prática necessária nos espaços de projeto de design.

Tabela 1 – Apresentação dos Tópicos em relação aos Eixos de Politização :

As formas de ser no mundo (Ontologia)	<p>As condições sócio-históricas que conformam o campo</p> <hr/> <p>O presente, o passado e o futuro na criação de outros designs</p>
O que se sabe do mundo (Epistemologia)	<p>Epistemologia da prática <i>versus</i> Epistemologia da práxis</p> <hr/> <p>O espaço do projeto como espaço de aprendizado</p>
Como interpretar o mundo (Conceituação)	<p>Os artefatos de design como articuladores políticos</p> <hr/> <p>O Design na mediação da relação das pessoas com o mundo</p>
O modo de agir sobre o mundo (Práticas)	<p>O sentido da participação no Design</p> <hr/> <p>Perspectiva do cuidado na construção de espaços coletivos</p>

Fonte: Autora, 2022.

Breve retomada da perspectiva analítica

A perspectiva de análise deste trabalho é histórico-dialética e feminista, conforme apresentado no Capítulo 1. Essa perspectiva implica um posicionamento de interrogação às estruturas de poder e às questões essenciais que qualificam o objeto de pesquisa, para além da sua aparência.

Em outro trabalho (Serpa & Mazzarotto, 2021) apresentamos uma proposta para interrogar o design e suas questões aparentes a partir de um exercício lúdico provocado por Paulo Freire. Freire criticava as cartilhas de alfabetização que se valiam de frases descontextualizadas para ensinar as letras, os fonemas e as construções das palavras. Analisando a frase “Eva viu a uva”, Paulo Freire falou “[as cartilhas apresentam] lições que falam de Evas e de uvas a homens (sic) que às vezes conhecem poucas Evas e nunca comeram uvas” (Freire, 1967, p. 104). Gadotti (1996) recupera uma fala de Freire em que ele qualifica sua crítica:

Não basta saber ler mecanicamente ‘Eva viu a Uva’. É necessário compreender qual a posição que Eva ocupa no seu contexto social, quem trabalha para produzir uvas e quem lucra com esse trabalho. Os defensores da neutralidade da alfabetização não mentem quando dizem que a clarificação da realidade simultaneamente com a alfabetização é um ato político. Falseiam, porém, quando negam o mesmo caráter político à ocultação que fazem da realidade”. (Freire *apud* Gadotti, 1996, p. 74, aspas no original)

Fazer uma análise crítica das questões que se apresentam de forma superficial e aparentemente inofensiva é assumir uma postura histórico-dialética como parte do processo de conscientização que permite a ação transformadora. *Quem é Eva? Quem produz a uva? Onde ocorre a produção? Quem lucra com isso?* Ao interrogar a frase “Eva viu a uva” entendemos que não existe imparcialidade, todos somos movidos por bases ideológicas, resta saber se as bases que estamos escolhendo são excludentes e includentes, opressoras ou libertadoras (Freire, 2014 [1968]).

Somada à esta proposta de questionamento provocada pelo “Eva viu a uva”, resgato a perspectiva feminista, que nos ajuda a aprofundar nossa postura de indagação das questões que permeiam o Design como campo formalizado em métodos, produtos e sistemas. De acordo com as teorias feministas (Harding, 2004; Carpenter & Mojab, 2017), o processo de reconhecimento e apreensão de

conhecimentos de forma crítica começa quando aqueles que estão marginalizados, no caso as mulheres, se tornam conscientes de sua situação social no que tange às relações de poder e opressão, e começam a encontrar meios para reagir à essa realidade.

Nas seções a seguir, investigo as questões a partir da perspectiva histórica-dialética e do ponto de vista feminista como forma de evidenciar as questões políticas do debate e, ao mesmo tempo, resgato alguns princípios políticos feministas apresentados no capítulo 2 para qualificar esta análise desde uma prática política feminista.

3.1 Ontologia ou as formas de ser no mundo

Os processos ontológicos que investigam o ser no mundo têm permeado os debates contemporâneos no campo do Design em perspectivas do Sul Global, especialmente nos trabalhos de Escobar (2017), Gonzatto (2018), Ansari (2021, 2020), Gutierrez-Borrero (2021), Van Amstel & Gonzatto (2022), Van Amstel (no prelo). Alguns destes trabalhos dialogam com trabalhos anteriores (Willis, 2006), mas propõem delineamentos mais assentados em perspectivas latino-americanas e/ou que deslocam o lócus de enunciação do sujeito no mundo, definindo contornos específicos que qualificam as posições de poder na possibilidade ontológica do ser.

Neste trabalho, busco explorar as questões ontológicas a partir da perspectiva histórico-dialética e feminista, o que implica que esse debate deve ser acompanhado de uma reflexão necessariamente situada historicamente e que tenha especial atenção às condições sócio-materiais que permitem (ou não) a construção do ser no mundo. O ser é produzido socialmente a partir de um contexto historicamente referenciado, que pode privilegiar determinados modos de produção e sistemas de valores, promovendo hierarquias entre práticas e teorias, divisão entre possibilidades de trabalho e treinamento, etc. Isso precisa ser levado em consideração quanto tratamos de entender o ser no mundo.

Assim, o eixo **Ontologia ou formas de ser no mundo** busca compreender o processo do sujeito vindo a ser (e se reconhecer) designer no mundo e como isso pode, potencialmente, tensionar as premissas do campo. As possibilidades de transformação do ser são resultado de um processo individual e coletivo, à medida

que esse processo acontece a partir de determinadas condições sócio-históricas estruturais e é relacional (do ser com o mundo e com os outros). Neste entendimento, o esforço de vir a ser envolve compromisso com a auto-consciência e leitura de mundo e, ao mesmo tempo, diz respeito à construção de pertencimento ao grupo, ao território e às práticas.

Nesta sub-seção discuto, primeiramente, “*As condições sócio-históricas que conformam o campo*”, onde parto de uma análise histórica feminista sobre o campo do Design para explicitar as características dos sistemas que conformam as capacidades ontológicas do ser e os limites enfrentados pelos sujeitos frente a estas estruturas. A partir da provocação feminista expressa, a seguir, em “*O presente, o passado e o futuro na criação de outros designs*”, debato as possibilidades ontológicas do sujeito latino-americano no âmbito do Design, questionando especialmente os processos de subjugação das práticas e das subjetividades latinas frente ao Design hegemônico. Através de uma vivência junto a designers em formação na UFRJ, apresento a proposta do design relacional como forma de fortalecer as subjetividades e reformular compreensões do campo a partir da construção ativa de outra forma de ser designer no mundo e de reconhecer o Design como espaço de transformação da realidade.

3.2.1 As condições sócio-históricas que conformam o campo

Em seu trabalho pioneiro de denúncia à opressão patriarcal e sua relação com Design, Cheryl Buckley (1986) argumenta que o campo do Design é definido e compreendido a partir de pesquisas cujos procedimentos metodológicos tendenciosos envolvem a seleção, classificação e priorização de tipos de design, de estilos e movimentos e de diferentes modos de produção que afastam as mulheres de sua história. A partir da análise da autora, que tem foco específico na questão sexual, podemos entender que os papéis das mulheres na relação com o Design, tanto como produtoras quanto como consumidoras e usuárias, foram definidos pela divisão sexual do trabalho e por suposições estereotipadas sobre o “feminino” e noções patriarcais das atividades produtivas de Design.

A partir do princípio feminista de questionamento à universalidade, que permite que as categorias permaneçam estanques e falsamente isentas de

caracterização e diferenciação, podemos retomar o argumento pela pluralidade do campo do design em sua recuperação histórica. Scotford (1994) identifica que a abordagem predominante nos resgates historiográficos no Design tem se concentrado em personalizar os resultados e valorizar o esforço individual, as instituições e os negócios, ao invés de reconhecer as ações de grupos sociais, as colaborações e os arranjos e resultados de projeto que fogem às regras e demandas do mercado. No seu artigo “*Messy History vs. Neat History: Toward an Expanded View of Women in Graphic Design*”, ela apresenta uma nova tipologia que evidencia atividades de design que podem valorizar a presença das mulheres no campo do ponto de vista histórico. A “*Messy History*” (história bagunçada) seria aquela que propõe o reconhecimento de trabalhos que são desenvolvidos para pequenas empresas ou causas locais, projetos em pequena escala ou manufaturados, trabalhos que repercutem códigos culturais que não fazem parte da cultura *mainstream*, práticas de design organizadas de forma colaborativa e com metodologias transgressoras, etc. (Scotford, 1994).

Scotford (1994) e Buckley (1986) postulam que as metodologias empregadas por designers e historiadores têm forte caráter patriarcal porque privilegiam o reconhecimento da contribuição individual e personalista, que valoriza as ideias e intenções de um indivíduo sem reconhecer que os artefatos de Design são produtos sociais e não criações de uma “mente brilhante”. A noção de que o significado dos produtos de design é singular e determinado pelo designer é simplista e ignora o fato de que o Design, como projeto e como resultado, é um processo histórico e social de representação material. Quando se observa o Campo do Design a partir de seus métodos e produtos sem ter em conta os sistemas de poder e valores políticos, econômicos e culturais que condicionam a produção, distribuição e consumo dos artefatos; e, ao mesmo tempo, não se questiona por quem esses objetos são produzidos e consumidos, invariavelmente privilegia-se a manutenção da lógica de produção e de consumo dominante, além de se fortalecer a hegemonia cultural já estabelecida.

Esse entendimento respinga na análise sobre qual tipo de trabalho pode ser realizado por cada sujeito em seu período histórico e qual o valor deste trabalho. O determinismo biológico como valor social, por exemplo, difundiu erroneamente que as mulheres teriam certas aptidões projetuais naturais, e que essas seriam voltadas a trabalhos manuais que exigem atenção aos detalhes e são mais delicados,

enquanto os homens teriam outras habilidades e seriam capazes de lidar com maquinário pesado, desenvolver produtos industriais e em grande escala.

Essas prerrogativas privaram, ao longo da história, determinadas pessoas de exercer tipos específicos de ofícios e afetaram também a possibilidade de acesso formativo e educativo no campo de projeto e de produção sócio-material. Thomson (1994), por exemplo, nos conta que muitas mulheres assumiram a direção de gráficas nos séculos XVIII e XIX porque esse era o ofício da família, mas, enquanto os homens com o mesmo ofício herdado tinham oportunidade de se tornarem aprendizes em outros espaços formativos, as mulheres eram capacitadas pela família em espaço domiciliar. A autora ainda salienta que as mulheres que conseguiam empregos na indústria gráfica atuavam em condições limitadas porque a reserva de mercado entre os homens sindicalizados era uma prática corrente. Scotford (1994) sugere que esses processos ainda eram comuns no começo do século XX.

Isso é bastante sintomático quando pensamos na estruturação da Bauhaus, a primeira escola de Design reconhecida como tal, que se estabeleceu em 1919, na Alemanha. O movimento de mulheres sufragistas do final do século XIX e início do século XX influenciou, entre outras coisas, a entrada de mulheres em escolas de ofício e universidades. A Bauhaus recebeu muitas inscrições de mulheres interessadas em perseguir uma carreira no Design (Pereira de Andrade et al., 2019). Apesar de declarar em seu manifesto que a Bauhaus seria um lugar aberto a qualquer um de boa reputação, independente de idade ou do sexo, Walter Gropius, fundador e diretor, certamente diferenciou o “sexo forte” do “sexo belo” (definições nas palavras dele). Ainda que caiba questionar o que seria uma boa reputação à época e que isso seguramente pesava mais para os aceites concedidos ou não às mulheres do que aos homens, nos interessa aqui debater as restrições de acesso a diferentes tipos de formações que as pessoas (homens e mulheres) tinham nesta escola.

Segundo Gradim (2015) a arquitetura, a escultura e o design industrial tinham vagas exclusivas para os homens, enquanto na encadernação, na cerâmica e na tecelagem, as vagas eram disponibilizadas para as mulheres. Isso ocorreu porque Gropius acreditava que as mulheres não tinham aptidão física e genética para artes que necessitavam o pensamento em três dimensões, o que seria próprio

dos homens. Além da misoginia explícita, é incoerente pensar que quaisquer áreas de ofício na escola não necessitasse do pensamento projetual em três dimensões.

Talvez porque as mulheres estavam em grande número e ganhando muito espaço, a oficina de encadernação foi fechada em 1922, e a de cerâmica passou a não aceitar mulheres a partir de 1923 (Gradim, 2015), tornando a oficina de tecelagem a única possível às mulheres (a despeito de também exigir um pensamento tridimensional). Ainda que com todas essas restrições, sabemos que muitas mulheres que frequentaram a Bauhaus neste período desenvolveram projetos em áreas consideradas “dos homens”, por exemplo, Marianne Brandt, única mulher a receber o diploma do ateliê de metal (em 1926), do qual também foi assistente (em 1927) e chefe efetiva (de 1928 a 1929), ou Alma Siedhoff-Buscher, que contou com o apoio de Georg Muche e Joseph Hartwig para ser aceita na oficina de escultura em madeira, onde desenvolveu projetos de mobiliário infantil e brinquedos que são celebrados como uma referência importante até hoje (Pereira de Andrade et al., 2019).

A diferenciação entre uma área projetual “masculina” ou “feminina” passa também por outro ponto que é o sistema de valor nos quais os produtos então engendrados e que privilegia o valor de troca sobre o valor de uso dos produtos. Buckley (1984) aponta que ao longo da história, em geral, as mulheres produziram objetos que são consumidos e se esgotam no uso, como cerâmicas e tecidos, enquanto produtos com grande valor de troca, geralmente com alta tecnologia industrial, são relacionados à produção material “dos homens”.

O sistema de valor é também condicionado pela divisão sexual dos espaços de trabalho. Enquanto as mulheres ao longo da história ocupavam espaços produtivos domésticos, muitas vezes coletivos ou compartilhados com outras mulheres, e que não estão incorporados de forma estrutural na produção capitalista, os homens ocupavam espaços públicos e industriais totalmente funcionais e lucrativos ao capitalismo. Essa diferença implica em uma valorização desigual entre os processos produtivos, os produtos produzidos e quem os produz em cada espaço. A divisão entre o que/quem é mais ou menos valorizado determina também o tipo de formação profissional que cada sexo pode acessar, como vimos anteriormente.

A diferenciação de produtos por gênero (e outras categorias) é um traço característico da indústria do século XIX que perdura até hoje. Segundo o historiador

Adrian Forty (2013, p.90), os objetos de design eram a “encarnação das ideias de diferença social”, já que materializavam de forma tangível e irrefutável o que era entendido como próprio para as mulheres ou para os homens, para meninos ou para senhores, para mulheres da elite ou para mulheres populares, etc. A diferenciação de produtos de Design até hoje reproduz valores sociais que são, ao mesmo tempo, representações do entendimento das empresas sobre seu público, e o desejo de identidade e diferenciação do próprio público.

Há vezes em que a diferenciação entre masculino e feminino não se justifica em uma necessidade real, por exemplo, quando uma mesma água mineral está disponível em embalagem rosa ou azul. Outras vezes, o design de um artefato “para mulheres” perde qualidade de uso em relação ao mesmo artefato “para homens”, como as lâminas de barbear, que ao adotarem formas mais arredondadas (consideradas femininas) prejudicam a pega e influenciam a forma como a lâmina e a pele entram em contato, provocando uma experiência de uso pior do que a do aparelho “masculino”, que tem formas mais retas e firmes (Whitely, 2019). Ainda existe a situação de negligência em relação às mulheres enquanto usuária ou consumidora. Um exemplo é o investimento em estudos e produção industrial de preservativos sexuais para pênis⁴⁶, que foi iniciado em 1920, enquanto os preservativos para vaginas entraram em comercialização apenas nos anos 1990. Essa negligência perpetrada pelo mercado em aliança com governos despreocupados com as necessidades das pessoas com vaginas negou autonomia de saúde sexual a essas pessoas e ainda hoje é difícil o acesso a esse produto.

As questões evidenciadas a partir deste breve apanhado histórico da relação entre as mulheres e o Design buscaram apresentar como a história do Design e sua construção político-social restringem o papel das mulheres enquanto produtoras e consumidoras de projetos e produtos. Este trabalho não tem por objetivo fazer uma historiografia desta relação e criticá-la em profundidade, mas é possível compreender algumas questões de caráter ontológico a partir da reflexão das referidas autoras.

Com essas constatações, podemos entender que o esforço empreendido pelas pesquisadoras feministas é triplo no campo do Design. Primeiramente, elas questionam a narrativa única da constituição histórica do campo, que exclui as

⁴⁶ Uso a nomenclatura “para pênis” e “para vagina” porque os adjetivos masculinos e femininos precisam ser desbiologizados, uma vez que existem homens com vaginas e mulheres com pênis.

mulheres. Em segundo lugar, elas denunciam os procedimentos metodológicos de resgate histórico e de teorização do campo que entendem o “Design” a partir de contornos e valores universalistas e personalistas, que favorecem grupos sociais que detêm o poder narrativo e material da história. Por fim, o que considero mais valioso para o debate proposto aqui, elas evidenciam que os grupos dominantes estruturam as condições culturais, materiais e políticas que influenciam o tipo de experiência sócio-material que os sujeitos podem acessar e, em última instância, quem esses sujeitos podem vir a ser na relação com os projetos, os objetos e o mundo. Dessa forma, a investigação das autoras se propõe a questionar, desde uma investigação crítica feminista, (i) a narrativa histórica, (ii) os procedimentos de pesquisa, e (iii) a estrutura de poder (social, política, econômica e cultural) que condiciona o campo do Design. A partir deste delineamento histórico-ontológico expresso pela opressão de gênero no Campo do Design, abre-se o caminho para que possamos pensar essas forças estruturantes a partir de outras posicionalidades e opressões.

3.2.1 O presente, o passado e o futuro na criação de outros designs

Recentemente alguns autores latino-americanos (Gonzatto, 2017; Gutiérrez-Borrero, 2021; Van Amstel, no prelo) têm se debruçado sobre o tema da ontologia no Campo do Design num viés que se afasta do design ontológico proposto por Willis (2006) e se aproxima de uma análise das condições culturais, materiais e políticas que reprimem ou potencializam a capacidade de ser do Design, dos designers e dos usuários em espaços/territórios oprimidos e subjugados. A premissa é que os processos que produzem Coisas e as Coisas produzidas nos espaços centrais ao capitalismo são impostas aos outros territórios, ao mesmo tempo em que esses territórios periféricos são explorados para sustentar os processos de produção das Coisas no centro. Nessa relação, os sujeitos (designers e usuários) nos espaços/territórios oprimidos são alienados da sua capacidade de produção de existência por seus próprios meios e acabam assimilando os modos de existência dos grupos dominantes, que se instauram por meio das Coisas e acabam

influenciando a organização econômica, social e política nos espaços oprimidos (Van Amstel, no prelo).

A Colonialidade do Fazer (Van Amstel, no prelo), conceito inspirado na colonialidade do saber (Quijaño, 2007) e na obra do filósofo Álvaro Vieira Pinto (2009), seria uma manifestação da divisão geopolítica entre as localidades centrais ao capitalismo e as periféricas, cabendo às primeiras o trabalho de Design (intelectual e valorizado), e às segundas o trabalho do fazer (manual e desvalorizado). O fluxo da *Colonialidade do Fazer* entre centro e periferia se estende à forma que os sujeitos são capazes de interpretar, teorizar e transformar a realidade. O sujeito colonizado passa a aceitar a superioridade do colonizador e a desistir ou mesmo rejeitar o conhecimento “do fazer” proveniente de suas tradições e ofícios (Van Amstel, no prelo; Freire, 2014 [1968]; Vieira Pinto, 2005).

Os saberes-fazeres das periferias não são reconhecidos e, segundo Gutierrez-Borrero (2021), nem cabem no que habituou-se por chamar de Design, porque esses “saberes-fazeres” se afastam do sistema de valores morais e sociais que organiza a produção material do Design (do centro). Para o autor é contraditório que existam chamadas para ampliar o escopo do Design (Abdulla, 2021; Mareis e Paim, 2021), sem que se mude radicalmente o que define o campo:

Não estou propondo pensar o Design de novo, estou tratando de pensá-lo como obsoleto, pensá-lo desde fora, de questionar o germe dominante do pensamento moderno que o constitui e que permanece firmemente ligado a ele enquanto for Design (Gutiérrez-Borrero, 2021, p. 132, tradução minha).

Van Amstel (no prelo) também corrobora este pensamento quando defende que para decolonizar a pesquisa no Design, e em última instância o campo como um todo, é necessário que se reconheça conceitos fundacionais “alter/nativos” que possam resistir ao universalismo colonizador do Design, promovendo outras universalidades. Neste sentido, o autor nega as práticas que valorizam a hiperlocalização e que rejeitam a totalidade⁴⁷, defendendo o reconhecimento das

⁴⁷ A partir da Teoria do Ponto de Vista Feminista (Harding, 1991) e da Teoria Marxista que a inspirou, têm-se que noção de totalidade refere-se a uma tentativa de localizar conexões específicas entre nossas vidas e práticas diárias e a estrutura mais ampla da ordem social dentro da qual as primeiras estão organizadas. O projeto da totalidade envolve, assim, uma ação metodológica que relaciona e conecta a experiência e os sistemas que organizam a sociedade, de forma a conceber o social como um processo complexo de relações. Defender a totalidade, então, é completamente diferente de defender o universalismo, dogma moderno que achata as diferenças e restringe a leitura social

experiências específicas como potencialmente amplas e capazes de explicar muito mais do que a si mesmas.

As perspectivas “alter/nativas” são as atuações possíveis para a resistência dos colonizados por retomar a consciência de si. Essa conscientização/politização só pode avançar, segundo o autor, com um compromisso radical contra o acúmulo de capital (econômico, político, simbólico, cultural) que perpetua opressões. Van Amstel (no prelo) sugere que para projetarmos possibilidades “alter/nativas”, é necessário levar os meios de produção para as periferias, *hackear* a propriedade intelectual, difundindo recursos e informações, universalizando os métodos locais para nutrir utopias libertadoras e projetar universos alter/nativos.

Mas, para chegar lá, precisamos avançar no entendimento sobre *quem queremos ser enquanto somos designers*, porque esses projetos entre o Design moderno e os saberes-fazeres alter/nativos são, muitas vezes, mutuamente exclusivos.

Nos encontros do grupo de estudos da Rede Design e Opressão nos perguntávamos de forma recorrente, em tom jocoso: tem como “salvar” o Design? Ou é preciso “destruir” o Design? Apesar de promover conversas divertidas e, como qualquer questão polêmica, agitar o *chat* do Discord no nosso Grupo de Estudos, vejo que essa é uma falsa questão. Não se pode nem salvar o design, nem destruir o design. A perspectiva colocada por ambas as propostas é a de transformação, o design só pode ser salvo-destruído.

Se considerarmos que salvar o design é uma proposta reformista e a destruição do design é uma proposta revolucionária, temos que elas estão relacionadas, não são excludentes. Nesses termos, pegando emprestadas as palavras de Rosa Luxemburgo (2018 [1899]): “a luta pelas reformas constitui um meio, enquanto a revolução constitui um fim” (p. 37). Se o design está obsoleto, se não atende às questões contemporâneas porque atua sob a égide dos sistemas de opressão (Schultz et al., 2018a; Mareis e Paim, 2021), ele precisa ser transformado. Ou seja, se o fim desejável é destruir o Design como o conhecemos, é preciso sustentar essa transformação total a partir de ajustes e tensionamentos que possam mobilizar as pessoas ao redor desse processo e, mais que isso, é preciso desenhar

complexa. A totalidade opera num espectro dialético que situa e, ao mesmo tempo, contextualiza (Konder, 1985).

uma orientação com perspectivas de mudanças radicais, que passam pela politização do campo.

A realidade é contraditória, assim como nosso campo de pensamento e prática. A contradição existe, em parte, “porque o mundo [e o design] que queremos não é um completo oposto do mundo [e do design] que não queremos, mas uma superação do que rejeitamos no mundo [e no design]” (Fernandes, 2020, p. 31). Há uma contradição entre querer mudar o mundo [e o design] e como o mundo [e o design] seguem se autorreproduzindo mesmo diante da nossa oposição. Nosso papel é mexer na base para que o mundo existente não engula nossas utopias (Idem).

Não existe um espaço em abstrato onde possamos destruir o design e recomeçar “do zero”, mas podemos acumular forças e direcionar as práticas dentro e fora do campo do Design para enfrentar estruturas sociais, políticas e econômicas em direção a outra organização social que permita outros modos de produção sócio-material. Talvez, então, essas práticas não sejam reconhecidas como Design, teremos que inventar outros nomes que dêem conta dos processos subversivos que iremos instalar e que ainda não conhecemos por inteiro, ainda que tenhamos pistas que nos orientam nesse caminho.

No esforço desse enfrentamento, sob a perspectiva histórico-dialética, a superação da contradição é colocada por uma nova síntese que vai carregar características de ambos, o design hegemônico e o design contra-hegemônico, e vai reconfigurar o que está em disputa. No jogo das contradições, o objetivo é sanar as questões que julgamos problemáticas, mas com a ciência de que essa tarefa, invariavelmente, irá criar novos problemas a serem resolvidos (Fernandes, 2020).

Estamos vivendo um momento de tensionamento. Ainda que de forma tímida e incipiente, o Campo do Design está sendo colocado em movimento a partir de diferentes perspectivas que estão tentando resgatar questões que foram apagadas (Schultz et al., 2018a, Buckley, 2021; Prado de O. Martins, 2021; Berry et al., 2022) e reparar violências históricas enquanto desenham novas perspectivas para o futuro em articulação com outros campos do conhecimento ou com movimentos sociais (Escobar, 2017; Costanza-Chock, 2020; Serpa et al., 2021)⁴⁸.

⁴⁸ Além de trabalhos publicados, considero importante expor três ações que foram mobilizadas nos últimos anos de forma colaborativa para mapeamento de recursos pedagógicos e de pesquisa sobre diferentes temáticas emergentes no Design. No âmbito da decolonização do design, o “*The*

Mas, nesse cenário, o que está em jogo? Voltando ao debate de Gutiérrez-Borrero, o problema de expandir o campo do Design para que possa acolher todas as práticas de projeto é que, nesta correlação de forças, as práticas contra-hegemônicas poderiam ser subsumidas e reformuladas até se tornarem mais adaptadas ao sistema, reforçando o *status quo* e perdendo sua capacidade de enfrentamento. Mas, será que ampliar o escopo do campo não pode potencialmente modificar o que define o Design? Pensar o campo desde fora não é, também, uma forma de ampliar seu escopo, permitindo uma análise de si a partir de outras orientações teórico-metodológicas (como a que propõe essa tese)?

Sem definir muito bem sua proposta de ação, Gutierrez-Borrero (2021) questiona o cerne do Design entendendo-o como uma linguagem da elite. O designês, como ele chama, é a linguagem de design que é falada e escrita entre grupos de acadêmicos e profissionais ao redor do mundo e, por estamos imersos neste espaço retórico, temos

dificuldade de pensar fora do design, e [reforçamos] a noção de que o design deve ser a prática produtiva que nos leva a construir tudo de tudo (sejam esses "tudo" culturas, sociedades, mundos, cosmos, universos ou pluriversos: tudo é designável). (Gutiérrez-Borrero, 2021, p. 134, aspas no original, tradução minha).

O autor, então, propõe que deveríamos transitar entre práticas para desconstruir nossos hábitos e códigos disciplinares. Sem indicar referências específicas, ele comenta que esses “espectros da alteridade” estão se aproximando do campo a partir das abordagens de vários teóricos do Design, que “embora continuem agarrados à monotonia (não tediosa, mas uniforme) do Design como um eixo discursivo, apresentam idéias que se aproximam da fronteira” destas práticas (Idem). Para dialogar e se implicar na transformação do campo desde essas relações com outras práticas, Gutiérrez-Borrero (2021) pontua que seria necessário abandonar o "cercadinho" disciplinar e deixar de colocar os interesses do grupo de designers à frente dos demais humanos e das demais disciplinas, além de

decolonizing, or puncturing, or de-Westernizing design Reader”, organizado por Ramón Tejada, o “*Decentering Whiteness in Design History Resources*”, que tenta reposicionar a história do Design a partir de pessoas não-brancas, e conta com diversos organizadores, e o terceiro, “*Teaching Design Online*”, sobre Pedagogia em Design e as possibilidades do ensino remoto, organizado por Lisa Baumgarten.

desenvolver a capacidade de se expressar em outros idiomas fora da linguagem de design.

A linguagem é um lugar de disputa (hooks, 2004). Importa como nos comunicamos e como expressamos as nossas questões porque isso constitui quem somos permitidos ser e como somos capazes de compreender e agir sobre o mundo. É possível traçar um diálogo com a crítica de Gutiérrez-Borrero quando bell hooks identifica que as linguagens marginais dos oprimidos (na nossa análise representadas pelas outras práticas de produção sócio-material), não são apenas um espaço de privação, mas representam também um “lugar de possibilidade radical, um espaço de resistência” (hooks, 2004, p.157, tradução minha). Esse espaço, que a autora identifica como atuante nas bordas e na marginalidade, é o local central para surgimento e fortalecimento de um “discurso contra-hegemônico que não se encontra apenas nas palavras, mas nos hábitos de ser e na maneira como se vive” (Idem). Em um traço comum a Van Amstel (no prelo), a autora propõe que essa marginalidade das bordas é algo a qual devemos nos agarrar como forma de alimentar a resistência para poder imaginar alternativas, sem se render à mudança pretendida pelo centro.

bell hooks, a partir de sua perspectiva feminista e negra, explicita que existe uma distinção entre a marginalidade que é imposta por estruturas opressivas e aquela marginalidade que se escolhe como local de resistência. Esse espaço, diz a autora, “é um local difícil, mas é necessário. Não é um lugar ‘seguro’. Sempre se está em risco. É preciso uma comunidade de resistência” (hooks, 2004, p. 156, aspas no original, tradução minha).

Como designers latino-americanos atuando junto a grupos populares ou com interesse na transformação social⁴⁹, vivemos uma relação dupla nos espaços da marginalidade. Por um lado, o esforço de cruzar fronteiras entre práticas projetuais de intervenção no mundo certamente afeta as intenções e objetivos colocados em jogo para o Design hegemônico e implica um olhar para dentro do próprio campo, ao recusarmos o papel marginalizado pela opressão, o assumimos como forma de resistência. Por outro lado, quando encontramos outros praticantes que “falam”

⁴⁹ É importante que se faça a distinção entre a orientação política da prática dos designers que são atuantes junto aos movimentos populares e que investigam a si mesmos e suas práticas nesse fazer relacional e os designers latino-americanos que não estão orientados aos interesses dos movimentos populares, mas que reivindicam uma identidade essencializada latino-americana para ganhar notoriedade em espaços de debate do designês.

outras linguagens, invariavelmente levamos nossa fluência em designês. Ao carregar a linguagem do opressor precisamos ter muita atenção e cuidado nos espaços de resistência nas margens, sob o risco de capturar e enquadrar a rebeldia das outras formas de agir com e sobre o mundo (Silva, 2022).

Nesse trânsito entre o espaço concreto nas margens e o espaço do saber hegemônico que estamos tentando combater, bell hooks, refletindo sobre sua própria experiência, nos convoca a manter

vivas [nos nossos] corações as formas de conhecer a realidade que afirmam continuamente não apenas a primazia da resistência, mas a necessidade de uma resistência sustentada pela lembrança do passado, que inclui lembranças de línguas quebradas dando-nos formas de falar que descolonizam nossas mentes, nossos próprios seres (hooks, 2004, p. 157, tradução minha).

O espaço de resistência é um lugar de criatividade e poder, neste espaço é possível criar novas memórias afetivas para onde possamos voltar para reinventar a linguagem do opressor, “para onde nos movemos solidariamente para apagar a categoria colonizada/colonizadora, (...) aquele espaço inclusivo onde nos recuperamos” (hooks, 2004, p. 159, tradução minha). Talvez a potência de transformação esteja aí, não só no deslocamento, mas no encontro-deslocado.

Concordo com Gutierrez-Borrero (2021) que não adianta ampliar o escopo do Design de forma a pluralizar as vozes sem assumir um compromisso com uma prática relacional que possibilite um diálogo e uma participação concreta de outras perspectivas que possam tensionar e desestabilizar o design⁵⁰, no entanto, não me parece útil (e nem possível), como ele sugere, “desistir por completo da ideia de design” (p. 137). Na verdade, nem parece que ele está confiante nesta proposição porque seu trabalho tem nítida intenção de diálogo com designers e analisa o Design como objeto de estudo desde as Teorias do Design e de outras áreas do conhecimento, como os Estudos Sociais da Ciência e da Tecnologia, a Sociologia e a Antropologia. Ele mesmo trabalha pela redefinição do campo, transitando lá e cá, em uma perspectiva de fazer caber outros designs dentro do Design, só que não de qualquer jeito. Nisso somos aliados.

⁵⁰ Ver seção sobre práticas neste mesmo capítulo.

Haverá Design no futuro dos designs? A perspectiva pedagógica transformadora do Design Relacional

Diante de um diagnóstico de que sistemas de opressão estruturam a forma como o Design é concebido, quem produz design na história que é contada e, em última instância, o que é design e qual o sentido de sua concepção (Buckley, 1986, 2021; Schultz et al., 2018b, Kiem e Ansari, 2021), temos uma restrição sobre as possibilidades igualmente históricas que vislumbramos para o futuro do campo.

Enquanto vivemos em um sistema que organiza a vida sob a lógica patriarcal, racista e capitalista-imperialista, os códigos culturais e os valores políticos e sociais são conformados e propagados a partir dessa perspectiva. A constituição histórica da ontologia do Design é indissociável da industrialização, da produção e da comunicação em massa e que essas prerrogativas incentivam um "desenvolvimento a qualquer custo" (Ansari, 2020). Os espaços e os produtos que mediam as nossas relações são elaborados a partir de expectativas, necessidades e desejos construídos dentro deste sistema que inscreve grupos sociais em papéis específicos de subordinação e determina o que é proposto a esses sujeitos como possibilidade de existência.

Esse modelo de design ocidental é predatório e participa da construção de subjetividades enfraquecidas nos espaços periféricos. Como podemos valorizar as diferenças que constituem o fazer design no mundo, ao mesmo tempo em que enfrentamos as desigualdades colocadas pelos sistemas de opressão e exploração a nível global-local?

Gutierrez Borrero (2015, 2021) se debruça sobre o tema e postula, a partir da noção do design ontológico de Escobar (2017), que o design ocidental foi concebido por humanos que projetaram a indústria que, por sua vez, os projetou de volta e se impôs ao mundo todo em um processo de globalização de consumo e de desigualdade de capacidade de produção. A questão que se coloca na pesquisa de Gutierrez Borrero é que, a despeito da imposição capitalista ocidental, cada cultura segue elaborando ferramentas que sustentam as ações a partir das quais gera seu mundo. Ora, tendo em vista a dimensão ontológica, a questão sobre o que pode ser projetado (ou materializado) e como esses artefatos (produtos e serviços, sejam eles físicos ou digitais) são projetados em diferentes tradições e territórios, se estende às

formas como os sujeitos constroem a si mesmos no seu ofício e na projeção e construção dos artefatos.

Um dos campos em disputa são os espaços educativos e formativos em design. Segundo Ansari (2019b) um dos legados duradouros do colonialismo reside em como o design é ensinado em grande parte como uma prática que se origina na Europa, com as conseqüentes implicações de que estudantes de Design ao redor do mundo são interpelados por idéias americanas ou européias sobre estética, uso, conveniência, etc.

Lembro que durante os três semestres que lecionei um curso chamado Design e Política na Universidade Federal do Rio de Janeiro, sempre havia um burburinho quando os estudantes eram provocados a refletir sobre padrões estéticos e o que valorizavam nos projetos que desenvolviam. O curso não permitiu que a gente debatesse o subdesenvolvimento industrial que provoca diversas desigualdades para nossa produção em um cenário global, mas focava nos processos colonialistas e imperialistas, especificamente sobre como nossa prática de design no Brasil sofre com a imposição do repertório metodológico e estético-formal europeu e estadunidense. Em uma enquete feita durante uma aula, a maior parte dos estudantes indicou o minimalismo do De stijl como principal referência estética para seus trabalhos. Passamos, então, a discutir a origem deste “gosto” e chegamos em alguns debates interessantes sobre a construção de repertório estético e como outras linguagens acabam sendo reprimidas, consideradas “feias”, por estarem em oposição ao padrão minimalista, que tem origem em uma escola hegemônica do Design.

Depois da aula, recebi uma mensagem de uma aluna que estava estarecida: “Nunca pensei que o De stijl fosse um movimento colonizador!”. Levei a questão para a próxima aula e durante a conversa foi possível dar vazão aos sentimentos e também promover uma reflexão: a questão não é que o movimento é colonizador, mas o uso da “forma segue função” como mote universal para o “bom” design pavimenta um caminho de homogeneização estético-formal na prática de design. E isso sim desmobiliza a possibilidade de outras linguagens virarem referência, a não ser como “o outro”, o oposto.

Pensar sobre a alteridade e a diferença é um compromisso necessário para a nossa prática profissional. Compactuando com essa ideia, Ansari (2019b) argumenta que esse escrutínio deve superar o sentido superficial, onde assumimos que

peessoas ao redor do mundo simplesmente usam palavras diferentes para descrever os mesmos conceitos, o que implicaria que fazem uma mesma leitura da realidade, ou mesmo que as realidades são similares. Em vez disso, ele sugere que devemos pensar na diferença como algo mais profundo e mais fundamental – um indicativo das realidades incrivelmente distintas que as pessoas habitam e com as quais se relacionam, e que em última instância aprofundam diferenças subjetivas entre as pessoas.

A diferença é um conceito caro ao feminismo. Vivemos em uma sociedade que ou ignora a diferença ou a trata com rejeição. Audre Lorde (2019) diz que as mulheres foram ensinadas a “ignorar as diferenças ou vê-las como causas de desunião e desconfiança, em vez de encará-las como potenciais de mudança” (Lorde, 2019, p. 137). A autora sugere que somente em comunidade poderemos nos libertar mutuamente e que estar em comunidade não significa descartar nossas diferenças, nem fazer de conta que elas não existem. Lorde pontua como o conceito de diferença foi se transformando no feminismo e aponta caminhos para pensarmos:

Como ferramenta de controle social, as mulheres foram incentivadas a reconhecer apenas um aspecto das diferenças humanas como legítimas, aquelas que existem entre homens e mulheres. E aprendemos a lidar com essas diferenças com a urgência típica de todos os subordinados oprimidos. (...) [aprendemos] a coexistir com homens. Temos reconhecido e negociado essas diferenças, ainda que esse reconhecimento não tenha feito nada além de dar continuidade ao modelo antigo de relacionamento humano entre dominante/subalterno, nos quais os oprimidos devem reconhecer o que difere os senhores para garantir sua sobrevivência.

No entanto, o futuro da nossa sobrevivência depende da capacidade de nos relacionarmos em pé de igualdade. Como mulheres, devemos erradicar os padrões internalizados de opressão se quisermos ultrapassar os aspectos mais superficiais da transformação social. (Lorde, 2019, p. 152)

Para alcançar tal transformação social, Audre Lorde, com base em Freire, convoca a analisar não somente as situações opressivas das quais buscamos nos libertar, mas enfrentar o fragmento do opressor que vive em nós e que conhece apenas as táticas do opressor e as relações do opressor. A autora reivindica a noção de solidariedade – trabalhada aqui a partir de Freire (2014 [1968]) – quando reconhece o real caminho para a sobrevivência na luta conjunta “com aqueles que

definimos como sendo diferente de nós”, (Lorde, 2019, p. 153). A sobrevivência, no entanto, indica a autora, não é uma habilidade acadêmica, é um saber profundamente relacional.

A consideração das diferenças entre as mulheres tem desafiado radicalmente os preceitos feministas, um caminho sem volta que só é possível ser encarado quando abraçamos esses desafios ao invés de temê-los. Tomando emprestado estes ensinamentos para o campo do Design, atentar para as diferenças e lutar para enfrentar as desigualdades significa deixar para trás muitas das convicções anteriores que moldam o campo. Mas, como as convicções de um campo neutro e universal sempre foram ilusórias, tal movimento parece justificado.

Em outro curso de projeto que lecionei na Universidade Federal do Rio de Janeiro, Design e Antropologia, colocamos à prova algumas convicções projetuais a partir de experimentações relacionais, tal qual Lorde nos incentivou a fazer. O processo educativo se baseava no trabalho dos grupos com algum coletivo que aceitasse ser parceiro de projeto ao longo do semestre. O coletivo podia ser organizado ao redor de qualquer temática, desde que não fosse um grupo que trabalhasse com design. A ideia deste curso era incentivar a reflexão dos estudantes sobre o Design como campo de atuação, explorando interações como momentos de descoberta com coletivos. O objetivo pedagógico era experimentar práticas de investigação e ferramentas de projeto em diálogo com a Antropologia para repensar a prática de design e o foco do projeto.

O projeto era de interação, mas não era uma interação com proposta de desenvolvimento de produtos digitais, como é mais comum. O desafio era desenhar ferramentas e dinâmicas de interação, primeiro como investigação e forma de compreender o coletivo parceiro, e depois como forma de projetar de forma coletiva e participativa algum produto que pudesse colaborar com as atividades do coletivo.

A proposta ampla foi proposital e causou aflição entre os estudantes. O que significa repensar o Design a fim de reconhecê-lo como uma prática relacional? Ficou expresso na reação dos estudantes que eles guardavam expectativas e entendimentos sobre o que deve ser um projeto de Design e ansiavam a produção de uma “solução” inovadora para um “problema”. Almeida et al. (2019) relatam a dificuldade dos designers contemporâneos em compreenderem o potencial relacional e contra-hegemônico do design. De fato, entre os estudantes, não havia um entendimento do design como conjunto de habilidades e ferramentas capazes de

aproximar diferentes sujeitos em contextos diversos, engajando as práticas do design e as dos participantes em situações relacionais em espaços que não necessariamente são reconhecidos como “espaços de projeto”.

Depois da primeira interação normalmente eles se sentiam mais confiantes, porque o contato com o outro coletivo desmistificava determinados pressupostos. Ao mesmo tempo, era também perceptível que eles sentiam o peso do compromisso com o coletivo, com quem tinham “prometido” desenvolver algo que ajudasse nas tarefas e atividades.

Ao longo destes projetos, algumas provocações eram feitas, com base no trabalho de Almeida et al. (2019), Ansari (2019b) e Ibarra (2020):

- Como podemos pensar o design como um conjunto de habilidades que nos permitem estar com outras pessoas para pensar outras formas de existirmos no mundo?
- O que significa se colocar em um processo de projeto relacional com pessoas que têm trajetórias, formações e compromissos diferentes de nós?
- Quais são as percepções que tenho do Design depois de passar por esse processo de interação, investigação e projeto?

Um dos principais aprendizados compartilhados pelas turmas foi permitir que nossas práticas sejam permeadas por outras formas de estar no mundo, outras ontologias e epistemologias diferentes daquelas que nós conhecemos e habitamos como designers. Os projetos desenvolvidos foram dos mais diversos tipos. Variavam em objetivo, proposta funcional, estética. Por exemplo, um grupo desenhou um jogo de tabuleiro que seria usado pelo coletivo parceiro para receber novos membros. O jogo tratava de assuntos pessoais para integração do coletivo, mas também da temática a qual o coletivo se dedicava, de forma que também era potencialmente pedagógico. Outro grupo elaborou uma metodologia de criação musical para uma banda. Eles identificaram que, em função da pandemia, o processo criativo da banda tinha sido afetado. A partir disso, com ajuda de plataformas digitais, elaboraram uma metodologia colaborativa para criação musical de forma remota. Ainda na temática da criação e os efeitos pandêmicos, estudantes colaboraram com um coletivo de artistas independentes e formularam um Manual de Sobrevivência Criativa para Quando Bate a Bad. Outro grupo, que trabalhou com um coletivo de

Escoteiros, montou um servidor do Discord com inúmeras atividades de engajamento e preparação para tarefas do escotismo, de forma a driblar os efeitos do treinamento remoto.

Diante da diversidade de experiências e propostas de projeto que surgiram, os estudantes foram capazes de alargar sua compreensão sobre as potencialidades do design e valorizar, da mesma forma, suas próprias habilidades enquanto sujeitos relacionais e como projetistas. Em um depoimento, um estudante escreveu: “Considero que o projeto foi bem produtivo, e foi uma novidade para mim. Essa diferente forma de “fazer” design, me tirou também da zona de conforto e me abriu a mente para novas possibilidades de me relacionar com meus projetos e objetivos”. Outra estudante relatou ganho de confiança na elaboração de propostas de interação e investigação nos projetos: “Desenvolver essas dinâmicas foi bem divertido e me deu confiança para projetar coisas com as pessoas, e não só mandar um formulário genérico”.

Gosto de pensar que essas práticas pedagógicas mobilizam uma formação para outras práticas profissionais e, potencialmente, reformulações para o campo como um todo. Entendo que o design como prática relacional, na ampliação dos horizontes ontológicos para além de considerar outros sujeitos como parte de nosso projeto, permite o fortalecimento das subjetividades e aprimoramento de habilidades dos designers em outros aspectos, que não os primariamente técnicos associados com a área e possibilitam, da mesma forma, uma reflexão crítica sobre ser designer no mundo. Gonzatto (2018, p. 52) nos lembra que “ qualquer projeto de design, pequeno ou grande, faz parte do projeto do mundo como espaço para a vida humana”. Essa premissa ontológica nos ajuda a compreender que estamos construindo nas beiradas hoje o que queremos que seja comum amanhã. Também me parece interessante que a universidade, como espaço formativo e potencialmente transgressor, gere condições para o surgimento de *diseños otros* (Gutierrez-Borrero, 2015), a partir do reconhecimento de outras possibilidades de fazer design e de ser gente (enquanto somos designers).

Na minha experiência docente, que foi breve e muito recente, percebi um desejo entre os estudantes de se repensar neste campo de estudo e de trabalho. Há uma angústia geral em relação aos impactos que o campo do design gera no âmbito social e ambiental, porque esse debate já está mais assentado desde que foi promulgado por Papanek (1980 [1970]). Além disso, muitos estudantes hoje se

questionam sobre como podem atuar de forma mais ajustada a padrões anti-capitalistas e menos orientados ao mercado e ao lucro. Esse é um desafio enorme porque a maior parte dos empregos em Design hoje são oriundos do mercado de tecnologia, especialmente nas FinTechs, que são uma expressão profunda do capitalismo em seus ajustes mais recentes.

Durante as aulas, às vezes nossas leituras críticas de textos que expunham as mazelas históricas do design provocaram um sentimento de paralisia entre os estudantes. Em outro espaço educativo, nos encontros da Rede Design e Opressão, também vimos esse sentimento aflorar. Alguns estudantes bradavam que não havia saída, numa espécie de declaração de fim da história *a la* Fukuyama. Ao invés da apatia, tentei resgatar outros sentimentos que estavam sendo mobilizados entre os estudantes pelas leituras críticas e pelas práticas de projeto em formato alternativo.

Eles sentiam desgosto, raiva, medo e revolta. Nesses momentos, busquei apoio nas feministas, especificamente em Audre Lorde (2019) que defende a organização política da raiva para enfrentar os sistemas de opressão. Audre Lorde rebate aqueles que reclamam da “raiva das mulheres negras”, tachando-as de violentas, e defende que não podemos virar as costas para sentimentos mobilizadores como a raiva, pois seria o mesmo que virar as costas para o aprendizado e declarar total acordo com os modelos de vida conhecidos, que são “fatal e seguramente familiares” (Lorde, 2019, p. 164). Ou seja, não podemos ignorar a raiva porque isso significa ignorar aquilo que gerou a raiva em primeiro lugar.

Em uma aula, recorri também à importante mensagem do artista mexicano Enrique Cedillo, em arte desenvolvida para o Partido Comunista Mexicano: que a injustiça não te entristeça, que te radicalize (Figura 10).

Figura 10 - Cartaz de Enrique Cedillo para Partido Comunista Mexicano



Fonte: Site Comunistas mexicanos.

Em diálogo com os estudantes, discutimos que a tomada de consciência sobre os sistemas de opressão e sobre as condições sob as quais vivemos enquanto designers latino-americanos e as opressões que, potencialmente, operamos em nosso ofício, são horizontes sobre os quais devemos agir coletivamente. Não tem como “desver” aquilo que está visto. Será que é possível voltar a fazer design da mesma forma depois de compreendê-lo em sua complexidade conjuntural opressora? Naquele momento dissemos que não, mas é muito fácil voltar à rotina, adaptar-se às demandas do mercado, trabalhar, pagar os boletos e, de vez em quando, postar nas redes sociais uma arte bonita de apoio a alguma causa social, para garantir visibilidade do seu ativismo.

A radicalidade a qual me referenciava não diz respeito a esse tipo de ação performática, a radicalidade está vinculada à capacidade de organização para enfrentar os sistemas que reconhecemos como opressores e injustos. Neste processo pedagógico de diálogo incentivei que eles permanecessem em contato com os coletivos, ou que buscassem outros coletivos que fossem orientados politicamente a ações anticapitalistas para que pudessem agir diante das constatações que alcançaram durante as aulas.

É preciso pontuar que o espaço de uma disciplina dentro de regime formativo universitário tem limites explícitos para levar a cabo um processo de politização e engajamento, especialmente o tempo, os objetivos pedagógicos programáticos, o

fato de ser vinculado a uma grade curricular fechada, etc. Talvez esse tipo de prática tenha maior potencial politizador se associado a um projeto extensionista na universidade, que tem maior liberdade tanto no formato das ações, quanto no tempo de atuação possível para professores, estudantes e coletivos parceiros.

O esforço de propor outras formas para que possamos nos entender como designers e de nos relacionarmos com a prática de design não deve temer as contradições. É difícil compreender e transitar por linhas que ainda não estão delineadas. Neste percurso turvo, ainda estamos construindo as bases que possam sustentar um Design de outra forma, não há caminho certo, mas há caminhos abertos. A referência da análise material-dialética que sustenta esse trabalho nos lembra que o futuro, o presente e o passado são construídos e destruídos simultaneamente. O futuro é feito das aspirações criadas e dos medos herdados. Cabe exercitarmos a prática radical que permite imaginar e construir outros futuros (Mazé, 2019).

A transformação ontológica necessária, portanto, não é discursiva, é material. O engajamento relacional com movimentos populares ou coletividades em luta pode nos mostrar caminhos para a transformação de nós mesmos e, eventualmente, do campo, a partir da construção de novos saberes-fazeres que estejam alinhados com o projeto de sociedade que queremos. Ansari (Ansari & Kiem, 2021) faz referência à "luta pela autonomia", defendida por Escobar (2017), e a interpreta como uma luta política dos estudiosos dentro e fora da academia para reconfigurar conhecimentos locais para praticar hoje outras formas de estar no mundo. A transformação vem através de uma luta política ativa contra o design hegemônico e contra o opressor que existe em nós, e se dá em um exercício permanente de diálogo, de enfrentamento às desigualdades e de aprendizado com as diferenças.

3.2 Epistemologia ou o que se sabe do mundo

Historicamente, o campo da Design tem se envolvido em "problemas epistemológicos", que são "metodologias e abordagens que questionam fundamentalmente as estruturas principais que definem o que conta como conhecimento em um determinado campo" (Harrison, Sengers & Tatar, 2011, p. 386, tradução minha). Esse fenômeno se deve menos à disposição dos grandes nomes

do Design de se repensarem e mais à desobediência epistêmica dos pesquisadores e pesquisadoras que ingressam no campo e colocam em jogo suas vivências de forma a confrontar o que está posto como conhecimento canônico para o Design.

Isso pode ser visto nas confrontações recentes que questionam a academia e sua capacidade de interrogar o Design (Ansari & Kiem, 2021), que enfrentam a pesquisa em design a partir de paradigmas decoloniais (Schultz et al., 2018b; Prado de O. Martins, 2017; Ansari, 2109b; Van Amstel, no prelo), que propõem a construção de conhecimento em design junto a movimentos sociais (Escobar, 2017; Serpa, Juliano & Anastassakis, 2019; Van Amstel et al., 2021), e que interrogam o conhecimento no campo a partir do diálogo com outras áreas de conhecimento, especialmente da educação e das ciências sociais e políticas (Gutierrez-Borrero, 2021; Noel, 2020; Leitão, 2020; Mazzarotto & Serpa, 2022).

O eixo de politização da **Epistemologia ou o que se sabe do mundo** trata de como as pessoas passam a conhecer o que não conheciam, que é considerado conhecimento válido e quem é um conhecedor válido dentro do campo do Design. Neste processo, precisamos reconhecer as condições materiais e históricas que permitem ou restringem a construção epistemológica do campo.

Tendo isso em mente, nesta seção apresento dois debates. O primeiro é “*Epistemologia da Prática versus Epistemologia da Práxis*”, onde faço um breve recorrido histórico sobre como os pesquisadores do Design lidaram com o conhecimento no campo e proponho uma comparação entre os preceitos epistemológicos de Schön e de Freire, postulando esse último como uma abordagem preferível frente a uma politização do conhecimento produzido em Design. O segundo é “*O espaço do projeto como espaço de aprendizado*”, onde questiono o tipo de conhecimento que pode ser produzido nos espaços de design participativo. A partir de um exemplo de ação participativa junto a uma coletividade em luta, postulo que esses espaços podem ser articulados de forma a gerar construção política, além de produzir conhecimentos que possam influenciar o projeto diretamente.

3.1.1 Epistemologia da prática versus Epistemologia da práxis

Seguindo uma tendência global do pós-guerra que levou à institucionalização de diversas áreas do conhecimento, nos anos 1960 o campo do Design passou a se

interessar por compreender, por um lado, como os designers fazem design e, por outro, como o campo produz e reproduz conhecimento através dos produtos e processos do Design. Em suma, emergiu a preocupação com uma Epistemologia que desse conta do conhecimento produzido no e pelo design.

Nos Estados Unidos, Herbert Simon estava tentando entender e descrever o design e voltou sua atenção para a ação humana na conformação do artificial. Em *The Sciences of the Artificial* (1969), Simon identifica o design como um campo preocupado com o "que deveria ser", em contraste com as ciências, que se preocupam com o "que é". Ele entendeu o design como um conjunto racional de procedimentos que respondem a um problema bem definido; a solução deste problema envolveria a estruturação e decomposição de sistemas ordenados, assim como a busca e escolha de alternativas que possam melhor responder ao problema delineado.

Nesta mesma época houve um grande interesse na formulação e sistematização de métodos que pudessem descrever o processo de design, especialmente os vinculados às engenharias e desenvolvimento de produtos. Esse movimento, que nasceu no Reino Unido mas se espalhou no além-mar, ficou conhecido como *Design Methods* e se concentrou em compreender como os designers praticam design para tornar o processo mais previsível quanto fosse possível através de métodos que, ao serem seguidos, poderiam garantir um melhor resultado de design (Jones, 1970).

A história do *Design Methods* foi controversa e, conforme nos informa Ansari (2019a), o movimento foi posteriormente criticado por figuras-chave de sua criação, como o arquiteto estadunidense Christopher Alexander e o engenheiro britânico John Chris Jones. Isso se deu, principalmente, porque eles entenderam que o *Design Methods* incentivou que muitos designers passassem a se apoiar em métodos rígidos e deixassem de lado uma postura aberta e sensível, especialmente quando se defrontavam com problemas complexos. Horst Rittel, designer alemão que nos anos 1960 lecionava na Califórnia, também rejeitou as primeiras elaborações do *Design Methods* por considerá-los demasiado rígidos e simplistas. Ao invés disso, ele argumentou que os projetistas frequentemente lidavam com "problemas capciosos" (*wicked problems*), que ele caracterizava como sendo "mal formulados" e "confusos" (Buchanan, 1992).

Gradualmente o interesse em relação aos métodos se deslocou para investigações sobre o pensamento em Design (Cross, 1982) e sobre a natureza mal definida dos problemas enfrentados pelo campo. Neste processo, os pesquisadores procuraram analisar aspectos específicos da solução de problemas criativos, observando os profissionais especializados, a fim de propor modelos mais flexíveis para a atividade de Design. Essa investigação baseada em códigos de design e linguagens dos objetos foi cunhada como *Designerly ways of knowing* (Idem). Cross vê o modo de resolução de problemas dos designers como uma solução focada em problemas mal definidos e situa isto dentro de um argumento maior sobre design como uma disciplina de estudo em si mesma e que é distinta das ciências e das humanidades (Cross, 1982; 2001).

No começo dos anos 1980, Donald Schön (2008 [1983]) propõe pensarmos a prática de projeto como reflexão-na-ação. Ele estudou a relação entre estudantes e professores de arquitetura em espaços de ensino-aprendizado. Nessa prática, ele entende que o processo de design e a interação entre mestre e aprendiz não pode ser descrito como um processo racional de resolução de problemas, e defende que o processo e o produto de design se desenvolve através da interação com materiais, desenhos e reflexões sobre o que esses materiais e desenhos significam. Essa seria a reflexão-na-ação, ou seja, a conversa reflexiva que o designer tem com a situação, a partir dos elementos representativos que qualificam essa situação (Idem).

A defesa de Schön sobre uma “epistemologia da prática” (Schon, 1992) reverbera de forma expressiva no campo do design, especialmente nos teóricos que se dedicam a compreender profundamente o pensamento e os processos de design, como por exemplo em Cross (2011), Lawson & Dorst (2013) e Ehn (2017). A Epistemologia da Prática, que Schön baseia no pragmatista John Dewey, é uma teoria de como o conhecimento surge na ação por meio de uma “investigação de projeto” (*design inquiry*), que faz referência ao aprendizado por projeto promulgado pelo movimento escolanovista, igualmente baseado em Dewey (Schön, 1992).

A proposição de Schön é voltada para o entendimento da epistemologia com foco na formação profissional. Da Epistemologia da Prática emerge um conhecimento tácito e, a partir desta perspectiva, busca-se o que Schön denomina de conhecimento útil, que é o conhecimento prático, construído pelo profissional reflexivo (Schön 2008 [1983]; 1992). De certa forma, o autor propõe que todo processo de ensino e aprendizagem encontra seu fundamento básico no saber-

fazer, na ação, na prática, na experimentação através da ação. Desta forma, o processo começa, é desenvolvido e termina na ação e na reflexão-na-ação. O praticante, portanto, aprende na prática, pela prática e reflete sobre ela.

Schön (2008, [1983]) quis tornar explícito o processo de construção de conhecimento profissional em projeto (design, arquitetura, engenharia), e mostrar como os profissionais agem em situações complexas que surgem em seu contexto real. Entretanto, a concepção de Schön é posta em questão por não tratar suficientemente dos aspectos "socioculturais" da investigação e prática de design. Em sinergia com o debate desta tese, Forester (2012), por exemplo, critica Schön por não abordar a dimensão política na prática reflexiva dos designers, ou seja, não dar conta das questões de poder, relações, negociações, interesses, valores, etc. que influenciam as ações projetuais em contextos do mundo "real". No mesmo caminho, a partir uma perspectiva feminista não declarada, Kimbell argumenta que as intenções dos projetistas não são desencarnadas de si mesmos e do seu ambiente de trabalho, que é situado, nesse contexto a autora aponta a necessidade de explorar a atividade de design de forma contextualizada, estudando designers no mundo e em relação a outros atores sociais humanos e não-humanos, incluindo artefatos e instituições sociais. A autora continua dizendo que uma perspectiva excessivamente cognitivista do pensamento de design (*design thinking*), como em Schön e Cross, seria limitado em explicar porque os projetistas adotam um determinado estilo cognitivo de resolução de problemas (Kimbell, 2011).

Pegando carona nas questões levantadas por Forester (2012), no que tange a dimensão política das ações do designer na sua relação com o projeto, e por Kimbell (2011), na compreensão contextual do lugar social que o designer e o projeto ocupam, ofereço uma reflexão comparativa pautada na Educação Popular, especialmente na figura de Paulo Freire.

Embora Freire (1995; 2014 [1968]) valorize o saber prático do cotidiano, ele o toma como ponto de partida na construção do conhecimento, não como ponto de chegada. O processo educativo e de produção de conhecimento em Freire não se restringe a um conhecimento tácito, que ele chama de "saber da experiência feito" (Freire, 1995). Tem-se, então, que a construção do saber, em Freire, ultrapassa esse conhecimento espontâneo, automático, prático, embora não o desconsidere e

muitas vezes para dele para elaborações mais complexas que possam levar à conscientização (Freire, 1979).

Segundo Taddei (2019), Schön postula um recuo no trabalho intelectual e enfatiza o trabalho profissional e o conhecimento prático, o que acaba prejudicando o desenvolvimento pleno das capacidades de interpretação da realidade dos sujeitos. Schön (1992), embora seja um crítico da “racionalidade técnica”, acaba, de forma contraditória, adotando uma visão tecnicista de educação (Taddei, 2019). Sua concepção acaba se reduzindo a uma concepção técnica e neutra, sem antagonismos, sendo importante o treinamento e aquilo que Freire chama de “sabedoria de resultados” (Freire, 1995). Essa postura tecnicista tem relação com a noção dos “problemas de design”, que muitas vezes são reduzidos e desprovidos da sua complexidade dentro dos sistemas de opressão para que possam ser docilizados e melhor manejados na busca por “soluções” (Mazzarotto & Serpa, 2022).

Para Schön (2008, [1983]), o processo do “saber” é mais relacionado à instrução prática do que ao ensino propriamente dito, e seus procedimentos se vinculam a um processo de *treinamento* mais do que de *formação*. Taddei (2019) aponta, ainda, que a falta de criticidade na perspectiva de Schön desemboca em uma prática que é deslocada da realidade social dos envolvidos no “treinamento”, restringindo a totalidade contextual ao espaço em que é desenvolvido o projeto, o que o autor caracteriza como um modelo tecnicista e não crítico de formação. No design normalmente esses espaços são os ateliês de projeto.

Criticando um modelo de educação reduzido ao aprendizado puro do saber prático, Freire expõe as diferenças entre formar e treinar e especifica os efeitos da educação apolítica:

É isso que se encontra no miolo do discurso “pragmático” sobre a educação. A utopia da solidariedade cede seu lugar ao treino técnico dirigido para a sobrevivência num mundo sem sonhos, que já criou demasiados problemas... Nesse caso, o que vale é treinar os educandos para que se virem bem. Treiná-los, e não formá-los, para que se adaptem sem protestar. Protestos agitam, sublevam, torcem a verdade, desassossegam e se movem contra a ordem, contra o silêncio necessário a quem produz (Freire, 1995, p. 81)

Ao contrário do que propõe a Epistemologia da Prática de Schön, que prevê a superação do racionalismo técnico a partir da supervalorização do conhecimento tácito, a proposta Freireana é da Epistemologia da Práxis, uma prática dialética, que contempla em sua realização as relações mundo-consciência, prática-teoria, leitura do mundo-leitura da palavra, leitura do contexto-leitura do texto. Essa Epistemologia se faz na práxis, não no sentido de que é desenvolvida na ação e na reflexão sobre essa ação, mas no fluxo ação-reflexão-ação politicamente implicada.

Quanto aos objetivos de cada proposta epistemológica, o horizonte da proposição de Schön (2008, [1983]) está no desenvolvimento das habilidades profissionais, pela substituição do modelo de racionalidade técnica (tradicional) pela perspectiva da prática reflexiva. Segundo Taddei (2019), Schön propõe uma nova política curricular de treinamento, com vistas à autonomia do estudante, mas salienta que a autonomia identificada em Schön deve ser entendida numa perspectiva funcional, nos estreitos limites da autoformação. Nessa perspectiva e dentro de um ambiente controlado e orientado à capacitação profissional, Schön diz que seria possível a construção do conhecimento útil e o treinamento do profissional “eficiente”.

Em Freire, por outro lado, o horizonte se desenha como leitura e ação crítica no mundo, pela substituição do modelo da educação bancária pela educação para a libertação. Nesta prática, Freire (2014 [1968]) defende a Ação Dialógica. O diálogo em Freire é uma dinâmica pedagógica de transformação de si e um exercício de poder individual e coletivo para transformação da realidade de opressão. A construção de conhecimento se faz com humildade, com interesse genuíno de ouvir e aprender. A autonomia aqui se refere à autodeterminação e não à autoformação. Nesta perspectiva, a partir do reconhecimento mútuo de que todos são sujeitos históricos capazes de escrever suas próprias histórias, formam-se sujeitos capazes de agir sobre a realidade para transformá-la. Essa ação pedagógica, ao contrário do proposto por Schön, não acontece em um ambiente estéril, mas num espaço pulsante permeado pela totalidade contextual e em relação com o mundo.

Como forma de sistematizar as comparações discutidas até aqui, apresento a tabela a seguir:

Tabela 2. Comparação entre a Epistemologia da Prática e a Epistemologia da Práxis.

Epistemologia da Prática Donald Schön	Epistemologia da Práxis Paulo Freire
Ação e Reflexão-na-Ação	Práxis
Conhecimento tácito é ponto de chegada	Conhecimento tácito é ponto de saída
Conhecimento tácito: Supressão do trabalho teórico-intelectual e supervalorização do trabalho prático	Conscientização: Movimento entre conhecimento teórico e o “saber de experiência feito”
Treinamento e Instrução	Educação e Formação
Promove autonomia vinculada à autoformação do profissional eficiente	Promove diálogo vinculado à transformação da realidade de forma coletiva
Concepção prática do saber, politicamente neutra	Concepção histórica-social do saber, politicamente implicada
Desenvolvimento de habilidades profissionais	Desenvolvimento de leitura crítica do mundo
Totalidade restrita às determinações do projeto em aula/ateliê	Totalidade é contextual para além do espaço do projeto

Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

Os preceitos de Schön são bases importantes para as pensar sobre a Epistemologia (Cross, 2001; Lawson & Dorst, 2003) e a Pedagogia do Design (Dutton, 1987; Mewburn, 2012), especialmente na orientação dos *Design Studios*⁵¹ como prática de ensino-aprendizagem de projeto amplamente difundida. Ao propor essa reflexão, aponto os limites políticos da proposta da reflexão-na-ação de Schön e defendo uma possível revisão de valores que possam orientar a produção e reprodução de conhecimentos em Design com foco na transformação do mundo e do Design como área de atuação. A sistematização de uma análise comparativa entre a Epistemologia da Prática, baseada em Schön, e a Epistemologia da Práxis, baseada em Freire, é um esforço para evidenciar caminhos para uma politização do campo através do aprendizado em luta, ao invés do aprendizado em studio.

Paulo Freire explica o caráter político da intervenção coletiva no mundo a partir das teorias de ação cultural e da ação dialógica. Conforme debatemos em outro trabalho, o valor fundamental da educação (e de toda prática política, daí se

⁵¹ Neste tema, Van Amstel & Gonzatto (2020) esboçam uma crítica à prática de Design Studios e fazem uma releitura a partir da antropofagia cultural brasileira e propõem o Design Studio Antropofágico, uma aposta de ação anti-colonial frente ao sistema educacional autoritário. Eles embasam o trabalho em Paulo Freire entre outros autores.

pode pensar no Design também) não consiste em simplesmente fazer coisas para intervir no mundo, mas questionar em favor de quê ou de quem esta ação ocorre (Mazzarotto & Serpa, 2022). Neste sentido, o pensamento Freireano nos ajuda a pensar e fazer Design a partir de perspectivas epistemológicas implicadas na transformação da realidade, politizando nossas ações e nos direcionando para a compreensão e intervenção no mundo de forma dialógica na busca pela superação das opressões.

O potencial do entrelaçamento do pensamento Freireano com o Design já é reconhecido, por exemplo, no surgimento do Design Participativo no Norte Global (Ehn, 1988; Ehn, 2017). Recentemente essa relação também vem sendo reivindicada como uma proposta de enfrentamento ao Design Hegemônico a partir de perspectivas latino-americanas (Silva, 2022; Smith, 2020; Van Amstel & Gonzatto, 2020, Salazar and Huybrechts, 2020; Schultz et al., 2020; Serpa et al., 2020).

No Brasil, especificamente, o trabalho da Rede Design & Opressão pavimenta um caminho de elaboração epistemológica que se apoia no trabalho de Paulo Freire e de outros intelectuais da tradição crítica da América Latina para postular uma politização do Design. A proposta de design emancipatório (Mazzarotto, 2020) apresenta apontamentos para uma prática de design alinhada aos princípios da Pedagogia do Oprimido. Em outros trabalhos, ao discutir a formação da Rede Design e Opressão e a criação de uma comunidade pedagógica, os autores formulam contribuições da pedagogia Freireana para o campo do Design em seu aspecto epistemológico, ontológico e prático (Serpa et al., 2021; Serpa et al., 2022). No debate promovido por Van Amstel et al. (2021), o pensamento de Paulo Freire é compreendido como fundamental para o Design alcançar seu potencial de articulação política e de ação transformadora. Já no trabalho de Mazzarotto & Serpa (2022), a Teoria da Ação Dialógica e da Ação Antidialógica são debatidas por meio da elaboração de um conjunto de cartas de apoio pedagógico que servem para investigar projetos de Design e a ação dos designers.

Com essa sistematização busco contribuir com esse movimento para avançarmos nos debates sobre o entrelaçamento de Paulo Freire e Design com vistas à transformação epistemológica e política do campo.

3.1.2 O espaço do projeto como espaço de aprendizado

Dando continuidade ao debate epistemológico, nesta seção vamos tratar do espaço do projeto de design como um espaço epistemológico, de construção de conhecimento. Esse tema não é novo, mas pode ser ampliado a partir de uma perspectiva política de forma a qualificar o tipo de aprendizado que é produzido e compartilhado e como esse processo de elaboração epistêmica pode acontecer.

O processo de aprendizado no espaço do projeto é uma das reivindicações epistemológicas que definem o Design Participativo. Segundo essa abordagem, através da ação de design, acontece um processo de aprendizagem compartilhada que leva a melhores resultados de design em função das múltiplas vozes e perspectivas engajadas no projeto (Robertson e Simonsen, 2012).

A pesquisadora Betsy Di Salvo salienta, no entanto, que muitas vezes o processo de aprendizado é unilateral e fica focado no que os designers podem aprender com os participantes, e como esta percepção pode informar os projetos de design (Di Salvo, 2016). Em contraponto, Robertson et al. (2014) reconhecem a ocorrência do aprendizado mútuo quando participantes e designers aprendem com e sobre a experiência uns dos outros. Nesta perspectiva, o processo de design participativo é um espaço onde os designers aprendem com os participantes sobre suas experiências, práticas e situações, seu conhecimento “tácito”, e os participantes aprendem com os designers sobre possíveis questões tecnológicas e projetuais e como estas podem ser operadas no desenvolvimento do projeto. Esse encontro gera, ao mesmo tempo, aprendizado para o desenvolvimento do projeto e também para os participantes envolvidos e, em teoria, todos saem ganhando em contato com novos saberes.

Para que isso aconteça é necessário explorar o processo de design participativo através de uma lente de aprendizagem. Em outras palavras, é preciso desenhar um processo e propor ferramentas de interação e diálogo que reconheçam que todos os participantes são agentes em um processo de aprendizagem e podem construir novos conhecimentos de forma colaborativa (Di Salvo, 2016). Isso não está dado *a priori* nos espaços de design, mesmo os que se valem de processos participativos.

Buscando construir uma perspectiva preocupada com questões de aprendizado compartilhado, Arias et al. (2000) chamam a atenção para a necessidade de reflexão no projeto colaborativo. A partir da ideia de "reflexão-na-

ação" de Schön (2008 [1983]), os autores identificam que, à medida que ocorrem pontos de atenção, rupturas ou conclusão de etapas, os indivíduos podem refletir sobre elas. Segundo os autores, as rupturas e conclusões são momentos que permitem aos participantes ver seu próprio processo de uma nova maneira, ajuda-os a refletir sobre por que as coisas funcionam de determinada forma e lhes permite colaborar criativamente em novas maneiras de projetar suas interações (Arias et al., 2000).

Assim, entendemos que o processo de design participativo com objetivo de promover construção de conhecimento compartilhado e aprendizado mútuo precisa incentivar o engajamento de todos os participantes (designers especialistas e não especialistas) em um exercício de reflexão que os ajuda a compreender melhor o conhecimento que possuem e a comunicá-lo efetivamente para o grupo. Conforme vimos na seção anterior, o trabalho epistemológico proposto por Freire coloca outros delineamentos que o proposto por Schön, de forma que cabe também entender como o Design Participativo pode se valer de suas premissas, que têm foco explícito na politização da produção dos conhecimentos.

Pelle Ehn (2017) identifica que, desde a sua origem, o Design participativo foi inspirado pelas práticas educativas de Paulo Freire, em *Pedagogia do Oprimido*, e também pelas práticas de Pesquisa-Ação de Orlando Fals Borda. Para o autor, a produção de conhecimento a partir das experiências dos trabalhadores (conhecimento tácito) era central, mas insuficiente. Dessa forma, os pesquisadores buscaram unir a pesquisa em ações participativas no campo (com os trabalhadores) com a reflexão teórica sistemática visando uma interação entre a produção acadêmica e a produção de conhecimento a partir da experiência, tendo em Freire e Fals Borda referências importantes. Embora não seja explícito nos textos que contam a história do Design Participativo, essa proposição tem afinidade com a pesquisa militante, que articula a prática de pesquisa com ações políticas e educativas⁵², e também apresenta nuances que ressoam com a proposta feminista e dialética de produção de conhecimento, que busca reconhecer a prática e a experiência como base para formulação de aprendizados e, ao mesmo tempo, tem na teoria um apoio para sistematizar esse conhecimento (Ávila & Ferreira, 2014).

⁵² Ver capítulo 1 deste trabalho.

Apesar do reconhecido potencial do Design Participativo para enfrentar desafios sociais a partir do diálogo entre diferentes atores, a literatura aponta problemáticas nos métodos e abordagens de aprendizado mútuo e construção de conhecimento efetivadas atualmente (Dillahunt et al., 2017). A análise dos processos de engajamento de designers em projetos participativos em várias comunidades que vivem em situação de vulnerabilidade social, econômica e política, evidenciou questões sobre poder e privilégio no discurso e prática do Design Participativo, com os autores (Gautam et al., 2018; Sabiescu et al., 2014) identificando a necessidade de análise crítica do que o pesquisador representa na pesquisa e nos processos de design nestes contextos e de que forma seu privilégio pode impactar o engajamento nos projetos, incluindo a capacidade de se produzir conhecimentos e como eles são (ou não) compartilhados.

No primeiro capítulo deste trabalho, foram apresentadas algumas preocupações em relação à articulação de pesquisadores acadêmicos e movimentos sociais, que podem ser compreendidos como um tipo de comunidade em vulnerabilidade, uma vez que trabalham com processos contra-hegemônicos dentro dos sistemas de opressão e exploração que organizam a sociedade. Naquela seção, busquei evidenciar que existem algumas armadilhas nessa relação, e que devemos estar atentos às perspectivas de formulação de conhecimento que estejam alinhadas a princípios éticos e políticos que permitam um engajamento real aos participantes.

A partir da minha experiência com espaços participativos politicamente organizados (apresentados no capítulo 1), percebi que quando os designers atuam em uma comunidade ou coletivo que têm uma identidade política declarada, o processo de pesquisa, construção de conhecimento e de desenvolvimento de projeto participativo se dá de forma muito diferente em relação às ações com organizações que não têm essa afinidade. Esta distinção é importante porque os contornos que definem as relações entre indivíduos dentro das comunidades organizadas politicamente, em oposição aos locais de organizações no mercado, por exemplo, podem ser múltiplos e complexos e dão nuances às formas como as relações acontecem nesses espaços, que têm determinadas hierarquias que não respondem a um organograma, mas são pautadas por valores comungados pelo grupo. É necessário compreender quais são esses valores e comprometer-se com

eles para que um trabalho verdadeiramente participativo possa acontecer no interior dos grupos politicamente organizados.

Alguns trabalhos (Winschiers-Theophilus et al., 2010; Sabiescu et al., 2014; Schulz et al. 2011) defendem que o papel dos pesquisadores na ação de design participativo com tais comunidades poderia ser o de apoiar e capacitar⁵³ a comunidade, impulsionando uma ação transformadora a partir da própria comunidade que deve refletir e atuar sobre si. Em trabalhos mais recentes, essa ideia é reforçada e a articulação com os princípios de Freire e Fals Borda são recuperados, reorientando a perspectiva política da ação de design participativo no diálogo com comunidades (Ibarra, 2020; Serpa et. al., 2020; Calderon Salazar & Huybrechts, 2020). Nessas pesquisas, um dos objetivos proeminentes é fortalecer capacidades de ação que sejam dialógicas entre os participantes envolvidos na pesquisa e no projeto de design de forma a promover um acúmulo de forças e a socialização de saberes existentes na comunidade, como propõe a Pesquisa Militante. A seguir vamos discutir uma ação prática para compreender como isso poderia ocorrer.

Processo Participativo para construção de Identidade Visual: a experiência do projeto Sertão Carioca

Em meados de 2020, durante a pandemia, participei, em parceria com meu colega Pedro Biz, de um projeto de design participativo com foco no desenvolvimento de uma identidade visual para um grupo composto por três comunidades quilombolas que vivem em um mesmo parque de preservação no Rio de Janeiro, o Morro da Pedra Branca. Esse projeto, chamado "Sertão Carioca: conectando cidade e floresta", era encabeçado por uma ONG, a ASP-TA: Agricultura Familiar e Agroecologia, e tinha foco na preservação ambiental, geração de renda e valorização cultural dos quilombos.

⁵³ Os autores usam o verbo "*to educate*", que poderia ser traduzido como educar. Como este trabalho está problematizando a noção de educação como prática política em vistas à politização, optei por utilizar o verbo capacitar para diferenciar os termos. Estou consciente que o uso deste verbo tem um entendimento dúbio. Por um lado dá a entender que é possível a aproximação da comunidade a novos conhecimentos técnicos e metodológicos que se originam dos processos de design participativo, por outro lado, capacitar pode ter um sentido de que os designer chegam para instruir pessoas que sem eles estariam incapacitadas. Essa ambiguidade é proposital, porque ambos os sentidos podem ser interpretados na literatura.

Nossa chegada no projeto fazia parte de uma estratégia de formação de um núcleo de comunicação que seria composto por representantes dos três quilombos e da ONG. No contexto do projeto, entendia-se que a integração entre os quilombos era algo a ser fortalecido e várias propostas de articulação em torno da comunicação popular foram mobilizadas para esse fim. O processo de construção participativa da identidade visual do “Sertão Carioca: conectando cidade e floresta” fazia parte deste bojo de iniciativas, sendo a primeira atividade com a qual esse grupo iria se engajar.

Desenvolvemos o processo participativo em 3 oficinas de 2 horas, que aconteceram online por conta das restrições sanitárias da pandemia de Covid-19. Entre um encontro e outro, mantivemos contato por um grupo de WhatsApp onde os participantes deveriam compartilhar algumas tarefas ou percepções.

Quando começamos as interações e apresentamos a metodologia, incentivamos que os participantes comentassem suas práticas de comunicação comunitária e perguntamos se alguém havia tido experiências pregressas em propostas como essa. Uma das participantes, uma mulher negra, liderança de um dos quilombos, disse que já havia participado de um processo participativo como esse para desenvolver uma marca para outro projeto e que a participação “não tinha servido de nada”, porque as pessoas (designers) vieram, falaram com eles e depois “fizeram uma coisa genérica que não tinha nada a ver com eles”, segundo ela, a marca desenhada poderia ser de “qualquer lugar que faz feira”⁵⁴ (sic). Sentimos essa fala como uma resistência colocada por uma experiência anterior ruim. Ela sendo uma mulher negra, atuante e referência no seu quilombo e reconhecida pelas pessoas dos outros quilombos, tinha poder para influenciar o grupo a partir da sua opinião. Isso foi um ponto de atenção e sempre voltávamos a esse episódio para reafirmar o nosso compromisso com a participação e a produção de conhecimento compartilhada no grupo.

Ao longo deste percurso estivemos atentos ao objetivo de formar um coletivo que pudesse seguir trabalhando junto em ações de comunicação popular no projeto. Ao mesmo tempo, buscamos estabelecer processos que pudessem promover trocas significativas entre todos os sujeitos envolvidos no projeto e entre os sujeitos e o território, possibilitando uma reflexão sobre pertencimento e as condições de construção de uma identidade (política e visual) compartilhada entre os três

⁵⁴ O “faz feira” diz respeito à comercialização de produtos nas feiras.

quilombos. Para isso, desenvolvemos uma metodologia embasada na pedagogia Freireana, especialmente na proposta do mapeamento de temas geradores e da codificação e decodificação (Freire, 2014 [1968]).

Os encontros foram organizados em três eixos: (1) Reconhecer, (2) Analisar e (3) Imaginar. O primeiro teve como foco a sensibilização em torno do tema da identidade visual e o desenvolvimento de um mapeamento dos sujeitos que compõem o projeto e como se conectam. Como tarefa, entre um encontro e outro, os participantes deviam fazer um resgate da memória do território através de fotos, músicas, vídeos, falas de pessoas, histórias, receitas, etc., que deveriam ser enviados pelo grupo de WhatsApp. A proposta era que os participantes pudessem compartilhar o que mais interessava e motivava eles na vida no quilombo e no espaço da reserva. Nós pensamos que a prática da cultura oral na transmissão de saberes fosse ser evidenciada (Winschiers-Theophilus, 2010) nos materiais, mas quando sugerimos a gravação de áudios com histórias, ou até entrevistas curtas com outros moradores, não houve muito engajamento. No entanto, recebemos muitas fotos e, aí, fato curioso, quando pedimos para que as pessoas explicassem as fotos, foram compartilhados áudios detalhados e algumas histórias sobre os lugares e as ações que ilustravam as imagens.

No segundo encontro, montamos um álbum de memórias com todas as referências enviadas e juntos debatemos os seus significados. Esse painel foi montado na plataforma digital para quadros colaborativos, Miro (Figura 11). Em um primeiro momento, pensamos em montar o álbum com a ajuda de todos, promovendo mais autonomia na organização das imagens recebidas e as palavras-chaves, que retiramos das explicações sobre as imagens. No entanto, reavaliamos essa proposta porque muitos participantes acessavam as reuniões via celular, dificultando a participação na plataforma. Nós mesmos montamos o painel a partir dos três eixos do projeto, mas no começo do encontro avisamos que todos poderiam sugerir alterações e mexer as imagens de lugar, assim como as palavras, alterando os conjuntos que formavam o quadro.

Figura 11 - Partes do painel no Miro com as fotos dos participantes.



Fonte: Acervo pessoal.

Entre o segundo e o terceiro encontro, os participantes foram convidados a compartilharem fotos ou desenhos a partir do repertório imagético e sensorial do álbum de memórias (Figura 12). Essas imagens deveriam representar como eles enxergavam o projeto e sua construção no território. No terceiro encontro dialogamos sobre os desenhos e delimitamos signos, cores e caminhos para a consolidação da identidade visual do "Sertão Carioca: conectando cidade e floresta".

Figura 12 - Amostras de desenhos desenvolvidos na oficina de Design Participativo.



Fonte: Acervo pessoal.

Os debates a partir das imagens e do álbum de memórias que foram compartilhados para inspirar o desenvolvimento da identidade visual foram espaços de diálogo e de reflexão. Por exemplo, na terceira foto da Figura 12 acima, e no painel do Miro na Figura 11, vê-se um burro carregando um saco de alimentos. O burro foi, por muito tempo, o meio de transporte utilizado pelos quilombolas para transportar sua produção agrícola, tanto da colheita para o armazenamento, quanto do armazenamento para as feiras, que acontecem no pé do morro ou em bairros vizinhos. A figura do burro apareceu inúmeras vezes nos debates, pois foi um recurso importante para o modo de vida dos quilombolas por muito tempo, mesmo que há alguns anos já não se use mais burros e sim motos e outros veículos para o transporte da colheita e de pessoas.

Ao mesmo tempo que havia uma compreensão sobre a importância histórica do burro, havia uma resistência por parte de alguns participantes da ONG de dedicar tempo de debate e atenção ao burro, (1) porque era uma coisa que não fazia mais parte do dia-a-dia daquela população e (2) porque, do ponto de vista do financiador, não era “bom” para o projeto representar esse tipo significativo, seja pela exploração animal ou por ser lido como ultrapassado. Passamos por alguns momentos de entesão e esse foi um ponto de atenção, porque quanto mais falávamos do burro, mais ele se impregnava no imaginário de todos e se associava à identidade e à noção de pertencimento compartilhada por aquele grupo. Nos perguntávamos:

Será que o burro seria o vetor de formação da identidade coletiva? Como uma proposta gráfica, o burro nem era interessante, mas a gente se comprometeu a levar a sério o engajamento com os moradores então estávamos atentos às questões que surgiam. Em um espaço fora da oficina, os responsáveis da ONG disseram que o burro não deveria compor a identidade visual. Mas a figura do burro articulou muitas trocas porque todo mundo tinha uma história para contar sobre o burro. Às vezes a história nem era sobre o burro em si, mas ele estava lá.

A partir do burro, os moradores dos outros quilombos souberam da vez em que uma senhora passou mal e foi levada ao hospital pelo burro e se solidarizam ao reconhecer que seus conterrâneos não teriam condições de levá-la de outro modo. O burro também ajudou a carregar os bambus morro acima para construir as casas de pau-a-pique que foram erguidas com mutirão da comunidade. Todos riram quando alguém lembrou da colheita do caqui: “quando era tempo de caqui, tinha que cuidar senão o bicho comia tudo”. Soubemos também dos problemas de infraestrutura e como era difícil realizar reformas nos Quilombos: “a igreja ficou fechada porque não mandavam os materiais de construção, aí um dia a gente conseguiu um dinheiro e fomos com o burro buscar”. Há também quem reconheça que “agora tá mais fácil com as motos, é mais rápido e mais cômodo”. Agora “no parque só pode entrar moto de morador. Mas estão controlando”. Aí soubemos também das questões políticas que eles precisam negociar por morarem em uma região de reserva: “Eles controlam tudo, não deixam nem construir as casas da gente”. “É, querem preservar o parque mas não querem preservar as pessoas que moram aqui”. “É um absurdo”.⁵⁵

Os processos de diálogo entre as pessoas, a partir de suas experiências articuladas em um foco específico (o burro) e que, de certa forma, não “cabia” no resultado do projeto, provocou reflexões sobre diversas condições materiais e de vida daquelas pessoas e essas falas foram essenciais para formar uma consciência sobre o território e formular questões coletivas tanto sobre o espaço do projeto quanto em relação ao território do Morro da Pedra Branca. O debate sobre o burro não é apenas sobre o burro. É sobre pertencimento, sobre desafios de viver no

⁵⁵ Essas frases não têm um registro escrito ou de áudio, então é impossível confirmar se todas essas falas foram ditas deste modo *ipsis litteris*. No entanto, todas são verídicas, no sentido de que esses temas foram suscitados pelos estímulos visuais e sensoriais das oficinas e foram registrados no meu caderno de campo como questões que foram dialogadas. Apresento de forma coloquial porque foi assim que registrei.

território, sobre tristeza, sobre esperança.

As reflexões geradas nestas conversas serviram para que os moradores pudessem debater temas sensíveis às condições de vida nos quilombos e compartilhar questões de preocupação e também sua religiosidade, suas festas, suas receitas e seu lugar preferido para tomar banho de cachoeira. Segundo conversas posteriores com pessoas que trabalham no projeto, alguns aprendizados resultantes destes debates orientaram escolhas no âmbito do direcionamento de ações do projeto.

Em relação ao desenvolvimento da Identidade Visual, seguimos a orientação da ONG e criamos a marca a partir dos debates e dos desenhos propostos pelo grupo. As conversas geradas nas oficinas ajudaram a contextualizar essas expressões subjetivas que estavam representadas no desenho e deram sentido aos símbolos e às cores que depois foram escolhidas para representar o projeto. A marca final contém muitos elementos que dão conta dos três eixos do projeto e também fazem referência à vida das comunidades nos quilombos e sua relação com o território. As imagens remetem ao trabalho, ao plantio e colheita, aos caminhos abertos do Morro da Pedra Branca, às águas que sustentam a vida da floresta e às pessoas que vivem, cuidam e protegem esse local. Os desenhos compõem uma folha de taioba, que é símbolo da região, e juntos demonstram a multiplicidade das “coisas” que constituem a vida dos quilombos.

Na reunião de avaliação que fizemos, após a apresentação da marca⁵⁶ (Figura 13), a mulher que lá no começo havia questionado os processos participativos respondeu que essa identidade tinha ficado bonita e ela conseguia ver as nossas conversas ali. Sem dar o braço a torcer, ela disse que ficou muito “cheia”, “mas a gente falou muito também”. O resultado foi considerado positivo pelos membros da ONG e os participantes da comunidade, que enxergaram sentido na proposta de participação para a construção desta Identidade Visual.

⁵⁶ O burro entrou na marca, representado pela ferradura. Sagacidade do Pedro.

partilha de conhecimentos para que o espaço sirva para uma ação que extrapole os fins projetuais.

O que aconteceu nesse espaço foi um compartilhamento de experiências que não estava necessariamente previsto ou que interessava prioritariamente ao projeto, mas que, ao mesmo tempo, foi importante como ação política de articulação do grupo e serviu, também, ao desenvolvimento da Identidade Visual de forma contextual. Joan Scott, teórica feminista, nos conta que a experiência é, ao mesmo tempo, já uma interpretação e algo que precisa de interpretação (Scott, 1999). A autora nos informa que é necessário compreender a experiência como elemento que não é nem auto-evidente, nem definido; é sempre contestável, portanto, sempre político.

Sendo assim, o trabalho com perspectivas que partam da experiência deve ser pautado no questionamento da posição do sujeito enquanto origem na narrativa histórica. Aí podemos remeter aos processos escuta e análise promovidos pelos espaços feministas de autorreflexão e autocrítica. Quando nos deparamos com as experiências das pessoas em ambientes de projeto de design, precisamos ter como horizonte não a reprodução e transmissão de um conhecimento ao qual se chegou pela experiência, mas sim a análise da produção desse conhecimento (Scott, 1999). Tal análise não pode garantir a neutralidade do designer, já que a escolha de que categorias ou de tratamento destas experiências é inevitavelmente “política”, necessariamente ligada à parte que cabe ao designer na produção do conhecimento vinculada ao projeto específico. Experiência é, nessa abordagem, não a origem de nossa explicação de algo, mas aquilo que queremos explicar. Scott informa que esse tipo de abordagem não está interessada em analisar o sujeito que conta a experiência e isso não quer dizer que se desvaloriza a noção política ao negar a existência de sujeitos. Ao contrário, essa perspectiva interroga os processos pelos quais sujeitos são criados, e, ao fazê-lo, reconfigura a narrativa compartilhada, evidenciando as condições contextuais do sujeito e promove um reconhecimento político da experiência de forma situada.

Nossos esforços de reflexão e análise a partir das histórias, dos problemas, das alegrias e de figuras tangentes como o burro no caso relatado, nos beneficiam como fontes de conhecimento pessoais e coletivas e favorecem a organização política daquele grupo. Diferentes estímulos podem ser utilizados para promover esse tipo de diálogo a partir de experiências que visam a politização do grupo. Neste

projeto utilizamos referências da educação popular e feminista, como canções, desenhos, poesias, dinâmicas de contação de histórias e momentos de compartilhamento pessoal. Esses instrumentos são vitais em processos que almejam mais do que construir projetos ou artefatos, desejam construir alianças e possibilidade de politização.

No entanto, é necessário ter atenção para que esse compartilhamento de experiências pessoais não desencadeiem uma espécie de grupo de lamentações ou que se restrinjam apenas ao compartilhamento das experiências. É fundamental que estas formas lúdicas de aprendizagem, compartilhamento e conexão sejam combinadas com análise, estratégia e organização, e que as experiências possam ser compreendidas em sua complexa totalidade, evidenciando seu caráter político na relação do sujeito com as estruturas.

Em relação às dinâmicas de diálogo e participação, os acordos e objetivos das atividades precisam ser reafirmados e lembrados ao longo de todo encontro, para que todos possam refletir de forma orientada, ainda que a espontaneidade seja incentivada. Uma das habilidades importantes do designer neste espaço é saber como e quando articular informações e ideias e tecer novas provocações no processo participativo, de forma a desafiar as experiências, suposições e preconceitos, ou fornecer dados ausentes que ajudem o grupo a refletir.

Os processos de Design pautados pela Ação Dialógica (Freire, 2014 [1968]) e pela Pedagogia Popular Feminista (hooks, 2017; Silva, 2010) podem ser caminhos para uma construção política articulada no interior do projeto. Ao realizar um processo participativo de design que convoca conhecimentos e preocupações pessoais e comunitárias, a perspectiva da educação popular e feminista pode dar aos participantes confiança em sua capacidade criativa no trato às questões cotidianas, bem como promover abertura a novas idéias, desenhar novas formas de trabalho em conjunto e delinear estratégias que podem passar, ou não, pelo artefato que está sendo projetado.

Os projetos desenvolvidos em processos de Design junto a movimentos sociais ou coletividades em luta não precisam tratar de produtos formais (como uma Identidade Visual), o processo pode ter como objetivo o desenvolvimento de qualquer instrumento sócio-material que o coletivo necessite produzir coletivamente, como um evento, um instrumento de controle de produção, um mapeamento de cachoeiras para serviços de ecoturismo, etc. Deste modo, podemos repensar as

práticas de projetos participativos no sentido de compreendê-los para além da coleta de informações e da explicitação de conhecimentos tácitos, mas como processos relacionais de conhecimento compartilhado. Nem tudo serve ao projeto, mas serve a propósitos maiores que o projeto, que articulam a luta política, integram as pessoas e podem ressonar em desdobramentos imprevisíveis.

3.3 Conceituação ou como interpretar o mundo

O Design modela a matéria e conforma uma linguagem. A partir da matéria projetada e dos processos e sistemas que viabilizam os projetos, o campo delimita seu papel na articulação de modos de estar no mundo. Nesse fazer, o Design cria ao mesmo tempo que elimina possibilidades de existência e de relação com a realidade, podendo construir mediações com o mundo e influenciar como as pessoas acessam esse mundo projetado, e também como fazem sentido dele. Quando observamos o Design em perspectiva histórica e na intimidade com os processos de atualização do capitalismo global, podemos evidenciar que essa agência expressa tensões e pode criar, estruturar e perpetuar relações de poder desiguais (Schultz et al., 2018a; Serpa et al., 2021, Gonzatto & Van Amstel, 2022).

Neste sentido podemos entender o caráter profundamente político do Design, seus processos, produtos e as relações que processos e produtos promovem socialmente. Para que possamos avistar como esse fazer político se dá para além da aparência destes produtos, processos e relações, é necessário um compromisso com uma análise crítica destes conteúdos.

O eixo **Conceituação ou como interpretar o mundo** remete a esse tratamento ativo dos conteúdos apreendidos, sejam eles teorias, práticas, processos ou produtos de design. A ideia é que o esforço interpretativo crítico passe a influenciar as leituras de mundo e as posturas que são adotadas, culminando em mudanças na forma como os sujeitos se relacionam e concebem o mundo, como enfrentam as relações de poder e como agem diante da possibilidade de mudança da realidade.

Assim, proponho interrogar, a partir do ponto de vista feminista histórico-dialético, conteúdos cognitivos que são apresentados e adotados no design como teorias e abordagens projetuais para o “bem comum” e “preocupadas com questões

políticas”. Em primeiro lugar, em “*Os artefatos de design como articuladores políticos*” questiono a proposta do Adversarial Design (Di Salvo, 2012) e ofereço um contra-argumento projetual que revela a natureza político-ideológica de todo e qualquer processo ou produto de design e chama atenção para as possibilidades de uso político-formativo dos artefatos de design na experiência da Universidade Livre Feminista. Depois, em “*O Design na mediação da relação das pessoas com o mundo*” questiono as práticas do “design para o bem” e apresento possíveis consequências da implementação acrítica de metodologias ou de projetos em contextos sociais de acirramento da disputa política ou que enfrentam profundas privações materiais.

3.4.1 Os artefatos de design como articuladores políticos

Em sua proposta que alia o design ao fazer político, DiSalvo (2010; 2012) estende as fronteiras disciplinares do design para incluir múltiplas práticas relacionadas ao design computacional e à construção de ambientes visuais e materiais, incluindo objetos, interfaces, redes, espaços e eventos que tratam do político por meio do design. A partir do trabalho de Mouffe sobre pluralismo agonístico e o político (*the political*), *Adversarial Design* seria uma maneira de entender e examinar práticas que, ao utilizar-se do design, criam espaços de agonismo⁵⁷ entre humanos e humanos, e humanos e não-humanos, os quais seriam considerados "adversários" em uma disputa. A proposta delimita a diferença entre "*design for politics*" (design para a política) e "*political design*" (design político). O primeiro teria como propósito apoiar e melhorar procedimentos e mecanismos de governança e governabilidade por meio de produtos ou serviços advindos do design ou trataria de criar produtos de design para fins políticos partidários. O segundo é o que o autor reconhece como análogo ao "*adversarial design*" no sentido de que estabelece relações agonísticas entre adversários a partir de um produto de design.

O *political design* ou *adversarial design* funcionaria de duas formas: como investigação e como prática. Ao assumir-se como investigação, o produto do

⁵⁷ O termo agonismo é utilizado pelo autor em referência aos estudos do Agonismo Pluralista de Chantal Mouffe. As teorias do agonismo enfatizam os aspectos afetivos das relações políticas e aceitam que a discordância e o confronto são permanentes. O agonismo é uma condição de desacordo e confronto, de contestação e dissenso (Di Salvo, 2012).

adversarial design explicita uma questão política com a qual as pessoas poderiam interagir de forma significativa, vislumbrando temas políticos e fazendo sentido das informações acessadas. Assim, nesse processo investigativo, o autor diz que "a tarefa crucial para o pesquisador em design é descobrir e explicar as qualidades e potenciais políticos dos objetos do design" (DiSalvo, 2012, p. 118, tradução minha). Ao assumir-se como prática, os processos de design teriam o agonismo como central na proposição de projeto, explorando diferentes táticas que são descritas ao longo do livro, a saber: revelar hegemonia, reconfigurar o espaço e articular coletivos agonísticos. Estas táticas seriam fases de projeto, nas quais "a concepção e a criação de artefatos e sistemas desempenhariam um papel na demonstração de questões e condições políticas, tornando-os conhecidos e acionáveis, fornecendo base para a próxima fase de projeto" (Idem).

O autor entende que o *adversarial design* move o design político para além da conscientização e crítica, identificando que tal design poderia produzir uma mudança em direção à ação que "modela futuros alternativos e possíveis na forma material e experimental" (DiSalvo, 2012, p. 118, tradução minha). Nos exemplos utilizados por DiSalvo, aparecem projeções imaginárias e produtos especulativos como resultados que extrapolariam a crítica e a tomada de consciência, mas ele não pontua de que forma esses exemplos poderiam levar a uma ação material de mudança e articulação política ou mesmo se a crítica proposta por esses produtos é, de fato, uma crítica.

A proposta do *Adversarial Design* pode ser particularmente problemática no que diz respeito à possível despolitização pós-política resultante da sua prática. A pós-política representa a "fantasia de uma política sem política" (Dean, 2009, p. 24, tradução minha). DiSalvo afasta o *Adversarial Design* daquilo que ele considera termos ultrapassados, como revolucionário e radical, e defende que essa proposta é inerentemente pluralista e pode ser aplicada a qualquer espectro político, sendo capaz de lidar com qualquer questão. O autor afirma, ainda, que não relaciona esse conjunto de táticas nem à direita, nem à esquerda, porque acredita que essas ideologias não caracterizam a condição política contemporânea:

Os objetos caracterizados como adversos [produtos do *adversarial design*] não são radicais ou revolucionários nas noções comuns dessas palavras. Muitas vezes, termos como *adversário* e *contestação* são associados com radical e revolucionário. E com

freqüência, coisas que são rotuladas como radicais ou revolucionárias estão ligadas a noções romantizadas de luta ou de estruturas sociais e processos que assumem posições unificadas e sólidas de esquerda e direita, ou pró e contra [alguma pauta], em vez das forças e estruturas dinâmicas que mais apropriadamente caracterizam a condição política contemporânea. (...) O *adversarial design* é um tópico e um conjunto de táticas, e é inerentemente pluralista e pode ser aplicado em todo o espectro político e em qualquer questão política (Di Salvo, 2012, p. 121, tradução minha, itálico no original)

Essa afirmação problemática reforça a característica pós-política de sua proposta porque

dá a impressão de que não há luta ou disputa de projeto a ser feita. Isso quer dizer que a disputa influenciada diretamente por posições ideológicas é rejeitada; ou seja, o fazer da política torna-se subordinado a uma presumida imparcialidade atribuída à tecnocracia e aos especialistas esclarecidos (Fernandes, 2019, p. 217).

Se retomarmos a premissa de politização que abriu o Capítulo 2 deste trabalho, que diz que politizar é conscientizar a arena política e, ao mesmo tempo, afirmar os sentidos e interesses desta politização, podemos entender que a proposta de DiSalvo oferece “um canal de interesse político que não só deixa de ter uma politização profunda como se opõe ativamente a ela” (Fernandes, 2019, p. 217). Essa característica pós-política é reconhecida na aposta de valor do produto de design como tecnologia neutra que serve à política agonística, mas que, ao mesmo tempo, declaradamente se exime de um posicionamento político ideológico, como se o debate técnico das posições agonísticas fosse caracterizado por uma deliberação livre de influências políticas e esse fosse o melhor caminho para conceber futuros que atendam as necessidades e demandas das pessoas (DiSalvo, 2012).

Fica evidente que, assumindo o dissenso como basal para democracia, o autor tem um entendimento de democracia como um campo de disputa de forças supostamente equilibradas, uma peleja que se dá a partir de dissenso em um campo neutro. A política sem política não avança do dissenso para a qualificação do antagonismo, que é o que caracteriza estruturalmente as disputas políticas concretas. Os conflitos dados pelo antagonismo não são narrativos e identitários, são materiais e ideológicos. Antagonismo não é questão de retórica, como o dissenso parece ser tratado no trabalho de Di Salvo, mas de organização e

mobilização frente às lutas sociais (Fernandes, 2019).

Ao não se posicionar politicamente, seja no conteúdo ou na forma dos produtos do *Adversarial Design*, toma-se por pressuposto que o dissenso e a articulação agonística encaminharão a uma situação preferível de conscientização e crítica sem avaliar o processo democrático como invariavelmente desigual na sua lógica liberal burguesa. Isso leva a um processo de negação e apagamento dos antagonismos colocados pelos conflitos materiais no espaço democrático. A partir do entendimento do design como prática social (Cipiniuk, 2014), a proposta do *Adversarial Design* se evidencia como problemática e potencialmente despolitizante no sentido de confiar na capacidade técnica do produto de design em si (tecnocracia), sem evidenciar as relações de poder desiguais que engendram o espaço onde o processo de design ocorre.

Dessa forma, a ênfase no dissenso sem uma qualificação política da diferença, como proposta pelo princípio de solidariedade e cuidado feministas, pode acabar produzindo e mascarando processos de exclusão e opressão e fortalecendo poderes hegemônicos dentro das disputas. Por vezes, os resultados do *Adversarial Design* podem até apresentar ganhos paliativos, mas sem ter como objetivo declarado mudanças expressivas na constituição do sujeito político individual e coletivo, a proposta é ineficaz em apresentar formas de promover ações politizadoras que resultem na construção de um horizonte de transformação social.

O papel político dos artefatos de apoio pedagógico para ação feminista

Esse processo reflexivo sobre as propostas e os limites do *Adversarial Design* foram mobilizados pela minha própria prática no interior do movimento social, a partir da elaboração de artefatos de design para processos de educação popular feminista no âmbito dos cursos “Feminismo com quem tá chegando” e “Política Feminista para Transformação Social”, da Universidade Livre Feminista. O relato da experiência detalhada da experiência de design no primeiro curso pode ser consultado em Serpa, Juliano e Anastassakis (2019).

Para essa ação educativa desenvolvemos artefatos de design como recursos pedagógicos que auxiliaram no processo formativo. Os instrumentos pedagógicos tinham o objetivo de suscitar uma dinâmica de debate e de articulação de saberes entre as educadoras, as educandas e o conteúdo programático do curso, que foi

previamente organizado na Universidade Livre Feminista através de uma apostila que continha os textos-base e a proposta político-pedagógica do curso.

Sendo artefatos pedagógicos desenvolvidos para um curso de formação feminista com base política-metodológica anticapitalista e antirracista, os objetos declaradamente combinavam os objetivos de conscientização, reflexão crítica e alimentavam o desejo de transformação da realidade a partir do reconhecimento da experiência das mulheres que participavam da formação. Ao atuar como gatilhos para debate do conteúdo programático, os artefatos desenvolvidos carregavam uma característica de incompletude e propunham uma interação. Dessa forma, eles iam sendo continuamente transformados ao longo do processo educacional, estabelecendo uma ação dialógica (Freire, 2014) entre o objeto, as educadoras e o conteúdo do curso, guardando características que à época vinculamos ao conceito de “coisa de design”⁵⁸. A construção do objeto se dava no próprio uso que se fazia dele, à medida que a interação avançava, os conteúdos programáticos eram tratados com mais profundidade e complexidade, balizados pelo debate que acontecia e incentivados pela necessidade ativa de intervenção no objeto de design.

Um exemplo emblemático deste tipo de ação de design intervencionista foi a construção de uma linha do tempo para abordar a história do feminismo, que é um tema amplo e complexo, com vários vieses e que não tem uma periodização única (conforme visto no capítulo 2). A linha do tempo, organizada em tinta preta sobre papel kraft, foi apresentada pelas educadoras, que expuseram os marcadores históricos em destaque, traçando elementos que ajudam na compreensão da conjuntura e da correlação de forças que leva a cada fato histórico no desenrolar das ações feministas (Figura 14 - a).

Depois desta primeira apresentação, as educandas foram convidadas a interagir com esta história. Primeiro, cada uma indicou na linha do tempo os fatos históricos que considerava mais relevantes numa perspectiva de perpetuação de direitos, costumes sócio-culturais ou práticas políticas. Esta atividade foi importante para entender como o grupo se posicionava diante das diferentes agendas

⁵⁸ Segundo os autores, um dos maiores desafios para o design contemporâneo é compreender o que está sendo projetado como “não só uma coisa (objeto, uma “entidade da matéria”), mas também uma coisa (uma construção sociomaterial que lida com questões de interesse)” (Binder et al., 2011, tradução minha, aspas no original). Deste modo, eles entendem as coisas de design como emaranhados sócio-materiais que estão implicados em interações e podem ser explorados para evidenciar controvérsias, estando abertos a diferentes usos e incentivando diferentes interpretações e comportamentos a partir do uso.

feministas que definem a história do movimento, propondo uma reflexão individual sobre como cada uma se sentia em relação aos eventos da história feminista. Logo depois, foi proposto que cada educanda refletisse sobre quando ela se tinha se reconhecido feminista. A partir do entendimento que não há uma única história, como uma série de fatos objetivos e estáticos, mas histórias subjetivas e situadas; e que fatos históricos, locais e pessoais se entrelaçam na construção da história, cada estudante se localizou na linha do tempo. Elas utilizaram elementos gráficos (ícones recortados e disponíveis e desenhos autorais) para mapear e dar visibilidade a estas histórias e materializaram sua própria história através da história do feminismo, entrelaçando e desfocando a distinção entre a história individual e a história coletiva da luta feminista (Figura 14 - b).

Figura 14 - Atividade de construção da Linha do Tempo do feminismo

(a)



(b)



Fonte: Clara Juliano e Bibiana Serpa, 2018.

O ponto que se evidencia é a mediação do conhecimento, que tem a ver com o eixo de conceituação, que é promovida pelos objetos de design a partir da sua produção e uso político. A declarada intencionalidade de politização dos conteúdos que vemos nesses artefatos pedagógicos possibilita um afastamento do entendimento tecnocrático do objeto de design que se exime de posicionamento político, como identificamos na proposta de *Adversarial Design*. A escolha dos fatos históricos, a forma de apresentá-los e as possibilidades de intervenção na linha do tempo do feminismo foram questões orientadas a um objetivo político e fundamentado em uma ideologia declarada: a do feminismo antissistêmico (apresentado no Capítulo 2).

O contexto de debate que é proposto pelo *Adversarial Design* é distinto do

exposto através deste exemplo, pois trata de artefatos computacionais e coloca humanos e não-humanos como “adversários”. Mas, ao se propor a projetar e debater o “design político” por meio dos objetos e sistemas, Di Salvo permite escrutínio do seu trabalho a partir de outras elaborações, como a proposta nesta pesquisa. O que desejo tratar com transparência é que não é possível engendrar processos e objetos que sirvam à política de forma isenta ou meramente técnica, não existe política sem política (Dean, 2009) e não existe neutralidade possível no Design, a não ser como ideologia (Serpa et al., 2021).

3.4.2 O Design na mediação da relação das pessoas com o mundo

Nos últimos anos, testemunhamos o avanço das abordagens de design social que visam o desenvolvimento local a partir de perspectivas neoliberais, encabeçadas por consultorias de negócio localizadas nos grandes centros capitalistas e que exportam esses métodos para outros lugares do mundo, onde esse conhecimento supostamente pode trazer benefício para a população na construção de produtos e serviços. Esses métodos, que normalmente se valem de uma proposta de *human-centered design* (design centrado no ser humano) ou similar, podem ser lidos como um conteúdo sistematizado na forma de ferramentas e dinâmicas que passam por fases de investigação, ideação, prototipagem e implementação e supostamente trazem empoderamento para quem as utiliza e promovem soluções inovadoras para problemas sociais ao redor do globo (Brown, 2009).

Essas propostas se dizem centradas no ser humano, mas podem ser interpretadas como produto-cêntricas. Ansari (2019a) identifica que as estratégias retóricas que acompanham os *kits* de ferramentas trabalham no sentido de convencer as partes envolvidas de que ao cumprir os procedimentos metodológicos, você terá um produto inovador desde que você defenda os valores nele incorporados. O autor identifica que esses valores são vinculados a um design sustentado em princípios neoliberais capitalistas: o método é orientado à solução de problemas com foco em resultado, esse problema normalmente pode ser resolvido por meio de um produto, cuja estratégia de entrada e participação no mercado global

é promovida na articulação entre as empresas desenvolvedoras (de design e/ou financiadoras), as agências de ajuda humanitária financiadas por grandes conglomerados e os políticos locais. Essas características são promovidas em detrimento das propostas que seriam mais ajustadas às realidades locais e que poderiam dar conta do tratamento aos problemas sistêmicos e do desenvolvimento de tecnologias que permitiriam autonomia local (Ansari, 2019a), o que seria uma abordagem focada nas relações comunitárias, extrapolando a noção do “ser humano”.

Essas abordagens que se reivindicam centradas no ser humano apostam em uma perspectiva pós-política porque apresentam o método como um valor técnico, que promete desenvolvimento e inovação tecnológica aos territórios subdesenvolvidos a partir de ferramentas que são de uso universal e que podem ser utilizadas de forma metódica para solução de problemas locais. Na narrativa das consultorias de design, universalizar este conhecimento “técnico” seria uma forma de incluir outras culturas e outras pessoas nessa perspectiva de ação de impacto nos territórios. Neste fluxo, os pesquisadores de design dos grandes centros capitalistas são motivados a desenvolver teorias e métodos universais para o mundo todo, incluindo as periferias, enquanto os pesquisadores de design das periferias se sentem atraídos a aplicar e validar essas teorias e métodos (Van Amstel, no prelo). Esse modelo de produção/reprodução do Design é predatório e participa da construção de subjetividades enfraquecidas nos espaços periféricos.

Ansari (2019a) aponta que certas consultorias promovem seus *kits* como inclusivos, no entanto a única diferença entre os kits disponibilizados é o idioma no qual as ferramentas são explicadas, o que não representa uma inclusão de fato. Os métodos e teorias não se mostram capazes de compreender as questões epistemológicas e ontológicas que permeiam diferentes grupos sociais em variadas partes do mundo. Ao ignorar a construção histórico-social destes territórios, que têm elementos políticos, culturais, ambientais e econômicos obviamente distintos entre si, a proposta dos *kits* de ferramenta promovem a tecnocracia como prática anti-dialógica (Freire, 2014 [1968]), no sentido que impõem às comunidades uma série de ações normativas sem uma compreensão de práticas sociais que já estão instaladas naquela comunidade, incluindo as formas de debate, de enfrentamento aos problemas e de criação de soluções.

Esses métodos são criados e divulgados nos centros de formação em inovação e negócios nas grandes cidades do Norte Global e, ao mesmo tempo, estão se popularizando entre as organizações não-governamentais, instituições de ensino e entre designers e outros projetistas que estão nos territórios periféricos. A incorporação destas práticas de design e de negócios dentro dos espaços subalternizados do Sul Global apoia agendas de desenvolvimento que são potencialmente destrutivas para a economia local e para o meio ambiente (Van Amstel, no prelo). A adoção destes métodos também transforma, a partir da homogeneização da prática de projeto, as definições e o escopo da prática de design, incentivando habilidades e valores mercadológicos em detrimento dos fazeres artesanais e relacionais, e provoca mudanças substantivas nas formas como esses espaços são capazes de produzir conhecimentos no campo projetual, na pesquisa e uso alternativo de materiais e tecnologias (Ansari, 2019a; Van Amstel, no prelo).

De forma geral, em um cenário global, a preocupação com grupos subalternizados é demonstrada de duas formas:

(1) na articulação de métodos e ferramentas de projeto e de pesquisas orientadas ao desenvolvimento de produtos e serviços como prática universalizante (Ansari, 2019a).

(2) na produção de produtos e serviços específicos para determinado público (*human-centered*), tido como um grupo social que precisa de apoio no enfrentamento de algum problema e que são um mercado consumidor desassistido (Papanek, 1980 [1970]).

Nesses casos, os indivíduos oprimidos são colocados no centro dos processos de Design, numa espécie de "design centrado no pobre" (design centrado no ser humano, destinado a comunidades subdesenvolvidas e pobres). Este processo desumaniza as pessoas, que são tidas como meros usuários desprovidas de agência e são oprimidas por processos e produtos de design que condicionam e aprisionam, num fenômeno que Gonzatto e Van Amstel (2022) chamam de "usuarismo". O interesse em grupos oprimidos e sua realidade, que envolve seus modos de vida e interpretação do mundo, resume-se ao entendimento e docilização destes sujeitos, transformando-os em consumidores de produtos e serviços desenvolvidos por empresas internacionais que se interessam em lucrar com a

venda de artefatos que apresentam uma solução paliativa para problemas sistêmicos.

Existem alguns casos vinculados a empresas “sociais” sediadas em países desenvolvidos que criam produtos e serviços para realidades de países subdesenvolvidos e são mundialmente reconhecidos com prêmios e grandes investimentos. Um exemplo emblemático é do “LifeStraw” (Figura 15), empresa que desenvolve produtos que têm como premissa filtrar água contaminada. O “LifeStraw” foi desenvolvido primeiramente como um produto de ajuda humanitária de unidade individual, na forma de um canudo, mas agora a empresa desenvolve diferentes versões, como um filtro doméstico que atende uma família, ou uma mochila de armazenamento de água que pode ser usada em acampamentos e atividades ao ar livre⁵⁹.

Figura 15 - Duas mulheres usando “LifeStraw” para beber água.



Fonte: Water for Africa, 2022.

O canudo foi inicialmente desenvolvido por uma organização dinamarquesa a partir de investigações realizadas na Guiné, no continente Africano, onde há um problema estrutural de distribuição de água e saneamento. Este produto ganhou vários prêmios de design e enriqueceu os investidores, que lucraram com as vendas milionárias para diversas ONGs que trabalham com as populações africanas. Do ponto de vista do Design e da tecnologia empregada, o produto apresenta uma proposta que atende a uma situação emergencial ou, como demonstra o site da

⁵⁹ Essas informações foram retiradas do site da empresa: <https://lifestraw.com/>. Acesso em maio de 2022.

empresa, situações onde o acesso à água potável é restrito, como em viagens, acampamentos e trilhas. Por outro lado, seu uso em comunidades subalternizadas não é contingente (um uso temporário para enfrentar uma situação específica) e sim perene, fazendo com que haja dependência estrutural em relação ao produto. Sem vistas à mudança na situação de acesso à água e tendo o LifeStraw, muitas vezes, como única alternativa, o acesso à água potável nas comunidades se constrói a partir do investimento na compra de canudos e filtros por organizações internacionais de ação humanitária, que por sua vez garantem lucros altos para a empresa europeia que vende o produto.

A dependência das comunidades em relação ao produto acontece porque o problema da distribuição e tratamento de água não está sendo enfrentado em nenhum nível. O “LifeStraw” não propõe alternativa para as mulheres que caminham enormes distâncias para conseguir água não potável para colocar no filtro “LifeStraw” que têm em casa e que precisa ser trocado periodicamente. Da mesma forma, esta empresa não enfrenta o fato de que, no auge da situação de desespero, as pessoas precisam se deitar no chão e sugar o canudo “LifeStraw” posicionado em poças que se formam no chão em meio à época de estiagem. Enquanto celebram o sucesso do seu produto, os representantes da “LifeStraw” se abstém de qualquer reconhecimento de que sua solução não é ideal e nem realista para enfrentar a distribuição de água ou a insegurança da água nestes lugares (Rothschild, 2009). Quem precisa de saneamento e água encanada quando se tem um canudo-filtro?

O que esse caso demonstra é que muitas vezes o design, como proposta de solução produto-cêntrica para questões sociais, aparece como um *mediador da pobreza*. É necessário, a partir do que vimos em relação à politização, dar um tratamento ativo, ou seja, conceituar e interpretar o conteúdo cognitivo que é mobilizado pelo design, neste caso os produtos que são produzidos como forma de “solucionar” um problema estruturante de determinada comunidade ou grupo social.

A forma como utilizamos os conhecimentos e como sistematizamos esses conhecimentos em processos e produtos pode acabar mediando condições para que as populações passem a conviver com a pobreza ou com outra forma de opressão. Dessa forma, não nos mostramos como aliados no enfrentamento destas situações e repetidas vezes nos negamos a promover a emancipação e a dignidade de vida dessas pessoas porque um produto ou serviço “funciona” (e gera lucros) frente a um problema delineado naquele contexto. As empresas e os designers envolvidos

nessas atividades vão à campo, observam a realidade e entrevistam potenciais usuários e consumidores. Ao adquirir conhecimento a partir da investigação das experiências locais e produzir produtos e serviços sem de fato engendrar as pessoas em processos emancipatórios de luta por uma solução efetiva, essas empresas e designers acabam reproduzindo o que vimos no Capítulo 1 como “*Extratativismo Epistemológico*”⁶⁰, sistematizando as ideias em produtos e serviços que, ao contrário do que anunciam, podem trazer impactos negativos para as pessoas nestas comunidades, especialmente se for observado o fluxo histórico da relação da comunidade com o problema.

O *design thinking* (Brown, 2009), o design humanitário (Papanek, 1972) e o Design para Inovação Social (Manzini, 2008; 2015) são as abordagens mais conhecidas no campo do design para atuar no âmbito dos problemas sociais.

Quando surgiu no começo da década de 1990, o *design thinking*⁶¹ foi apresentado como uma abordagem criativa para organizações que desejavam inovar. Com o passar do tempo, a metodologia passou a ser empregada em organizações sociais e em espaços que enfrentam questões sociais complexas, como governos (Kimbell, 2011). A principal característica que possibilita este o emprego vasto da metodologia, segundo seus defensores, é que ela é centrada no ser humano e promove a empatia como recurso impreterível ao projeto (Brown, 2009). Os *designers thinkers*, ao desenvolver empatia, são percebidos como sujeitos capazes de entender a perspectiva e desvendar os desejos dos usuários e os problemas que eles enfrentam, atuando como intérpretes-chave do que os usuários finais “precisam”. Em outro trabalho (Serpa & Batista, 2021) questionamos essa noção de empatia na prática de projeto porque ela subjuga o grupo de pessoas tidas como usuários, roubando-lhes a capacidade de sentir e compartilhar o que sentem como forma de influenciar o projeto. O designer, provido de toda agência projetual, se vale de técnicas de inspiração etnográfica organizadas em um kit de ferramentas (toolkit) para desenvolver empatia e construir projetos alinhados com a necessidade dos usuários. Na prática, porém, Kimbell (2011) denuncia que este processo mostra muito pouco da reflexividade das tradições da antropologia e da etnografia e acaba

⁶⁰ Esse processo foi discutido em mais detalhes no primeiro capítulo deste trabalho.

⁶¹ Aqui estamos tratando o *design thinking* como metodologia projetual amplamente difundida especialmente em empresas de consultoria de inovação. O *design thinking* como processo de pensamento projetual é trabalhado a partir de outras perspectivas que foram brevemente debatidas na seção “Epistemologia” neste mesmo capítulo.

despolitizando a ação relacional do design nas comunidades onde pretende trabalhar.

Ansari (2016) reconhece o esforço de Papanek e o seu design humanitário, pelo seu pioneirismo ao apontar a necessidade de pensarmos o papel social do design no enfrentamento à falta de acesso a produtos e serviços de ordem básica. Papanek (1980 [1970]) refletiu sobre os impactos e a responsabilidade de designers estrangeiros trabalhando em contextos distantes dos seus e postulou que esses designers carregam suas referências projetuais e de estilo mesmo que estejam aclimatados à cultura local. Em *Design for the Real World*, Papanek assume uma posição dupla. Por um lado, ele deseja que o design passe a ser visto como uma área capaz de lidar com os problemas mais urgentes do mundo a partir da elaboração de soluções materiais destinadas a países subdesenvolvidos. Por outro, ele demonstra uma preocupação genuína com o deslocamento geopolítico e cultural dos designers que se deslocam dos países do Norte para os Sul para desenvolver tais soluções. A proposta de Papanek é que esses designers estrangeiros *podem* se envolver em projetos globais, *desde que* estejam integrados na cultura local e se comprometam a aprender seus valores e métodos, e a treinar designers locais a partir do repertório do design humanitário orientado às necessidades daquele território. Essas propostas são coerentes com a preocupação, mas são insuficientes. Ansari (2016), por exemplo, questiona se esses métodos e ferramentas que fazem parte do *ethos* do design humanitário seriam aplicáveis a qualquer situação, em qualquer território; ou se o entendimento conceitual sobre o que significa sustentabilidade e desenvolvimento são compartilhados pelos designers estrangeiros e os designers locais; ou ainda se esse tipo de prática não implica em uma subjugação dos fazeres locais, favorecendo as relações globais de poder colocadas a partir do Norte em relação ao Sul.

Em seu trabalho, Escobar (2017) esboça princípios de aliança com movimentos sociais e grupos comunitários através do delineamento de Design Autônomo, mas não consegue um diálogo frutífero com práticas capazes de formar aliança com lutas populares de forma comprometida, recorrendo ao Design para Inovação Social. Essa perspectiva, apesar de reconhecer oportunidades de aprendizagem dentro de comunidades "criativas", é orientada pelas noções mercadológicas de escala, inovação e resolução de problemas (Manzini, 2008), coisas que estão muito distantes do vocabulário e da prática política dos

movimentos sociais e das lutas populares. O design para inovação social instrumentaliza as práticas comunitárias, despolitizando e replicando ações em um cenário global, o que provoca, sistematicamente, processos de invasão cultural (Freire, 2014) em nome de supostos benefícios produtivos para as comunidades em questão. Ao invés de promover produções de existência plurais, o Design para Inovação Social acaba padronizando processos, comportamentos e capacidades sociotécnicas das comunidades ao redor do mundo.

Estas perspectivas – design thinking (Brown, 2009), design humanitário (Papanek, 1980 [1970]), design para inovação social (Manzini, 2008) – não foram capazes de lidar com suas próprias contradições e acabam (re)colonizando os colonizados (van Amstel, no prelo) e estabelecendo modelos de dependência – de produtos ou serviços – em relação a empresas estrangeiras, ONGs ou programas governamentais que não têm horizonte de emancipação. Este *modus operandi* da solução de problemas da pesquisa e prática tradicional de design não serve a processos libertários que visam melhorias nas condições de vida das populações de forma estrutural porque não estão interessados na distribuição de agência sobre o projeto, nem nas lutas históricas das populações ou em um envolvimento profundo e de longo prazo com a produção de existência (Vieira Pinto, 2005) destes grupos.

A ideia de que é possível projetar uma solução de design para um problema social estrutural não é só prepotente, mas pode implicar em uma perpetuação do convívio com a situação de opressão a partir de uma mediação realizada pelos produtos e serviços. Isso não quer dizer que devemos refutar toda iniciativa que preveja uma solução paliativa e temporária para um problema estrutural que impossibilita a existência digna de determinada população. É absolutamente legítimo que se postule ações (através de produtos e serviços) que possam trazer melhores condições de vida para uma população que, de outra forma, pode perecer. O “LiveStraw” é um exemplo de produto que funciona diante de um problema emergencial. A questão é que não podemos achar que é suficiente mediar a pobreza com produtos que enriquecem investidores nos conglomerados de inovação e condenam à indignidade populações inteiras.

Esses questionamentos nos levam a assumir que as propostas de design devem ser pensadas para além dos artefatos que possibilitam a subsistência em condições muito adversas. Isso implica no engajamento comunitário pela superação dessas condições e, de alguma forma, impulsiona nossa própria relação com a

comunidade em prol de alguma causa não a partir de soluções produto-cêntricas paliativas tidas erroneamente como definitivas, mas na articulação política que pode levar a um enfrentamento ao problema a partir de um sujeito coletivo de luta popular por melhores condições de vida. Por exemplo, as pesquisas de Design que são desenvolvidas em espaços comunitários podem ser fontes importantes de informação para mapeamento das condições enfrentadas por essas populações, e podem mediar diálogos com diferentes interlocutores na busca por saídas para o problema estrutural.

O conhecimento produzido entre os designers e as pessoas que são impactadas diretamente pelos problemas devem servir aos propósitos e desejos deste grupo, conforme foi defendido na apresentação da Pesquisa Militante e esmiuçado na seção “Epistemologia” neste mesmo capítulo. A partir das nossas práticas e dos nossos conhecimentos, podemos orientar e fazer parte da investigação e delineamento do problema, mas em última instância, os interesses comunitários precisam prevalecer e essas decisões precisam ser tomadas com consciência de tudo que está em jogo. É nosso papel também participar deste processo de conscientização coletiva, não porque isso impacta nosso projeto, mas porque a ação política como prática cotidiana implica em revelar as situações de opressão que são ocultadas pelo sistema hegemônico de poder. Trata-se de fazer as perguntas certas, não de oferecer respostas fáceis a questões difíceis.

3.3 Práticas ou o modo de agir sobre o mundo

Existem diferentes orientações práticas para o design que passam por diversas metodologias e ferramentas. Neste trabalho estou interessada em discutir ações práticas do Design com / em coletividades em luta, de forma coletiva e politicamente engajada. Deste modo, a perspectiva que adoto se embasa no (1) campo de conhecimento delineado como Design Participativo, que tem como principal foco a participação de diferentes partes interessadas no desenvolvimento de projetos; e (2) no reconhecimento do princípio do Design Autônomo (Escobar, 2017) de que cada comunidade realiza o design de si mesma, a partir de seus princípios, valores e práticas.

A concepção de metodologias e estruturas de participação no campo do design tem sido discutida desde os anos 1970 (Ehn, 2017) e ao longo do tempo, o

conceito de participação foi investigado a partir de diversas perspectivas que questionavam o possível esvaziamento político desta prática (Markussen, 1996; Beck, 2002; Robertson & Simonsen, 2012; Racadio, Rose & Kolko, 2014). Recentemente, o campo do Design Participativo tem passado por um processo de reestruturação (Reynolds-Cuéllar et al., 2022), sendo tensionado por trabalhos posicionados a partir do Sul Global que entendem a participação a partir de outros preceitos e buscam articulações com movimentos sociais desde estes territórios (Calderón-Salazar & Huybrechts, 2020; Ibarra, 2020; Schultz et al., 2020; Serpa et al., 2020) ou que praticam a participação como processo de construção da sua própria comunidade de forma dialógica (Serpa et al., 2021; Van Amstel et al., 2021).

O eixo **Práticas ou o modo de agir sobre o mundo** preocupa-se com as práticas discursivas e inter-relacionais com as quais os sujeitos se engajam para a realização dos objetivos do grupo. Essa postura diante do mundo pode ser mais ou menos politizada à medida que essas práticas definem horizontes estratégicos do movimento ou coletividade em luta, questionando também quem participa dos espaços e como essa participação se dá.

A seguir apresento o debate sobre *“O sentido da participação no Design”*, onde faço um breve apanhado histórico do debate sobre participação no Design Participativo, enfatizando tensionamentos a partir da América Latina. A partir das práticas do International Development Design Summit, postulo questões para pensar os sentidos políticos da participação em processos articulados com/em comunidades em luta. Depois, em *“Perspectiva do cuidado na construção de espaços coletivos”*, trato das práticas participativas no interior da Rede Design e Opressão a partir da prática feminista do cuidado, como forma de evidenciar práticas discursivas e inter-relacionais que servem a uma politização da comunidade, que é uma coletividade em luta.

3.3.1 O sentido da participação no Design

A participação é um tema de debate no campo do Design desde (pelo menos) o final dos anos 1960. A emergência do assunto é reconhecida na primeira conferência da Design Research Society, em 1971, chamada “Design Participation” (Cross, 1972), e pela institucionalização do Design Participativo como teoria e prática (Ehn, 2017). Nesta trajetória de mais de meio século, ainda permanece

implícito (ou velado), o que realmente significa participação em processos de design e diferentes afirmações sobre sua prática, assim como supostos benefícios, são tomados como garantidos a partir de uma perspectiva protocolar e metodológica (Grisales-Bohórquez et al., 2022). Nesta seção busco traçar uma linha histórica que permita compreender a implicação da participação em processos de design e como podemos ressignificar o seu sentido político a partir dos debates contemporâneos.

Desde o princípio, o Design Participativo está enraizado nos ideais marxistas, sendo fruto da articulação entre projetistas e sindicatos de trabalhadores, que enfrentaram juntos as decisões hierárquicas que aconteceram em espaços de trabalho em meio às mudanças tecnológicas na década de 70, especificamente na Escandinávia (Racadio, Rose & Kolko, 2014). Nessa época, os designers reconheceram que a experiência dos trabalhadores era um conhecimento importante para o desenvolvimento de tecnologias e de processos de design mais efetivos. Por meio da articulação política e de projeto, os trabalhadores conquistaram um papel ativo na conformação das condições de trabalho que impactavam seu ofício e suas vidas materiais. A partir deste trabalho conjunto, diversos métodos e práticas participativas passaram a ser desenvolvidas de forma a apoiar os trabalhadores e capacitá-los no uso de ferramentas e na tomada de decisões sobre aspectos que moldavam a construção de suas condições de trabalho (Robertson & Simonsen, 2012; Markussen, 1996).

Ao longo do tempo, a prática de Design Participativo foi se expandindo para outros campos do design e se tornou uma abordagem mais formalizada e, ao mesmo tempo, foi perdendo paulatinamente seu cerne político de origem (Beck, 2002). A flexibilização de valores radicais de participação fez com que o Design Participativo dialogasse de forma mais facilitada com outras perspectivas de design, avançando para campos de atuação como nos setores da saúde, da educação e das questões sociais e humanitárias, por exemplo (Robertson & Simonsen, 2012). Por um lado, a oportunidade de participação em processos de design foi expandida de forma mais ampla, deixando de estar localizada no âmbito do local de trabalho. Por outro lado, isso significa que os participantes, tidos como consumidores e usuários, não necessariamente estavam engajados politicamente com a causa (se é que há alguma causa) a qual o projeto se dedica, como era o caso dos sindicatos de trabalhadores nas primeiras experiências de Design Participativo. De certa forma, a falta de organização política dos participantes pode ter potencializado a

despolitização dos processos participativos no Design (Beck, 2002). Racadio, Rose & Kolko (2014) também identificam que o esvaziamento do sentido político da participação se relaciona à estrutura da participação que não provoca uma remodelagem sociopolítica dos ambientes onde o Design Participativo opera.

Diferentes autoras questionam a "participação" no Design, apontando para questões de representação, poder e agência. Beck (2002) chama atenção para padrões de poder dominantes no âmbito de projetos participativos, Ann Light (2010) adverte que a participação por si só não é suficiente para abordar questões políticas no Design, enquanto Tlostlanova (2017) postula que a participação não necessariamente é efetiva em processos de enfrentamento à colonialidade.

De fato, a participação pode se evidenciar como uma prática demagógica quando, por exemplo, as pessoas são consultadas, mas não podem participar da tomada de decisões ou quando a participação carece de co-responsabilidade sobre as decisões e suas consequências em espaços de projeto. Em casos extremos, a pseudo-participação (Palacin et al., 2020) pode ser uma máscara para validar processos violentos que não promovem uma participação substantiva e perpetuam relações de dominação e exploração entre pessoas e culturas, especialmente em grupos interculturais, onde as questões de sexo, raça e classe se evidenciam de forma explícita. Em outro trabalho, reconhecemos esta dinâmica e argumentamos que a participação pode se manifestar como uma medida paliativa, permitindo que “tudo permaneça como está” enquanto se praticam pequenas mudanças que criam uma ilusão de transformação radical (Reynolds-Cuéllar et al., 2022).

Participação a partir da América Latina

Entendendo que a participação não é um processo “salvador” e precisa de investigação crítica, a pesquisa recente da Design Participativo tem enfatizado suas questões políticas, deslocando também seu lócus de enunciação. Em 2020, a última Participatory Design Conference (PDC), o principal espaço de difusão do conhecimento no campo, provocou reflexões sobre como o Design Participativo poderia ampliar e revisitar a noção de participação a partir de perspectivas latino-

americanas. Ao se realizar "na" Colômbia⁶², a conferência permitiu que várias línguas, culturas, epistemologias e metodologias coexistissem, desafiando e informando-se mutuamente. Diferentes artigos exploraram como o Sul se aproxima das questões de participação a partir da Pesquisa de Ação Participativa (PAR) e Educação Popular (Calderón-Salazar & Huybrechts, 2020; Ibarra, 2020; Schultz et al., 2020; Serpa et al., 2020). Esses trabalhos chamaram a comunidade do Design participativo a olhar para a dimensão política da participação sugerindo acrescentar camadas de reflexão social e política às discussões sobre design democrático (Serpa et al., 2020), focar na política pessoal e não apenas na política institucional (Gautam & Tatar, 2020), e ver a natureza política da participação através de uma lente pluriversal que torna viável o surgimento de outros mundos possíveis (Salazar & Huybrechts, 2020).

Não é qualquer tipo de participação que se presta à libertação de pessoas oprimidas (Freire, 2014 [1968]), especialmente em um contexto de grande vulnerabilidade e desigualdade, como é o caso na América Latina. Ann Light (2010), pesquisadora europeia, comenta que, ao trabalhar com grupos do Sul Global, é um desafio permanecer comprometida com as formas democráticas de ser e, ao mesmo tempo, estar reflexivamente consciente dos perigos de impor uma meta-narrativa sobre o que significa "democracia" para os outros. Neste sentido, a democracia aparece como um tema a ser discutido no contexto do Design Participativo, especialmente se vinculado ao resgate político da participação. A democracia, como é praticada na maioria dos contextos ocidentais, é fundada em princípios liberais e burgueses. Sua estrutura mantém elites em espaços de poder, e não há prerrogativa de participação igualitária, ainda que essa intenção seja expressa em seu discurso.

Em outro trabalho, defendemos que há muito para o Design Participativo aprender sobre participação e democracia em contextos como da América Latina (Reynolds-Cuéllar et al., 2022). No entanto, alertamos que a problemática da democracia não pode ser considerada apenas em um espaço de design hermético, uma vez que determina a capacidade de participação social e cidadã de forma ampla e que isso afeta diretamente os espaços de projeto. A participação neste tipo de território não é uma escolha metodológica ou um meio de mitigar os problemas

⁶² No contexto da pandemia de Covid-19, a PDC 2020 aconteceu em formato remoto, sendo sediada na Universidad de Caldas, em Manizales, na Colômbia a partir de um esforço conjunto com a Universidad de los Andes e a Universidad de Bogotá Jorge Tadeo Lozano, sediadas em Bogotá.

do capitalismo, como pode ser na Escandinávia e em outras partes do Norte Global. A própria existência da possibilidade da democracia América Latina é uma conquista dos movimentos sociais que lutaram por grupos sociais historicamente desumanizados pelas elites (Reynolds-Cuéllar et al., 2022) e a criação de condições para a participação é um desafio permanente nestes espaços.

Quem pode participar e sob quais condições se participa é essencialmente uma questão política. A participação não é algo que os designers ou "responsáveis" possam dar a outra pessoa para que ela possa se expressar. A partir do entendimento de que as desigualdades existentes na sociedade são refletidas nos espaços de projeto, temos que as opressões sistemáticas contextuais não devem ser negligenciadas no Design, ao contrário, são transversais a suas atividades. Não basta promover os ideais democráticos no Design Participativo sem tratar seriamente as desigualdades que historicamente afetam as pessoas que nele se engajam. Sem o tratamento adequado a estes assuntos, os processos de participação podem levar à desumanização dos sujeitos (Serpa et al., 2021), à restrição sua autonomia (Escobar, 2017) e ao controle da produção sócio-material de suas existências (Silva, 2022).

Vivemos em um mundo permeado por múltiplas opressões e reinstalar a participação em sua perspectiva política crítica pode produzir um resultado positivo (Reynolds-Cuéllar et al., 2022). Entretanto, se o foco permanecer no design (e, portanto, nos designers) este processo de restauração corre o risco de reproduzir dinâmicas opressivas similares às vividas em outros espaços que não os de projeto. Deste modo, as pessoas que participam precisam ser entendidas além da objetivação epistêmica do projeto. Os designers treinados devem, por um lado reconhecer os designers não treinados, ou "usuários", como sujeitos de sua própria capacidade epistemológica e, por outro, honrar os conhecimentos técnicos e inter-relacionais que têm, assumindo responsabilidade sobre o engajamento de todos em processos colaborativos.

As experiências de politização da participação a partir dos diversos sures (Gutierrez-Borrero, 2015) podem ilustrar caminhos alternativos para o design participativo e desafiar visões de design que reduzam a participação a um "produto" capitalista, como é o caso da limitação da participação à criação de mercadorias ajustadas às demandas do mercado. Além disso, os exemplos sulistas de luta por participação e o trabalho cooperativo na produção de sócio-materialidades – que

também podem ser entendidos como *diseños otros* (Gutierrez-Borrero, 2021) – são capaz de mostrar como a participação pode e deve ser abordada como trabalho da classe de produtores para si mesmos, em benefício próprio (Vieira Pinto, 2009). Neste sentido, defendo a participação como uma possibilidade de humanização e como um exercício político de conscientização (Freire, 1979). Conforme explicitado no Capítulo 2, a conscientização não opera em um vácuo, ela ocorre em processos de interação do indivíduo em coletivos; é um ato político e não pode ser descontextualizado das relações sociais e do contexto de participação dentro de um cenário e objetivos mais amplos que o projeto de Design.

A participação no Design para Desenvolvimento Internacional

O campo do Design participativo enfrenta um desafio para lidar com as múltiplas diferenças entre os contextos onde os processos ocorrem e aprender com essas experiências (Reynolds-Cuéllar et al., 2022). Como vimos na construção teórica acima, é necessário considerar diferentes perspectivas de participação e estar consciente da arena política onde os processos participativos estão ocorrendo. Em 2017 eu participei de um programa do *International Development Design Summit*⁶³ (IDDS) e apresento parte dessa experiência como forma de debater a participação em projetos de base comunitária.

A participação no IDDS inclui uma apropriação do próprio processo de projeto, o que Winschier-Theophilus et al. (2009) argumentam ser essencial em processos de Design Participativo em contextos interculturais. Dessa forma, todos os participantes, sendo projetistas treinados (designers e engenheiros, em sua maioria) ou não treinados (cientistas sociais, ambientalistas, moradores das comunidades, etc) participam de todas as etapas do processo de projeto (Figura 16). No entanto, Gautam et al. (2018) salientam que, quando se trabalha com grupos em vulnerabilidade social, a participação não pode ser tratada como exclusivamente relacionada ao processo de design; ao contrário, ela precisa ser vista como um caminho para permitir que os participantes reconheçam e se apropriem de sua agência nas ações e decisões cotidianas. De forma correspondente, Escobar (2017) nos lembra que grupos de base comunitária muitas vezes se organizam para reproduzir a participação em seus próprios termos, a partir de uma compreensão

⁶³ A descrição detalhada sobre o programa do IDDS está no Capítulo 1 deste trabalho.

particular do que significa participar. Da mesma forma, esses grupos possuem métodos e princípios que orientam suas práticas.

Figura 16 - Moradoras de Santa Catarina Palopó em Workshop do IDDS.



Fonte: IDIN, 2018.

A prerrogativa da apropriação do processo de design (Winschier-Theophilus et al., 2009), somada à necessidade de extrapolar a participação para fora do espaço de projeto (Gautam et al., 2018) e o reconhecimento de que as comunidades têm formas próprias de participação e métodos para efetivá-la (Escobar, 2017) nos levam a algumas reflexões.

Em primeiro lugar, o processo de Design que orienta as atividades no IDDS é um percurso pedagógico e, ao mesmo tempo, de desenvolvimento de habilidades técnicas e inter-relacionais. Seguindo o programa IDDS inaugural em 2007, e através da integração das lições aprendidas, conceitos que informam o currículo começaram a se desenvolver em princípios políticos, de aprendizagem e de desenvolvimento, posteriormente articulados no que é conhecido hoje como a

metodologia *Creative Capacity Building* (CCB) (Reynolds-Cuéllar & Ramos, 2020). As atividades desenvolvidas ao longo das etapas de projeto têm tanto **enfoque pessoal**, com a construção de auto-confiança e ganho de habilidades individuais; quanto **coletivo**, com atividades de escuta ativa e de formação de grupo. Essa relação entre propostas pedagógicas que trabalham o pessoal e o coletivo ressoam com as perspectivas feministas debatidas nesse trabalho, especialmente com o princípio feminista da ação política como prática cotidiana, que busca desconstruir as fronteiras entre o público e o privado e alicerçar a relação dialética entre a construção de si e do coletivo dentro de espaços de participação e colaboração.

Em segundo lugar, é necessário explorar a noção de participação de forma ampla de modo a viabilizar a participação. Reconhecendo que as pessoas têm diferenças explícitas de sexo, raça, classe, tipo de trabalho, nacionalidade e nível formal de educacional, uma questão imprescindível durante o IDDS é alavancar práticas de solidariedade para construir condições de participação.

Retomando a noção expressa por Dean (1997), de que a solidariedade reflexiva deve abordar a questão da diferença para além de uma questão cognitiva, em processos de Design Participativo deste tipo é preciso ir além do reconhecimento cognitivo da desigualdade (de acesso a direitos básicos, de acesso à educação, de construção e fortalecimento de subjetividades). No IDDS, trabalha-se com uma prática estruturada que combina **processos comunicativos**, quando os participantes das comunidades compartilham suas histórias; e **processos práticos de vivência**, quando os participantes de fora da comunidade fazem visitas, dormem, comem e realizam as tarefas do dia-a-dia que são comumente realizadas na comunidade (Figura 17). Esses processos trabalham no sentido da sensibilização, mas principalmente no reconhecimento da capacidade de ação do grupo em solidariedade uns com os outros.

Figura 17 - Imersão na comunidade.



Fonte: IDIN, 2018.

Para que seja possível esse tipo de prática, os moradores da comunidade precisam ser previamente mobilizados para que possam estar à vontade e sentirem que essas ações têm sentido para suas vidas. Pode ser necessário algum tipo de atividade preparatória que trabalhe o resgate da memória e do território, de forma que os moradores possam identificar em sua trajetória e na construção da comunidade, questões que possam fortalecer a subjetividade individual e coletiva. Uma pesquisa realizada recentemente sobre os processos de IDDS que ocorreram na Colômbia entre 2015 até 2018 indicou que essas ações de pertencimento e fortalecimento comunitário são potencializadas quando há uma parceria com um grupo formalmente organizado na comunidade, por exemplo Associação de Moradores ou Associações Profissionais de diferentes tipos (Pescadores, Produtores Rurais, etc) (Reynolds-Cuellar & Ramos, 2020).

Além disso, no IDDS Hogares Sostenibles, que aconteceu na Guatemala, julgamos necessário também que o programa viabilize uma compensação material para a efetiva participação destas pessoas nos processos de Design. O debate sobre se e como as pessoas podem ser pagas pelo tempo que estão dedicando a

este trabalho rende vários debates⁶⁴, no entanto, muitas vezes esse aspecto passa ao largo das propostas de ações de Design Participativo em comunidades, julgando que o interesse em uma solução para um problema cotidiano é suficiente para mobilizar a participação. Dar conta das condições materiais de participação também é entender que a participação extrapola o espaço de projeto e precisa compreender o sujeito participante em todas as dimensões da sua vida.

Essas estratégias combinadas viabilizam uma participação efetiva de todos os participantes do projeto sem homogeneizar as experiências e sem apagar as diferenças sociais. Ao reconhecer seus pares, os grupos potencialmente rompem com a diferença de papéis entre pesquisadores e pesquisados, fazendo com que o grupo reconheça que todos são designers-pesquisadores, independente de seus *backgrounds*.

Em terceiro lugar, é preciso entender que as comunidades têm suas práticas de participação e seus modelos e métodos e, ainda, que fazem o design de si mesmas a partir desses saberes-fazer (Escobar, 2017). Os processos de Design participativo, por sua vez, também possui seus métodos e ferramentas, que têm diferentes origens e foram desenvolvidas para diferentes propósitos (Sanders, Brandt & Binder, 2010). No IDDS o processo metodológico é orientado a partir do *Design Workbook*, um material de apoio pedagógico especificamente projetado por instrutores de design no MIT D-Lab junto com uma comunidade global de designers relacionados ao IDDS. A apostila apresenta o processo de design, indica ferramentas e fornece exemplos de estudos de caso, permitindo também a documentação dos participantes de seu próprio processo de design através de frameworks desenhados especificamente para o contexto multicultural e de desenvolvimento internacional. A cada novo IDDS, o currículo principal é atualizado para refletir a conexão com a temática e garantir a participação efetiva da comunidade, que também tem características específicas a serem consideradas no processo pedagógico (Reynolds-Cuéllar & Ramos, 2020).

⁶⁴ Existe um largo debate sobre compensação financeira para participação em pesquisas e outros processos de construção de conhecimento e artefatos (Pater et al., 2021). No contexto de mercado, frequentemente são usadas estratégias de compensação para incentivar o recrutamento de partes interessadas e/ou usuários. Entretanto, a compensação também pode levar a questões éticas, como incorrer em coerção. No campo do desenvolvimento internacional as estratégias e desafios se apresentam de forma diferente das colocadas pela ação de mercado, algumas reflexões sobre o tópico podem ser consultadas em Panayotou et al. (2002), por exemplo.

Apesar de todo esse cuidado para adaptar o processo e as ferramentas para dialogar com a cultura local, na experiência do IDDS Hogares Sostenibles algumas mediações não funcionaram da forma prevista. Por exemplo, algumas participantes da comunidade se excluíram do processo quando fomos realizar um toró de ideias com apoio de post-its coloridos, canetinhas e cartolinas. Nós já sabíamos que algumas pessoas não se sentiam confortáveis escrevendo e por isso a orientação era de que os facilitadores de design escrevessem as ideias destas pessoas quando elas quisessem compartilhar algo com o grupo. Entretanto, quando fomos conversar com as participantes, percebemos que o problema não era esse. Para elas a atividade não fazia sentido porque todos estavam virados para a parede (onde estava a cartolina com a pergunta que o toró de ideias buscava responder) e falando rapidamente uma ideia em cima da outra.

Depois deste episódio, em diálogo com uma liderança comunitária que também participava do IDDS, fomos instruídos a realizar os momentos de diálogo sempre em roda, com tempos de fala entre os participantes e com registro visual feito por pessoas designadas para esse fim. Deste modo, entendemos que a participação naquela atividade não estava restrita a uma dificuldade de ler ou escrever, importava para aquelas mulheres que a organização espacial permitisse um diálogo horizontal, onde todos pudessem se escutar e se olhar. O registro visual e escrito do diálogo servia ao projeto e também aos participantes, foi decidido que duas pessoas ficariam responsáveis por registrar as ideias e falas dos demais, evitando dispersão do momento de diálogo.

Esse exemplo ilustra uma situação corriqueira em projetos de Design Participativo e não o uso de uma ferramenta complexa. A apresentação deste exemplo possibilita a reflexão sobre a complexidade que se coloca em tarefas simples e como podemos possibilitar a inclusão de pessoas que não compartilham o mesmo repertório de práticas. Para as participantes, um espaço de diálogo não poderia acontecer da forma como estava sendo proposto porque suas práticas de diálogo em grupo são orientadas por outros parâmetros e valores.

Os momentos de tomada de decisão também foram espaços que precisaram ser reformulados. Um esforço grande foi empreendido entre os facilitadores de design para equilibrar as demandas do projeto (desenvolvimento de artefatos de baixo-custo) e as demandas pedagógicas (escuta, experimentação, debate) do processo. Os processos de tomada de decisão que acontecem em diferentes

momentos do processo, especialmente na seleção de ideias, formulação de conceitos e, depois, na prototipação e refinamento, foram reestruturados em tempo e formato para que pudessem dar conta da necessidade de diálogo colocada pelos membros da comunidade. Percebi neste processo que é muito fácil cair na lógica “de mercado” e acabar silenciando vozes dissidentes e achatando processos de debate sob a justificativa da necessidade de produção técnica dentro de um tempo determinado, que é sempre curto e insuficiente para uma participação politicamente informada. Um aprendizado importante que tivemos nesse trabalho foi entender o grupo de trabalho como uma coletividade em ação política e não somente técnica, e entender que os tempos de projeto e os parâmetros de “sucesso” precisam responder de acordo.

A todo momento que os moradores da comunidade se excluía do processo, era importante conversar e compreender o que os afastou, tentando propor ajustes à metodologia e às ferramentas. Ao mesmo tempo, foi necessário entender junto aos demais participantes quais são as concessões possíveis dentro dos acordos do grupo e no cenário geral do IDDS.

Da mesma forma que existem práticas de projeto que precisamos adaptar para que outras pessoas possam participar de forma efetiva, nós, enquanto designers interessados em trabalhar com movimentos sociais ou coletividades em luta, precisamos entender que quando adentramos um processo do grupo, necessariamente teremos que aprender um repertório discursivo e de práticas.

No IDDS percebemos, ao longo das 3 semanas de imersão, que os moradores das comunidades precisavam de um tempo de debate que fosse somente deles. Os moradores da comunidade estavam divididos entre os grupos, sempre em duplas ou trios. Nos espaços dos grupos, alguns estavam enfrentando dificuldade de participar, de colocar suas ideias e de se engajar no processo pedagógico. As conversas mobilizadas entre o grupo de moradores foi capaz de ajudar essas pessoas individualmente, mas também edificou uma força coletiva que foi sentida por nós organizadores depois que esses encontros entre membros da comunidade foram adotados como prática. Deste modo, uma lição aprendida é que existem processos que só podem ser conduzidos pelos sujeitos participantes, dentro das condições e parâmetros confortáveis para eles. Não cabia a nós resolvermos os problemas deles em relação aos seus grupos de trabalho, ainda que pudéssemos orientar os processos e dinâmicas. A coletividade de moradores e os laços de

confiança que existiam entre eles poderiam dar um suporte emocional e conduzir estratégias práticas de enfrentamento às dificuldades de uma forma muito mais efetiva.

Em minha experiência, percebo que há reflexos subjetivos e sociais que surgem da convivência a longo prazo entre designers nos movimentos ou em coletividades em luta. No processo relacional transformamos as formas como nos comunicamos, o vocabulário que usamos e também adotamos um código de conduta que esteja mais alinhado com como as pessoas se comportam dentro daquele coletivo. Às vezes, as ferramentas e dinâmicas de participação a partir do Design não dialogam com os ambientes articulados politicamente. Outras vezes, podemos abrir nossa caixa de ferramenta e experimentar de forma muito positiva diferentes métodos que mediam conversas e formulação de estratégias.

A sabedoria de saber como agir, como se comunicar e que tipo de postura adotar é algo que vem com o tempo, com o esforço do convívio, com o cumprimento de tarefas e com a aliança solidária no enfrentamento às questões do coletivo. Assim, concluo essa reflexão corroborando Escobar (2017) quando ele diz que re-imaginar coletividades através da ação de design pode ser menos sobre projetar mudanças e mais sobre conhecer o espaço e ajudar a criar as condições para o processo contínuo de tessitura da vida a partir do relacionamento com os demais sujeitos em luta, de tal forma que possamos exercer com dignidade o saber-fazer autônomo e (re) criar os mundos que habitamos.

3.3.2 Perspectiva do cuidado na construção de espaços coletivos

O campo do Design vem se preocupando com o tema do cuidado a partir das teorias feministas em trabalhos como de Light e Akama (2014), Eleutério e Van Amstel (2020) e Paim e Davis (2021). Essas autoras comungam de uma perspectiva do cuidado como ética feminista e não como uma característica essencialmente feminina, se afastando de uma armadilha comum que aprofunda o estereótipo das mulheres como cuidadoras benevolentes (Branco, 2020). Me alio às autoras na defesa do cuidado como uma prática encarnada (Paim e Davis, 2021), como intrinsecamente relacional e situada no interior interdependência (Light e Akama, 2020) e cuja característica transcende interesses em fins específicos e se modela a

partir da implicação do sujeito que se importa com os demais nessa relação (Eleutério e Van Amstel, 2020).

Dialogando com essas propostas, discuto o cuidado como uma prática relacional que pode alavancar processos coletivos e participativos no design e como uma estratégia de politização das relações tanto nos processos coletivos e participativos de design quanto na articulação de designers com movimentos sociais. Essa reflexão tem origem na prática de construção de conhecimento que se dá na Rede Design e Opressão como um espaço coletivo que produz a si mesmo de forma dialógica. A princípio, o cuidado não foi identificado explicitamente como uma questão basal na construção da rede, mas, com o passar do tempo, percebemos que as nossas práticas se mostraram atentas ao cuidado como ética relacional.

O cuidado como prática política na rede Design e Opressão

No espaço de debate da rede, ao longo dos encontros do grupo de estudos, muitas vezes compartilhamos histórias pessoais, como bell hooks nos inspira a fazer (hooks, 2014), e os sentimentos que normalmente ficam trancafiados dentro de nós, como a tristeza, a vergonha e a confusão acabaram sendo compartilhados e acolhidos. Estes sentimentos nos despertaram a oferecer ajuda mútua e compreensão dentro das limitações colocadas pela experiência relacional de cada um. O grupo de Whatsapp dos complicadores⁶⁵ também foi um espaço seguro para esses diálogos. Muitas histórias dos bastidores foram compartilhadas, como por exemplo, por que algum(a) complicador(a) não estaria disponível para participar das reuniões semanais devido à saúde mental, luto, desemprego, assédio no trabalho, perseguição política e outras condições intensificadas ou geradas pelas pandemias da COVID-19 e pela crise econômica e política brasileira. Oferecemos nossas condolências, palavras amáveis, emojis e figurinhas camaradas no grupo ou através de mensagens privadas.

Muitas vezes, sentimos que a Rede era um grupo seguro e de amizade que nos fez suportar momentos de dificuldade. As limitações do bate-papo assíncrono nos levaram a criar um ritual após a reunião semanal, a cerveja crítica, uma sessão

⁶⁵ Conforme explicam Van Amstel et al., 2022, na Rede Design e Opressão, os complicadores são responsáveis por articular o debate, acrescentar novos problemas e evitar conclusões fáceis, agindo no papel oposto do facilitador no *Design Thinking*. O papel de complicador foi inspirado pelo papel do coringa no Teatro do Oprimido, de Augusto Boal. Esse termo será melhor explicado ao longo desta seção.

de pós-reunião restrita aos complicadores, que são os responsáveis pela organização dos encontros e por “complicar” os debates no grupo de estudos. Em muitos momentos também aproveitamos este ritual para dividirmos algumas tarefas e falarmos sobre nossas mudanças de vida pessoal como se estivéssemos nos reunindo em um bar virtual (Van Amstel et al., 2021).

A preocupação concreta com as experiências uns dos outros ampliou o espaço para o debate sobre as diferenças e desigualdades internas ao grupo de complicadores. Em um momento de tensão, que foi instaurada por uma discussão acalorada entre duas complicadoras, a Rede e suas práticas de cuidado foi colocada à prova e, depois de um processo de reflexão coletivo e individual, delineou caminhos para o enfrentamento à questão.

A situação de tensão foi provocada pelo debate de um texto de Lélia Gonzalez que promoveu o escrutínio de um tema difícil, o racismo, e foi protagonizada por uma mulher negra e por mim, que sou uma mulher branca. Eu não seria capaz de detalhar a discussão porque ela não foi gravada e aconteceu por áudio, sendo impossível resgatá-la com precisão; e, de toda forma, o conteúdo da discussão não me parece relevante para tratar o tema do cuidado, foco desta reflexão. O fato é que os ânimos ficaram estremecidos, colocando duas complicadoras em uma situação que extrapolou a noção de debate político-acadêmico, gerando um desconforto na rede Design e Opressão. A rede nunca tinha passado por algo assim e, no primeiro momento, houve um estranhamento com a situação e não conseguimos tratar do tópico no mesmo dia no espaço da cerveja crítica. Entre sentimentos de confusão, tristeza e revolta, troquei algumas mensagens privadas com outros complicadores da rede para compreender, a partir de outros pontos de vista, o que tinha acontecido de forma a também buscar uma autorreflexão.

Na semana seguinte, o mal-estar ainda estava presente no encontro do grupo de estudos e a tensão foi tema de debate no momento de cerveja crítica. Eu não pude comparecer neste dia devido a outro compromisso e fiquei incomodada com o fato do tópico ter sido tratado sem a minha presença, uma vez que eu estava diretamente implicada na questão. Ao demonstrar minha insatisfação com o modo como o coletivo lidou com a situação, prontamente os outros complicadores que estavam no encontro formaram um grupo para que pudéssemos conversar. Neste grupo, as pessoas me atualizaram do que tinha sido discutido e foi proposto que a

gente não fizesse mais conversas unilaterais e que a situação fosse enfrentada coletivamente no encontro seguinte, agora que estávamos todos na mesma página.

Ao longo da semana o uso do grupo de Whatsapp da rede seguiu com compartilhamentos de notícias e comentários normais ao espaço, mas também houve alguns posicionamentos indiretos sobre o tema e o debate que havia gerado a tensão. Eu não me engajei em nenhuma conversa no grupo durante a semana porque faço uma leitura de que o espaço do WhastApp, ou de qualquer mensageiro, pode ser muito problemático para debates políticos especialmente quando já está instalado um desconforto, de forma que isso pode avançar para uma individualização das questões que perde de vista a questão em si e passa a tratar das pessoas envolvidas no debate⁶⁶. Além disso, nem todos que estavam no grupo de WhatsApp tinham participado dos encontros e sabiam do contexto que estava colocado, então a tensão poderia escalar sem termos uma possibilidade de diálogo franco, analítico e acolhedor, uma vez que o tema não foi exposto no grupo e estava presente apenas de forma tangente nas colocações compartilhadas por mensagem de texto.

Na semana seguinte, depois do encontro, houve uma discussão com todos presentes, no espaço da cerveja crítica. Nesta ocasião primeiramente as duas pessoas diretamente envolvidas foram ouvidas, e depois todos os presentes puderam falar de forma que o grupo se posicionou sobre o que teria ocasionado a tensão, quais os sentimentos que foram mobilizados, como cada uma estava compreendendo os fatos e de que forma levaríamos adiante o espaço da rede para lidarmos com esse conflito e como nos prepararíamos para outros momentos que poderiam gerar tensionamentos entre nós.

Nesta conversa, eu defendi que a disputa se deu em termos políticos e que não passou por uma negativa à experiência de vida da minha interlocutora, uma

⁶⁶ Em relação ao uso do WhatsApp para debates políticos, a AMB tem desenvolvido uma prática inspiradora. A cada mês há uma “plenarinha” temática que acontece no WhatsApp do movimento, com militantes do Brasil inteiro. Neste momento, que tem dia e horário marcados previamente, o grupo é organizado para acolher o debate sobre um tema específico e há uma comissão de metodologia que pensa como será organizado o momento de plenária, as perguntas geradoras e a organização do tempo. Nesse formato, acredito que o grupo de WhatsApp pode servir aos espaços organizativos, desde que todos os envolvidos tenham ciência do que está acontecendo e o momento seja planejado para isso. De outras formas, penso que o espaço de discussão assíncrono não permite real engajamento com o debate político, uma vez que as pessoas escrevem ou lêem, ou falam e escutam, as mensagens em meio a muitas outras tarefas e que, muitas vezes, não conseguem analisar com o devido cuidado o que está sendo dito, podendo causar desentendimentos ocasionados por interpretação equivocada e por desatenção, coisas que são corriqueiras nos usos de mensageiros em meio à rotina apressada.

mulher negra que vive as violências do racismo. Com ajuda dos demais e a partir de uma autorreflexão, depois de algum tempo, eu compreendi que isso poderia até ser verdade, mas que também era igualmente verdadeira a leitura da minha colega que se sentiu silenciada e oprimida. A partir dos processos dialógicos compreendi que dentro do espaço da rede Design e Opressão onde se deu o debate, eu estava em uma posição de poder em relação à minha interlocutora. Isso se devia (1) ao tempo de engajamento na rede, que implica em um reconhecimento coletivo do trabalho que realizo neste espaço, do qual eu sou uma co-fundadora, (2) à titulação acadêmica, que me colocava em um campo de debate visto como privilegiado dentro do grupo de estudos, e também (3) à diferença racial, que marca desigualdades na sociedade e também no interior da rede. A identificação desta desigualdade é importante não no sentido de encontrar culpada ou vítima, porque não acredito que isso sirva a nenhum propósito de politização, mas por tornar possível o reconhecimento e o enfrentamento a essa desigualdade no interior das práticas de cuidado no espaço coletivo.

É legítimo pensar que lemos a situação a partir de dois pontos distintos, desde nossas experiências particulares e a partir da nossa posicionalidade na rede. Ficou evidente que para que o combate às nossas desigualdades dentro da rede pudesse ser efetivado, era necessário por um lado, fortalecermos o reconhecimento das subjetividades, especialmente das pessoas negras e das mulheres, e, por outro lado, promovermos ações para lidar com temas e situações incômodas de forma a não mascarar as diferenças políticas e nem escamotear as desigualdades. Era igualmente importante que isso fosse percebido e assumido como uma responsabilidade de todos, porque essa situação não deveria ser encarada como um desentendimento particular que se colocou entre eu e minha colega, mas uma questão de ordem ética que interpela todos os participantes da rede.

O combate às desigualdades é um desafio permanente e não é possível estabelecer uma situação de debate e disputa política igualitária unicamente a partir da criação de mecanismos formais, como um espaço de diálogo como cerveja crítica, ou mesmo um grupo mediador de conflitos. Por exemplo, não é suficiente que organizemos um espaço no qual todos sentam em círculo ou, no caso da Rede Design e Opressão, que acontece de forma remota, que tenhamos espaço de fala igualitários, para que a diversidade de pessoas presentes num espaço se sinta à vontade para falar e se posicionar. A garantia da fala e de um espaço tido como

“horizontal” para todas as pessoas presentes não é suficiente para que os conflitos que permeiam aquele espaço sejam reconhecidos e tratados. Nem todas as pessoas se sentem confortáveis para expor uma situação de incômodo ou fazer um enfrentamento dentro de um espaço coletivo, mesmo que se assegure o compromisso dialógico (Freire, 2014). As desigualdades têm desdobramentos subjetivos e a compreensão da dimensão subjetiva das opressões exige que a gente se coloque em outro lugar no debate sobre esse tema.

Neste sentido, devemos tornar visível o trabalho relacional que é fundamental para a sustentação de qualquer trabalho coletivo, como a Rede Design e Opressão. Esse trabalho muitas vezes é deixado em segundo plano quando voltamos a nossa atenção para articulações para fora dos movimentos ou coletivos ou para ações operacionais, vinculadas a resultados esperados do trabalho deste grupo. A partir da prática política feminista, Branco (2021) recorda que a articulação entre as dimensões subjetiva e objetiva da realidade social e das experiências vividas pelas mulheres é uma preocupação feminista que abre espaço para pensarmos na complexidade colocada para a construção das nossas alianças dentro e fora do movimento. Na história que narro, a experiência da violência do racismo marca a vida da minha interlocutora, e isso precisa ser levado em conta quando me proponho a debater, mesmo que a partir de um campo político específico, a questão do racismo como estrutura social.

É importante pontuar que os espaços coletivos devem acolher a divergência de interpretações políticas e leituras de mundo. Deve ser possível debater e divergir sobre esse e qualquer outro tópico, mas é preciso atenção porque a discussão não se dá em nível abstrato, ela acontece engendrada nas experiências vividas pelas pessoas que estão em diálogo nesses espaços de debate político, no caso, o grupo de estudos da Rede Design e Opressão. Para que a discordância possa acontecer é preciso que ela não seja interpretada como ataque pessoal, que não sejam utilizadas estratégias *ad hominem* e que a divergência não cause melindre nem exclusão efetiva de participação por conta das correlações de poder. Portanto, a responsabilidade por construir um espaço nestes termos deve ser compartilhada por todos que formam o coletivo, independente de sua posicionalidade ou construção subjetiva. É preciso um olhar atento e um compromisso engajado com as práticas de cuidado para que seja possível acolher a divergência e lidar com a diferença de forma dialógica.

Isso é válido para qualquer prática, seja ela de projetos de design junto a movimentos sociais ou com outras coletividades. Se queremos cuidar, ouvimos e refletimos sobre o que ouvimos. Tratar os espaços de construção a partir das questões de cuidado significa entender que as pessoas que estão ali extrapolam a preocupação com questões específicas (Eleutério & Van Amstel, 2020) e estão preocupadas umas com as outras, aliançando seu pertencimento a uma comunidade de aprendizagem (hooks, 2014). Daí podemos avançar para o entendimento do espaço de projeto como um espaço de contínuo aprendizado, onde devemos, de acordo com a premissa da pesquisa militante, descobrir questões e nos educar sobre elas. A ética do cuidado pode dar sustentação ao caráter formativo no processo de design quando possibilita o diálogo divergente e, ao mesmo tempo, pode instrumentalizar os participantes para intervenções políticas no âmbito do projeto, de forma a enfrentar as desigualdades do espaço, fortalecendo os sujeitos para as ações projetuais e também para as ações políticas mais amplas, vinculadas ou não ao projeto de design.

Pensando nos processos de design, Light e Akama (2014) provocam-nos a pensar que, através das práticas relacionais de cuidado, estamos constantemente "sendo" e "nos tornando", num sentido que pode ser aproximado à vocação ontológica de "ser mais" de Freire (2014). As autoras defendem que, nesse processo, os designers atuam como "facilitadores e capacitadores, que ajudam os outros a refletir e co-criar novas formas de "ser" e "tornar-se" ao longo do tempo e do espaço" (Light & Akama, 2014, p. 159, tradução minha).

Em contraponto a essa noção, a rede Design e Opressão entende que os designers, em práticas relacionais do cuidado, devem atuar como complicadores, num papel inspirado no coringa do Teatro do Oprimido (Serpa et al., 2021; Van Amstel et al., 2021). Conforme explicam Saito et al. (2022), a partir de Augusto Boal, os curingas (complicadores) não podem facilitar a discussão sobre a opressão porque isso beneficiaria os opressores. Dessa forma, o curinga deve complicar a discussão de forma a problematizar as situações e questionar os participantes acerca de como as situações podem ser modificadas para superar a contradição de opressão que está apresentada. Os autores defendem que todos no grupo de teatro do oprimido deveriam desempenhar o papel do curinga. Podemos tomar emprestada essa elaboração e implicar o design. Se todos os participantes de um projeto forem complicadores, todos assumem o papel de problematizar as questões de opressão

e, se apoiados na perspectiva do cuidado, todos partilham a responsabilidade da escuta, da reflexão e se capacitam a atuar com atenção especial ao enfrentamento às desigualdades subjetivas e objetivas que estão colocadas neste espaço coletivo.

CONCLUSÃO

Se não podemos nos engajar dialeticamente de uma maneira comprometida, rigorosa, humanizada, não podemos ter esperança de mudar o mundo. A verdadeira politização é um processo difícil, “de tentativa”, que demanda desistir de determinadas maneiras de pensar e ser, mudar nossos paradigmas, nos abrimos para o desconhecido, o não familiar. Ao passar por esse processo, aprendemos o que significa lutar e, nesse esforço, experimentamos a dignidade e a integridade de ser, que vem com a transformação revolucionária (hooks, 2019, p. 67).

Este trabalho é um conjunto de reflexões teóricas sobre experiências que me politizaram. Busquei dar contornos científicos a saberes que estavam presos na minha experiência, aprender pela experiência exige um compromisso para interpretar e fazer sentido desta experiência. Experiência, assim, não é o que acontece, como um episódio ou um fato; experiência é o que acontece conosco quando acontece alguma coisa que nos transforma. O saber da experiência, diz Bondía (2002), é um saber particular, subjetivo, relativo, contingente, pessoal, ainda que possa explicar – e de fato explica – muito mais do que a experiência singular quando damos a ela um tratamento cuidadoso.

Como defendido ao longo destas páginas, a politização é uma experiência, um processo de produção de (re)conhecimento relacional. Politizar-se não é adquirir um tipo de conhecimento político ou estar informado sobre o cenário político, mas fazer uso desta interpretação da realidade em seu contexto de vida, de modo a orientar suas decisões e sua postura diante dos outros e do mundo. O conhecimento advindo da politização é um saber que não pode separar-se do indivíduo concreto em quem encarna, portanto, não posso querer politizar ninguém. Parafraseando Paulo Freire (2014 [1968]), com uma pequena inflexão, “ninguém se politiza sozinho, ninguém politiza ninguém, as pessoas politizam-se entre si, intermediadas pelo mundo”. O esforço que empreendi aqui foi transformar minha própria politização em um argumento mais ou menos estruturado na esperança de que isso possa inspirar outras reflexões e incentivar que mais designers façam sentido das suas próprias experiências de politização e as relacionem com o campo.

Nos últimos anos vimos um movimento crescente de investigação crítica de diferentes perspectivas no Design. Ansari (2021) pontua que este engajamento crítico com o campo implica questionar os próprios fundamentos conceituais do

Design e que essa é uma tarefa colocada para intelectuais que estão fora dos prestigiados centros de produção de conhecimento. O trabalho que desenvolvi aqui buscou contribuir para esta tarefa, apresentando alguns elementos que podem ajudar na reflexão e reposicionamento do campo.

Ao pautar a politização do Design a partir dos caminhos percorridos na Educação Popular e no Feminismo, delimito um compromisso com a práxis (Freire, 2014 [1968]) e com o entendimento dos sujeitos como seres inteiros, circunscritos em suas experiências (hooks, 2019) e em ação transformadora no mundo (Silva, 2017). A compreensão da indissociabilidade entre fortalecimento subjetivo e combate estrutural às opressões, característica da educação popular e do feminismo, faz com que, numa pesquisa que se diz com viés popular e feminista, estejamos sempre buscando cuidar e libertar a nós mesmas e a outras pessoas individualmente ao mesmo tempo em que contribuimos para a luta de forma mais ampla. Por isso, partir da experiência pessoal, é também uma prática de produção de conhecimento feminista e popular.

Deste modo, esta tese também é um manifesto. Acredito que o envolvimento político nos coloca diante de um comprometimento ainda maior com o ofício intelectual, porque não estamos comprometidas apenas com o campo científico, mas também com o projeto existencial coletivo com o qual pretendemos contribuir. Não acredito que a política e a ciência são campos apartados, ou que sequer seja possível construir conhecimento que não corrobore com a defesa de um projeto de sociedade. Neste documento me posiciono como sujeito político que se implica na construção do campo do Design e das coletividades em luta onde me organizo politicamente e, diante disso, assumo as responsabilidades e as vulnerabilidades que estão expostas. Tenho feridas abertas e as entrego sangrando para que possamos juntos fazer as suturas necessárias, se levantar e continuar lutando.

Reflexões político-metodológicas sobre a pesquisa militante

Neste trabalho apresentei a pesquisa militante como uma abordagem político-metodológica que se preocupa com o conhecimento produzido no espaço de organização política, em uma relação dialógica entre sujeitos que compartilham um projeto político de sociedade, ainda que nem sempre concordando sobre todos os pontos que levariam a essa nova realidade.

Na pesquisa militante, o conhecimento é produzido na articulação entre os diferentes pesquisadores, militantes e lideranças, que criam e compartilham práticas políticas e interpretações do mundo a partir deste encontro. Neste sentido, reconheço o movimento social como um sujeito político que produz saberes e desloca o papel intelectual da academia para o próprio movimento. Tudo o que é formulado como interpretação e prática busca explicar os fenômenos que afetam aquele grupo de pessoas e as suas realidades e retroalimentam a organização do movimento. Portanto, o conhecimento ali forjado serve à luta do movimento social: analisando o contexto, indicando possíveis estratégias e ajudando a prefigurar as mudanças sociais almejadas. Cria-se, assim, a perspectiva da práxis, ao imbricar a produção de saber com a geração de ações transformadoras em um processo multidirecional, o que aprofunda a ruptura da proposta teórico-prática da pesquisa militante.

No percurso de elaboração deste trabalho, habitei diferentes espaços da pesquisa militante, os quais reconheço como coletividades em luta: *International Development Design Summit*, Universidade Livre Feminista, Movimento Estudantil da ESDI/UERJ, Rede Design e Opressão e Trabalho Docente na UFRJ. A partir da vivência nesses espaços, apresentei a pesquisa militante como uma abordagem político-metodológica que pode orientar pesquisas em design que se realizam na relação com movimentos sociais ou coletividades em luta.

A pesquisa militante se articula a partir de um tripé composto por ações políticas, educativas e de pesquisa, onde todos os sujeitos são participantes e compartilham o compromisso com a transformação social. Em um engajamento político com o ofício intelectual, a pesquisa militante pode servir aos pesquisadores em Design porque questiona radicalmente a produção do conhecimento científico:

- O que é conhecimento em Design?
- Quem produz o conhecimento em Design?
- Para quê/ a quem esse conhecimento serve?
- Como a produção de conhecimento no Design se relaciona com o compromisso de transformação social?
- Em quais espaços esses conhecimentos são forjados e validados?

A vivência da pesquisa militante nesta tese teve como objetivo inspirar uma reflexão sobre a politização do campo do Design a partir da minha inserção como designer, pesquisadora e militante em diferentes espaços de organização política. Portanto, o uso que fiz desta abordagem político-metodológica responde primariamente às questões do Design, retornando à academia uma produção de conhecimento criticamente refletida a partir da pesquisa militante. Deste modo, entendo o campo do Design como um espaço de ação política que pode ser influenciado tanto pela prática da pesquisa quanto pelo conhecimento sistematizado a partir dela.

Como limitação, aponto que esta tese, enquanto produto intelectual, não responde necessariamente às questões contextuais específicas das coletividades em luta, especialmente as que não estão inseridas no âmbito do Design diretamente. Não obstante, é possível vislumbrar um horizonte de transformação promovido pela pesquisa militante nos espaços que foram habitados no curso desta investigação, mesmo que não estejam sistematizados em texto aqui. Com efeito, ao longo do processo, as coletividades em luta foram implicadas à medida em que minha capacidade organizativa e de execução de tarefas no interior dos movimentos foi transformada pela prática referenciada na pesquisa militante. As ações de design (e as outras ações políticas) que fui capaz de desenvolver afetam os coletivos nas suas formas organizativas e na capacidade de execução de suas atividades. Ao mesmo tempo, minhas ações são reflexo dos aprendizados que acessei na prática organizativa no interior dos coletivos que construí e habitei. Esta relação é dialética e dialógica.

Outra limitação diz respeito à pluralidade de vozes que ressoam neste trabalho. Ainda que todos os debates apresentados aqui tenham sido discutidos em maior ou menor grau junto às coletividades em que as experiências aconteceram, reafirmo que a horizontalidade só pode aparecer neste trabalho como uma busca, e não como um dado explícito. Ainda que tentemos traçar estratégias e metodologias que estejam preocupadas com a pluralidade das formas de produção de conhecimento, existem desigualdades geradas pelas determinações do próprio espaço acadêmico. Uma oportunidade seria explorar a ampliação da pluralidade dos sujeitos de enunciação das nossas narrativas a partir de registros de pesquisa militante que sejam compartilhados e possam ser divulgados em co-autoria.

Nestas páginas não detalhei os procedimentos e as ações empreendidas em cada um dos espaços da pesquisa militante. Optei por apresentar situações que levaram a reflexões específicas no âmbito da politização, que é o interesse primário deste trabalho. Em futuros trabalhos, pode ser importante que esse detalhamento seja feito para uma melhor compreensão da proposta político-metodológica da pesquisa militante no âmbito da pesquisa em Design.

Apontamentos para uma politização do design

Defendo a politização como um processo de aprendizado que é, ao mesmo tempo, individual e coletivo, que envolve a produção de conhecimento e que passa pelo reconhecimento de si como sujeito político, em relação aos sistemas de exploração e opressão que organizam a sociedade e pela articulação política com outros sujeitos na prefiguração de novos modos de interpretar e agir sobre o mundo, em um processo de libertação.

A partir deste conceito, proponho uma reflexão sobre a politização para o campo do Design em 4 eixos indissociáveis que se alimentam um ao outro: *“Ontologia ou as formas de ser no mundo”*, *“Epistemologia ou o que se sabe do mundo”*, *“Conceituação ou como interpretar o mundo”* e *“Práticas ou o modo de agir sobre o mundo”*. A ideia é que a politização só pode acontecer no imbricamento de transformações que alcancem todos os eixos.

A partir de uma análise histórico-dialética e feminista, busquei evidenciar algumas questões e contradições colocadas para o Design nestes 4 eixos. A produção do conhecimento numa perspectiva histórico-dialética e feminista é também uma ação política, porque desafia as estruturas hegemônicas de produção de saberes. Abordar uma temática a partir destas perspectivas incita questionamentos sobre a própria natureza do conhecimento científico e os métodos que utilizamos para elaborá-lo. Isto porque trata-se de um campo de análise que carrega um acúmulo de reflexões críticas sobre a ciência moderna, seus vieses masculinizados, seu caráter excludente e revela a historicidade das relações de poder e autoridade que estão implicadas na produção de conhecimento.

A seguir faço uma breve retomada do debate proposto para cada eixo.

Tabela 3 – Aprendizados em relação ao Eixo Ontologia

As formas de ser no mundo (Ontologia)	
As condições sócio-históricas que conformam o campo	<p>Teóricas feministas questionam a narrativa única da constituição histórica do campo do Design e identificam que essa história exclui as mulheres. Além disso, elas denunciam que os procedimentos metodológicos de resgate histórico e de teorização do campo entendem o Design a partir de valores universalistas e personalistas, que favorecem grupos sociais que detêm o poder narrativo e material da história. Por fim, identifica-se que os grupos dominantes estruturam as condições culturais, materiais e políticas que influenciam o tipo de experiência sócio-material que os sujeitos podem acessar e, em última instância, quem esses sujeitos podem vir a ser na relação com os projetos, os objetos e o mundo.</p>
O presente, o passado e o futuro na criação de outros designs	<p>Tendo em vista a dimensão ontológica, a questão sobre o que pode ser projetado e como esses artefatos são projetados em diferentes tradições e territórios, se estende às formas como os sujeitos constroem a si mesmos no seu ofício e na projeção e construção dos artefatos. O campo do Design constrói subjetividades enfraquecidas nos espaços periféricos. Por um lado, como designers interessados em trabalhar junto a coletividades em luta, devemos assumir o desafio de cruzar fronteiras entre práticas projetuais de intervenção no mundo de modo a tensionar as intenções e objetivos do Design hegemônico. Ao recusarmos o papel marginalizado pela opressão geo-política, assumimos o lugar periférico como forma de resistência. Por outro lado, somos designers treinados em uma linguagem e prática que pode ser considerada opressora, quando encontramos outros praticantes precisamos ter cuidado para não capturar e enquadrar a rebeldia das outras formas de agir com e sobre o mundo.</p> <p>A transformação do campo do Design só pode surgir de uma luta política ativa contra o opressor que existe em nós e contra a homogeneização promovida pelo Design hegemônico. Ela se dará a partir de um exercício permanente de diálogo, de enfrentamento às desigualdades e de aprendizado com as diferenças através de práticas relacionais de Design.</p>

Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

Tabela 4 – Aprendizados em relação ao Eixo Epistemologia

O que se sabe do mundo (Epistemologia)	
Epistemologia da prática versus Epistemologia da práxis	A Epistemologia da Práxis defende a produção de conhecimento na ação dialógica politicamente informada, ao invés de focar em uma reflexão-na-ação que é descontextualizada e centrada exclusivamente no sujeito. O pensamento Freireano nos ajuda a pensar e fazer Design a partir de perspectivas epistemológicas implicadas na transformação da realidade, politizando nossas ações. A partir da Epistemologia da Práxis podemos interrogar os projetos de Design e os conhecimentos e sujeitos mobilizados por eles, ao mesmo tempo que nos permite direcionar nossos esforços para uma intervenção consciente no mundo.
O espaço do projeto como espaço de aprendizado	O espaço do projeto é potencialmente um espaço de aprendizado político. O caminho projetual entre reconhecimento das questões, elaboração de alternativas e projeto de “produtos” deve ser edificado sobre as premissas da Educação Popular, em especial a Ação Dialógica, e do Feminismo, tendo como base a leitura crítica da experiência. Ao repensar a estruturação de processos participativos no Design, podemos compreendê-los para além da coleta de informações e da explicitação de conhecimentos tácitos, mas como processos relacionais de conhecimento compartilhados que podem servir à organização política dos movimentos para além dos objetivos do projeto.

Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

Tabela 5 – Aprendizados em relação ao Eixo Conceituação

Como interpretar o mundo (Conceituação)	
Os artefatos de design como articuladores políticos	Os processos e produtos de Design carregam significados políticos, quer eles sejam declarados ou não. Não podem servir ao debate político de forma isenta ou meramente técnica. Neste sentido, a proposta do <i>Adversarial Design</i> se evidencia como problemática e potencialmente despolitizante no sentido de confiar na capacidade técnica do produto de design em si (tecnocracia), sem evidenciar as relações de poder desiguais que engendram o espaço onde o processo de design ocorre. Defendo que não existe neutralidade possível no Design, a não ser como ideologia.

O Design na mediação da relação das pessoas com o mundo

O Design, seus processos, ferramentas e artefatos, não vai “salvar o mundo”. Pelo contrário, muitas vezes o Design, como proposta de solução produto-cêntrica para questões sociais, aparece como um *mediador da pobreza e da opressão*. As propostas de design devem ser pensadas para além dos métodos e artefatos que prometem fazer “o bem”. Enquanto designers, precisamos nos implicar no engajamento comunitário pela superação das opressões e impulsionar a luta não a partir de soluções produto-cêntricas paliativas, mas pela articulação política, o que pode levar a um enfrentamento ao problema a partir de um sujeito coletivo de luta popular por melhores condições de vida.

Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

Tabela 6 – Aprendizados em relação ao Eixo Práticas

O modo de agir sobre o mundo (Práticas)

O sentido da participação no Design

As experiências de politização da participação a partir de experiências do Sul Global podem ilustrar caminhos alternativos para o Design Participativo e desafiar visões da participação em design que a reduzam a um “fim” capitalista, como é o caso da limitação da participação à criação de mercadorias ajustadas às demandas do mercado. Os exemplos latino-americanos de luta por participação e o trabalho cooperativo na produção de sócio-materialidades são capazes de mostrar como a participação pode e deve ser abordada como trabalho da classe de produtores para si mesmos, em benefício próprio. Neste sentido, defendo a participação como uma possibilidade de humanização e como um exercício político de conscientização nos espaços de projeto. Para trabalhar com coletividades em luta a partir de processos participativos de design, necessariamente os designers precisam aprender um novo repertório discursivo e de práticas políticas, muitas vezes abrindo mão da intervenção por meio do design em benefício da ação coletiva. Da mesma forma, é necessário repensar os tempos e os parâmetros de “sucesso” que orientam o projeto.

Perspectiva do cuidado na construção de espaços coletivos

O combate às desigualdades em espaços de construção coletiva é um desafio permanente. As desigualdades têm desdobramentos subjetivos e a compreensão da dimensão subjetiva das opressões exige uma prática relacional de cuidado. Não é possível estabelecer uma situação de debate e disputa política igualitária unicamente a partir da criação de mecanismos formais, como espaços igualitários de fala e um espaço tido como “horizontal”. Da mesma forma, não podemos escamotear as diferenças. Os espaços coletivos devem acolher a divergência de interpretações políticas e leituras de mundo. A ética do cuidado pode dar sustentação ao caráter formativo no processo de design quando possibilita o diálogo divergente e, ao mesmo tempo, pode instrumentalizar os participantes para intervenções políticas no âmbito do projeto, de forma a enfrentar as desigualdades do espaço, fortalecendo os sujeitos para as ações projetuais e também para as ações políticas mais amplas, vinculadas ou não ao projeto de design.

Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

A luta permanente

Freire (2018) diz que somos condicionados por nossas vivências e pela realidade que acessamos, mas não somos determinados por ela. Não podemos negar as condições materiais, culturais, políticas, econômicas e sociais que afetam diretamente nossa construção como sujeitos-objetos nas nossas práticas de design, no entanto, é importante que a realidade seja vislumbrada como um conjunto de possibilidades e não como uma restrição imperativa.

Precisamos estar atentos porque a ideologia dominante diz que não há alternativa. O capitalismo, o racismo e o hétero-cis-patriarcado existem como sistemas que fortalecem um ao outro e essa estrutura não vai nos apresentar opções porque se organiza de modo que parece ser impossível enfrentá-la. Realmente é muito difícil pavimentar caminhos e construir alternativas diante de uma estrutura que é organizada a partir de sistemas que subjagam sujeitos e os impede de “ser-mais”. Entretanto, as análises contextuais tanto no campo do Design quanto da conjuntura política me influenciam a dizer que estamos vivendo nos últimos anos um momento pujante, onde algumas coisas estão morrendo, queimando, e outras estão sendo criadas e moldadas por esse fogo ardente.

A transformação da nossa área de atuação profissional passa necessariamente por reformular nossas práticas e compromissos políticos, passa pelo reconhecimento dos nossos corpos e pelas relações que estabelecemos com outras pessoas e com o próprio campo do Design. Temos que matar o que precisa morrer e, encarnados como fênix, talvez possamos construir instrumentos que nos ajudem a compreender a realidade de forma mais politizada.

A utopia é central na perspectiva Freireana, assim como a busca pela verdade. A utopia abre uma interpretação historicamente situada do passado e do presente e o compromisso com a construção do futuro. Espero que essa pesquisa ajude a abrir caminhos para que a força motriz da nossa ação seja a esperança e não o desânimo, e que a nossa capacidade criação utópica seja guiada por uma prática de design comprometida com a transformação do mundo em aliança com as forças populares.

REFERÊNCIAS

- Aguiar, V. V. P. **Mulheres rurais, movimento social e participação: reflexões a partir da Marcha das Margaridas.** *Política & Sociedade* Volume 15, Edição Especial, 2016. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-7984.2016v15nesp1p261>
- Aguiar, H. A. **Universidades, na Enciclopédia Latino Americana.** Boitempo. Disponível em: <<http://latinoamericana.wiki.br/verbetes/u/universidades>>.
- Akama, Y. & Yee, J. **Special Issue: Embracing Plurality in Designing Social Innovation Practices,** *Design and Culture* 11, no. 1, 1–11, 2019.
- Allman, P. **Revolutionary Social Transformation: democratic hopes, political possibilities and critical education.** Greenwood Publishing Group, 2001.
- Almeida, A. J. M., Montuori, B. F., Nicoletti, V. M., & dos Santos, M. C. L. **Por práticas relacionais no design.** *Arcos Design*, 12(1), 5-24, 2019.
- Anastassakis, Z. **Redesigning Design in The Pluriverse: Speculative Fabulations from a School in the Borderlands.** In: Mareis, C. & Paim, N. (eds.). *Design struggles: intersecting histories, pedagogies, and perspectives.* Amsterdam: Valiz, 2021.
- Ansari, A. **Decolonisation, the History of Design, and the Designs of History.** Talk at Annual DHS Conference, 2021.
- _____. **Plural Bodies, Pluriversal Humans: Questioning the Ontology of 'Body' in Design.** Draft Paper, 2020.
- _____. **Global Methods, Local Designs.** In: Resnick, E. (Org). *The Social Design Reader*, Bloomsbury, 2019a.
- _____. **Decolonizing design through the perspectives of cosmological others: Arguing for an ontological turn in design research and practice.** *XRDS: Crossroads, The ACM Magazine for Students*, v. 26, n. 2, p. 16-19, 2019b.
- _____. **Towards a Design of, from & with The Global South.** Draft paper, 2016.
- Ansari, A. & Kiem, M. **What is needed for change? Two Perspectives on Decolonization and the Academy.** In: Mareis, C. & Paim, N. (eds.). *Design struggles: intersecting histories, pedagogies, and perspectives.* Amsterdam: Valiz, 2021.
- Arias, E., Eden, H., Fischer, G., Gorman, A., Scharff, E.. **Transcending the individual human mind—creating shared understanding through collaborative design.** *ACM Transactions on Computer-Human Interaction (TOCHI)* 7, 1: 84–113, 2000.

Arruzza, C. **Das Greves de Mulheres para um Novo Movimento de Classe: A Terceira Onda Feminista.** Lavra palavra, 2019. Disponível em: <<https://lavrpalavra.com/2019/02/04/das-greves-de-mulheres-para-um-novo-movimento-de-classe-a-terceira-onda-feminista/>>

Arruzza, C.; Bhattacharya, T.; Fraser, N.. **Feminismo para os 99%: um manifesto.** São Paulo: Boitempo, 2019.

Articulação de Mulheres Brasileiras. <<https://ambfeminista.org.br/>>

Ávila, M.B.; Ferreira, V.. **A produção do conhecimento na práxis criativa do feminismo.** Cadernos de Crítica Feminista. Recife, n. 7, p. 46–63, dez. 2014.

Bairros, Luiza. **Nossos Feminismos Revisitados.** Revista Estudos Feministas, Florianópolis, ano 3, nº 2, pp.458-463, 1995.

Beck, Eevi E. **P for Political: Participation is Not Enough.** Scandinavian Journal of Information Systems: Vol. 14: Iss. 1, Article 1, 2002. Available at: <https://aisel.aisnet.org/sjis/vol14/iss1/1>

Beigel, F. **Centros y periferias en la circulación internacional del conocimiento.** Nueva Sociedad, nº 245, mayo-junio de 2013.

Berry, A., Walters, K., Rittner, J., Noel, L.A., Laker, P., Collie, K. **The Black Experience in Design: Identity, Expression & Reflection.** New York: Allwort, 2022.

Binder, T., Michelis, G., Ehn, P., Jacucci, G., Lind, P., & Wagner, I. **Design Things.** Massachusetts Institute of Technology. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 2011.

Björgvinsson, E., Ehn, P & Hillgren, P.A. **Participatory design and "democratizing innovation".** In Proceedings of the 11th Biennial participatory design conference. 41–50, 2010.

Bondía, J. L.. **Notas sobre a experiência e o saber de experiência.** Revista brasileira de educação, n. 19, p. 20-28, 2002.

Botero, A., Del Gaudio, C., & Borrero, A. G. Editorial. **Special Issue: Autonomía – Design Strategies for Enabling Design Process,** Strategic Design Research Journal 11, no. 2, 2018.

Botero, P. **Investigación y acción colectiva 'IAC'. Una experiencia de investigación militante.** Utopía y Praxis Latinoamericana 17(57): 31–47, 2012.

Branco, S. **Os feminismos e a crise da esquerda: alianças e antagonismos no Ciclo do Campo Democrático Popular.** Recife: Editora UFPE, 2020.

Branco, S. & Lima, C. (Orgs). **Nas rodas e nas redes: uso da internet por mulheres de movimentos populares**. Brasília: CFEMEA – Centro Feminista de Estudos e Assessoria, 2020.

Brandão, C. R. **O que é Educação Popular**. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 2017a [2006]. eBook.

_____. **O que é Método Paulo Freire**. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 2017b [1981]. eBook.

Bringel, B., & Varella, R. V. S. **A pesquisa militante na América Latina hoje: reflexões sobre as desigualdades e as possibilidades de produção de conhecimentos**. Revista Digital De Direito Administrativo, vol. 3, número 3, pp 474-489, 2016. <https://doi.org/10.11606/issn.2319-0558.v3i3p474-489>

Brito, P. C. de S. **“Primavera das mulheres”:** Internet e dinâmicas de protesto nas manifestações feministas no Rio de Janeiro em 2015. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2017.

Buckley, C. **Made in Patriarchy: Toward a Feminist Analysis of Women and Design**. Design Issues, 3(2), 3–14, 1986.

_____. **Made in Patriarchy II: Researching (or Re-searching) Women and Design**. In: Mareis, C. & Paim, N. (eds.). Design struggles: intersecting histories, pedagogies, and perspectives. Amsterdam: Valiz, 2021.

Buchanan, Richard. **Wicked problems in design thinking**. Design issues, v. 8, n. 2, p. 5-21, 1992.

Brown, T. **Change by Design: How Design Thinking Transforms Organizations and Inspires Innovation**. New York: Harper Collins, 2009.

Caldart, R. S. **Pedagogia do Movimento sem Terra**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2012.

Calderon Salazar, P., & Huybrechts, L. **PD Otherwise Will Be Pluriversal (or It Won't Be)**. In Proceedings of the 16th Participatory Design Conference 2020 - Participation(s) Otherwise - Volume 1 (Manizales, Colombia) (PDC '20). Association for Computing Machinery, New York, NY, USA, 107–115, 2020. <https://doi.org/10.1145/3385010.3385027>

Carpenter, S. & Mojab, S. **Revolutionary Learning: Marxism, Feminism and Knowledge**. Pluto Press, 2017.

Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA). <https://www.cfemea.org.br/index.php/plataforma-25-anos>

Choudry, A. **Learning activism: The intellectual life of contemporary social movements**. Toronto, Ontario, Canada: University of Toronto Press, 2015.

Colectivo Situaciones. **Obras completas.** Retrieved from: <https://lobosuelto.com/colectivo-situaciones-obras-completas/>

Colesel, A.; Lima, M. F. de. **O movimento da educação popular nas décadas de 1950 e 1960.** In: Seminário De Pedagogia, 1º; Encontro de Educação Infantil, 4º; Jornada de Cognição e Aprendizagem, 2º. Unicentro, 2010.

Collin, F. **Textualidade da Libertação, Liberdade do Texto.** Estudos Feministas. Número especial, Rio de Janeiro, 1994.

Counter Cartographies Collective; Dalton, C. and Mason-Deese, L. **Counter (Mapping) Actions: Mapping As Militant Research.** ACME: An International Journal for Critical Geographies 11 (3), 2012. <https://acme-journal.org/index.php/acme/article/view/941>.

Costanza-Chock, S. **Design justice: community-led practices to build the worlds we need.** MIT Press, 2020.

Cross, N. **Designerly Ways of Knowing.** London: Springer-Verlag, 2006.

_____. **Designerly ways of knowing: Design discipline versus design science.** *Design issues*, v. 17, n. 3, p. 49-55, 2001.

_____. **Designerly ways of knowing.** *Design studies*, v. 3, n. 4, p. 221-227, 1982.

_____. **Proceedings of the Design Research Society International Conference, 1971: Design Participation.** 1972.

Curnow, J. **Politicization in Practice: Learning the Politics of Racialization, Patriarchy, and Settler Colonialism in the Youth Climate Movement.** Tese de Doutorado. University of Toronto, 2017.

Curnow, J.; Davis, A.; Asher, L. **Politicization in Process: Developing Political Concepts, Practices, Epistemologies, and Identities Through Activist Engagement.** *American Educational Research Journal* Volume: 56 issue: 3, 2018.

Cusicanqui, S. R. **Ch'ixinakak utxiwa: Una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores.** Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Tinta Limón, 2010

Da Silva, T. T. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo.** Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

Dean, J. **Politics without Politics,** *Parallax*, vol. 15, n. 3, pp 20-36, 2009. doi: 10.1080/13534640902982579

_____. **Reflective Solidarity.** *Constellations*, v. 2, n. 1, p. 114–140, 1995.

Del Gaudio, C., Parra-Agudelo, L., Clarke, R., Saad-Sulonen, J., Botero, A., Londoño, F. C., Escandon, P. **Proceedings of the 16th Participatory Design Conference 2020 - Participation(s) Otherwise - Volume 1**. Manizales, Colômbia. Association for Computing Machinery, New York, NY, USA, 2020.

Dillahunt, T. R., Erete, S., Galusca, R., Israni, A., Nacu, D., & Sengers, P. **Reflections on design methods for underserved communities**. In Companion of the 2017 ACM Conference on Computer Supported Cooperative Work and Social Computing, pp. 409 - 413, 2017.

Dutton, T. **Design and Studio Pedagogy**, Journal of Architectural Education, 41:1, 16-25, 1987. DOI: 10.1080/10464883.1987.10758461

Ehn, P. **Work-oriented design of computer artifacts**. Arbetslivscentrum, Stockholm, 1988.

_____. **Learning in participatory design as I found it (1970–2015)**. In: Participatory Design for Learning. Routledge, 2017. p. 7-21

Ejército Zapatista de Liberación Nacional. **Cuarta Declaración De La Selva Lacandona**, 1996. Disponível em: <<https://enlacezapatista.ezln.org.mx/1996/01/01/cuarta-declaracion-de-la-selva-lacandona>>

Escobar, A. **Autonomía y diseño: La realización de lo comunal**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Tinta Limón, 2017.

Fals Borda, O. **Ciencia propia y colonialismo intelectual**. Bogotá: Carlos Valencia Editores, 1987.

_____. **En torno al poder popular y la IAP**. In: Herrera Farfán, N. A.; López Guzmán, L. (Orgs.). Ciencia, compromiso y cambio social: textos de Orlando Fals Borda. 1. ed. Buenos Aires: El colectivo Lanzas y Letras – Extensión Libros, 2012.

Fanon, F. **Os Condenados da Terra**. Rio de Janeiro, RJ: Editora Civilização Brasileira, 1968.

Flesler, G., Durán, V., & Gugliottella, G. **Inclusión de la perspectiva de género en el campo proyectual**. Ciencia, Técnica y Mainstreaming Social, (2), 43-51, 2018.

Fernandes, S. **Se quiser mudar o mundo: um guia político para quem se importa**. São Paulo: Planeta, 2020.

_____. **Sintomas Mórbidos: a encruzilhada da esquerda brasileira**. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.

_____. **"D" de Despolitização | Glossário 011**. Vídeo no YouTube, Canal Tese Onze, 2021. Acesso em abril de 2022. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=2ijFKpa0TZ8&t=129s>>.

Forester, J. **On the Theory and Practice of Critical Pragmatism: Deliberative Practice and Creative Negotiations**. *Planning Theory*, vol. 12, no. 1, 2013, pp. 5–22. JSTOR, <http://www.jstor.org/stable/26165914>. Accessed 15 Aug. 2022.

Forty, Adrian. **Objetos de desejo: design e sociedade desde 1970**. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

Freire, P. **Educação como prática da Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2014 [1968].

_____. **Conscientização, teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

_____. **A ação cultural para a liberdade e outros escritos**. 14^a ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2011 [1981].

_____. **Pedagogia da Esperança**. 6. ed. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. **À sombra desta Mangueira**. 2.ed. – São Paulo: Olho d'Água, 1995.

_____. **Pedagogia do Compromisso: América Latina e Educação Popular**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

Fricker, M. **Epistemic Injustice: Power and the Ethics of Knowing**. New York: Oxford, 2007.

Fuentes, M. A. & Mirkin, D. C. **Historia del Diseño por país: México. Diseño Industrial** In: Fernández, S. & Bonsiepe, G. (Orgs). *História del diseño en América Latina y el Caribe: Industrialización y comunicación visual para la autonomía*. Editora Blücher, 2008.

Guzman, Z. C. G., & Noronha, R. G. **Autonomous design and sustainability through resistance, indigenous ecology and environmental feminism**. *MIX Sustentável*, 5(5), 41-52, 2019.

Gadotti, M. **Paulo Freire: Uma biobibliografia**. São Paulo: Cortez, 1996.

Gaitán-Albarracín, N., Serpa, B., Grisales Bohórquez, C., Serna, A., León, A. L., Acero, Andrés. **Editorial**. Reflections from the end of the world, for new worlds. *International Journal of Engineering, Social Justice and Peace*, v. 8, n. 1, pp. 1-11, 2021.. DOI: 10.24908/ijesjp.v8i1.14682

Gajardo, M. **A conscientização na América Latina: uma revisão crítica**. Em: *Educação popular: utopia latino-americana*. Moacir Gadotti, Carlos A. Torres (Orgs). Tradução de: Jaime Bizeh. 2. ed. – Brasília: Ibama, 2003.

Garcia, L. F.; Fonseca, M. T. L. **A extensão rural no Brasil: um projeto educativo para o capital**. São Paulo, Loyola, 1985.

Gautam, A. & Tatar, D. **p for political: Participation without agency is not enough**. Proceedings of the 16th Participatory Design Conference 2020-Participation (s) Otherwise-Volume 2. 2020.

Gautam, A. et al. 2018. **Participatory tensions in working with a vulnerable population**. Proceedings of the 15th Participatory Design Conference on Short Papers, Situated Actions, Workshops and Tutorial - PDC '18 (New York, New York, USA, 2018), 1–5.

Gomes, C. & Sorj, B. **Corpo, geração e identidade: a Marcha das Vadias no Brasil**. Revista Sociedade e Estado, Brasília, v. 29, n.2, p. 433-447, mai-ago, 2014.

Gonzalez, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. Ciências Sociais Hoje 2, Brasília, Anpocs, pp. 223-244, 1983.

Gonzatto, R. F. **Usuários e Produção da Existência: Contribuições de Álvaro Vieira Pinto e Paulo Freire à Interação Humano-Computador**. (Tese de doutorado). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

Gonzatto, R. F., and Van Amstel, F. M. C. **User oppression in human-computer interaction: a dialectical-existential perspective**, Aslib Journal of Information Management, Vol. ahead-of-print No. ahead-of-print, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1108/AJIM-08-2021-0233>

Gramsci, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1991.

Grisales-Bohórquez, C. et al. **Participation reimaged: co-design of the self through territory, memory, and dignity**. CoDesign, v. 18, n. 1, p. 78-94, 2022.

Grosfoguel, R. **Epistemic Extractivism: A Dialogue with Alberto Acosta, Leanne Betasamosake Simpson, and Silvia Rivera Cusicanqui**, In: Knowledges Born In The Struggle: Constructing the Epistemologies of the Global South, Sousa Santos, B. de & Meneses, M. P. (eds). Routledge, 2020.

Gutiérrez-Borrero, A. **DISSOCONS - Diseños del sur, de los sures, otros, con otros nombres**. (Tesis de Doctorado). Universidad de Caldas, Manizales, Colombia, 2021.

_____. **Resurgimientos: Sures Como Diseños y Diseños Otros**. Nómadas, no. 43: 113–29, 2015. <https://doi.org/10.30578/nomadas.n43a7>.

Halskov, N. & Hansen. N. B. **The diversity of participatory design research practice at PDC 2002–2012**. International Journal of Human-Computer Studies 74, 2015, 81–92.

Harding, S. **A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista.** In: *Pensamento Feminista: Conceitos Fundamentais.* Heloísa Buarque de Holanda (Org). Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

_____. **Introduction: Standpoint Theory as a Site of political, philosophic, and scientific debate.** In: Harding S. (Org). *The Feminist Standpoint Theory Reader: Intellectual and Political Controversies.* New York/London: Routledge, 2004.

_____. **The Science Question in Feminism.** Ithaca: Cornell University Press, 1986.

_____. **Rethinking Standpoint Epistemology: What is Strong Objectivity?.** In: Alcoff, L. & Potter, E. (Orgs). *Feminist Epistemologies,* New York/London: Routledge, 1993.

Harrison, S., Sengers, P., & Tatar, D. **Making epistemological trouble: Third-paradigm HCI as successor science.** *Interacting with computers,* 23(5), 385-392, 2011.

Heidaripour, M., and Forlano, L. **Formgiving to Feminist Futures as Design Activism.** In: Storni, C., Leahy, K., McMahon, M., Lloyd, P. and Bohemia, E. (eds.), *Design as a catalyst for change - DRS International Conference 2018, 25-28 June, Limerick, Ireland, 2018.* <https://doi.org/10.21606/drs.2018.464>.

hooks, b. **Choosing the Margin as a Space of Radical Openness.** In: Harding S. (Org). *The Feminist Standpoint Theory Reader: Intellectual and Political Controversies.* New York/London: Routledge, 2004.

_____. **Ensinando a transgredir: A educação como prática da liberdade.** São Paulo: Martins Fontes, 2018.

_____. **Ensinando Pensamento Crítico: Sabedoria prática.** São Paulo: Elefante, 2020.

_____. **Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra.** São Paulo: Elefante, 2019.

Ibarra, M. C. **Aproximaciones a un diseño participativo sentipensante: correspondencias con un colectivo de residentes en Rio de Janeiro.** In *Proceedings of the 16th Participatory Design Conference 2020 - Participation(s) Otherwise - (Manizales, Colombia) (PDC '20) & In Festival de la Imágene 2020, 2020.*

Jamount, J. & Varella R. **A Pesquisa Militante na América Latina: trajetória, caminhos e possibilidades.** *Revista Direto & Praxis.* Vol. 07, N. 13, p. 414-464, 2016. ISSN: 2179-8966 DOI: 10.12957/dep.2016.21833

Jara, O. **O desafio de teorizar sobre a prática para transformá-la.** Em: Educação popular: utopia latino-americana. Moacir Gadotti, Carlos A. Torres (Orgs). Tradução de: Jaime Bizeh. 2. ed. – Brasília: Ibama, 2003.

_____. **Sistematización de experiencias y las corrientes innovadoras del pensamiento latino-americano.** Diálogo de Saberes, n. 3, 2009.

JONES, John Chris. **Design methods.** John Wiley & Sons, 1992.

Kidd, I., Medina, J., Pohlhaus, Jr, G. **Introduction**, in The Routledge handbook of Epistemic Injustice. Kiss, I., Medina, J., Pohlhaus, Jr, G (eds). New York: Routledge, 2017.

Kimbell, L. **Rethinking Design thinking: Part 1.** Design and Culture, 3(3), 2011, pp 285-306.

Konder, L. **O que é dialética.** Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 1985.

Korol, C. **Feminismos populares. Las brujas necesarias em los tiempos de cólera.** In: Korol, C. (org.) Feminismos Populares. Pedagogías e Políticas. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: El Colectivo; Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Editorial Chirimbote; Ciudad Autónoma de Buenos Aires: América Libre, 2016.

Lawson, Bryan; Dorst, Kees. **Design expertise.** Routledge, 2013.

Leitão, R. **Pluriversal design and desire-based design: Desire as the impulse for human flourishing.** In: DRS Pluriversal Design SIG, 4 Jun 2020, New Orleans, USA, 2020. Disponível em: <<http://openresearch.ocadu.ca/id/eprint/3180/>>

Leitão, R. M., Men, I., Noel, L., Lima, J., and Meninato, T. (eds.). **Proceedings of Pivot 2021: Dismantling / Reassembling**, 22-23 July, Toronto, Canada, Design Research Society, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.21606/pluriversal.2021.0052>>

Leitão, R. M., Noel, L., and Murphy, L. (eds.). **Proceedings of Pivot 2020: Designing a world of many centers**, June, London, United Kingdom, Design Research Society, 2020. Disponível em: <<https://dl.designresearchsociety.org/conference-volumes/37>>

Leon, E. & Montore, M. **Historia del Diseño por país: Brasil.** In: Fernández, S. & Bonsiepe, G. (Orgs). História del diseño en América Latina y el Caribe: Industrialización y comunicación visual para la autonomía. Editora Blücher, 2008.

Light, Ann. **The unit of analysis in understanding the politics of participatory practice.** In: Proceedings of the 11th biennial participatory design conference. 2010. p. 183-186.

Lima, C. A. & Freitas, R. C. de. **Ainda somos poucos!? Invisibilidade e silenciamento de docentes negras (os) nas universidades.** Abatirá - Revista De Ciências Humanas E Linguagens - Universidade do Estado da Bahia - UNEB - Campus XVIII, vol. 2, n.3 2021.

Lima, M, J. de. **Linha de vida ou grupo de autoconsciência: uma reflexão sobre a ótica feminista.** In: Régia, M. et al. Como trabalhar com mulheres. Petrópolis, RJ: Vozes, 1988.

Lorde, A. **Irmã Outsider: Ensaios e Conferências.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

Makaran, G. & Gaussens, P. (2020). **Autopsia de una impostura intelectual**, In: Piel blanca, máscaras negras - Crítica de la razón decolonial. Makaran, G. & Gaussens, P. (Orgs). México: Bajo Tierra A.C. y Centro de Investigaciones sobre América Latina y el Caribe-Universidad Nacional Autónoma de México.

Manzini E. **Design para a inovação social e sustentabilidade: comunidades criativas, organizações colaborativas e novas redes projetuais.** Rio de Janeiro: E-papers, 2008.

Mazé, R. **Politics of designing visions of the future.** Journal of Futures Studies, 23(3), 23-38, 2019.

Mazzarotto, M. **As contribuições de Paulo Freire para um design emancipatório.** In: Abreu, J. & Padilha, P. R. (org). Paulo Freire em tempos de fake news: edição 2020. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2020.

Mazzarotto, M. & Serpa, B. O. **Cartas (anti)dialógicas: politizando a práxis em Design através da pedagogia crítica de Paulo Freire.** Arcos (Rio de Janeiro) : design, cultura, material e visualidade, v. 15, p. 171-194, 2022. <http://dx.doi.org/10.12957/arcosdesign.2022.64305>

McHattie, L. & Dixon, B. **Designing for reimagined communities.** CoDesign, 18:1, 1-3, 2022. DOI: 10.1080/15710882.2021.2021245

Medina, J. **The Epistemology of Resistance: Gender and Racial Oppression, Epistemic Injustice, and Resistant Imaginations,** New York: Oxford University Press, 2013.

Mewburn I. **Lost in translation: Reconsidering reflective practice and design studio pedagogy.** Arts and Humanities in Higher Education. 2012. 11(4) : 363-379.

Miguel, L. F. & Biroli, F. **Teoria política feminista: textos centrais.** Vinhedo: Editora Horizonte, 2013.

Nascimento, B. **A mulher Negra no mercado de trabalho**. Jornal Última Hora, Rio de Janeiro, 1976. Em: Pensamento Feminista brasileiro: formação e contexto. Heloísa Buarque de Holanda (Org). Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

Nishikiori, A., Castanheira, E., de Andrade, E. R., Santos, I. C., Pons, I. E. R., Ashe, J., Martins, N. S. M. P. **Rede Design Possível: Tecnologia Social Possíveis Empreendedores**. São Paulo: Design Possível, 2021. Disponível em: <https://www.designpossivel.org/wp-content/uploads/2021/11/FBB_possiveis-empreendedores.pdf>. Acesso em abril de 2022.

Noel, L. **Envisioning a pluriversal design education**, In: Leitão, R., Noel, L. and Murphy, L. (eds.), Pivot 2020: Designing a World of Many Centers - D.R.S. Pluriversal Design SIG Conference, June, held online, 2020. <https://doi.org/10.21606/pluriversal.2020.021>

Paim, N. & Gisel, C. **Emotional labor, support structures, and the wall in between: A conversation with members of the Decolonising Design Group**. In: Mareis, Claudia, & Paim, Nina (eds.). Design struggles: intersecting histories, pedagogies, and perspectives. Amsterdam: Valiz, 2020.

Panayotou, T., Sachs, J. D., & Zwane, A. P. (2002). **Compensation for “meaningful participation” in climate change control: a modest proposal and empirical analysis**. Journal of Environmental Economics and Management, 43(3), 437-454.

Papanek, Victor. **Design for the real world: human ecology and social change**. First edition, Sweden, 1970. Thames and Hudson, Londres, 1980.

Pater, J., Coupe, A., Pfafman, R., Phelan, C., Toscos, T., & Jacobs, M. . **Standardizing reporting of participant compensation in HCI: A systematic literature review and recommendations for the field**. In Proceedings of the 2021 CHI conference on human factors in computing systems, pp. 1-16, 2021.

Pereira de Andrade, A. L.; Magalhães, A. M. R.; de Oliveira, P. R. M. & Aquino, H. P. **As meninas da Bauhaus**. In: Anais do 9º CIDI e 9º CONGIC Fadel, L. M., Spinillo, C., Horta, A., Portugal, C. (orgs.). Sociedade Brasileira de Design da Informação – SBDI. Belo Horizonte, 2019.

Pereira, J. A.; Sobral A., R. L.. **Uma Escola de Design Industrial referenciada no lastro do pré-artesanato: Lina Bo Bardi e o Museu do Solar do Unhão na Bahia**. Revista Design em Foco, v.2, n.2, 2005.

Prado de O. Martins, L. **Privilege and Oppression: Towards a Feminist Speculative Design**. In: Lim, Y., Niedderer, K., Redström, J., Stolterman, E. and Valtonen, A. (eds.), Design's Big Debates - DRS International Conference 2014, 16-19 June, Umeå, Sweden, 2014.

Prado de O. Martins, L. **Technoecologies of Birth Control: Biopolitics by Design**. (Tese de Doutorado). Universität der Künste Berlin, 2017.

Prado de O. Martins, L. **A colonial history of colors**. Futuress, 2021. Disponível em: [<https://futuress.org/stories/a-colonial-history-of-the-color-yellow/>](https://futuress.org/stories/a-colonial-history-of-the-color-yellow/), [<https://futuress.org/stories/a-colonial-history-of-the-color-blue/>](https://futuress.org/stories/a-colonial-history-of-the-color-blue/), [<https://futuress.org/stories/a-colonial-history-of-the-color-red/>](https://futuress.org/stories/a-colonial-history-of-the-color-red/).

Ponti, J. D. & Gaudio, A. **Historia del Diseño por país: Argentina 1940-1983**. In: Fernández, S. & Bonsiepe, G. (Orgs). *História del diseño en América Latina y el Caribe: Industrialización y comunicación visual para la autonomía*. Editora Blücher, 2008.

Racadio, R.; Rose, E. J.; Kolko, B. E. **Research at the margin: participatory design and community based participatory research**. In: *Proceedings of the 13th Participatory Design Conference: Short Papers, Industry Cases, Workshop Descriptions, Doctoral Consortium papers, and Keynote abstracts-Volume 2*. 2014. p. 49-52.

Reina-Rozo J. D.; Thompson, M. & Leal, D. **Co-design spaces for peace-building in Colombia: A preliminary conceptualization**. World Engineering Education Forum - Global Engineering Deans Council (WEEF-GEDC), 2018, pp. 1-9. doi: 10.1109/WEEF-GEDC.2018.8629673.

Reynolds-Cuéllar, P., & Delgado Ramos, D. **Community-Based Technology Co-Design: Insights on Participation, and the Value of the “Co”**. In *Proceedings of the 16th Participatory Design Conference 2020-Participation (s) Otherwise-Volume 1* (pp. 75-84), 2020.

Reynolds-Cuéllar, P., Grisales, C., Wong-Villacrés, M., Serpa, B., Goñi, J. I., & Lemus, O. A. **Reviews Gone South: A Subversive Experiment on Participatory Design Canons: Dedicated to the Memory of Oscar A. Lemus**. In *Participatory Design Conference 2022: Volume 1* (pp. 206-217).

Robertson, T., Leong, T. W., Durick, J., & Koreshoff, T. **Mutual learning as a resource for research design**. In *Proceedings of the 13th Participatory Design Conference: Short Papers, Industry Cases, Workshop Descriptions, Doctoral Consortium papers, and Keynote abstracts-Volume 2*, pp. 25-28, 2014.

Rodríguez, J. F. & Ospina, M. S. **Historia del Diseño por país: Colombia**. In: Fernández, S. & Bonsiepe, G. (Orgs). *História del diseño en América Latina y el Caribe: Industrialización y comunicación visual para la autonomía*. Editora Blücher, 2008.

Russell, B. **Beyond activism/academia: Militant research and the radical climate and climate justice movement(s)**. *Area*, 47, 222–229, 2015. <https://doi.org/10.1111/area.12086>

Sabiescu, A.G. et al. **Emerging spaces in community-based participatory design.** Proceedings of the 13th Participatory Design Conference on Research Papers - PDC '14.

Sagredo, H. P. **Historia del Diseño por país: Chile. Diseño Industrial** In: Fernández, S. & Bonsiepe, G. (Orgs). *História del diseño en América Latina y el Caribe: Industrialización y comunicación visual para la autonomía.* Editora Blücher, 2008.

Saito, C., Serpa, B.O., Angelon, R., and van Amstel, F. **Coming to terms with design wickedness: Reflections from a forum theatre on design thinking,** in Lockton, D., Lenzi, S., Hekkert, P., Oak, A., Sádaba, J., Lloyd, P. (eds.), *DRS2022: Bilbao, 25 June - 3 July, Bilbao, Spain, 2022.* <https://doi.org/10.21606/drs.2022.668>

Sanders, E. B. N., & Stappers, P. J. **Co-creation and the new landscapes of design.** *Co-design*, 4(1), 5-18, 2008.

Sanders, E. B. N., Brandt, E., & Binder, T. **A framework for organizing the tools and techniques of participatory design.** In Proceedings of the 11th biennial participatory design conference (pp. 195-198), 2010.

Sardenberg, C. M. B. **O pessoal é político: conscientização feminista e empoderamento de mulheres.** *Inclusão Social*, v. 11, n. 2, 2018.

Schön, D. A. **Educando o profissional reflexivo: um novo design para o ensino a aprendizagem.** Tradução Roberto Cataldo Costa. – Porto Alegre: Artmed, 2008.

_____. **The crisis of professional knowledge and the pursuit of an epistemology of practice.** *Journal of interprofessional Care*, v. 6, n. 1, p. 49-63, 1992.

Schalk, M., Kristiansson, T., & Mazé, R. **Feminist futures of spatial practice: Materialisms, activisms, dialogues, pedagogies, projections.** Baunach, DE: Spurbuchverlag, 2017.

Scotford, M. **Messy history vs. neat history: Toward an expanded view of women in graphic design.** *Visible Language*, 28(4), 367-387, 1994.

Scott, J. W. **Tornando-se visível.** Falas de gênero. Florianópolis: Editora Mulheres, p. 21-55, 1999.

Schultz, E., Garcia, L. S., Fernandes, L., A., Paixão, M. R., Kawasaki F., and Pereira, R. **Cultivating Creative Coexistence(s): Towards a Critical Education for Creativity Praxis to Construct Fairer Human Coexistences.** In Proceedings of the 16th Participatory Design Conference 2020 - Participation(s) Otherwise - Volume 1 (Manizales, Colombia) (PDC '20). Association for Computing Machinery, New York, NY, USA, 33–4, 2020. doi: <https://doi.org/10.1145/3385010.3385019>

Schultz, T.; Abdulla, D.; Ansari, A.; Cancli, E., Keshavarz, M.; Kiem, M.; Prado de O. Martins, L. & Vieira de Oliveira, P. J.S. **Editors' Introduction**, *Design and Culture*, 10:1, 1-6, 2018a. DOI: 10.1080/17547075.2018.1434367

_____. **What Is at Stake with Decolonizing Design? A Roundtable**, *Design and Culture*, 10:1, 81-101, 2018b. DOI: 10.1080/17547075.2018.1434368

Schulz, A. J., Israel, B., Coombe, C., Gaines, C., Reyes, A., Rowe, Z., Sand, S., Strong, L., Weir, S.. **A Community-Based Participatory Planning Process and Multilevel Intervention Design: Toward Eliminating Cardiovascular Health Inequities**. *Health Promotion Practice* 12, no. 6, pp 900–911, 2011. <https://doi.org/10.1177/1524839909359156>.

Serpa, B., Juliano, C., Anastassakis, Z. **Design Anthropology e Design Ativismo: investigando métodos situados**, pp: 1580-1596. In: Anais do 13º Congresso Pesquisa e Desenvolvimento em Design (2018). São Paulo: Blucher, 2019. doi: 10.5151/ped2018-3.2_ACO_09

Serpa, B., Portela, I., Costard, M., & Batista, S. **Political-pedagogical contributions to participatory design from Paulo Freire**. In: Proceedings of the 16th Participatory Design Conference 2020-Participation (s) Otherwise-Volume 2, pp. 170-174, 2020..

Serpa, B. O., Van Amstel, F. M. C., Mazzarotto, M., Carvalho, R. A., Gonzatto, R. F., & Batista, S. **Design como prática de liberdade: a Rede Design & Opressão como um espaço de reflexão crítica**. In Alvear, C; Cruz, C; Kleba, J. (Eds.). *Formação para práticas técnicas engajadas, Volume II*. Campina Grande, Eduepb, 2021.

Serpa, B.O., Batista & Silva, S. **Solidarity as a Principle for Antisystemic Design Processes: Two cases of alliance with social struggles in Brazil**. In Leitão, R.M., Men, I., Noel, L-A., Lima, J. & Meninato, T. (Eds.), *Pivot 2021: Dismantling/Reassembling*, 22-23 July, Toronto, Canada, 2021. doi: <https://doi.org/10.21606/pluriversal.2021.0004>

Serpa, B.O., Van Amstel, F.M., Mazzarotto, M., Carvalho, R.A., Gonzatto, R.F., Batista e Silva, S., & da Silva Menezes, Y. **Weaving design as a practice of freedom: Critical pedagogy in an insurgent network**, in Lockton, D., Lenzi, S., Hekkert, P., Oak, A., Sádaba, J., Lloyd, P. (eds.), *DRS2022: Bilbao*, 25 June - 3 July, Bilbao, Spain, 2022. <https://doi.org/10.21606/drs.2022.707>

Silva, C S. M. da. **Os sentidos da ação educativa no feminismo**. In: SILVA, Carmen (Org). *Experiências em Pedagogias Feministas*. Recife, SOS Corpo, 2010.

_____. **Feminismo Popular e lutas antissistêmicas**. Recife: SOS Corpo, 2016.

_____. **Vai avançar o Feminismo Popular.** In: Teorias em Movimento: Reflexões Feministas na Articulação Feminista Marcosul. Ávila, M.B. & Ferreira, V. (Orgs). Recife: SOS Corpo, 2018.

_____. (Org). **Para onde vamos?: feminismo como movimento social.** Recife: SOS Corpo, 2020.

Silva, C. S. M. da. & Branco, S. **Política Feminista para Transformação Social.** Texto para apostila do curso “Política Feminista para Transformação Social”, 2018.

Silva, C. S. M. da & Mori, N. **Mulheres na política: uma luta insistente e permanente.** Fundação Heinrich-Böll-Stiftung Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <<https://br.boell.org/pt-br/2018/08/27/mulheres-na-politica-uma-luta-insistente-e-permanente>>

Silva, C. S. M. da & Camurça, S. **Feminismo e Movimentos de Mulheres.** Recife: SOS Corpo — Instituto Feminista para a Democracia, 2013.

Silva, S. B. **Design nas bordas: juventude periférica, re-existências e decolonialidade em Belém do Pará.** Tese (Doutorado em Design) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Escola Superior em Desenho Industrial, 2022.

Smith, A., Linder, B., Mashaba, L. T. B., Tien, D., Leal, D. & Reynolds-Cuéllar, P. **Beyond the Classroom: The (Ongoing) IDDS Journey in Community-Engaged Design.** Em: Engenharia e outras práticas técnicas engajadas: volume 2, Iniciativas de formação profissional [Recurso eletrônico]/ Cruz, C., Kleba, J., Avelar, C. (Orgs).- Campina Grande: EDUEPB: 2021.

Søndergaard, M. L. J. **Staying with the Trouble through Design: Critical-feminist Design of Intimate Technology.** (Tese de doutorado). Institut for Kommunikation og Kultur, 2018.

Sousa Santos, B. de & Meneses, M. P. **Introduction,** In: Knowledges Born In The Struggle: Constructing the Epistemologies of the Global South. Sousa Santos, B. de & Meneses, M. P. (eds). Routledge, 2020.

Taddei, P. E. D. **A prática reflexiva de Donald Schön e a reflexão sobre a prática em Paulo Freire: aproximações e disjunções na perspectiva de uma formação omnilateral.** Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2019.

Taranco, C. O de. **Historia del Diseño por país: Uruguay. Diseño Industrial** In: Fernández, S. & Bonsiepe, G. (Orgs). História del diseño en América Latina y el Caribe: Industrialización y comunicación visual para la autonomía. Editora Blücher, 2008.

Thomson, E. M. **Alms for oblivion: the history of women in early American graphic design.** Design Issues, 10(2), 27-48, 1994.

Tronto, J. **Redefining democracy as settling disputes about care responsibilities In Caring Democracy: markets, equality, and justice.** Nova lorque: New York University Press, 2013

Urbaneja, E. P. **Historia del Diseño por país: Venezuela.** Diseño Industrial In: Fernández, S. & Bonsiepe, G. (Orgs). *História del diseño en América Latina y el Caribe: Industrialización y comunicación visual para la autonomía.* Editora Blücher, 2008.

Uriarte, L. F. **Historia del Diseño por país: Cuba.** Diseño Industrial In: Fernández, S. & Bonsiepe, G. (Orgs). *História del diseño en América Latina y el Caribe: Industrialización y comunicación visual para la autonomía.* Editora Blücher, 2008.

Van Amstel, F. M. C. & Gonzatto, R. F. **The anthropophagic studio: towards a critical pedagogy for interaction design,** Digital Creativity, 31:4, 259-283, 2020. DOI: 10.1080/14626268.2020.1802295

Van Amstel, F. M. C; Batista E Silva, S.; Serpa, B. O.; Mazzarotto, M.; Carvalho, R. A.; Gonzatto; R. F.. **Insurgent design coalitions: the history of the Design & Oppression network.** Proceedings of PIVOT 2021: Dismantling/Reassembling Tools for Alternative Futures. Design Research Society, 2021, pp. 167-182. doi: 10.21606/pluriversal.2021.0018

van Amstel, F. M. ., Noel, L.-A., & Gonzatto, R. F. (2022). **Design, Oppression, and Liberation.** *Diseña*, (21), Intro. <https://doi.org/10.7764/disena.21.Intro>

Van Amstel, F. M. C.. **Decolonising Design Research.** In: Rodgers, P., & Yee, J. (Eds.). *The Routledge companion to design research.* Routledge. (no prelo)

Varella, R. V. S. **A pesquisa militante na América Latina: uma chave para a compreensão dos movimentos sociais.** Tese de Doutorado. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

Vieira Pinto, A. **Consciência e Realidade Nacional.** Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), 1960. 2 v.

_____. **O conceito de tecnologia.** Rio de Janeiro: Contraponto 2, 2005.

Wegener, F., Dixon, B., Eklund, A.R., and Lake, D. **Schön's Design Inquiry: Reinvigorating the quest for a pragmatist epistemology of practice,** in Lockton, D., Lenzi, S., Hekkert, P., Oak, A., Sádaba, J., Lloyd, P. (eds.), DRS2022: Bilbao, 25 June - 3 July, Bilbao, Spain, 2022. <https://doi.org/10.21606/drs.2022.1069>

Willis, A. M. **Ontological designing.** Design philosophy papers, v. 4, n. 2, p. 69-92, 2006.

Winschiers-Theophilus, H., Chivuno-Kuria, S., Kapuire, G. H., Bidwell, N. J. & Blake, N.. **Being participated: a community approach.** In: Proceedings of the 11th Biennial Participatory Design Conference. pp 1–10, 2010.

Whitely, N. **Feminist Perspectives (Design for Society).** In: Resnick, E. (Org). The Social Design Reader, Bloomsbury, 2019.